UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS, E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Rafael Fanni

*Temporalização dos discursos políticos
no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*

(Exemplar Corrigido)

São Paulo
2015

RAFAEL FANNI

*Temporalização dos discursos políticos
no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

(Exemplar Corrigido)

São Paulo
2015

FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos político no processo de independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: 29 de janeiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta (Orientador)

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Javier Fernández Sebastián

Instituição: Universidad del País Vasco (Bilbao) - UPV

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo

Instituição: Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Fabio Wasserman (suplente)

Instituição: Instituto Ravignani (Conicet – Universidad de Buenos Aires) - UBA

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese (suplente)

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas - USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha doce Ana.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento da pesquisa por meio da bolsa de mestrado que permitiu a realização deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas e do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Ao professor João Paulo Garrido Pimenta, pela oportunidade, confiança e cuidadosa orientação, tal como por construir um estimulante ambiente intelectual.

À banca de qualificação, composta pelos professores Valdei Lopes de Araujo e Rafael Bivar de Marquese, pela leitura atenta, críticas e sugestões fundamentais para o prosseguimento deste trabalho.

Aos professores Javier Fernández Sebastián e Fabio Wasserman, pela interlocução estabelecida nas disciplinas, palestras e reuniões de discussão dos projetos de pesquisa coordenados por João Paulo Pimenta. Estendo o mesmo agradecimento aos demais membros do Projeto Iberconcepts 3, em especial aos participantes do *Colóquio Internacional Experiências de Tempo nos séculos XVIII e XIX*, ocorrido em São Paulo em abril de 2014. Não poderia deixar de mencionar a professora Andréa Slemian, sempre generosa e disposta a um debate franco de ideias.

Aos colegas de orientação e grupos de pesquisa dos quais participo, como o “Lab-Mundi”, “Grupo das Independências” e “Grupo do Tempo”. Em particular, agradeço ao Edú Trota Levati, Oscar Javier Castro, Cristiane dos Santos, Júlia Neves, Santiago Cabrera, Adilson Brito, Carlos Augusto, Elis Pacífico, Priscila Ferrer, Camilla Farah, Sarah Tortora, Lucas Otto, Mariana Leão, Mariana Paulino, Gabriela Ferreira e Thais Videira.

Ao amigo Pablo Braulio de Souza, que muitas vezes compartilhou das aflições e inquietações impostas pelas rotinas e contingências da vida acadêmica, tal como ouviu atentamente minhas ladainhas estéticas e políticas sobre a cidade de São Paulo. Mais do que isso, dessa amizade recebi o acolhimento fraterno de sua avó, tias, tios e primos, que hoje, também posso dizer são meus. À vovó Maria José e tias Dora e Zélia, tenho imensa gratidão.

Ao David Lacerda, grande amigo, interlocutor de mais de uma década, provocador algumas vezes, sempre um incentivador. Foram muitas as conversas *démodés* sobre futebol, política e história. Sua colaboração nesses últimos meses foi inestimável com as leituras e críticas às versões preliminares dos capítulos. Além disso, me prestou todo o auxílio nas viagens para Campinas e Rio de Janeiro. Em Campinas obtive o apoio da Virgínia, e no Rio de Janeiro, do Marcelo Lyra, quem inclusive colaborou com a pesquisa dos panfletos da Biblioteca Nacional.

Aos amigos Thiago Santos e Fábio de Oliveira, com os quais tenho o prazer de conviver diariamente, compartilhando angústias, sonhos e momentos de descontração. Ao amigo Michel Rocha pelos bons dedos de prosa e as “zoas” que não podem faltar. Ao amigo Jáder Muniz, também pelos bons dedos de prosas sobre futebol e política. À Lilian Herrera, querida amiga, encontrada num curso de espanhol.

Ao meu pai Manoel e à minha mãe Maria José, pela confiança, paciência e apoio incondicional. Às minhas irmãs Manoela e Danielle, tal como meu cunhado Daniel por todo apoio e incentivos.

À Ana, não há palavras que confortem a incontornável saudade.

FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos político no processo de independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

RESUMO

Este trabalho analisa a configuração de formas discursivas no Rio de Janeiro à época da Independência do Brasil (1820-1822). Ao direcionar as atenções para a imprensa periódica e panfletária desse período, pretende-se investigar o processo de *temporalização* de discursos políticos e suas implicações na relação entre as experiências do tempo histórico e a consecução da mudança política. Para tanto, a dissertação volta-se para o estudo de conceitos, linguagens, metáforas e expressões conformadoras de uma tessitura linguística na qual o *tempo histórico* era o eixo de performances discursivas atuantes no processo de Independência. Assim, a partir dos elementos em questão, defende-se a tese de que *a temporalização dos discursos políticos* se articula, bem como se retroalimenta de uma nova dinâmica histórica, na qual, entre fins do século XVIII e início do século XIX, *um espaço de experiência revolucionário moderno* vinha sendo formado.

PALAVRAS-CHAVE: discursos políticos, temporalização, Independência do Brasil, Rio de Janeiro, panfletos e periódicos

FANNI, Rafael. *Temporalization of political discourses in the process of Independence of Brazil (1820-1822)*. Dissertacion submitted to Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo to obtaining a master's degree in History.

ABSTRACT

This work analyses the configuration of discourses in Rio de Janeiro at the time of the independence of Brazil. By focusing on the periodical press as well as on leaflets published during that period, the research studies the process of temporalization of political discourses and its implication to the relationship between historical time and the dynamics of political change. In order to do so, this dissertation focuses on the study of concepts, languages, metaphors, and expressions that shaped linguistic constructions in which the historical time consisted of the axis of discursive performances interfering in the process of independence. Taking these issues into consideration, this work hypothesizes that the temporalization of political discourses articulated as well as fed itself in a new historical dynamic spanning from the late 18th century and early 19th century, when a revolutionary modern space of experience was being formed.

KEYWORDS: political discourses, temporalization, Brazilian Independence, Rio de Janeiro, pamphlets and newspaper

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo 1 – A temporalização dos discursos em um espaço de experiência revolucionário moderno.....	06
1.1. Entre Lisboa e o Rio de Janeiro: dois momentos do debate político.....	08
1.2. Da persuasão das reformas ao amor pelas novidades.....	18
1.3. Como ser imune à “vertigem revolucionária do Século” ?.....	47
Capítulo 2 – A regeneração política como triunfo constitucional.....	55
2.1. A adesão ao constitucionalismo e a ampliação dos espaços públicos de opinião.....	56
2.2. O apelo constitucional no Rio de Janeiro e os dilemas da Corte.....	68
2.3. Os impressos e a luta contra o “despotismo”.....	80
2.4. O discurso histórico e os fundamentos para a união da “família portuguesa”.....	89
Capítulo 3 – A emancipação como “a verdadeira causa da nação”.....	102
3.1. Os decretos das Cortes de Lisboa e a reconfiguração do campo discursivo.....	105
3.2 A independência do Brasil e o espaço de experiência revolucionário.....	122
Considerações finais.....	135
Fontes e Bibliografia.....	138

INTRODUÇÃO

Que risonho futuro se oferece a meus olhos no caso de se não baldarem tão formosas esperanças! O Brasil vai ser a inveja de todas as Nações da Europa. As riquezas, que encerra o seu seio; a extensão de suas Costas; a magnificência de seus portos; a sua bela localidade; a salubridade do seu Clima; dando a tudo isso alento, e vida uma forma Governativa Patriótica quantos, e quão rápidos engrandecimentos de uma Constituição Regeneradora em um país novo, que agradecido abraça todos os melhoramentos, e reformas.¹

No início de 1822, quando foi publicada a *Carta ao sacristão de Tambi, sobre a necessidade da reunião de Cortes no Brasil*, os espaços públicos do Rio de Janeiro se encontravam em enorme agitação. Um dos fatores a contribuir com essa situação era a proliferação de periódicos e panfletos políticos desde a adesão fluminense ao movimento constitucionalista português. O número crescente de papéis impressos, avulsos e periódicos, foi um dos resultados imediatos da Revolução do Porto, de 24 de agosto de 1820. A imprensa de opinião dos anos de 1820-1822, portanto, intensificou o debate político sobre temas fundamentais, tais como o retorno ou não de D. João VI para Portugal e a necessidade de reformas na organização do Estado. Se antes essas discussões eram incipientes, elas passariam a provocar transformações nos espaços públicos de modo a romper as barreiras ao juízo crítico sobre a política.

Em meio à variedade de temas veiculados pelos impressos, que demonstravam profundos vínculos com a formação de uma esfera pública de tipo moderno, observa-se a manifestação de certas noções, concepções e representações do *tempo histórico* reveladoras de um processo de *temporalização dos discursos políticos*. Este fenômeno, engendrado pela consciência crescente da imanência do tempo como fator impulsionador das mudanças históricas, produzia e intensificava a sensação de que essas transformações ocorriam de maneira cada vez mais acelerada. Como podemos notar no trecho acima, alguns elementos característicos de uma *temporalização* discursiva perpassavam todo o discurso do “sacristão de Tambi”. A proposital inclinação em extrair de um “futuro” temporalmente aberto, a imagem propulsora do movimento histórico, reforçada pelo uso de expressões e conceitos de movimento (tais como, “Constituição Regeneradora”, “melhoramentos” e “reformas”), ensejava um tipo novo de experiência temporal que

¹ *Carta ao sacristão de Tambi, sobre a necessidade da reunião de Cortes no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa de Silva Porto, 1822, p.7.

alterava o alinhamento entre experiências e expectativas.² Embora seja óbvio, cabe salientar que as elaborações de prognósticos surgidas nos debates da imprensa diziam mais sobre as condições históricas do presente de quem os proferia nos discursos, do que qualquer outra coisa. Sendo assim, afirmar que o Brasil viria a ser “a inveja de todas as Nações da Europa”, como fez o panfletário, era trazer para o seio da disputa política, também a disputa sobre o verdadeiro sentido do processo histórico. E quanto a isso, a seu ver, a conquista de um lugar privilegiado entre as demais nações, dependeria do empenho dos lusoamericanos em defender um regime representativo constitucional que mantivesse a união com Portugal, mas que ao mesmo tempo, garantisse ao Brasil autonomia legislativa organizada em torno de um representante da monarquia em seu território.

Essa proposta não surgia do nada, inspirava-se na defesa que os deputados hispanoamericanos faziam nas Cortes de Madri de uma arquitetura institucional próxima à requerida pelo panfletário. Em meio à instabilidade e a provisoriedade da cena política do Rio de Janeiro naquele período, o olhar sobre o presente convulso da América hispânica tornava-se fonte de ensinamentos úteis na construção do porvir, fosse como um alerta para evitar consequências indesejáveis, fosse, em momentos limites, fornecendo igualmente exemplos desejáveis de ruptura entre colônias e metrópoles. Sendo assim, o caso aqui mobilizado era apenas um dos muitos surgidos nos impressos analisados neste estudo. Portanto, levando-se em conta o próprio panorama político e histórico presente nos discursos dos partícipes do movimento de Independência – repetidas vezes ancorados em certos acontecimentos surgidos em realidades políticas distintas, mas que conformavam uma mesma unidade conjuntural histórica – defendemos a tese de que a *temporalização dos discursos políticos* se articula, bem como se retroalimenta de uma nova dinâmica histórica, na qual, entre fins do século XVIII e início do século XIX, *um espaço de experiência revolucionário moderno* vinha sendo formado.

Esta dissertação objetiva estudar o processo de Independência do Brasil através de discursos veiculados na imprensa periódica e panfletária do Rio de Janeiro. Trata-se de analisar, primeiramente, aquelas performances discursivas que ensejavam alterações fundamentais nas estruturas temporais da experiência da história, bem como se ancoravam em uma visão de conjunto sobre os demais processos revolucionários ocorridos no continente Americano, perfazendo assim, de fato, uma mesma experiência

² Reinhart Koselleck, “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

histórica.

Esse aspecto, ainda pouco explorado pela historiografia da Independência, impõe a necessidade de circunscrever o tema mais geral deste trabalho na direção da perspectiva historiográfica que visa problematizar o consagrado enfoque da singularidade do caso brasileiro perante as demais experiências de separação política entre colônias e metrópoles no espaço iberoamericano do início do século XIX. Grosso modo, essas abordagens sublinharam excessivamente um ou outro aspecto, quiçá ambos, de uma independência do Brasil fundada em um caráter “pacífico”, que prezou pela “manutenção” da “integridade territorial” e adotou um regime monárquico constitucional, contrastante com a “violência” dos conflitos políticos hispânicos que conduziram ao “esfacelamento” e a “fragmentação” da antiga América espanhola resultando daí o surgimento de várias repúblicas. Embora essas interpretações não neguem a existência de vínculos e proximidades entre as trajetórias políticas lusoamericanas e hispanoamericanas do início do século XIX, salienta João Paulo Garrido Pimenta, “muito pouco tem sido feito, contudo, para elucidar a complexidade das feições e da dinâmica da inter-relação entre elas”.³

Com o fim de explorar o campo discursivo disponível aos partícipes do debate público em que se projetou a Independência, essa pesquisa se fundamenta em documentação impressa variada (periódicos, panfletos, manifestos, memórias, debates parlamentares, correspondências, documentos oficiais e dicionários) de circulação, entre 1820 e 1822, no universo político reinol (especialmente alguns panfletos e manifestos vintistas) bem como lusoamericano, com maior destaque para a imprensa fluminense, certamente a mais numerosa em termos de periódicos e panfletos em geral.⁴ A escolha do Rio de Janeiro justifica-se também, por ter se constituído como uma das regiões de intensa politização de identidades coletivas, especialmente entre finais do século XVIII e princípios do oitocentos, tornando-se um centro regional de articulação e defesa de interesses de influência decisiva na construção de acordos ou desencadeamento de conflitos pelas outras partes do Brasil.⁵

³ João Paulo G. Pimenta, *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*, São Paulo, Universidade de São Paulo, (Tese de doutorado), 2003, p. 14

⁴ Todas as citações documentais presente nesta dissertação sofreram atualização ortográfica e gramatical, preservando-se, as maiúsculas e as palavras em itálico dos originais.

⁵ István Jancsó & João Paulo G. Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”, in Carlos G. Mota (org.), *Viagem incompleta - a experiência brasileira*, São Paulo, SENAC, 2000; Maria de Fátima Gouvêa, “As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro”, István Jancsó, (org.), *Independência: história e historiografia*, 2005, p 707-

No capítulo 1, serão analisados os aspectos gerais e teóricos da questão levantada em torno da configuração de formas discursivas em processo de temporalização nos debates públicos ocorridos na imprensa periódica e panfletária do Rio de Janeiro. A ênfase recai, especialmente, sobre os significados do vocabulário político dos protagonistas do movimento constitucionalista português, iniciado no Porto em 1820, e, posteriormente, dos liberais lusoamericanos críticos da política das Cortes de Lisboa entre 1821 e 1822. Sob o pano de fundo desses dois momentos distintos no jogo político, busca-se averiguar vocábulos, expressões e metáforas, que em conjunto demonstravam certas noções, concepções e representações do tempo histórico, afetadas pela sensação generalizada de aceleração do ritmo das mudanças políticas. Um dos pontos centrais da discussão desse capítulo refere-se aos usos retóricos em torno do neologismo “recolonização”, forjado por panfletários e periodistas fluminenses em reação à política das Cortes de Lisboa. Defende-se a hipótese que o apelo à ideia de *recolonização* pode ser vista como uma persistência de um modelo de história *magistra vitae* em um contexto revolucionário, na medida em que a noção de repetição/imitação contida no conceito “*recolonização*” tornava-se bastante instrutiva na demonstração da tese de um retrocesso iminente, mimetizado no projeto constitucional das Cortes de Lisboa. A “recolonização” não se configuraria exatamente como um prognóstico, mas sim como a reedição do passado no futuro, nesse sentido julgava-se que aquele projeto deveria ser combatido pelos lusoamericanos que projetavam perspectivas de futuro inteiramente novas.

No capítulo 2, analisam-se mais detidamente as pressões que levaram à adesão do Rio de Janeiro ao constitucionalismo português. Chama-se atenção para o fato da luta em defesa dos princípios constitucionais, concomitante à instalação das Cortes de Lisboa, a formação dos espaços públicos de opinião nas províncias lusoamericanas, com a formação das juntas provisórias de governo, as reuniões para eleição e o surgimento da imprensa ter se construído sobre um conjunto de novas práticas políticas que fizeram aprofundar a sensação de experiência de um novo tempo. Frente a esse cenário de profundas transformações nota-se entre os panfletários e periodistas fluminenses um esforço por aproximar Portugal e Brasil em torno de uma mesma causa constitucional procurando-se salientar nos discursos políticos os fundamentos históricos da comunhão de interesses entre portugueses europeus e americanos. No entanto, as leituras do passado

752; _____, *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008; Miriam Dolhnikoff, *Construindo o Brasil*: unidade nacional e pacto federativo no projeto das elites (1820-1842), São Paulo, FFLCH-USP (doutorado), 2000.

da colonização portuguesa da América propiciaram a atribuição de feições específicas ao Brasil, potencializando as futuras reivindicações de direitos recíprocos entre duas partes da nação. Nesse sentido, o surgimento de visões antagônicas sobre as formas de organização constitucional levariam ao esgarçamento das relações entre os membros da “mesma família” portuguesa.

No capítulo 3, analisa-se como o processo de crítica ao modelo de reforma constitucional das Cortes de Lisboa, entendido por alguns lusoamericanos como prejudicial aos interesses do Brasil e favoráveis aos de Portugal, ensejou uma reconfiguração do campo discursivo, aprofundando as alterações das estruturas temporais da experiência da história. Ademais, observa-se que em torno da campanha pela instalação de uma Assembleia Constituinte no Brasil estruturar-se efetivamente um projeto político alternativo ao das Cortes de Lisboa, no qual o conceito de *emancipação* passava a ser operado com maior intensidade e assumindo uma perspectiva de autodeterminação do reino perante Portugal, tal como fundamentando discursos pró-separação política. Além disso, destaca-se uma das mais instigantes formas de legitimação da “emancipação” política do Brasil, operado pelos redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*. Tratava-se da demonstração da interconexão entre os processos de independência no continente americano e o movimento político no Brasil. Com base na tradução de um documento do revolucionário cubano Joaquim Infante, *Solução da Questão de Direito sobre a emancipação da América*, acompanhada de comentário (em notas de rodapé) os redatores do *Revérbero* identificaram a “emancipação” do Brasil como um movimento de revolução, com semelhanças e especificidades na comparação com os movimentos revolucionários desdobrados no resto do continente. Essa leitura sugere a percepção por parte daqueles sujeitos da ocorrência de um cenário histórico de transição, no qual o desenvolvimento da América seria impossível de ser contido pela força das antigas metrópoles coloniais. As experiências do passado eram reinterpretadas, perdiam sua força sobre o presente transformando-se num quadro de séculos de opressão colonial, em contrapartida, as expectativas futuras ganhavam ares de liberdade política a ser experimentada.

CAPÍTULO 1:

A TEMPORALIZAÇÃO DOS DISCURSOS EM UM ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA REVOLUCIONÁRIO MODERNO

No alvorecer de 1821, alguns dos desdobramentos do movimento constitucionalista em Portugal seriam justificados pela *Carta segunda do Compadre de Belém ao redator do Astro da Lusitânia dada à luz pelo Compadre de Lisboa*. Neste panfleto, o chamado “Compadre de Belém” (pseudônimo) se colocaria a favor de um debate público de ideias e de críticas políticas, desde que guiado pela moderação:

Persuada as reformas, mostrando a necessidade e a utilidade delas; mas nunca se esqueça de que a nossa regeneração até agora tem sido, graças a Deus, singular na história, e que devemos procurar, que o seja sempre em tudo; porém mui particularmente em conseguir, que a felicidade dos que hão de viver depois de nós não seja comprada à custa das desgraças, e desventuras dos que vivem atualmente; porque esse tem sido sempre o escolho, em que vão naufragar aqueles, que se lançam aos mares tempestuosos de uma revolução.

Aproveitemo-nos de tão desgraçados exemplos, e procuremos conduzir as coisas de modo, que façamos bem dizer os dias 24 de Agosto, e 15 de Setembro, ainda por aqueles, que até agora os olharam como fatais à sua existência.¹

O discurso do panfletário inscrevia-se em uma conjuntura na qual, muitas vezes, as transformações políticas estavam intimamente ligadas a percepções e representações temporais. Tal como no trecho citado, os vocábulos *reforma*, *regeneração* e *revolução* tornavam-se os principais eixos de uma construção discursiva favorável ao constitucionalismo vintista, cuja pretensão era redefinir as bases de sustentação da monarquia portuguesa sem contrair para si a pecha de uma “inovação perigosa” ou um ato de rebelião.²

Revolução era o termo que apontava para alternativas políticas mais temerosas, como indica o paralelo com um naufrágio. O uso metafórico de *revolução*, que continha, simultaneamente, elementos de repetição e elementos de inovação em seu estrato

¹ *Carta segunda do Compadre de Belém ao redator do Astro da Lusitânia dada à luz pelo Compadre de Lisboa*. Reimpresso no Rio de Janeiro: Tip. Real, 1821, pp. 21-22. Como é sabido, as datas citadas no documento, 24 de agosto, e 15 de setembro de 1820, correspondem respectivamente, à eclosão do movimento constitucionalista do Porto, onde se formou a primeira Junta de governo; e, em seguida, conseguiu a adesão de Lisboa ao movimento constitucionalista esvaziando a autoridade da antiga regência do reino.

² Valentim Alexandre, *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 466.

semântico,³ indicava a emergência de um evento político repentino, capaz de alterar a ordem das coisas e descortinar um futuro novo, embora trouxesse consigo consequências desastrosas para aqueles que vivenciassem tais transformações. Por outro lado, *reforma* e *regeneração* exerciam uma espécie de controle discursivo sobre a incidência de um sentido negativo contido no conceito de *revolução*, naquele contexto. Além de ser considerada algo necessário, a *reforma*⁴ se justificava por aquilo que ia mal na administração do governo do reino lusitano e da monarquia como um todo. Já *regeneração*⁵, palavra muito utilizada na intitulação do próprio movimento vintista, passava uma mensagem esperançosa de ação salvadora dos rumos da nação portuguesa.⁶

³ Desde princípios do século XVIII, o vocábulo *revolução* já se encontrava lexicografado na língua portuguesa culta pelo padre Raphael Bluteau. Tanto em seus primeiros registros, quanto nas edições do dicionário de Antônio Moraes e Silva, do início do século XIX, dominava o duplo sentido de movimento astronômico ou físico, bem como sua acepção figurada de cunho político. Nas edições de 1813 e 1823, o vocábulo é descrito de maneira idêntica, como: “movimento pela órbita, giro; revolução dos *astros*, *planetas*”; “Revolução *física no mundo*; alterações como terremotos, submersões da terra, etc [ou] Revolução de *humores no corpo*. fig. Revolução *nos Estados*; mudanças na forma, e polícia, povoação etc.”. A. Moraes e Silva, *Dicionário da lingua portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente*, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1823. Já na edição de 1831, acrescentam-se alguns sinônimos atrelados a fatos históricos: “revoltas, perturbações; sucessões de coisas por vários casos, e revoluções dos Reinos [...] as *revoluções* d’Évora contra Filipe IV, levantamento, sublevação contra o governo: as Revoluções de Pernambuco contra a tirania Holandesa” A. Moraes e Silva, *Diccionario da lingua portuguesa*, Lisboa, Imprensa Régia, 1831. Por último, cabe destacar a presença do sentido político do termo em igualdade de importância com o físico-biológico, em outro dicionário da década de 1830: “Revolução. Na astronomia giro de astros. Fig. Mudança política. Transtorno”. Luiz Maria da Silva Pinto, *Diccionario da Lingua Brasileira*, Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

⁴ *Reforma*, era empregado para se referir à “nova forma, que se dá, com a emenda dos erros. Correção de abusos, etc”. R. Bluteau, *Vocabulário portuguez & latino*. Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, (1712-1783), vol. 7. Tanto em Bluteau quanto nas edições de Moraes e Silva, *reforma* era utilizada para se referir às reformas na Igreja ou nos serviços militares. Na edição de 1831 de Moraes e Silva, a acepção geral do vocábulo indicava: “o ato de reforma; de mudar para o antigo bom instituto, ou para melhor o que ia em decadência, ou mal”. Ocorreriam reformas “*dos costumes, das letras, da vida, do costume de uma ordem; da Igreja*” A. Moraes e Silva, *op. cit*, 1831. Na edição de 1832 de Silva Pinto, não difere o sentido.

⁵ Por sua vez, *regeneração*, advindo de um vocabulário religioso, era usado para se referir à mudança de estado moral e espiritual após a cerimônia do batismo, representava um segundo nascimento. O uso do termo num sentido político aparecia nas edições de Moraes e Silva (1813; 1823 e 1831): *Regeneração “do Império Português*, pelo Sr. D. João IV. ‘havia de ser segunda Eva na *regeneração* do mundo’”. Sentido político encontrado, também no congênere: *regenerador*, que além do sentido biológico de “*força regeneradora da Natureza*” referia-se ao “*regenerador da Nação*, [pessoa] que a reformou e quase criou de novo (no sentido moral) dando Leis, policiando, introduzindo as artes, reformando o comércio, a agricultura, e tudo o que faz o bom Governo. O que a restituiu às honras, direitos, e forma de que fora tiranizada: ‘o Senhor D. João IV, novo Codro, e *Regenerador* da sua nação’” A. Moraes e Silva, *op. cit*, 1831.

⁶ Contudo, o entendimento sobre o que de fato a regeneração política pensada pelos vintistas era capaz de proporcionar sofreria alterações ao longo do processo político. Valdeci Lopes de Araujo identifica uma descontinuidade discursiva no uso desse vocábulo, por exemplo, em José Bonifácio. Segundo o autor, a nova experiência do tempo incidia sobre a compreensão que Bonifácio tinha do processo de Independência. Ao longo do ano de 1822, o projeto de regeneração política proposto pelas Cortes mostraria seus limites frente à profundidade do problema demonstrado por Bonifácio. Exemplo disso era o documento elaborado por ele para orientar os deputados paulistas nas Cortes (*Lembranças e apontamentos do Governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados*), cujos pontos principais eram três: 1) o Império Português não se confundia com Reino de Portugal; 2) a regeneração

Grosso modo, tentava-se neutralizar a instabilidade política gerada pelo processo de mudança e, ao mesmo tempo, nutrir naquela sociedade expectativas positivas em relação ao porvir.

Ao redor desses três conceitos, emergiu uma terminologia política articulada às ideias de continuidade e descontinuidade, manutenção e mudança, oposição e imposição de uma nova ordem política.⁷ Este capítulo procura entender aquilo que é o cerne dessa nova terminologia, um processo de adensamento de um tipo de experiência temporal que conduziu a um novo alinhamento entre experiências e expectativas. No momento aqui estudado, o tempo adquiria uma qualidade histórico-dinâmica, na qual muitas das experiências do passado pareciam não suprir as demandas de um presente em fuga. Uma sensação crescente da existência de uma aceleração do tempo tornava-se indício da existência de forças imanentes à História que tendiam a transformá-la em uma unidade de sentido cada vez mais processualizada. Assim, o campo de visão do sujeito empírico voltava-se para um futuro temporalmente aberto, mas que se acreditava poder moldá-lo. Nesse processo, a experiência marcante da revolução começava a vigorar como um campo de referências político que, senão substituíra os demais ensinamentos do passado, ao menos ganhava espaço entre eles. Com isso, a fórmula da história exemplar começava a ganhar novas feições, adaptando-se às demandas de uma história fortemente temporalizada.⁸ Sendo assim, a temporalização dos discursos torna-se o eixo fundamental de análise do vocabulário político no contexto revolucionário, do qual a independência do Brasil fez parte.

1.1. Entre Lisboa e o Rio de Janeiro: dois momentos do debate político

As cenas públicas portuguesa e lusoamericana entraram em um estado de permanente agitação entre 1821 e 1822. A crescente circulação de impressos de uma parte à outra do Atlântico, a instalação das Cortes de Lisboa, bem como a formação das juntas de governo e as eleições dos deputados constituintes contribuíram para aumentar a

de Portugal dependia da integridade do império, para tanto era vital que o território americano não se fragmentasse; 3) os projetos de reformas ultrapassavam a proposta de refundação política desejada pelos liberais portugueses, assim o Brasil ganharia centralidade em todo esse processo de reformas. Valdeci Lopes de Araujo, *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo, Hucitec, 2008, pp. 57-62.

⁷ Telmo Verdelho dos Santos, *As palavras e as ideias na Revolução Liberal de 1820*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981, p. 295.

⁸ Reinhart Koselleck [et. al.], *O conceito de História*, (Trad. René E. Gertz), Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013, pp. 162-163.

sensação de que as coisas ocorriam de maneira cada vez mais acelerada. Consonante a esses fatores, as expectativas dos deputados portugueses cresceram em torno da reação de D. João VI ao processo em curso, bem como se intensificaram as pressões para seu retorno à Europa, no âmbito da própria Corte fluminense. Em abril de 1821, o rei partiu para Lisboa e, em seu lugar, incumbiu o príncipe D. Pedro da Regência do reino. Na esteira desses acontecimentos, em paralelo aos trabalhos parlamentares em Lisboa, foi se desenvolvendo um processo de autonomização e desobediência da Regência de D. Pedro à autoridade das Cortes, com capacidade de consolidar o emergente projeto de separação política do reino do Brasil encabeçado pelo Rio de Janeiro e províncias circunvizinhas.⁹

No meio a tudo isso, intensificava-se o trânsito de informações de parte a parte; divulgavam-se relatos e boatos; realizavam-se encontros privados para tramocar acordos, alianças e conspirações; movimentavam-se tropas militares e milicianas; faziam-se leituras públicas de periódicos e panfletos; realizavam-se missas, festas e outras formas de aglomerações com o objetivo de divulgar um novo ideário político e promover a desmoralização dos indivíduos que os constitucionalistas de uma parte a outra do Império julgavam estar a serviço do Antigo Regime, os chamados “corcundas”.¹⁰ Não obstante,

⁹ A despeito da extensa bibliografia sobre a independência do Brasil destacamos alguns trabalhos individuais e coletivos, que tocam nos assuntos específicos aqui citados: sobre a imprensa e a formação da esfera pública, ver: Marco Morel, *As transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005; e Marco Morel & Mariana M. de Barros, *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003; sobre o processo de formação das Cortes de Lisboa e a participação das bancadas lusoamericanas, ver: Márcia R. Berbel, *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo, Hucitec, 1999; e quanto ao processo de independência nos diversos quadrantes da América portuguesa, incluindo-se o espaço da Corte no Rio de Janeiro, consultar as coletâneas organizadas por István Jancsó, *Brasil: formação do Estado e da Nação*, São Paulo, Hucitec/ Fapesp/ Editora Unijuí, 2003; e *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec/ FAPESP, 2005; Cecília H. L. de S. Oliveira, *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, Bragança Paulista, EDUSF, Ícone, 1999; Maria de Lourdes Viana Lyra, *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil, bastidores da política, 1798-1822*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994; Iara Lis Souza, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo, UNESP, 1999.

¹⁰ A palavra corcunda (ou carcunda) era empregada num sentido figurado para aferir um defeito moral ao sujeito que se curvava servilmente diante do despotismo e, por isso, ficava com a coluna torta e sem mais poder erguer a cabeça. Era um termo pejorativo utilizado na arena política para desmerecer os adversários. Ninguém se autodenominava assim, ao contrário do que ocorreria com os que aderiam ao constitucionalismo. Na prática, mesmo os políticos mais conservadores diziam-se a favor da constituição, embora existissem nuances claras acerca dos princípios norteadores da mesma. Divergia-se sobre o grau de liberdade de imprensa, o alcance social da representação política, a preponderância do poder legislativo sobre o executivo, entre outros fatores. Há que se destacar, o uso recorrente de “corcunda” inclusive nos títulos de vários tipos de panfletos, como as cartas, os diálogos e os catecismos constitucionais. Até mesmo um dicionário para explicar os usos que os supostos corcundas faziam de determinadas palavras chegou a ser confeccionado. Foi ele: *Dicionário corcundativo ou Explicação das frases dos Corcundas*, por José Joaquim Lopes de Lima, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1821. Sobre esse e outros termos do vocabulário político consultar: Lúcia M. B. Pereira das Neves, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*, Rio de Janeiro, Revan, FAPERJ,

foi no âmago do acalorado debate constitucional que uma nova conjuntura política começaria a ser desenhada. Embora surgissem algumas animosidades entre portugueses europeus e americanos (estimuladas pelas polêmicas entre escritores de ambas as partes, em que uns e outros exaltavam a superioridade de um lugar em relação ao outro),¹¹ até 1822 não se chegaria efetivamente à proposta de separação entre colônias e metrópole. Tal alternativa só viria à tona com o acirramento das críticas e tensões mútuas decorrentes dos decretos das Cortes de Lisboa, aprovados na sessão parlamentar de 29 de setembro e promulgados em 1 de outubro de 1821. As principais queixas provenientes do reino lusoamericano (fosse de naturais da terra ou de portugueses que haviam ali enraizado interesses) giravam em torno da exigência de retorno imediato do príncipe D. Pedro para Portugal, da organização dos governos ultramarinos subordinados às Cortes, e das ameaças de envio de expedições militares de sujeição. Posteriormente, entre dezembro de 1821 e janeiro de 1822, o Congresso também decidiria sobre a extinção de todos os tribunais formados no Rio de Janeiro depois da transferência da Corte, em 1808. Embora esses decretos não tivessem sofrido objeções dos deputados pernambucanos e fluminenses, que já se encontravam presentes no Congresso, sua recepção no Rio de Janeiro foi bastante negativa, provocando uma grande movimentação pública em prol do reino do Brasil e da Regência de D. Pedro. Os deputados portugueses passariam, então, a serem acusados de pretenderem “recolonizar o Brasil”.¹²

2003, p.132.

¹¹ Ao lado dos periódicos, cuja circulação aumentou espantosamente entre 1821 e 1822, também os panfletos e os folhetos políticos desempenharam um papel importante na divulgação das novas ideias e práticas políticas. Estas publicações de ocasião, em geral anônimas, destacavam-se pelo caráter polêmico e didático. As primeiras polêmicas fomentadas por estes escritos ocorreram em meados de 1821, quando desembarcaram no Rio de Janeiro panfletos lusitanos que exaltavam a antiga sede da monarquia e continham expressões que eram lidas como insultos ao Brasil. Sobre o desempenho dos panfletos durante a independência, ver: Cecília H. L. de S. Oliveira, *O disfarce do anonimato: o debate político através dos folhetos (1820-1822)*, São Paulo, USP, Mestrado, 1979; Lúcia M. B. Pereira das Neves, “Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil”, in: István Jancsó (org.), *op cit*, 2005. pp. 637-675. Recentemente foi publicada uma coletânea dos panfletos manuscritos do período. José Murilo de Carvalho, Lúcia Neves, Marcello Basile. (org.) *Às Armas Cidadãos! Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823)*, São Paulo, Cia das Letras, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012. Para o contexto hispanoamericano, ver: Rafael Sagredo Baeza, *De la colonia a la república: los catecismos políticos americanos, 1811- 1827*, Madrid, Fundación MAPFRE / Ediciones DOCE CALLES, S.L., 2009.

¹² Contudo, deve-se salientar que essas medidas não visavam o restabelecimento da colonização do Brasil. Na verdade, o nível de autonomia previsto para a organização das províncias atendia a algumas expectativas revolucionárias recentes, como no caso pernambucano de 1817. O decreto previa a eleição local do governo, rompia com as prerrogativas tradicionais das Câmaras municipais, autorizava a deposição dos antigos governadores-gerais das capitânicas, bem como as transformavam em províncias. Porém os decretos guardavam uma dubiedade quanto à administração civil e militar das províncias. Concedia-lhes autonomia nas partes administrativa e econômica, mas criava uma instância militar nomeada pelas Cortes e independente do poder civil eleito. De todo modo, a acusação de intenções recolonizadoras tornou-se um importante artifício justificador da manutenção da integridade do reino

Nesse novo cenário de meados de 1822, no qual proliferavam na imprensa fluminense acusações às supostas intenções recolonizadoras das Cortes, manifestar-se-ia, no panfleto intitulado *Segunda parte do amigo da razão ou a continuação da correspondência com os Redatores do Revérbero*, a desilusão de lusoamericanos em torno do projeto constitucional centralizado em Lisboa, assim como se justificaria a fundação, no Brasil, de uma Assembleia Constituinte de representantes provinciais:

As Províncias não deixaram de unir-se por espírito de divergência do centro Político da Regência de S. A. R., mas sim porque essa Regência estava desacompanhada do Paládio da Liberdade que só está, e só deve estar na Representação dos Povos; e esta Representação só existia em Portugal. Obraram nisso a meu ver o que deviam; e agora em se unirem fazem aquilo que devem. São diversas as circunstâncias, diversos devem ser os resultados. Os Homens não são pedras com Leis fixas, e invariáveis de sua inércia: são entes livres, cuja vontade varia segundo o vario impulso de seus interesses graduados pela escala de um futuro mais, ou menos esperançoso, o que me não pode negar.¹³

Para além das particularidades das situações advertidas neste e no panfleto anterior, podemos observar um aspecto comum: a constatação de que a época presente estaria marcada pela instabilidade e pela fluidez das decisões políticas; por conseguinte, a persistência de um futuro aberto na sucessão dos acontecimentos. Nas palavras do primeiro panfletário, a provisoriedade da ação política seria traduzida pela imagem de uma “regeneração” “singular na história”, mas permanentemente ameaçada pelos “mares tempestuosos de uma revolução”. Já para o segundo, os resultados das decisões e alinhamentos políticos estariam sempre prontos a mudar na medida em que as circunstâncias se alterassem. A seu ver, algo próprio da capacidade humana de transformação das suas perspectivas futuras. Ademais, esses realinhamentos e mudanças políticas evidenciavam-se pela própria condição do tempo histórico, cujos ritmos não eram regidos por leis fixas do tempo físico-natural, mas variavam de acordo com critérios estritamente sócio-políticos. Em outras palavras, o que havia sido promissor num primeiro momento, deixava de ser em outro. E assim, os habitantes das províncias teriam

do Brasil, sob a autoridade de D. Pedro juntamente da criação de uma Assembleia Constituinte. Márcia R. Berbel, “A retórica da recolonização”, in: *op cit*, 2005. pp. 791-808. A suposta intenção recolonizadora das Cortes de Lisboa, forjada na imprensa da época e comprada acriticamente pela historiografia nacionalista, desde o século XIX, também é criticada por Antonio Penalves Rocha, com o foco nas relações econômicas. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma invenção historiográfica*, São Paulo, Editora Unesp, 2009.

¹³ *Segunda parte do amigo da razão ou a continuação da correspondência com os Redatores do Revérbero, em que se responde a vários Argumentos, que se tem feito contra a medida apontada primeiramente pelo Autor, de se instalar uma Representação, ou Assembleia Legislativa no Brasil*, Rio de Janeiro, Oficina de Silva Porto e Cia, 1822, p. 34.

autonomia para decidir qual rumo queriam tomar.

O contraste entre os dois fragmentos permite tematizar as relações entre as expectativas de mudanças políticas e as experiências do tempo histórico durante o processo de independência do Brasil. É isso o que vamos fazer aqui, tomando por base exemplos retirados, principalmente, de panfletos políticos em circulação no Rio de Janeiro entre 1821 e 1822, alguns dos quais, republicações originárias do Porto e Lisboa. O fato de concentrarmos nossa análise nesse tipo de publicação deve-se ao peculiar imediatismo de suas motivações. Surgidos no calor dos acontecimentos, muitas vezes esses impressos de periodicidade irregular (como folhetos, manifestos, proclamações, cartas-denúncia e assim por diante) pautavam os debates da esfera pública, bem como sintetizavam o estado de agitação no qual se encontravam os protagonistas do jogo político. Circulavam de forma avulsa, ou até mesmo ganhavam as páginas dos periódicos (de forma integral ou parcial), tornando-se peças de refutação ou endosso das posições políticas dos editores dos jornais ou de algum correspondente. Percebe-se em torno desses panfletos, e no âmbito da imprensa de modo geral, a ocorrência de um processo de *temporalização dos discursos políticos*, engendrado pela consciência crescente da imanência do tempo como fator impulsionador das mudanças históricas e da sensação de que estas transformações ocorriam de maneira cada vez mais depressa.¹⁴

Como é sabido, o caminho entre o movimento constitucionalista português e a precipitação da ruptura dos laços entre reinóis e lusoamericanos foi marcado não só por

¹⁴ Para a circunscrição dessa problemática, nos inspiramos nos critérios básicos de estruturação de uma nova semântica histórica dos conceitos na modernidade, propostos por Reinhart Koselleck, quais sejam: democratização, temporalização, ideologização e politização. Cf.: Reinhart Koselleck, (versión española de Luis Fernández Torres: “Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana”, *Anthropos*, nº 223, 2009, pp. 92-105) Embora esses critérios estejam interrelacionados e pressuponham-se mutuamente, entendemos que o processo de temporalização dos conceitos seja o coração pulsante da teoria koselleckiana da modernidade; aspecto este, especialmente trabalhado por Alexandre Escudier em “Temporalización (*Verzeitlichung*) y modernidad política: ensayo de sistematización a partir de R. Koselleck”, in J. Fernández Sebastián y G. Capellán de Miguel (eds.), *Conceptos Políticos, Tiempo e Historia: nuevos enfoques en historia conceptual*, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, Madrid, McGraw-Hill Interamericana de España, 2013, pp. 303-348. Vale destacar que esta coletânea aborda sob enfoques diferentes aspectos gerais da obra de R. Koselleck. Sobre a teoria koselleckiana da modernidade, bem como sua pertinência para o contexto iberoamericano, ver também: Elías J. Palti, “Koselleck y la idea de *Sattelzeit*. Un debate sobre modernidad y temporalidad”, *Ayer* 53, 2004 (1), pp. 63-74; Sandro Chignola, “Temporalizar la historia. Sobre la Historik de Reinhart Koselleck”, *Isegoria Revista de Filosofía Moral y Política*, N.º 37, julio-diciembre, 2007, pp. 11-33; G. Zerméño Padilla, “Historia, Experiencia y Modernidad en Iberoamérica, 1750-1850”, in: J. Fernández Sebastián (dir.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol. I, Madrid, Fundación Carolina/SECC-CEPC, 2009 (doravante: *DPSMI*), pp. 551-579. J. Fernández Sebastián, “Cabalgando el corcel del diablo: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas”, en: J. Fernández Sebastián & G. Capellán (org.), *op cit*, 2013, p.429-430.

soluções instáveis e transitórias, mas por conflitos de interesses políticos e econômicos, atrelados, de certo modo, a coeficientes identitários que alimentariam projetos de futuro muitas vezes antagônicos.¹⁵

Nesse ínterim, os agentes históricos lidavam com situações insólitas que os faziam indagar sobre as especificidades e os desafios de sua própria época. Em alguns casos, o ineditismo das experiências políticas do início do oitocentos seria supervalorizado, como ocorre em Cipriano Barata, deputado da Bahia nas Cortes de Lisboa e editor, em 1823, do periódico pernambucano *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*. Numa de suas avaliações do panorama político daquele período, indagava: “dia de hoje tudo tem sido feito de salto e por meios extraordinários [...] E porventura não se vê do modo mais resplandecente que os tempos, as instituições e os sucessos são todos novos, todos inesperados, todos fora das leis ordinárias, os acontecimentos humanos?”¹⁶ Em outros, a avaliação da “época presente” ganhava contornos pouco menos entusiásticos, como no periódico fluminense *Regulador Brasílico-Luso*, que afirmava estar em curso uma “convulsão geral”, na qual o seu caráter irreversível e universalista representava um divisor de águas entre presente e passado:

Nós já não devemos considerar a época desta brilhante regeneração tão apartada, como ainda se figura; o gênero humano faz as mudanças de sua idade por séculos, assim como cada indivíduo no termo de alguns anos: porém à vista desta convulsão geral, que abala as Nações, podemos dizer, que chegou a época, em que todas estas famílias dispersas sobre a superfície do Globo, distintas por seus costumes, por suas leis, e por sua religião, devem passar a outro estado, vencendo todos os obstáculos, ainda os mais formidáveis, que se apresentarem diante da velocidade de sua carreira.¹⁷

¹⁵ *Grosso modo*, o multifacetado empreendimento colonial português, cujos ritmos e escalas de expansão foram variados, produziu assimetrias regionais reveladoras de padrões societários, culturais e econômicos diversificados, embora resultantes, ao seu tempo, da construção do Antigo Regime português na América. No momento de crise política em que se precipitou a independência, o caráter plural da unidade da monarquia portuguesa potencializaria conflitos de interesses, bem como fundamentaria a nova arquitetura política a ser construída, o Império do Brasil. Sobre o caráter político-identitário da independência, ver: István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*, São Paulo, SENAC São Paulo, 2000, pp. 127-175; Ilmar R. de Mattos, “Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”, in: István Jancsó (org.), *op. cit.*, 2005, pp. 271-300.

¹⁶ Cipriano Barata, “*Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, nº 24 – 25 de junho de 1823”, in: Marco Morel (org.), *Sentinela da Liberdade e Outros Escritos (1821-1835)*, São Paulo, Edusp, 2008, p. 292.

¹⁷ *O Regulador Brasílico-Luso*, nº 9 – 18 de setembro de 1822, pp. 119-120. Publicado a partir do segundo semestre de 1822, o *Regulador Brasílico-Luso* (depois, somente *Brasileiro*) foi custeado pelos cofres públicos e redigido por Antônio José da Silva Loureiro e frei Francisco Sampaio. Carlos Rizzini, *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*, Ed. Fac-similar, (1ª Ed. 1946), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 401

Como se pode notar, nos dois discursos, o *tempo histórico* atuava simultaneamente como fator e indicador da mudança política.¹⁸ Particularmente no discurso do *Regulador*, percebemos como a aproximação e comparação entre espaços, ideias e realidades históricas distintas revelam expectativas de futuro até então não suscitadas com tal vigor e caráter. Não obstante, as reações dos protagonistas à rápida sucessão de acontecimentos costumavam variar, podendo motivar tanto esperanças, quanto receios acerca do processo histórico em curso. Às vezes, a “carreira” ou “marcha” dos acontecimentos poderia ser vista como aberta para a perspectiva de avanços contínuos, ou então, tendentes a retrocessos, muito embora a maioria dos envolvidos procurasse interferir nos ritmos daquela experiência.

Por isso, deve-se tentar compreender como os próprios coetâneos perceberam e procuraram dar sentido ao mundo em que viviam através de suas práticas discursivas. O que justifica, portanto, a apreciação do vocabulário político desse período. Em termos mais específicos – ao se propor o estudo das relações entre as transformações nas experiências do tempo e a criação das condições de possibilidades da mudança política – procura-se investigar como se processou o que se tem chamado aqui de *temporalização dos discursos políticos* no âmbito da linguagem dos partícipes do movimento de independência. Ao se levantar essa questão, concorda-se com a premissa de Reinhart Koselleck de que desde meados do século XVIII se acumulam indícios de uma nova consciência do tempo histórico, percebida por intermédio das transformações na semântica de certos conceitos político-sociais.¹⁹ Não obstante, considera-se que além dos conceitos, também linguagens, metáforas e expressões conformavam uma tessitura linguística mais complexa, na qual o *tempo histórico* – seja em sua dimensão estrutural enquanto experiência e expectativa, seja como discurso sobre o passado, o presente e o

¹⁸ Neste ponto, cabe um esclarecimento: o uso da expressão *tempo histórico* nada mais é que um uso *singular coletivo* para descrever uma realidade plural composta por uma multiplicidade de tempos. Neste sentido, *tempo histórico* significa uma articulação de diversos tempos sociais. Como salienta Fernand Braudel, toda realidade social é composta de uma simultaneidade de tempos e durações reveladas pela relação mútua entre permanências e mudanças. Do mesmo modo, os *conceitos* condutores do movimento histórico, como os até aqui citados – revolução, regeneração, reforma –, revelam tanto uma dimensão sincrônica, quanto estruturas de experiência e contextos de acontecimentos numa perspectiva de longa duração. F. Braudel, “História e Ciências Sociais. A longa duração”, in *Escritos sobre história*, São Paulo, Perspectiva, 2ª edição, 1992, p.41-78; Reinhart Koselleck, *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*, Ediciones Paidós, UAB, Barcelona, 2001; Reinhart Koselleck, “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”, *op. cit.*, 2006.

¹⁹ Reinhart Koselleck, “‘Modernidade’: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade”, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 282-283.

futuro – tornava-se o eixo da construção de argumentos, da defesa ou contestação de princípios e de interesses políticos.²⁰

Esse processo não pode ser visto de modo isolado, mas sim vinculado à gestação de uma nova dinâmica política entre fins do século XVIII e início do século XIX, conformadora de um *espaço de experiência revolucionário moderno*, ao qual se articula a independência.²¹ Premissa esta sustentada por João Paulo G. Pimenta, no intuito de enfatizar o aspecto unitário desse processo revolucionário, no qual um conjunto de experiências específicas em tempos e espaços distintos conformava, de fato, uma mesma experiência histórica. Em outros termos, essa perspectiva oferece condições para situar encontros, trocas e influências recíprocas ocorridas no interior da multifacetada realidade política das antigas monarquias imperiais ibéricas (vice-reinos, reinos, províncias, cidades, povos), ao longo do processo de dissolução do Antigo Regime e o surgimento dos Estados nacionais. Salienta-se assim, o fato dos protagonistas das independências americanas compartilharem, muitas vezes, universos políticos e discursivos específicos produtores de uma unidade conjuntural histórica. Por conseguinte, Pimenta visa superar os impasses criados por um grave consenso historiográfico, no qual a constatação das singularidades do processo de independência da América portuguesa conduziu ao

²⁰ A história dos conceitos, a despeito da tendência de se ocupar de conceitos singulares, oferece condições para a exploração de unidades discursivas mais amplas, pois visa analisar "campos semânticos". Como destaca Hans Erich Bödeker, os conceitos surgem e funcionam em discursos, portanto há uma relação de interdependência que descarta metodologicamente a hierarquização de uma unidade de análise sobre a outra. Hans Erich Bödeker, "Historia de los conceptos como historia de la teoría. Histotia de la teoría como historia de los conceptos. Una aproximación tentativa", en: J. Fernández Sebastián y G. Capellán de Miguel (eds.), *op cit*, 2013, pp. 22-23. Sobre a inclusão das metáforas na análise de campos semânticos, numa perspectiva histórica conceitual, ver: J. Fernández Sebastián, "Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una nueva historia político-intelectual", en: *Historia cultural de la política contemporánea*, Jordi Canal y Javier Moreno Luzón (eds.), Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 11-30; J. Fernández Sebastián, "Las revoluciones hispánicas. Conceptos, metáforas y mitos", en: Roger Chartier, Robert Darnton, J. Fernández Sebastián y Eric van Young, *La Revolución francesa: ¿matriz de las revoluciones?*, México, Universidad Iberoamericana, 2010, pp. 131-223.

²¹ João Paulo G. Pimenta, *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780 – c.1830)*, São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de Livre Docência), 2012. Há que se destacar que é cada vez mais frequente abordar-se, sob uma perspectiva integrada, o tema das revoluções de independência na América. Dentre vários autores, poderíamos mencionar: Richard Graham, *Independence in Latin America: a Comparative Approach*, 2a.ed. McGraw-Hill, 1994 (a primeira edição é de 1972); Tulio Halperín Donghi, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*, Madrid: Alianza, 1985; Lester D. Langley, *The Americas in the Age of Revolution 1750-1850*, New Haven/London, Yale University Press, 1996; Anthony McFarlane, "Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações", in: Jurandir Malerba (org.), *A Independência brasileira: novas dimensões*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p.387-417; Jaime E. Rodríguez O., *La independencia de La América española*, México, FCE, Colmex, FHA, 2005; François-Xavier Guerra, *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispanicas*, 3º Ed., México, FCE, MAPFRE, 2000.

solapamento dos pontos em comum entre este processo e o cenário político americano.²²

Além disso, essa formulação conceitual sinaliza para outro aspecto, a constatação de que ao longo daquele período revolucionário, a história não deixava de ser fonte de ensinamento, mas passava por um ajuste de foco. O que outrora havia sido uma “história mestra da vida” vinha conhecendo a concorrência de experiências mais recentes do período revolucionário. Assim, a história curta passava a pesar de modo diferenciado em relação à história longa. O que para Pimenta, “tratar-se-ia de uma experiência específica *sobressalente*, e não *substitutiva* em relação às anteriores, já que a mais recente delas só pôde existir por estar embasada em outras a ela pretéritas, com elas perfazendo uma unidade dinâmica sem começo ou fins precisos.”²³

Esse argumento de Pimenta parece convergir e, em certa medida, complementar as observações de Valdeci Lopes Araujo acerca do significado da permanência do *topos* história *magistra vitae*. Segundo Araujo, mais do que uma resistência ao conceito moderno, essa tradicional concepção cicerônica, cuja percepção cíclica do tempo possui forte vinculação à noção de natureza humana intemporal, parece ter sido progressivamente adaptada ao novo conceito de história. Desde o século XVIII, as narrativas históricas civis eram capazes de orientar a humanidade por lições filosóficas pretensamente intemporais. Por sua vez, no desenvolvimento das filosofias da história do século XIX, embora não se admita uma natureza intemporal, o etapismo presente nestas narrativas permitia a retirada de lições do passado, já que por esta análise seria possível vislumbrar o futuro, “mesmo que esse já não fosse concebido em termos de repetição do passado”.²⁴ A conclusão de Araujo é que o *topos* ciceroniano pôde ser adaptado a esse novo tipo de lição histórica, qual seja: aprendia-se com o passado, porém não era possível imitá-lo.²⁵ A nosso ver, esse aspecto instrutivo do passado permitiu, em momentos específicos do jogo político da independência, operar retoricamente certos conceitos de movimento com o intuito de legitimar projetos de futuro surgidos do embate político.²⁶ Talvez um dos exemplos mais palpáveis desses usos retóricos tenha sido as performances

²² João Paulo G. Pimenta, *op. cit.*, 2012, p. 14. Um dos autores que atribuiu maior peso à singularidade do processo político brasileiro contraposto à América Espanhola foi: José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: política imperial*, 7ª Ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

²³ João Paulo G. Pimenta, *op. cit.*, 2012, pp. 15-16.

²⁴ Valdeci Lopes de Araujo, “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”, *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº 7, maio de 2008, p. 55.

²⁵ *Idem*.

²⁶ Sobre os usos retóricos da linguagem política, ver: Quentin Skinner, “Retrospectiva: Estudar a retórica e a mudança conceitual”, *Visões da Política, Questões Metodológicas*, Algés, Difel, 2005, pp. 245-262.

discursivas centradas no neologismo “recolonização”, como pretendemos abordar neste capítulo.

Consideradas tais premissas, concorda-se com a ocorrência de uma conjuntura mundial, uma dinâmica histórica sistêmica, na qual a ação política tende a orientar-se por uma nova concepção de temporalidade, qual seja: os traços do passado e do presente salientados nos discursos políticos podem passar a carregar consigo uma espécie de força histórica impulsionadora de um movimento em direção a um futuro pretensamente controlável, mas que se mostrava, simultaneamente, cada vez mais fugaz e, por isso, sujeito às sensações de retrocessos ou de mudanças de curso.²⁷ Ao ser transformado em “desafio e enigma”, o futuro tornava-se objeto de inquirição e controvérsia política, o que proporcionava, do mesmo modo, uma disputa sobre o passado e o presente.²⁸ A consciência crescente de que o tempo de outrora se diferenciava do daquela época conduzia a uma experiência de aceleração histórica.²⁹ O presente se transformava num período não só de ruptura, mas de transição, no qual o surgimento de situações políticas novas ensejava interpretações divergentes sobre o passado, ao passo que se alteravam as projeções de futuro. Assim, tornava-se um problema saber o que preservar e o que superar do passado, bem como poder extrair daquela conjuntura ensinamentos úteis na decifração do porvir.

No caso específico da independência do Brasil, percebe-se que as dificuldades impostas pela situação de crise política generalizada – que remonta, pelo menos, às invasões francesas ao reino peninsular e à transferência da Corte para a América em 1808 – ensejaram avaliações de conjuntura e leituras do passado fundamentadas em cronologias e referências históricas particularizadoras das trajetórias lusoamericana e peninsular. Assim, a transferência da Corte se transformaria em um poderoso catalisador de narrativas ilustradas empenhadas em tramar aquele evento em cadeias explicativas, que corroborariam para as divergências nos dois lados do Atlântico.³⁰ A consciência crescente de uma experiência de aceleração do tempo sofreria uma nova inflexão com a emergência do movimento constitucionalista e a abertura de um novo cenário político a

²⁷ Cristiane C. dos Santos, *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo, FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 2010.

²⁸ Reinhart Koselleck, *op cit*, 2006, p. 288-292.

²⁹ João Paulo G. Pimenta y Valdeí L. de Araujo, “História – Brasil”, en: *DPSMI*, 2009, pp. 593-604.

³⁰ Valdeí Araujo, em estudo sobre as linguagens historiográficas durante o período joanino na América portuguesa, afirma que as narrativas ilustradas são relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo da atividade humana, sem ainda os reunir em um conceito singular de progresso geral da sociedade. Valdeí Lopes de Araujo. “Formas de ler e aprender com a história no Brasil Joanino”, *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, nº 1, jan/jun 2009, pp. 85-98.

partir de 1820. Daí por diante, as perspectivas históricas antagônicas evocadas nos discursos tenderiam a se politizar cada vez mais e seriam fundamentais na definição dos novos alinhamentos e soluções políticas que sustentariam um projeto de independência do Brasil.³¹

1.2. Da persuasão das reformas ao amor pelas novidades

Realizadas essas considerações, faz-se necessário adentrar a conjuntura na qual atuavam vozes como as que vêm sendo analisadas aqui. No início de 1821, quando a *Carta segunda do Compadre de Belém* foi publicada em Portugal – em seguida seria reimpressa no Rio de Janeiro³² –, uma das questões levantadas nos debates da imprensa portuguesa era a necessidade de se promoverem reformas nas instituições do Estado, sem que com isso fossem desencadeados grandes transtornos na ordem civil. Por um lado, os portavozes ou simpatizantes do movimento vintista procurariam se resguardar das acusações de serem revolucionários profusores da anarquia e da guerra civil. Ideias estas que, apesar de suas especificidades (ou seja, nem toda revolução resultava em guerra civil ou anarquia), por vezes tinham seus significados associados e assim eram vistas como efeitos, quiçá inevitáveis, das mudanças nas formas de governo.³³

³¹ João Paulo G. Pimenta, “Espacios de experiencia y narrativa historiográfica en el nacimiento del Brasil independiente (apuntes para un estudio)”, *Brasil y las independencias de hispanoamérica*, Universitat Jaume I, 2007, p. 138.

³² Segundo Lúcia Neves, as cartas primeira e segunda do “Compadre de Belém” são de autoria de Manuel Fernandes Tomás (importante membro da Junta de governo do Porto e um dos mais destacados deputados portugueses das Cortes de Lisboa), cujo estilo de escrita e postura diante da Regeneração portuguesa não devem ser confundidas com as observações do “Compadre de Lisboa”, pseudônimo de quem mandara imprimir as cartas do “Compadre de Belém”, tal como redigiu um dos mais polêmicos panfletos da época, em que atacava diretamente a dignidade dos habitantes do Brasil: *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitania*. Reimpresso no Rio de Janeiro, Tip. Real, 1821. Já a primeira carta anônima de Fernandes Tomás foi: *Carta do Compadre de Belém ao Astro da Lusitânia, dada à luz pelo Compadre de Lisboa*, Reimpressa no Rio de Janeiro, Tip. Real, 1821. Todos esses panfletos em forma de missivas foram republicados no Rio de Janeiro em meados de 1821, deflagrando um acalorado debate entre escritores dos dois lados do Atlântico, versando sobre as qualidades e vantagens de cada reino para a regeneração portuguesa. Cf.: Lúcia M. B. Pereira das Neves, *op cit*, 2003, p. 278.

³³ João Paulo Pimenta, estudando o contexto linguístico do pensamento político português das primeiras décadas do oitocentos – mais especificamente das diferenças e aproximações entre as posições políticas defendidas pelo redator do *Correio Brasiliense*, Hipólito José da Costa, e a dos homens de Estado portugueses na avaliação dos impactos da política hispano-americana para a América portuguesa –, chama atenção para o aspecto valorativo do uso dos vocábulos *revolução* e *guerra civil*. Enquanto no *Correio* as *revoluções* na América seriam vistas como processos esperados, e até mesmo justificáveis, em razão da péssima administração metropolitana de suas colônias, podendo, em alguns casos, gerar uma *guerra civil*, o que era condenável, e, por isso, deveria ser evitado; nos discursos dos homens de Estado portugueses, os dois vocábulos eram empregados praticamente como sinônimos, difundindo-se uma visão amplamente negativa das *revoluções* na América espanhola naquele período, sempre desagregadoras e violentas. João Paulo G. Pimenta. “A política hispano-americana e o Império

Nesse contexto, muito pelas consequências dos episódios franceses do período do terror jacobino e da ofensiva imperial napoleônica, “revolução” era uma palavra evitada pela maioria, e seu emprego exigia prudência e destreza dos escritores. Termo marcado pelo estigma da violência, quando utilizado num sentido positivo era geralmente acompanhado de justificativas ou adjetivos que exprimiam felicidade ou justiça. Via de regra, palavras como “reforma” ou “regeneração”, sobretudo esta última, encontravam uma melhor recepção entre os escritores, por dotarem o processo de mudança institucional de um tom pretensamente mais moderado e conectado com as tradições políticas do reino desvirtuadas pelo absolutismo, como se costumava afirmar. Diante deste quadro, o constitucionalismo tornava-se símbolo de uma retomada de rumo da nação e abertura de uma perspectiva de progresso, como pode ser visto no folheto *A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os carcundas e os constitucionais: origem destes nomes e capitulação dos carcundas escrita pelo constitucional europeu ao constitucional brasileiro e oferecida a todos os verdadeiros constitucionais*. Aqui, a questão do atraso material e civilizacional dos portugueses frente aos demais povos europeus, tema caro à geração de reformistas ilustrados de meados do século XVIII, mantinha-se no centro do debate político, sobretudo por alimentar novas expectativas de superação do período recente da história de Portugal tido como decadente. No trecho abaixo, a imagem do desvio na tendência do desenvolvimento lusitano motivado pela má administração do Estado é evidenciada pelo contraste de um passado modelo e um presente devastador:

Nós já fomos uma nação grande, e já fizemos uma brilhante figura no mundo, e agora não somos nada! Nós possuímos pingues terrenos, e não temos pão para comer! Nós somos ativos, laboriosos, empreendedores, e vivemos na miséria, na indigência, e na desgraça! Nós temos perdido o Comércio, a Agricultura, as Fábricas, e a Navegação! Nós pagamos tributos enormes e não chegam para as despesas do Estado! Nós tivemos valor, coragem, ferro, e braços, para arrancarmos do seio da nossa Pátria numerosos e invencíveis Exércitos, que como abutres nos devoravam o coração, e bebiam o sangue! Nós combatemos, destruimos, e vencemos os inimigos externos, que nos queriam usurpar a nossa liberdade, a nossa propriedade, e a nossa segurança pessoal, e não podemos combater vencer, e destruir os inimigos de casa, mais temíveis ainda e mais perigosos que [os] de fora!! Que inimigos ocultos pois são os que nos devoram? Procuremo-los, e nós os encontraremos: Levantemos uma bandeira Constitucional, para que a ela se reúnam todos os Constitucionais, isto é, todos aqueles, que forem verdadeiramente amigos da Nação, do Rei, da Pátria, e da Religião.³⁴

português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura”, in István Jancsó (org.), *op cit*, 2003, pp. 129-130.

³⁴ *A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os carcundas e os constitucionais: origem destes nomes e capitulação dos carcundas escrita pelo constitucional europeu ao constitucional*

Conforme seu argumento, somente levantando a bandeira da constituição e da “regeneração política” era possível empreender “uma geral reforma de abusos, e uma nova ordem de coisas” em Portugal. A noção de “regeneração”, no caso específico deste panfleto, atentava não somente para as mudanças na forma de governo, mas para a conversão dos indivíduos a um novo conjunto de práticas políticas alinhadas ao constitucionalismo. A chave do enredo desse panfleto era o relato da simulação de um diálogo entre duas figuras representativas dos “partidos” dos *Constitucionais* e dos *Corcundas*.³⁵ Tal diálogo possuía um forte caráter didático em que se apresentavam os princípios do constitucionalismo e o arquétipo de um governo despótico, defendido pelos corcundas. O embate entre os dois lados, ao final, resultaria no convencimento dos corcundas a aderirem à causa constitucional sob pena de correção de seus antigos vícios políticos. Através de uma ritualística católica aplicava-se aos corcundas convertidos a obrigação de proferirem orações constitucionais para que se “purificassem”. Os títulos das orações que se sucedem são bastante sugestivos: “Protestação da fé Constitucional”; “Os Mandamentos da Lei Constitucional”; “Artigos da Santa fé Constitucional”; “Credo Constitucional”; “Padre nosso Constitucional”; “Ave Maria Constitucional”; e “Salve Rainha Constitucional”. A nosso ver, este viés argumentativo em que se conjugam forma religiosa e conteúdo político liberal, não aponta necessariamente para uma contradição entre elementos tradicionais e modernos, e sim indicam uma perspectiva de ampliação do

brasileiro e oferecida a todos os verdadeiros constitucionais, Rio de Janeiro, Impressão. Régia, 1821, p. 3.

³⁵ Aproveitando-se desta menção a “partidos”, cabe destacar que apesar da maioria dos escritores se valerem deste termo para identificar certos indivíduos ou grupos políticos, estes “partidos” não expressariam efetivamente uma organização política com um grau mínimo de coerência programática interna de seus membros. Percebemos, na verdade, que naquele momento de crise do Antigo Regime haveria um conjunto de práticas e um campo discursivo comum entre os escritores do Velho e do Novo Mundo que se identificavam com o constitucionalismo. Porém este campo discursivo estaria sempre sujeito a inovações e mudanças de perspectivas a depender de situações políticas específicas. Com algum grau de generalização, podemos identificar no contexto lusoamericano, grupos políticos que se construíram em meio a experiências políticas coletivas nas diferentes regiões da América portuguesa desde fins do século XVIII e início do XIX. Atuaram na deposição dos capitães gerais das antigas capitanias e na formação das juntas governativas provinciais durante o movimento constitucionalista. Organizaram as eleições dos representantes provinciais nas Cortes de Lisboa, bem como participaram dos debates públicos travados na imprensa periódica. Em outras palavras, ao estudar as performances discursivas dos atores políticos da cena pública portuguesa e lusoamericana lidamos, simultaneamente com a construção de projetos de futuro sustentados sob consensos/dissensos, que engendraram perspectivas de harmonia/conflito, unidade/diversidade, etc. Logo, estes jogos de contrários constituíram, por assim dizer, estados de ajustamento das posições políticas que criavam as condições de possibilidade para projetos divergentes se desenvolverem. Sendo assim, reiteramos: não se tratam de “partidos”, “facções” ou grupos bem definidos: apenas tendências que vão se fazendo e desfazendo de acordo com a dinâmica do contexto político.

alcance social da pregação política e da formação dos novos espaços públicos de discussão. De certa forma, numa sociedade em que a oralidade ocupava lugar fundamental, a difusão da palavra impressa relacionava-se diretamente ao discurso de fácil memorização, como o dos catecismos e das orações, que permeavam o cotidiano de diferentes estratos sociais. Por outro lado, atribui-se valor fundamental a uma arena pública em que o debate racional de ideias podia se desenvolver e permitir mudanças de posições políticas sem que se promovessem conflitos sociais violentos.

Mas nos concentremos à questão do “atraso” português levantado acima. Cabe destacar a visão um tanto peculiar do panfleto *A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os carcundas e os constitucionais*. Apesar da crítica feita ao “despotismo” e à antiga administração do reino, o panfletário relativizava o fato dos portugueses terem sido um dos últimos povos europeus a levantarem os estandartes do movimento constitucionalista. Em certo sentido, defende que a entrada tardia neste processo político acabou por garantir aos portugueses um melhor preparo, um acúmulo de “sabedoria” e “juízo prudencial”, que faltava aos outros povos europeus que se julgavam “mais cultos e polidos”. Por este modo, ao contrário do que a experiência, “a verdadeira mestra dos homens”, ensinava sobre o que eram “revoluções, regenerações e mudanças políticas”, a transição entre uma velha e nova época poderia ocorrer de maneira menos traumática.³⁶

O panfletário se apresentava como um viajante que havia testemunhado os mais importantes acontecimentos políticos da Europa daquela época até o dia em que retorna à cidade do Porto justamente no momento em que o movimento constitucionalista era deflagrado. Aqui, a figura do viajante funcionava como a de um observador distanciando, cuja posição de exterioridade em relação aos fatos narrados lhe permitia construir uma interpretação pretensamente verdadeira e fundamentada na comparação com uma série de outras experiências (revolucionárias, por assim dizer), que vinham ocorrendo por toda a Europa desde pelo menos a Revolução Francesa. Ao dizer que estava viajando há 30 anos pelo continente e que terminara sua viagem em Portugal, este observador parecia se confundir com o próprio espectro da “Revolução”, pois ao realizar um giro por toda a Europa chegava a Portugal munido de uma experiência histórica acumulada e suficientemente madura para definir a “moderação” política como a alternativa mais viável para a superação da crise.

³⁶ *A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os carcundas e os constitucionais...*, pp. 1-2.

Vi de perto quase todos os acontecimentos notáveis da Europa, quase todas as mudanças, e revoluções, que o fim do século passado, e o princípio do presente, tem oferecido ao mundo, em um espaço de tempo tão curto, como fértil em sucessos notáveis, e nada tão grande, e admirável aos olhos do Filósofo, e do Político, como o quadro que tenho observado, admirado em Portugal. Ao princípio considerei-me em perigo e cheguei mesmo a persuadir-me que o Douro, Mondego e Tejo, se tingiriam de sangue, e as minhas suspeitas não eram mal fundadas. A experiência é a verdadeira mestra dos homens; e esta me tinha já ensinado, o que eram revoluções, regenerações, e mudanças políticas; e além disso tinha ouvido, e lido em outros Países, que Portugal era ainda uma Nação fanática, ignorante, supersticiosa, e cem ou duzentos anos mais atrasada, que as Nações cultas, e polidas da Europa. Eu porém tenho vivido enganado, assim como quase todos os Estrangeiros; todavia a experiência, e a reflexão fizeram-me acreditar, que a Nação Portuguesa tinha mais sabedoria, generosidade, e juízo prudencial, que os outros Povos da Europa, que mais se picam de cultos e polidos. Acredita, meu amigo, uma fiel narração de tudo quanto se passou diante de meus olhos, e ficarás admirado, porque eu ainda estou!!!³⁷

Nesse longo trecho citado, chama a atenção o destaque dado aos acontecimentos políticos da Europa ocorridos “em um espaço de tempo tão curto, como fértil em sucessos notáveis”, assim como as duas referências feitas à “experiência” como fonte de ensinamentos para as decisões políticas. Primeiro, o panfletário sublinha a relação entre revolução e a vivência de um tempo histórico em aceleração. Em seguida, deixa entrever a diferença entre as duas referências à “experiência”, uma recente, outra mais remota. Demonstra o quanto os ensinamentos dela advindos se encontravam num processo de constante alteração. Num primeiro momento, Portugal era vista como uma nação atrasada, porém noutro momento, a “experiência” vivida pelo narrador fazia-o refletir e acreditar que aquele país era capaz de colocar-se no mesmo estágio do mundo civilizado. Como se vê, de modo geral os entusiastas do movimento vintista procuravam se mostrar alinhados às novas demandas políticas e sociais salvaguardadas pelos princípios constitucionais e, assim, se oporem à imagem do despotismo ministerial encarnada pelo antigo governo do reino, formado após a transferência da Corte para o Brasil. Ao final, o resultado concreto da cautela e das justificativas em torno do uso da palavra “revolução” seria um apelo constante à moderação como principal critério para o exercício da crítica política pública, em expansão naquele contexto de “guerra de penas”.³⁸

³⁷ *A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os carcundas e os constitucionais...*, pp. 1-2.

³⁸ Lúcia M. B. Pereira das Neves, “A guerra de penas: os impressos políticos e a independência do Brasil”, *Revista Tempo*, nº 8, Rio de Janeiro, dezembro de 2009, pp. 1-17; Isabel Lustosa, *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*, São Paulo, Cia das Letras, 2000. Além dos trabalhos de Lúcia Neves e Isabel Lustosa, vale destacar outro, mas para o contexto espanhol, que parte da premissa de um clima bélico nos usos da linguagem política na imprensa: Jean-René Aymes, *La Guerra de La*

Tal ideário era fortalecido e legitimado pela carta do “Compadre de Belém”, na qual acusava o redator do periódico lisboeta *Astro da Lusitânia* de agitar a opinião pública contra o Governo Provisório recém-instalado. Após a consolidação das novas juntas de governo do Porto e de Lisboa formalizou-se um acordo em 27 de setembro de 1820, em que se formou o novo governo de Portugal com cinco membros do antigo governo de Lisboa e onze do Porto. Este novo governo era formado por duas partes: pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e pela Junta Preparatória das Cortes, esta encarregada de tudo relacionado à reunião das Cortes.³⁹

Na visão do panfletário, os discursos feitos na imprensa deveriam se preocupar não só em convencer os portugueses, mas também os “Gabinetes da Europa”, de que os seus desejos eram os de homens que “procura[vam] ser livres, respeitando sempre o Trono, o Altar, o Direito Público, e o das Gentes”.⁴⁰ Para o “Compadre de Belém”, o *Astro da Lusitânia* seguia caminho contrário ao modelo de virtude moral defendida, por isso cometia excessos infundados, como o de afirmar que tudo em Portugal ia como antes do novo governo, e que as mudanças deveriam vir mais depressa.⁴¹ Em resposta ao *Astro*, o panfletário adverte os “senhores *apressados*”, que sofriam da “*moléstia* de querer tudo feito de repente”, dos riscos de uma política “imoderada”. Para ele, mesmo na Espanha, onde havia Constituição, Cortes Legislativas e trabalhos constantes muitas das reformas necessárias ainda não haviam sido feitas, não sendo, por isso, um Governo Provisório capaz de realizar tudo em tão pouco tempo.⁴²

Esta comparação entre a situação política de Portugal e da Espanha revelada por

Independencia (1808-1814): calas y ensaios, CSIC y Ediciones Doce Calles, S. L., 2009; J. Fernández Sebastián, “Guerra de palabras. Lengua y política en la revolución de España”, in: Pedro Rújula y Jordi Canal (eds.), *Guerra de ideas. Política y cultura en la España de la Guerra de la Independencia*, Institución Fernando el Católico, Marcial Pons Historia, 2011, pp. 237-280.

³⁹ Márcia R. Berbel, *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*. São Paulo, Hucitec, 1999, p.45; Valentim Alexandre, *op cit*; Isabel Nobre Vargues, “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 45-63

⁴⁰ *Carta segunda do Compadre de Belém...*, 1821, p. 7

⁴¹ Uma das dificuldades enfrentadas pelo novo Governo se deu em relação às instruções para as eleições dos deputados. As primeiras instruções, datadas de 31 de outubro de 1820, não vingariam e seriam duramente criticadas por não corresponderem às expectativas de diversos setores da sociedade portuguesa, que já haviam se manifestado a favor dos critérios das Cortes de Cádiz de 1812. Após estas manifestações, os critérios espanhóis seriam adotados pelas novas instruções de 23 de novembro de 1820. Os descontentamentos que levariam à adoção das novas instruções resultaram, também, na demissão de dois dos representantes do Porto no governo (um deles, Manuel Fernandes Tomás), que se recusaram a assumir os critérios espanhóis, pois recebavam a anexação do território português pela Espanha no caso de insucesso do movimento vintista. Tal como em Portugal, as novas regras seriam utilizadas nas eleições das províncias do Brasil. Sobre as questões relativas ao processo eleitoral, ver: Márcia R. Berbel, *op cit*, 1999, p.45-50.

⁴² *Carta segunda do Compadre de Belém...*, 1821, pp. 12-13

um coetâneo nos dá oportunidade para salientar a inegável proximidade entre as experiências constitucionais de ambos os países. Alvos da expansão napoleônica entre fins de 1807 e início de 1808, as duas monarquias ibéricas encontraram saídas distintas para a crise política e militar decorrente da invasão francesa. Enquanto a Corte bragantina, com o apoio britânico, se refugiou na América portuguesa e preservou sua integridade física e simbólica, prolongando seu governo por mais catorze anos, a família real espanhola tornou-se cativa dos franceses dando oportunidade à criação imediata de condições para a desagregação daquela autoridade real. Em reação à imposição de um rei estrangeiro, José Bonaparte (doravante José I, irmão mais velho de Napoleão), formaram-se juntas autônomas de governo por todo território hispânico. Mesmo tendo assumido uma feição continuísta e legitimista da monarquia bourbonica, estas juntas não deixaram de serem importantes instrumentos de inovação política.⁴³ Na sequência da experiência junteira, espalhada também pela América hispânica, seguiram-se a reunião das Cortes de Cádiz (1810-1814), e a elaboração de uma constituição (1812), que se tornaria um dos grandes marcos do liberalismo ibérico.⁴⁴

Vale ressaltar que inovações institucionais como estas foram acompanhadas também por renovações no vocabulário sócio-político, nas práticas culturais e na sociabilidade. Se por um lado, a rápida transformação nas formas políticas era denunciada pelo reordenamento da dinâmica linguística, com a criação de novos vocábulos e a reformulação de significados parciais a outros já existentes (muitas vezes, acompanhadas de cargas emocionais e valorativas diversas)⁴⁵; por outro lado, esse processo era acompanhado pela ampliação e dinamização dos espaços públicos de debates políticos, claro, estimuladas pela situação de crise generalizada. Proliferaram-se os periódicos e os folhetos, as sociedades patrióticas e lojas maçônicas, além dos debates públicos em praças, ruas, boticas e cafés (espaços de sociabilidade importantíssimos para a divulgação de ideias e formação política dos indivíduos).⁴⁶ Mas isso, evidentemente, não se restringiu

⁴³ João Paulo G. Pimenta, *op. cit.*, 2012, pp.144-145.

⁴⁴ Sobre as Cortes gaditanas e a Constituição de 1812 ver: Manuel Chust (coord), *Doceañismos, constituciones e independencias. La Constitución de 1812 y América*, Madrid, Fundación Mapfre, 2006; M. Chust (ed), 1808. *La eclosión juntera en el mundo hispano*, México, FCE-ECM, 2007; Márcia R. Berbel & Cecília H. de S. Oliveira (org.), *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*, São Paulo, Alameda, 2012; Roberto Breña, *El imperio de las circunstancias. Las independencias hispanoamericanas y la revolución liberal española*, México, Madrid, ECM, Marcial Pons, 2013.

⁴⁵ J. Fernández Sebastián, *op cit*, 2009, p. 10.

⁴⁶ Marco Morel, “La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840)”. François-Xavier Guerra y A. Lempérière (et.al.). *Los espacios públicos em Iberoamerica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*, México D.F., FCE, 1998, p.300-320; Alexandre M. Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*, Juiz de Fora, Ed

ao contexto espanhol; no Brasil, por sua vez, a transferência da Corte já proporcionava alterações progressivas das formas de exercício da política em todos os seus níveis e estratos sociais.⁴⁷ Na verdade, foi sendo formado *um espaço comum* de intercâmbio de ideias e práticas políticas manejadas simultaneamente por uma grande quantidade de pessoas em todo o mundo europeu e iberoamericano. Como salienta o historiador Javier Fernández Sebastián, é surpreendente a similitude de discursos e linguagens políticas que circularam em ambos os lados do Atlântico e que, em grande medida, puseram em manifesto a existência de uma cultura política compartilhada em toda esta porção do globo.⁴⁸

Como se sabe, as experiências constitucionais espanholas – primeiro em Cádiz (1810-1814), depois em Madri (1821-1822) – inspirariam de diversas formas o movimento vintista.⁴⁹ Os revolucionários portugueses valeram-se delas, por exemplo, na formação das juntas governativas e na definição dos métodos das instruções eleitorais para a reunião dos representantes nacionais. Contudo, procuraram matizar os contextos políticos dos países ibéricos. Julgavam necessário que Portugal tirasse vantagens do constitucionalismo espanhol afastando-se de quaisquer situações vistas como negativas, ou simplesmente inadequadas ao projeto político posto em prática a partir de 1820.

Nesse sentido, na própria *Carta segunda do Compadre de Belém* o uso do pronome “nossa”, antes de “regeneração”, singularizava a posição de Portugal no quadro das experiências constitucionais modernas, conforme já salientamos. Esta singularidade, em parte, era favorecida pela manutenção da integridade monárquica com a transferência da Corte para o reino lusoamericano; por outra, pelo fato de o movimento constitucionalista português poder, ainda, extrair ensinamentos úteis daquela conjuntura revolucionária e, com isso, “corrigir” ou “evitar” erros cometidos em outros contextos.⁵⁰

UFSJ, São Paulo, Annablume, 2006; François-Xavier Guerra, *op. cit.*, 2000.

⁴⁷ João Paulo G. Pimenta. “Brasil y las revoluciones de hispanoamerica (1808-1822)”, in *Brasil y las independencias de hispanoamérica*, Castelló, Publicacions Universitat Jaume I, 2007, p. 25.

⁴⁸ J. Fernandez Sebastián, “La crisis de 1808 y el advenimiento de un nuevo lenguaje político. ¿Una revolución conceptual?”, in: Alfredo Ávila y Pedro Pérez Herrero (eds.), *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica*, México, UNAM-Universidad de Alcalá, 2008, p.111.

⁴⁹ Márcia R. Berbel, “A constituição espanhola no mundo Luso-Americano (1820-1823)”, *Revista de Indias*, 2008, vol. LXVIII, n° 242, pp. 225-254.

⁵⁰ Paula Botafogo C. Ferreira, em estudo sobre as apropriações das experiências constitucionais atlânticas pelos deputados reunidos nas Cortes de Lisboa e os redatores dos periódicos do Rio de Janeiro, afirma que era recorrente, nos discursos parlamentares e da imprensa, a tentativa de definir uma solução política “mais liberal” na regulamentação das bases institucionais da nação portuguesa. Contudo, salienta que o entendimento não era consensual: “para alguns era superar a ‘liberalidade’ da história constitucional atlântica, para outros corrigir, ou ainda, adequar as determinações da história dos constitucionalismos Atlânticos às condições do Império português”. Cf.: Paula Botafogo C. Ferreira, *Redatores no Rio de Janeiro e deputados nas Cortes de Lisboa pela Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa*

Pertenciam a esse quadro de referências contemporâneas as experiências políticas recentes da Espanha e as lutas de independência na América hispânica; mas também, a Independência das Treze Colônias (1776), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução de São Domingos (1791). Acontecimentos que formavam uma unidade conjuntural histórica⁵¹ delineadora de experiências de ruptura política, que poderiam ser tomadas como parâmetros de ação, tanto positivos quanto negativos a depender das circunstâncias e dos posicionamentos políticos de quem às evocasse nos discursos.⁵²

Nas palavras do “Compadre de Belém”, os portugueses poderiam construir uma conduta própria que servisse de “exemplo e modelo aos Povos do Universo” que quisessem “regenerar-se”.⁵³ Na sua visão, o movimento vintista nomeado, também, de “nossa revolução”,⁵⁴ poderia ser mais bem sucedido do que outros a ele coevos, pois não separaria “nem as ideias morais das ideias liberais, nem a Justiça da Política”, o que significava conciliar as tradições portuguesas com as novas circunstâncias políticas do período. Nesse sentido, acrescenta:

A Casa de Bragança reina entre nós, porque nós a chamamos para isso em 1640 – As condições, com que aceitou, foram manifestas nas Cortes, que então se celebraram. El Rei D. João IV as sancionou e aprovou. – O tempo e as circunstâncias havendo-as alterado, nós agora fizemos valer nossos direitos, e só buscamos, que eles sejam respeitados, porque respeitamos sempre, e sempre respeitaremos aqueles que então concedemos, e a que nos obrigamos. As últimas notícias chegadas do *Rio de Janeiro* nos convencem, de que os sentimentos do herdeiro da Coroa, o Príncipe Real, o filho do nosso Augusto e Adorado Monarca, são de anuir aos votos da Nação, e concorrer para a felicidade de seus

(1821-1822), São Paulo, USP, Dissertação, 2011, p. 8.

⁵¹ Novamente, nos ancoramos na proposta de João Paulo Pimenta, de que os eventos políticos de desde fins do século XVIII e princípios do século XIX encontravam-se dispostos em um plano da política mundial, no qual as transformações estruturais da realidade pelas quais tais eventos passavam se espalhavam em tempos e espaços variados, onde, não só contribuíam para o engendramento de novas realidades políticas, quanto adquiriam novos sentidos em outros contextos. Em seu conjunto, esse quadro de referências revolucionárias aprofundava a sensação de compartilhamento de uma mesma experiência histórica, de uma conjuntura permeada por apropriações, leituras e releituras concretas de acontecimentos abertos, jamais portadores de resultados *a posteriori*, e que por isso mesmo estavam propensos a alterações em tempos e espaços distintos. João Paulo G. Pimenta, *op cit*, 2012, pp. 34-35.

⁵² João Paulo G. Pimenta, “A política hispano-americana e o Império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura”, in István Jancsó, *op. cit*, 2003, pp. 130-131

⁵³ *Carta segunda do Compadre de Belém...*, 1821, p.7.

⁵⁴ *Idem. Revolução*, neste trecho, aparece associada à ideia de *aperfeiçoamento* oposta à de *fragmentação*. Uma operação discursiva que procurava afastar, como salientamos acima, os riscos de confundir aquele movimento político com outras experiências políticas marcadas pelo signo da violência. Receava-se, ainda, pela possibilidade de uma intervenção estrangeira em Portugal, o que justificava dirigir-se aos governos estrangeiros. Cabe citar todo o fragmento: “Far-lhes-ia ver [os Gabinetes da Europa], que nossos princípios são de melhorar, e não de destruir. – Que a moderação e a suavidade, glorioso timbre de um Governo justo e ilustrado, hão de acompanhar sempre as medidas empregadas nas operações econômicas das reformas, que forem necessárias. – E que finalmente a nossa conduta pode servir de exemplo e modelo aos Povos do Universo, que quiserem regenerar-se; porque em nossa revolução não separamos ainda, nem as ideias morais das ideias liberais, nem a Justiça da Política.”

Compatriotas, como ele lhes chama, adotando a nova ordem de coisas.⁵⁵

Nesta passagem, nota-se uma tentativa de composição conciliatória entre passado e presente. Apesar do recurso às Cortes pertencer às tradições do reino, naquele momento sua natureza já era completamente outra. Isso se explicava em função da consciência de que a época atual diferia das anteriores.⁵⁶ O direito da nação de requerer a revisão de suas leis fundamentais mantinha-se intacto, mas o tipo de solução para o problema demandava novos esforços, uma nova forma de representação política compatível com os princípios do constitucionalismo moderno.⁵⁷ Se à nação caberia o papel de “fazer as Leis para se governar”, à monarquia restaria o de não se opor à “nova ordem de coisas”.⁵⁸ Sendo assim, o panfletário se esforçaria para convencer a opinião pública de que o programa vintista era capaz de harmonizar os direitos da monarquia com os preceitos constitucionais para a reforma do Estado. Uma lógica argumentativa muito próxima da veiculada, também, nos manifestos oficiais do movimento, publicados ao longo do período que antecede a formação das Cortes de Lisboa.

No *Manifesto da Junta provisional do Governo Supremo do Reino aos Portugueses*, o caráter moderado do movimento seria sublinhado em dois sentidos: primeiro, imbuídos de desejos julgados legítimos, os constitucionalistas viam-se quase que forçados a tomar a iniciativa de adiantar o passo na construção do *futuro*, vislumbrado como uma época qualitativamente superior à *presente* – como fica insinuado no contraste entre uma felicidade futura e uma desgraçada situação: “Portugueses, o passo que acabais de dar para a vossa felicidade futura era necessário, e até indispensável: e a vossa desgraçada situação plenamente justifica o vosso procedimento”.⁵⁹ Segundo, pregavam a

⁵⁵ *Carta segunda do Compadre de Belém...*, pp. 9-10 (grifos do original).

⁵⁶ As diferenças entre as “Antigas” e as “Novas” Cortes seriam ressaltadas em várias publicações de caráter político-pedagógico, nas quais se estabeleciam as diferenças entre as formas de representação. Várias foram as publicações com esse tipo de abordagem. No trecho abaixo, é possível perceber como o método de convocação das Cortes é historicizado, ou seja, sofre transformações ao longo do tempo: “[...] o método antigo de convocar Cortes, bem que seja legal, não é próprio da época presente: as leis são, como tudo o mais, que com o tempo envelhecem, e elas que tem por fito o regular costumes, se os costumes mudam, a devem as leis também mudar. Não basta o constarem as Cortes do Clero, Nobreza, e Povo; porque tanto há Clero, Nobre, como Plebeu, e há Plebeus, cujos interesses estão uns ligados ao Clero, outros à Nobreza. Mas é mais terminante, mais liberal, e mais conforme as ideias do século, quer por exemplo, os pescadores tenham o seu representante, eleito por eles, sem que seja necessário ser um pescador mesmo; mas um homem ilustrado, que responda por eles: e assim em todas as ordens, e classes da Nação; de sorte que eu em minha casa estarei muito satisfeito, porque naquela Assembleia se tratam também dos meus interesses e dos meus destinos.” *Das Sociedades e das convenções ou constituições*, Reimpresso no Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1821, pp. 4-5.

⁵⁷ Jose Carlos Chiaramonte, *Nación y estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*, Sudamerica, 2004.

⁵⁸ *Carta segunda do Compadre de Belém...*, pp. 9-10.

⁵⁹ *Manifesto da Junta provisional do Governo Supremo do Reino aos Portugueses*, Reimpresso no Rio de

ideia de que, os sentimentos de uma “natural fidelidade” (ao rei, à religião católica e demais valores tradicionais identificados com *o passado*) não seriam incompatíveis com as expectativas de mudanças na ordem institucional, pois nada estaria sujeito a permanecer imutável: “Nenhuma Lei ou instituição humana é feita para durar sempre; e o exemplo de nossos Vizinhos bastaria para nos sossegar.”⁶⁰ Como se vê, novamente os vintistas recorriam às experiências políticas mais recentes a fim de alinhar uma conduta interna singular a um plano mais geral de um processo de mudança política.

Por sua vez, no *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e povos da Europa* pode-se extrair da enumeração das causas que resultaram o movimento constitucionalista uma cronologia de acontecimentos que revelavam os limites do quadro histórico de suposta decadência de Portugal. As causas anunciadas no *Manifesto* tinham início com a transferência da Corte do então regente D. João para a América, em 1807. Em seguida, o reino sofreria com um crescente despovoamento provocado pela emigração de seus habitantes para o continente americano em função das guerras contra os franceses, mencionando-se as invasões de 1809 e 1810. Outro importante fator de debilidade do reino, segundo o *Manifesto*, havia sido a assinatura do Tratado de comércio de 1810, que beneficiava os comerciantes ingleses na competição com os portugueses pelo mercado lusoamericano. Citava-se, ainda, o abatimento da agricultura, que perdia mão de obra para os exércitos e vultosos capitais, ambos aplicados no Brasil e nas guerras da América do Sul (ao que tudo indica, uma referência aos conflitos militares da região do Prata);⁶¹ a desproteção do comércio; o não favorecimento da indústria; a falência do Crédito público; o esgotamento do Erário Régio; além das delongas de uma administração feita a duas mil léguas de distância. Listava-se, portanto, as principais causas para o aumento do sentimento de abandono e da “ideia de estado de Colônia”, a que se achavam reduzidos os cidadãos portugueses, sobretudo com o desvanecimento das esperanças de ver o monarca de volta à península ibérica.⁶²

Buscava-se, através da precisão das datas dos principais fatos que se sucederam, organizar a história recente do reino como forma de possibilitar o estabelecimento de contrastes entre aquela situação e a de tempos pretéritos. Em outros termos, a cronologia

Janeiro, Imp. Régia, 1821, p.2.

⁶⁰ *Idem*.

⁶¹ Sobre o envolvimento da Corte nos conflitos da região do Rio da Prata ver: João Paulo G. Pimenta, *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata: 1808-1828*, São Paulo, Hucitec, 2ª ed., 2006.

⁶² *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, Reimpresso no Rio de Janeiro, Real Tipografia, 1821, p. 4.

aqui não exercia uma simples função acumulativa de eventos; ela possuía uma qualidade temporal intrínseca. A constatação da diferença entre as épocas corroborava para a visão de um espaço de experiência em transformação. Assim, a narração da decadência servia como ponto de partida para a projeção de um novo horizonte de expectativas. Se por um lado o despotismo ministerial havia “corrompido tudo”, substituindo virtudes de um “outro tempo” por práticas venais, por outro lado animava os portugueses a assumirem os seus direitos.⁶³

Diante de tal situação, argumentava-se no *Manifesto aos Soberanos e povos da Europa*, que somente a instauração de uma nova ordem de coisas seria capaz de salvar “a nau do Estado do lamentável e miserável naufrágio, em que ia perder-se”.⁶⁴ Novamente, faz-se menção à metáfora do naufrágio, porém, agora, não como uma possível consequência da revolução, mas sim como uma causa da inércia dos agentes governamentais na administração do reino. Para reverter aquela situação, os vintistas se propunham reforçar o compromisso com a casa real, mas impunham novas condições para a renovação desses laços, ou seja, o imediato retorno da família real para Lisboa e a proclamação de uma “*Constituição*, de uma lei fundamental, que regulasse os limites do Poder, e a Obediência; que afiançasse à Nação a sua honra, a sua independência e a sua glória”.⁶⁵ Não obstante, faziam uma ressalva: “O que hoje pois querem, e desejam [os portugueses] não é uma inovação: é a restituição de suas, antigas, e saudáveis instituições corrigidas, e aplicadas segundo as luzes do século, e as circunstâncias políticas do mundo civilizado”⁶⁶.

Aqui, chamam atenção os usos da palavra “inovação” e da expressão “luzes do século”. Entre a introdução de algo inteiramente novo, desconhecido do habitual (como indica o termo “inovação”) e a restituição de “antigas” instituições, o critério justificador das reformas nas leis fundamentais da monarquia impregnava-se da percepção de uma diferença qualitativa entre períodos históricos. Propor a correção das leis segundo as “luzes do século” significava colocar-se em sintonia com as demandas próprias daquele tempo, adotar uma bandeira difusa de forças históricas que atuavam positivamente na transformação intelectual e material das sociedades em geral, e dos indivíduos em

⁶³ *Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa*, Reimpresso no Rio de Janeiro, Real Tipografia, 1821, p. 5

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 6

⁶⁶ *Idem*.

particular.⁶⁷ Ainda assim, sintonizar-se com as demandas do tempo presente não implicava em abandono do passado. Tal como em outros documentos daquele período, ressaltava-se o papel histórico das Cortes como uma instituição tradicional do reino. Citava-se as Cortes de Lamego, de 1385, como um dos marcos de fundação da Monarquia e da nação portuguesa, bem como se recordava da restituição do trono português em 1640, após a União Ibérica. Embora não se reivindicasse uma aplicação direta dos mesmos procedimentos, ou seja, o uso dos métodos das antigas Cortes, ainda era possível buscar inspiração num passado distante, tido como glorioso, a partir do qual se traçava algumas linhas de continuidade com aqueles princípios e forças históricas que pudessem legitimar a ação do presente.

A julgar pelos manifestos é possível supor que essa primeira fase do constitucionalismo português seria marcada, no plano discursivo, pela construção de um projeto político que fosse capaz de manter certo tipo de solução de compromisso entre o velho e o novo, porém mais propenso ao domínio deste sobre aquele. A exemplo disso, nos *Discursos extraídos do Gênio Constitucional* chega-se a afirmar que a constituição política do Estado seria um “novo e luminoso farol” ao redor do qual seriam reunidos os desejos, e os votos de todos os cidadãos portugueses. Isso resultaria não na “simples reforma, por algum abuso particular, na sociedade antiga”, mas sim no “total extermínio dos abusos” para a “procriação da nova sociedade”.⁶⁸ Por conseguinte, as Cortes seriam extraordinárias, pois atenderiam a um novo objetivo, a reorganização do Estado português.

Outro aspecto importante dessa fase foi a centralidade do período pós-1808 como constructo de uma identidade política nacional portuguesa contraposta à americanização da monarquia.⁶⁹ Quando os vintistas falavam em nação portuguesa, mais especificamente, quando clamavam pela dignidade e soberania nacional, tinham em vista a retomada da centralidade política do reino ibérico perdida com a transferência da Corte, e a posterior elevação do Brasil ao *status* de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815. Apesar de definirem nas Bases Constitucionais que a nação era composta pelos “portugueses de

⁶⁷ Lúcia Neves, *op cit*, 2003, pp. 164-165.

⁶⁸ *Discursos extraídos dos números 10, 11, 12, 25 e 26 do Gênio Constitucional. 1º Sobre a importância de um Governo Constitucional. 2º Sobre a absoluta necessidade de ser a totalidade da nação verdadeiramente representada em Cortes por legítimos representantes, que sejam da escolha dos povos e eleitos por todos os cidadãos. 3º Sobre a necessidade de ser adotado para a convocação das atuais Cortes (extraordinariamente convocadas em Lisboa) um sistema diferente do que antigamente fora adotado.* Rio de Janeiro: Régia Oficina Tipográfica, 1821, p. 3.

⁶⁹ István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, *op cit*, 2000, p. 165.

ambos os hemisférios”,⁷⁰ os principais grupos de deputados reinóis do Congresso alimentariam expectativas de reconstrução da centralidade europeia na organização do Estado.⁷¹ Entretanto, essas contradições só viriam à tona quando os representantes das diferentes províncias lusoamericanas se juntassem aos trabalhos parlamentares. Pode-se dizer que o espaço constituinte em Lisboa proporcionou o encontro de realidades locais/regionais bastante distintas, mas que, *grosso modo*, compartilhavam os anseios de uma nova ordem política associada a Portugal.⁷²

Como sublinha João Paulo Pimenta, de início, se constata o surgimento de posições bastante heterogêneas entre os deputados de províncias tanto do Brasil quanto de Portugal, sem a definição de grandes linhas de atuação comuns ou programas unificados, coerência nas falas e atitudes dos mesmos. Isso não impediu, por outro lado, que, em certa medida, fosse sendo cristalizada, no plano retórico, uma ideia de operacionalidade da divisão entre deputados “do Brasil” e deputados “de Portugal”, apesar de não atuarem exatamente em bloco. Essa ideia seria moldada pelas circunstâncias vividas pelo Reino Unido e, dentro delas, pela posição específica ocupada pelo Brasil.⁷³ As declarações oficiais do movimento vintista reforçavam a interpretação corrente na imprensa portuguesa de exílio da década anterior, na qual se justificava a decadência de Portugal não só pela guerra contra os franceses e a preponderância britânica no tocante aos negócios internos do país ibérico, mas, sobretudo, pela suposta “inversão de papéis” entre metrópole e colônias após a transmigração da Corte.⁷⁴ Conforme Valentim Alexandre, nada disso era novo, mas ganhou outra amplitude justamente com a liberdade de circulação de periódicos em Portugal após a Revolução do Porto. Exemplo disso foram queixas do *Campeão Português* em relação ao governo do Rio de Janeiro,

⁷⁰ As Bases da Constituição foram transcritas no *Bem da Ordem* nº 7, de meados de maio provavelmente, assim como da *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* Nº 15, de 11 de junho de 1821.

⁷¹ Há uma vertente historiográfica que chama de “integracionistas” os deputados que sustentavam a indivisibilidade da soberania nacional em todos os níveis das instâncias político-administrativas. Segundo essa visão historiográfica, estes parlamentares, cujas figuras mais proeminentes haviam sido Manuel Fernandes Tomás e Ferreira Moura, projetavam a existência de um corpo homogêneo e soberano, do qual era inviável, por exemplo, conciliar o centro político lisboeta com um segundo centro de poder executivo e/ou legislativo próprio no Brasil, como seria aventado. Por sua vez, essa mesma historiografia denomina de “moderada” a tendência de deputados reunida em torno de Borges Carneiro, que considerava secundária a indivisibilidade político-administrativa defendida pelos chamados “integracionistas”, desde que a integração econômica entre Portugal e Brasil fosse garantida. Porém, essa integração econômica pressupunha uma revisão das condições de livre comércio adquirida pelo Brasil após 1808, o que desagradava à maioria dos representantes lusoamericanos presentes em Lisboa. Cf.: Valentim Alexandre, *op. cit.*, 1993; Márcia R. Berbel, *op. cit.*, 1999.

⁷² Márcia R. Berbel, *op. cit.*, 1999, p. 198.

⁷³ João Paulo G. Pimenta, *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*, São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de doutorado), 2003, p. 320

⁷⁴ Valentim Alexandre, *op. cit.*, 1993, pp. 472-473.

acusando-o de “encher os Erários do Brasil, e empobrecer e minguar os do [...] desgraçado e colonizado Portugal”, tal como os protestos aparecidos na carta de “um lisboeta” publicada em *O Português Constitucional* no final de 1820 preconizando o retorno ao “antigo estado” do comércio Atlântico anterior à abertura dos portos no Brasil.⁷⁵

Cabe ressaltar como esse discurso do abandono de Portugal e a sua redução a um “estado de Colônia”, alimentado por parte da imprensa portuguesa de exílio e apropriada pelo movimento constitucionalista, contribuiu para cimentar o caráter nefasto e explorador da atividade colonial na América, evocado com bastante frequência pela imprensa fluminense contra as Cortes de Lisboa no momento de inflexão da politização de identidades que contrastariam interesses dos habitantes dos dois reinos.⁷⁶ Por mais que os reinóis se colocassem como vítimas da conjuntura aberta em 1808, os argumentos utilizados por eles denunciariam uma situação histórica de longa duração vivenciado do outro lado do Atlântico.

Nota-se aqui um evidente processo de *temporalização* dos estratos semânticos do conceito de “colônia”, pelos seguintes aspectos: primeiro não havia um significado unívoco de colônia; ao contrário, esse contexto discursivo revela uma tensão entre uma concepção antiga, baseada na noção de povoamento, e uma concepção moderna, caracterizada pela exploração comercial dos territórios colonizados.⁷⁷ Nesse sentido, a visão decorrente deste último modelo tendia a se sobrepor ao primeiro muito em função da leitura histórica dos empreendimentos coloniais dos países europeus na América. Alguns escritores, como José da Silva Lisboa, por exemplo, reconheciam na colonização

⁷⁵ Conforme indicado por Valentim Alexandre, citações extraídas de *O Campeão Português*, nº 28, 16 de outubro de 1820, p. 190 (sublinhado do original) e de *O Português Constitucional*, nº 72, 16 de dezembro de 1820. Valentim Alexandre, *op. cit.*, 1993, pp. 472-474.

⁷⁶ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.* 2010.

⁷⁷ Em R. Bluteau o termo corresponde às descrições do conceito antigo: “Colônia, Gente, que se manda para alguma terra novamente descoberta, ou conquistada, para a povoar. A mesma terra assim povoada, também se chama *Colônia*.” R. Bluteau, *Vocabulário Portuguez & Latino* - volume 2, p. 379. Nos dicionários de Morais e Silva (1789; 1813; 1823) o sentido se preserva, designa-se “Povoação nova, feita por gente enviada doutra parte” e utiliza-se como exemplo histórico os Romanos, que “descarregavam a República, enviando colônias aos países que conquistavam”. Acrescenta-se o adjetivo “colonial” para designar “colônia, ou das colônias de alguma nação”. A. de Morais Silva, *Diccionario da lingua portugueza*, 1823, p. 432. Definitivamente a inovação mais significativa está na edição do Morais Silva de 1831. O termo “colonial” é acrescido de qualificação histórica “produtos coloniais, [...] das Colônias do Brasil, América”. Acrescentam-se ainda os termos “Colonização”: “ação de colonizar”; “colonizador”: “o que levou, ou mandou colônias” e “Os donatário, e colonizadores do Brasil”; por fim o verbo “colonizar”: “Povoar de colonos, ou colônia” dito também “colonizar os domínios, conquistas, descobertas”. A. de Morais Silva, *Diccionario da lingua portugueza*, p. 409. A respeito das diferenças entre colônia antiga e moderna à época da independência, ver: Valdei L. de Araujo, *op. cit.*, 2008; Cristiane dos Santos, *op. cit.*; E para o caso hispanoamericano: Francisco Ortega, Francisco Ortega. “Ni nación ni parte integral: 'Colonia', de vocablo a concepto en el siglo XVIII iberoamericano”, *Prismas* [online]. 2011, vol.15, n.1, pp. 11-29.

elementos importantes que trouxeram prosperidade e civilização para o Brasil; porém, ao mesmo tempo, detectavam no caráter comercial e exploratório decorrente daquele processo a fonte para o desvirtuamento e decadência dos homens e da nação portuguesa como um todo.⁷⁸ Por fim, outro aspecto bastante sintomático do fator temporal dessa mudança conceitual se encontra na própria denúncia da desigualdade na relação entre os dois reinos. Como vimos os peninsulares se queixavam de vivenciar no período recente uma condição de desvantagem econômica e importância política, a qual não lhes pertencia historicamente. Em outras palavras, essa denúncia revelava a tal “inversão de papéis” ou transferência de centro da monarquia, que do ponto de vista daqueles que se beneficiaram da instalação da Corte no Rio de Janeiro, ao contrário, representava a emancipação do Brasil, cujo reconhecimento como um Reino Unido encerraria um longo período de exploração colonial. Sendo assim, o próprio passado adquiria pesos diferentes para cada um dos reinos; enquanto o período mais recente era visto pelos portugueses da Europa como o pior da história, para os portugueses da América representava o de maior importância e dignidade, contrastando-se com o passado mais antigo, da colonização portuguesa, que se transformaria num tempo de opressão.⁷⁹

Realizadas essas considerações acerca do conceito de colônia e das performances discursivas a ele imediatas surgidas de um lado a outro do Atlântico, devemos apreender outros dois aspectos que podem nos ajudar a matizar algumas afirmações categóricas dos protagonistas daquele jogo político: as afirmações por parte da imprensa portuguesa de exílio da tese de um “abandono” do antigo reino pelas autoridades da Corte no Rio de Janeiro e as denúncias dos periodistas fluminenses da pretensão “recolonizadora” das Cortes de Lisboa.

Primeiro não se pode desprezar a importância adquirida pela América na orientação do Império português antes mesmo da transferência da Corte em 1808. Desde finais do século XVIII projetos reformistas ilustrados, estimulados pelo secretário de Estado, Rodrigo de Sousa Coutinho, propunham um amplo programa de valorização do território americano. Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, esse conjunto de propostas adquiriu um novo sentido e amplitude na reorientação política do Império.⁸⁰ A

⁷⁸ Bruno Diniz Silva, *Da restauração à regeneração: linguagens políticas em José da Silva Lisboa*, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto (dissertação de mestrado), 2010. A este respeito consultar o capítulo 4 – A Macronarrativa Ilustrada da Regeneração do Brasil.

⁷⁹ Cristiane C. dos Santos, *op. cit.*, 2010, pp. 113-114

⁸⁰ Andréa Slemian, “En la Corte, más allá de la Corte: la construcción de un proyecto de Independencia para Brasil”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 11 abril 2013, consultado el 10 agosto 2014, p.5 URL : <http://nuevomundo.revues.org/65319>; Maria de Lourdes Viana

propósito, convém lembrar a postura de um dos mais influentes periodistas daquele período, Hipólito José da Costa, editor do *Correio Brasiliense*. Afinado com as ideias de Sousa Coutinho, ao contrário dos redatores do *Campeão Português* ou do *Português Constitucional*, Hipólito não concordava com a imputação dos males portugueses ao Brasil. Além de defender sistematicamente a urgência na reforma das instituições e melhorias na administração em seus mais variáveis níveis visando à integração do território americano, buscava, ao mesmo tempo, distinguir esse sistema de governo e os membros que o compunham (todos eles de origem portuguesa) não se justificando, portanto, o fomento de rivalidades entre lusoamericanos e peninsulares.⁸¹

Nesse sentido, embora se dissesse que os políticos influentes da Corte não pareciam se afetar com o agravamento da situação econômica e política de Portugal – sobretudo ao sinalizarem para a permanência no Rio de Janeiro com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815, apesar da derrota de Napoleão na Europa no ano anterior –, longe de se constituir uma completa indiferença em relação ao antigo reino lusitano, a americanização da Corte representava os frutos do projeto de formação de um novo centro de poder no conjunto dos domínios da monarquia. Como afirma Andréa Slemian, isso acarretou a alteração das rotas de circulação do Império em direção à nova Corte, e o enraizamento de interesses na região da província e adjacências, aliado aos desejos de ascensão política de parte dos grupos locais.⁸² Situação esta que resultou em descontentamentos não exclusivos dos peninsulares. Já em 1817, rebentou em Pernambuco um movimento de caráter republicano, com apoio de um amplo espectro social e com força militar suficiente para derrubar a autoridade real local. Demonstrou intenção de elaborar uma constituição e angariou apoio regional (com adeptos nas capitanias da Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí). Embora tenha sido desmantelado de modo rápido e brutal, representou um duro golpe à política centralizadora da Corte.⁸³

Quanto ao segundo aspecto anunciado acima, definitivamente não podemos falar seriamente em propósitos “recolonizadores” das Cortes de Lisboa em relação à América, como pretenderam muitos dos periodistas e panfletários fluminenses da época. No

Lyra, *op. cit.*, 1994.

⁸¹ Valentim Alexandre, *op. cit.*, 1993, p. 473

⁸² Andréa Slemian, *op. cit.*, 2013, p. 5. Os ditos enraizamentos foram apontados de modo pioneiro, mas claro, em uma perspectiva diferente, por: Maria Odila L. da Silva, “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”, in Carlos G. Mota (org.) *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972.

⁸³ Andréa Slemian, *op. cit.*, 2013. Ver também: Evaldo Cabral de Mello, *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo, Ed. 34, 2004.

entanto, tomando como base argumento de João Paulo Pimenta, deve-se considerar que a expectativa em torno do retorno ou não da Família Real a Lisboa, e a percepção das possíveis vantagens em se manter na América um representante da casa de Bragança na formação de um sistema constitucional foram, sem dúvida, passos fundamentais em direção à distinção entre as partes, atrelados a uma reflexão sobre a diferenciação de papéis entre Brasil e Portugal no interior do Reino Unido.⁸⁴ Com a liberdade de imprensa em vigor dos dois lados do Atlântico, este processo de diferenciação não somente se amplificou, mas se acelerou de maneira impressionante.

Em meados de 1822, quando da publicação, no Rio de Janeiro, do panfleto *Segunda parte do amigo da razão*,⁸⁵ os cenários políticos peninsular e lusoamericano já haviam mudado significativamente, como já dissemos. Naquele momento, a regência de D. Pedro se fortalecia e dava sinais de insubordinação às Cortes de Lisboa. Desde a decisão de permanecer em território americano, em 9 de janeiro, atendendo a manifestação de vários setores resididos na capital do reino e nas províncias do entorno, D. Pedro vinha tomando medidas que contrariavam as determinações do Congresso.

Em 16 de janeiro, formou seu primeiro ministério, composto pelas pastas da Marinha, da Guerra, de Fazenda e Justiça, e do Reino, esta última ocupada por José Bonifácio de Andrada e Silva, que exerceria grande influência no novo governo. No dia 15 de fevereiro, expulsou a Divisão Auxiliadora comandada pelo general Jorge de Avilez, que havia se rebelado no mês anterior, contra a decisão do príncipe de permanecer no Brasil e exigia seu regresso a Portugal. A rebeldia das tropas lusitanas acarretou a reunião de cerca de quatro mil milicianos e cidadãos armados, sob a liderança de Joaquim Xavier Curado, para defender o príncipe. No dia seguinte à expulsão das tropas, o regente promulgou decreto que convocava um Conselho de Procuradores das províncias a serem escolhidos pelos eleitores de paróquia. Medida esta, que, embora não atendesse completamente às expectativas do grupo político encabeçado por José Clemente Pereira, Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa (respectivamente, o presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e os redatores do *Revérbero Constitucional*

⁸⁴ João Paulo Pimenta, *op. cit.*, 2003, p. 320.

⁸⁵ Este panfleto, cuja data informada na carta é 30 de julho de 1822, como seu próprio título informa, era continuação de outra correspondência enviada aos redatores do *Revérbero* na abertura daquele ano. Já o panfleto inaugural, apesar de publicado em 1822, traz como data da missiva o último dia do ano de 1821, cf: *O Amigo da razão, ou carta aos redatores do Revérbero, em que se mostram os direitos, que tem o Brasil a formar a sua Câmara especial de Cortes no próprio território, conservando a união com Portugal, em ordem a salvar-se dos horrores da anarquia, evitando de um golpe o retrocesso do despotismo e as pretensões das Cortes de Portugal contrariadas aos seus interesses*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1822; *Segunda parte do amigo da razão... op. cit.*, 1822.

Fluminense), tornava-os mais próximos do príncipe. Durante os meses seguintes, entre abril e junho, esse grupo político, preocupado em ampliar os canais de participação política no Reino, promoveria na imprensa uma campanha a favor de uma Assembleia geral constituinte no Brasil, convocada por D. Pedro, a 3 de junho, em resposta à requisição dos Procuradores das Províncias.⁸⁶

É nesse panorama que no princípio de 1822, se inaugura a publicação das cartas do “Amigo da razão”. No momento da publicação do panfleto *O Amigo da razão, ou carta aos redatores do Revérbero...*, se debatia na imprensa fluminense as possíveis consequências dos decretos das Cortes de Lisboa, caso fossem acatados. Como já visto, tais decretos determinavam a volta imediata do príncipe regente, bem como estabelecia outras medidas que visavam pôr o Rio de Janeiro em par de igualdade com as demais províncias lusoamericanas.⁸⁷ Nesse primeiro impresso, o panfletário apresentaria o seguinte argumento: onde faltasse uma parte da representação do poder Legislativo e Executivo, ficaria a outra reduzida à condição de província. Para ele, era improdutiva a discussão suscitada pelo periódico *Semanário Cívico da Bahia* em seu número 35, de outubro de 1821, sobre o lugar mais conveniente para o assento das Cortes da nação portuguesa.⁸⁸ Nesse debate, não importaria se Portugal era mais povoado do que o Brasil e se lá tinha residido a monarquia, ou se o Brasil era o reino mais rico e de melhores vantagens políticas para a nação; na verdade, nenhum dos reinos deveria ser prejudicado na partilha de seus direitos. Por isso, indagava:

O que foi Portugal durante o período dos últimos 13 anos, em que esteve dele separada a sede da Monarquia [...] O que foi Portugal, digo, nesse período? Província do Brasil. Província do Brasil.
[...]

E que virá agora a ser o Brasil, *vice e versa*, sem o Poder Legislativo e Executivo Supremo no seu território; e extinguindo-se de mais todos os Tribunais que compunham a sua Corte, de maneira que até essa sombra da sua Categoria venha a ficar nula? O que virá a ser o Brasil, digo, em tal condição? Província de Portugal, Província de Portugal.⁸⁹

⁸⁶ Manuel de Oliveira Lima, *O movimento da Independência 1821-1822*, 5ª ed., São Paulo, Melhoramentos, Conselho Estadual de Cultura, 1972; Francisco Falcon e Ilmar R. Mattos, "O processo de Independência no Rio de Janeiro", in: Carlos G. Mota, *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 292-339; Iara Lis Souza, *op. cit.*, 1999; Cecília H. L. de S. Oliveira, *op. cit.*, 1999; Isabel Lustosa, *op. cit.*, 2000; Lúcia M. B. Pereira das Neves, *op. cit.*, 2003.

⁸⁷ Os decretos das Cortes de Lisboa de 29 de setembro chegaram à corte no dia 9 de dezembro e seriam publicados na *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* no dia 11. Isabel Lustosa, *op. cit.*, p. 124.

⁸⁸ Sobre o *Semanário Cívico* da Bahia, ver: Maria B. Nizza da Silva, *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*, Salvador, Ed. UFBA, 2008.

⁸⁹ *O Amigo da razão, ou carta aos redatores do Revérbero...*, 1822, p. 5. Neste trecho faz-se menção à extinção dos tribunais criados por D. João VI. Essa discussão já vinha ocorrendo nas Cortes de Lisboa desde o parecer da Comissão de Constituição de 21 de agosto de 1821, porém não fazia parte dos decretos de 29 de setembro. Sobre o assunto ver: Marcia R. Berbel, *op. cit.*, 1999, pp. 86-87.

Esta troca de papéis entre Portugal e Brasil, aqui mencionada, assemelha-se à ideia expressa pelo neologismo *recolonização*,⁹⁰ forjado naquele contexto por periodistas e panfletários que reagiram à política das Cortes. Na verdade, a ideia de recolonização era expressa de diversas formas, independentemente da aplicação de um novo vocábulo que abarcava um conjunto de expressões e termos como: “reduzir-nos ao seu antigo jugo, e ao odioso estado de Colônia”; “restabelecimento [ou reintegração] do Sistema colonial”; “retroceder ao estado em que gemíamos antes de 1808”; “dependência servil e colonial”, dentre outros.⁹¹ José da Silva Lisboa, antigo membro do governo joanino e panfletário atuante desde o início da liberdade de imprensa no reino lusoamericano, foi um dos que acusou as Cortes de pretender “recolonizar” o Brasil.⁹² Na sua *Reclamação do Brasil*, comenta o Parecer, de 18 de março de 1822, da Comissão especial das Cortes sobre assuntos referentes ao Brasil, no qual se recuava de várias posições até então tomadas, embora atacasse os escritores do Rio de Janeiro, chamando-os de “escritores Venais e desorganizadores”.⁹³ Dentre as propostas do Parecer, a principal era a que admitia a permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro até a finalização dos trabalhos constituintes. Esse recuo proposto pelos comissionários das Cortes, contudo, não afastava as desconfianças de Silva Lisboa acerca das intenções dos deputados portugueses, levando-o a afirmar: “Vê-se a todas às luzes, que os Projetistas da *Recolonização Brasileira* lançaram novo *anzol dourado*, mas já tarde, ao Brasil enganado, e desenganado.”⁹⁴

Tanto o uso desse neologismo por parte de Silva Lisboa, quanto a performance discursiva do panfletário “Amigo da Razão”, sugerem uma importante questão: as mudanças de conjuntura e os realinhamentos políticos ocorridos em um período muito

⁹⁰ O uso do prefixo “re” na composição das palavras denota uma noção de iteração, repetição. Embora não se encontre lexicografado é possível inferir que a formulação desse neologismo visava representar a ideia de retorno a uma situação já acabada. Voltar a ser colônia, portanto, ensejava uma visão historiográfica sobre o passado português na América. Entendia que o período de exploração colonial havia se encerrado e iniciado um novo com a vinda da Corte em 1808 e posterior elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Contudo, a ambição das Cortes de Lisboa representaria um retorno ao passado já superado.

⁹¹ Expressões encontradas respectivamente em: *Despertador Brasiliense* (dezembro), 1821; *Reclamação do Brasil*, Partes I e V (c. janeiro de 1822); *O Papagaio*, Nº 10 20 de julho de 1822; *O Macaco Brasileiro*, Nº 2 (c. junho) 1822.

⁹² Sobre a atuação de José da Silva Lisboa na imprensa ver: Tereza Cristina Kirschner, “Burke, Cairu e o Império do Brasil”, in: István Jancsó (org.) *op. cit.*, 2005, pp. 677-696; Isabel Lustosa, “Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do Trono e do Altar”, in: Lúcia M. B. P. Neves, Marco Morel e Tânia M. B. da C. Ferreira (Orgs.), *História e Imprensa, representações culturais e práticas de poder*, Rio de Janeiro, DP&A/Faperj, 2006, pp. 275-295.

⁹³ *A Malagueta*, Nº 24, (11 de maio de 1822), p. 97.

⁹⁴ *Reclamação do Brasil*, Parte XII, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1822, p.1 (itálico do original)

curto, como o aqui estudado, aumentavam notavelmente as percepções de um distanciamento qualitativo e comparável entre períodos históricos, de modo a acentuarem projeções de futuro propensas ao rompimento da dimensão cíclica de um modelo de história *magistra vitae*; ao mesmo tempo, contudo, a forma de interpretar as decisões das Cortes sobre o Brasil como uma suposta tentativa *recolonizadora* era apreendida não numa perspectiva de um futuro inteiramente novo, mas na de um passado já conhecido, ou melhor dizendo, um passado que vinha sendo fabricado naquele mesmo contexto.⁹⁵ Assim, o apelo à ideia de uma recolonização pode ser vista como uma persistência desse modelo de história em um contexto revolucionário. Entretanto, vale destacar que não se tratava de uma visão cíclica do *topos* ciceroniano enquanto imitação do passado, mas sim como fonte de ensinamentos, como sublinharam João Paulo Pimenta e Valdei Lopes de Araujo.⁹⁶ Na verdade, a noção de repetição/imitação contida no conceito de *recolonização* tornava-se bastante instrutiva na demonstração da tese de um retrocesso iminente, mimetizado no projeto constitucional das Cortes de Lisboa. Ao operarem esse conceito, os publicistas fluminenses tornavam visíveis os contornos ameaçadores do futuro do Brasil que, na visão da maioria deles, constituía-se um reino recém saído da condição colonial, dotado de legitimidade, para, entre outras coisas, reivindicar a permanência do príncipe como representante do poder executivo em uma nova ordem constitucional. Referiam-se, portanto, às lições e advertências emanadas da interpretação histórica que se fazia do passado português na América naquele momento, sem entrar em contradição com as perspectivas de futuro inteiramente novas, surgidas simultaneamente no contexto discursivo do período. Dito de outra maneira, embora outras formas de concepção de história ganhassem espaço no universo discursivo daqueles indivíduos, muitas vezes, conviviam inclusive em um mesmo autor formas consagradas e inovadoras de conceber a história.⁹⁷

Conforme visto no *Manifesto aos Soberanos e povos da Europa*, a permanência da Corte no Brasil significou, para os portugueses peninsulares, um período de decadência, uma verdadeira inversão de papéis entre colônia e metrópole. Na América

⁹⁵ João Paulo G. Pimenta argumenta que a instrumentalização do passado promovida pelos homens envolvidos no processo de separação política entre Portugal e Brasil esboçou os contornos de uma narrativa histórica *brasileira* contraposta à *portuguesa*, na qual suas especificidades históricas transformaram-se em um dos motores do desenvolvimento e viabilização de um projeto de independência. João Paulo G. Pimenta, *op cit.*, 2007, p.134. Ver também: Cristiane C. dos Santos, *op. cit.*, 2010, *passim*.

⁹⁶ João Paulo G. Pimenta, *op cit.*, 2012; Valdei Lopes de Araujo, *op. cit.*, 2008.

⁹⁷ Valdei Lopes de Araujo, *op cit.*, 2009.

portuguesa, por sua vez, sobretudo na região centro-sul, mais próxima da Corte, esse mesmo período era tido por muitos coevos como o de maior progresso daquela parte do Império.⁹⁸ Ao passo em que naquele momento o futuro das relações entre Portugal e Brasil se mostrava incerto, a interpretação do porvir sob as lentes do passado (ou seja, uma colônia, fosse durante 13 anos, no caso de Portugal, ou 300 anos, no caso do Brasil) era uma forma de, no limite, sustentar a possibilidade de uma repetição histórica para, em seguida, combatê-la. Mesmo que nem todos de fato acreditassem naquela possibilidade, a verossimilhança do discurso da recolonização denunciaria a persistência de um modelo de história mestra da vida, já que a apreensão do futuro nos termos do passado parecia ter apelo social. A recolonização não se configuraria exatamente como um prognóstico, mas sim como a reedição do passado no futuro. Nem o Brasil nem Portugal desejavam ser, nas palavras do panfletário, “província” uma da outra, porém, se não fossem encontradas novas saídas para os problemas que enfrentavam, ambos correriam aquele risco.

Ainda sobre esse tema, chama atenção a Fala do Juiz de Fora e Presidente da Câmara do Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, dirigida ao príncipe D. Pedro no ato de apresentação das Representações do Povo daquela cidade. Nesse documento, publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, José Clemente Pereira representante do povo, requeria a suspensão da saída do príncipe e da Corte fluminense. Em suas palavras, a permanência de D. Pedro seria um ato de “salvação da Pátria”, pois evitaria sancionar “o fatal Decreto” da “independência” daquele “Reino”. O Presidente da Câmara buscava recapitular, a partir de 1808, uma sucessão de acontecimentos recentes que projetavam a abertura de um novo tempo, cuja principal característica era a progressiva conquista de liberdade, jamais vista na época mais remota da presença portuguesa na América, tomada ali como uma referência negativa.⁹⁹ No trecho abaixo é patente a convivência entre uma concepção de história como cadeia processual e a advertência para os riscos de uma reedição do passado:

O Brasil, que em 1808 viu nascer nos vastos horizontes do Novo Mundo a primeira aurora da sua Liberdade... O Brasil, que em 1815, obteve a

⁹⁸ No nº 46 do *Espelho*, de 26 de abril de 1822, transcreve-se um artigo do *Diário Constitucional da Bahia* de 23 de março, no qual se destaca os benefícios da transferência da Corte para o Brasil, sobretudo em relação ao desenvolvimento das práticas econômicas. O período histórico recente contrastava com o anterior mais longo, sintetizando uma experiência de aceleração: “em 13 anos e meio fizemos mais do que em 3 séculos”. Um ganho qualitativo no desenvolvimento do Brasil após a transferência da Corte é expresso também num correspondente do *Correio do Rio de Janeiro* nº 97, de 9 de agosto de 1822: “da mudança na Sede da Monarquia estabelecida aqui em 1808 resultou esse acesso político [a elevação à categoria de Reino]. E desde então que rápida carreira!...”

⁹⁹ Os argumentos desenvolvidos aqui são tributários da análise de Cristiane dos Santos, inclusive se serve da mesma citação. Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, 2010, pp. 122-123.

carta de sua Emancipação política, preciosa dádiva de um Rei Benigno... O Brasil finalmente, que em 1821, unido à Mãe Pátria, filho tão valente, como fiel, quebrou com ela os ferros do proscrito despotismo... recorda sempre com horror os dias da sua escravidão recém-passada... Teme perder a liberdade mal segura, que tem principiado a gostar... E receia que um futuro envenenado o precipite no estado antigo de suas desgraças...¹⁰⁰

A experiência histórica aberta com a vinda da Corte, como se pode notar, demarcava uma ruptura com a época anterior, sensação esta reforçada pela imagem do nascer de “vastos horizontes do Novo Mundo” e “primeira aurora da sua Liberdade”. Ao mesmo tempo, tais afirmações davam a entender que a transferência da Corte para o Brasil havia proporcionado a superação, ainda que precária, da “sua escravidão recém-passada”. Contudo, esta permaneceria na memória de todos os habitantes do Reino, sobretudo quando se sentiam ultrajados com a promulgação dos decretos das Cortes. Neste sentido, a divisão dos governos provinciais entre junta governativa e governador de armas, a exigência de retorno de D. Pedro para Portugal e as movimentações do Congresso para a extinção dos tribunais do Rio de Janeiro suscitavam os receios de precipitação de um “futuro envenenado”. Ora, a carga de significado traduzida nesta expressão é bastante significativa: que outro veneno seria este senão o próprio passado colonial? Demoremos um pouco mais neste ponto. Pela narrativa da história recente do reino do Brasil feita por José Clemente Pereira, o futuro se mostrava promissor; contudo, era interrompido pelo conjunto de medidas das Cortes. As possíveis consequências dos decretos de Lisboa eram propositalmente manipuladas de modo que fossem confundidos com as arbitrariedades cometidas no passado mais remoto da história da América portuguesa. A seu ver aquelas medidas visavam dividir o Brasil e reduzi-lo “ao antigo estado de Colônia, que só vis escravos pod[iam] tolerar, e nunca um Povo livre”.¹⁰¹

Diante desse cenário que tomava conta da opinião pública do Rio de Janeiro, convém retornarmos ao “Amigo da Razão” e observar as três teses por ele defendidas: 1) O Brasil enquanto reino tinha o direito a uma representação individual do seu território; 2) Em função das distâncias que se encontrava de Portugal, tinha o direito de formar Cortes, bem como uma delegação do poder Executivo em seu território; 3) Por fim, a união política do Brasil com Portugal não poderia permanecer por muito tempo sem o estabelecimento de duas Câmaras, cujos cargos ficassem subordinados à Legislação

¹⁰⁰ 2º Suplemento ao nº 7 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, 15 de janeiro de 1822, p.42.

¹⁰¹ *Idem*.

especial de seus respectivos reinos responsável por sustentar a unidade da nação.¹⁰² Tais medidas, assemelhavam-se, em parte, ao programa da junta de governo de São Paulo, escrito por José Bonifácio, e apresentado pela bancada de deputados paulistas durante os trabalhos constituintes em Lisboa.¹⁰³ Não obstante, procurava avançar na questão da formação de uma representação legislativa no espaço lusoamericano. O que acabava por corroborar, ainda mais, com a politização da categoria “reino” ao supor imprescindível o respeito ao princípio de reciprocidade entre as duas partes.¹⁰⁴ Tudo isso acabou por deflagrar um projeto alternativo ao do Congresso lisboeta, que naquele momento, defendia a integridade da nação admitindo-se apenas um único centro de poder executivo e uma única câmara legislativa, ambos assentados em Lisboa.

Na esteira daquela nova conjuntura aberta a partir da recepção dos decretos das Cortes, observamos na imprensa fluminense estímulos à reconfiguração do campo discursivo introduzindo-se novos termos ao vocabulário político, bem como se dando novas ênfases a outros já existentes. Era o caso, por exemplo, da *recolonização*, mas também dos conceitos *emancipação* e *retrogradação*, os quais ensejavam noções e representações temporais da experiência histórica geradoras de expectativas de futuro que colocariam de lados opostos portugueses peninsulares e americanos. Nesse contexto, *recolonização* e *retrogradação* seriam operados em sentido oposto ao da *emancipação*. De um lado, projetava-se, mesmo que retoricamente, a reiteração de experiências passadas; de outro, formulava-se um prognóstico aberto a um novo horizonte político. Com a transformação dos decretos das Cortes em tema de intenso debate entre os periódicos e folhetos do Rio de Janeiro, esses termos passaram a ser incluídos em performances discursivas críticas ao projeto constituinte das Cortes. Por conseguinte, muitos dos protagonistas daquele jogo político passariam a operar argumentos legitimadores de uma posição autonomista do Brasil no conjunto da monarquia lusa defendendo, simultaneamente, sua integridade territorial e a sua identificação com o constitucionalismo.

O “Amigo da Razão” era um dos que sustentaria essa posição. Para tanto, explorava o caráter metafórico do conceito de *emancipação*.¹⁰⁵ Naquele momento, era

¹⁰² *O Amigo da razão, ou carta aos redatores do Revérbero...*, 1822, p. 7.

¹⁰³ *Lembranças e apontamentos do Governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821. Além dessa publicação avulsa, ainda em 1821, o documento da província de São Paulo ganhou as páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, números 122 (11 de dezembro) e 123 (13 de dezembro).

¹⁰⁴ Cristiane C. dos Santos, *op. cit.*, 2010, p. 84.

¹⁰⁵ *Emancipação* em R. Bluteau refere-se ao fim de obrigações com um poder superior, mais

muito comum se referir às relações entre Portugal e Brasil, ou mesmo entre as províncias lusoamericanas como relações entre membros de uma mesma família. Essa metáfora da família, ou mais especificamente metáfora do relacionamento pais e filhos, tanto poderia traduzir uma experiência de compromissos mútuos, fraternidade e comunidade (sobretudo quando a comparação se dava entre “irmãos”), quanto a uma experiência de imposição da obediência, de subjugação a uma vontade superior. Assim, um filho, chegado à idade adulta, tinha o direito de requerer autonomia do poder paterno, sobretudo se este procurava exercer o poder de maneira arbitrária. Em sua acepção figurada, aplicada à dinâmica política, *emancipação* representava um momento de ruptura, que poderia ser traumático ou não, porém era encarado como inevitável. Nesse sentido, cabe destacar o discurso do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*, uma das vozes mais representativas de uma posição inicial de adesão ao constitucionalismo vintista e posterior defesa da separação entre Brasil e Portugal:

[...] está soldada a cadeia das prosperidades do Brasil, que pareceu estremecida com a mudança do Trono, vós a quisestes reduzir a pedaços, substituindo-lhe, ainda que doirada, a cadeia da antiga escravidão Colonial; mas o filho que toca a idade da sua virilidade, se seu Pai o não estabelece, como tem de obrigação, procura ele mesmo o seu honroso e necessário estabelecimento, as Famílias ligam-se por laços de amizade, recíproco interesse e perfeita coadjuvação, as Nações seguem o mesmo exemplo das Famílias, e as que vão contra ofendem a natureza, expansão e boa harmonia social, e muitas vezes perdem mais do que lhes prometia desmarcada e injuriosa ambição.¹⁰⁶

Percebe-se que a posição do *Revérbero* sinalizava para uma situação limite, na qual a independência era uma alternativa legítima. Em termos metafóricos, os vínculos familiares e os laços de amizade entre pai (Portugal) e filho (Brasil) encontravam-se bastante desgastados pelas ofensas e ambições do primeiro em relação ao segundo. Se antes, a manutenção dos laços com Portugal era reivindicada pelos publicistas do Rio de Janeiro, agora essa união confundia-se com a imagem de uma prisão, de um fardo histórico identificado com um período de “escravidão Colonial”. Transpondo isso para

especificamente, o paterno. Sentido que se mantém praticamente o mesmo em todas as edições de A. Moraes Silva (1789; 1813; 1823; 1831): “O ato, pelo qual o filho sai de sob o pátrio poder”. O verbo *emancipar* refere-se tanto à emancipação concedida pelo pai quanto a conquistada pelo próprio filho: “*Emancipar-se*: livrar-se do pátrio poder. Obrar como quem não tem pai, tutor, curador, e fig. como isento de superior [...] governar-se por si mesmo [...] fig. Tomar sobeja liberdade, isentar-se dos respeitos devidos; exigidos.” A. Moraes Silva, *op cit*, 1831. Em Luiz Maria da Silva Pinto (1832), sentido análogo.

¹⁰⁶ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo I, nº I Extraordinário – 12 de maio de 1822, p. 9.

uma linguagem temporalizada, significaria dizer que o período de escravidão colonial corresponderia àquele momento em que o Brasil, ainda não tinha condições de requerer a sua autonomia. A “mudança do Trono” coincidia com a abertura de uma nova fase para o Brasil, pois este tocava a “idade da sua virilidade” e, por direito, poderia se emancipar. Qualquer tentativa de impedi-la representaria um retrocesso, pois afrontaria a “natureza, expansão e boa harmonia social”.¹⁰⁷

Por sua vez, no panfleto do “Amigo da Razão”, publicado no início de 1822, operava-se uma ideia de emancipação, não de maneira tão incisiva como no *Revérbero*, mas apoiava-se nela como forma de salientar a necessidade do reino lusoamericano assumir seus direitos, mais especificamente, o de constituir um órgão de representação legislativa em seu território. Sob estes termos, a união entre Portugal e Brasil só seria viável mediante uma negociação contratual, que resolvesse as incompatibilidades crescentes entre o *país* e a *nação*.¹⁰⁸ Para o panfletário, existiriam duas classes de interesses políticos naquele momento. Uma que respeitava os interesses individuais do Brasil, e outra que dizia respeito à união com Portugal. Quanto à primeira, só aos *Povos do Brasil*¹⁰⁹ dizia respeito deliberar, quanto à segunda, convinha “ouvir o voto geral da nação”. Não obstante, advertia que confundir essas duas classes de interesses seria um tremendo equívoco: “confundirmos e identificarmos estas diversas relações, é caminharmos *more pecudum* [como gado] ao nosso precipício”.¹¹⁰ Em outras palavras, era preciso que o *país* assumisse uma posição ativa diante daquela situação e, por este modo, fizesse valer seus interesses individuais:

Oh minha Pátria, oh lamentável Brasil, oh País das graças da Natureza: eu te pressagio a mais desditosa carreira de agora em diante, se desaperecebido, como vás, não reassumes os teus Direitos; e não cuidas por ti mesmo em lançar os alicerces a tua nascente Liberdade civil, convocando as tuas Cortes, para ocorrer com a expressão da vontade geral dos Povos aos males que te estão iminentes: os Povos não foram feitos nem para os Reis, nem para outros Povos: tudo quanto são, e quanto podem ser, deve-se referir à felicidade comum da grande família que cada

¹⁰⁷ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo I, nº I Extraordinário – 12 de maio de 1822, p. 9.

¹⁰⁸ O uso do termo *nação* era equivalente à abrangência do sentimento de pertencimento ao ser português, enquanto o termo *país* designava especificamente o Brasil. István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, *op. cit.*, 2000, p. 130. A politização em torno desses termos conduziria ao esgarçamento do sentimento de pertencimento à “grande família lusitana”, passando-se da defesa da “paridade de direitos entre Reinos” para a adesão à “causa do Brasil”. Marco A. Pamplona, “Nación – Brasil”, en: *DPSMI*, 2009, p. 887.

¹⁰⁹ No discurso que se segue, a “vontade geral dos Povos” praticamente se confunde com os interesses particulares do *País*. Assim, *Povos* pode ser entendido como uma designação genérica do conjunto da população habitante do Brasil, cujos interesses comuns eram contrastantes com os de outras coletividades externas ao reino lusoamericano. Para uma história do conceito de Povo/Povos, ver: Luisa R. Pereira, “Pueblo – Brasil”, en: *DPSMI*, 2009, pp.1151-1162.

¹¹⁰ *O Amigo da razão, ou carta aos redatores do Revérbero...*, 1822, p. 12

um deles compõem, e os seus interesses individuais cumpre que sejam discutidos, e advogados pelos Representantes da mesma grande família a que pertencem, e mais não.¹¹¹

Como em outros discursos, identifica-se aqui, uma série de termos e expressões indicativas de uma orientação para o futuro; mas mais do que isso, de um presente em fuga, que exigia dos coevos tomadas de decisões rápidas: “eu te pressagio a mais desditosa carreira de agora em diante”, “lançar os alicerces a tua nascente Liberdade civil”, “males que te estão iminentes”. Naquele momento, a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil serviria como uma importante estratégia política, pois ao mesmo tempo forçava o Congresso de Lisboa a respeitar a reivindicada individualidade do reino lusoamericano tal como preservava um discurso de união entre as partes, primeiro as do Brasil consigo mesmo, depois, se possível, com Portugal. Mais à frente, o panfletário reafirmaria o desejo dos “brasileiros” de existirem unidos com os portugueses, contanto que não fossem lesados.¹¹² E por fim, sustentaria outra vez o argumento de que somente havendo as mesmas instituições em ambos os lados do Atlântico poderia haver igualdade entre os reinos:

Não há liberdade Civil sem Constituição; não há Constituição onde não há Representação dos Povos: portanto sem Cortes especiais ficamos sempre na mesma, ou servos do Despotismo, ou pupilos das Cortes de Portugal; e em todo o caso sem reação Política, que não seja a da força física, que nos deve custar a perda da paz, e os horrores da Anarquia, com que tem lutado a Espanha da Europa, e da América.¹¹³

Como se pode notar, a menção à “anarquia” das lutas de independência no mundo hispânico não era despropositada. Servia como um alerta, um recado àqueles que se negassem a garantir a autonomia do reino do Brasil. Não demoraria muito para que as manifestações de insatisfação com as Cortes se revertissem em propostas de um país independente. Foi no interior dessas propostas que sobressaíram, com grande vitalidade, os “ensinamentos” advindos de outros contextos revolucionários. As experiências de ruptura política envolvendo as colônias americanas e metrópoles europeias, em especial os exemplos advindos da América espanhola; e os escritos de caráter doutrinário e programático que prognosticavam a emancipação do Novo Mundo, sobretudo, os do abade francês De Pradt, se amalgamariam formando um paradigma positivo legitimador

¹¹¹ *O Amigo da razão, ou carta aos redatores do Revérbero...*, 1822, pp. 11-12

¹¹² *Ibidem*, p. 14

¹¹³ *Ibidem*, p.16

da opção independentista. E assim, o que até então, na maior parte das vezes, havia sido concebido como “fragmentação”, “anarquia” e “destruição”, agora passaria a encorajar os lusoamericanos a adotarem uma alternativa de ruptura com Portugal.¹¹⁴ Como ocorre no *Espelho* no mês junho, quando antes de passar a dar “notícias estrangeiras”, afirmava:

Enquanto a Europa oferece ao leitor atento um quadro monótono de preparativos guerreiros e negociações diplomáticas entre as Potências mais orientais, de partidos e desassossego no Ocidente; a América aparece abundante de revoluções prodigiosas, que a tornam objeto interessantíssimo para a observação do Político. A época profetizada pelos escritores mais atilados se apresenta com caracteres de força, e de grandeza, que excedem talvez a expectativa, e o assombro se mistura insensivelmente com o alvoroço da novidade.¹¹⁵

Convém destacar, nesse trecho, a composição de um paradigma positivo em torno das experiências hispano-americanas. Em seu conjunto os processos de independência transformam-se em “objeto interessantíssimo para a observação do Político”. Em outras palavras, essas “revoluções prodigiosas” tornam-se fontes de ensinamentos e sintetizam uma época dominada pelo “alvoroço da novidade”. Além do mais, diante das mesmas circunstâncias podemos observar como o conceito de *emancipação* acumularia, cada vez mais, uma carga semântica de movimento histórico progressivo. Em contrapartida, as Cortes de Lisboa passariam a encarnar a imagem do “despotismo” e da ameaça de fragmentação do reino do Brasil. O que em outros termos, representaria uma força *retrógrada*, antagônica ao movimento natural de conquista de autonomia lusoamericana. E associado a isso, a história da colonização portuguesa na América assumiria a feição de um período de opressão, caracterizado pela expressão “escravidão de 300 anos”.¹¹⁶

Na *Segunda parte do amigo da razão ou a continuação da correspondência com os Redatores do Revérbero...*, publicado em julho de 1822, a mudança de interesses das províncias lusoamericanas em prol da convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil seria interpretada como o resultado de um movimento natural do progresso das

¹¹⁴ João Paulo G. Pimenta, “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”, *Almanack Brasiliense*, nº 11, São Paulo, maio de 2010, pp. 90-91. Sobre as leituras no Brasil das teorias da independência, ver também: Marco Morel, “Independência no papel: a imprensa periódica.”, in: István Jancsó (org.), *op cit*, 2005, pp. 617-646; Cristiane C. dos Santos, *op cit*, 2010, 130-142.

¹¹⁵ *O Espelho* Nº 63, 25 de junho de 1822.

¹¹⁶ Segundo Guillermo Zermeno Padilla, o tema dos 300 anos de opressão se difundiria de muitas maneiras por todo o continente nas primeiras décadas do século XIX e se tornaria o slogan dos insurgentes americanos e “frase inscrita nas atas de independência”. Mas para além disso, salienta o autor, a máxima desse “passado tri-secular” significou “a perda do seu caráter de exemplaridade, mostrando um estreitamento do espaço de experiência ao lado de um alargamento do horizonte de expectativas, em termos políticos e sociais.” G. Zermeno Padilla, *op cit*, 2009, p. 570. Ver também: Cristiane C. dos Santos, *op cit*, 2010, pp.103-114

nações. O tipo de solução institucional que se desenhava dali por diante passava a ser incompatível com os desígnios das Cortes. Contudo, seria incontestavelmente legítimo, pois “o povo em regra geral” seria “amante da novidade, principalmente em Política”, a despeito do que fosse dito, e o do Brasil não seria “exceção à regra”.¹¹⁷ O panfletário rebatia as supostas acusações de que não haveria nas províncias um número suficiente de pessoas bem instruídas e capazes de fazer leis, e que, por isso, todo o reino estaria ameaçado de sofrer nas mãos de um governo despótico. A seu ver, essa não era uma justificativa plausível para não se instalar uma assembleia representativa no país. No dizer do “Amigo da Razão”, tal como havia ocorrido com o povo francês – que após dar os primeiros passos na fundação de uma república teria passado por períodos de despotismo – o Brasil, mesmo enfrentando contratemplos, chegaria às novas formas de governo, pois o seu “movimento nunca” era “retrógrado, mas sim continuado, e periódico, em maior ou menor espaço de tempo” era “mais ou menos acelerado, e retardado pelos encontros de circunstâncias favoráveis ao seu andamento.”¹¹⁸

Nessa síntese do movimento temporal encontram-se sinais de uma concepção de história que começava a ser pensada em uma unicidade contínua, temporalizada e processualizada. Dizer que todos chegariam às novas formas de governo era estabelecer um prognóstico pragmático de um futuro aberto e realizável no longo prazo.¹¹⁹ Não importava se demorasse um pouco mais ou um pouco menos, o certo era que, a despeito da desigualdade dos ritmos, as mudanças ocorreriam de fato. Assim, os fantasmas do “despotismo”, ou até mesmo da “recolonização”, enfraqueciam-se diante da imagem do progresso.

Por fim, obedecendo a uma lógica argumentativa parecida com essa, o panfleto intitulado *Considerações sobre as Cortes do Brasil* seria ainda mais enfático:

Fujamos pois destes escolhos; apressemo-nos; não dificultemos com a nossa excessiva moderação o complemento da nossa felicidade; não injuriemos a nossa espécie, estorvando a marcha natural, e os progressos próprios do espírito humano; façamos as nossas Leis, governemo-nos por elas: só assim ocuparemos um lugar decente no meio das Nações.¹²⁰

Nesse discurso, a auto-habilitação para tomar parte no processo mais geral dos “progressos próprios do espírito humano” converte-se em uma perspectiva histórica de

¹¹⁷ *Segunda parte do amigo da razão...*, 1822, p. 43.

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ Reinhart Koselleck, *op cit*, 2006, p. 319.

¹²⁰ *Considerações sobre as Cortes do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia do Diário, 1822, pp. 17-18.

futuro, na qual a qualidade dessa ação, em tese, dispensava-se de quaisquer constrangimentos do passado.¹²¹ A busca por autonomia tornava-se o motor de um processo de aperfeiçoamento das instituições e da sociedade como um todo, que só teria o futuro como parâmetro de julgamento. Ao *emancipar-se*, o Brasil se colocava em sintonia com as transformações próprias de seu tempo.

1.3. Como ser imune à “vertigem revolucionária do Século”?

Embora durante os anos de 1821 e 1822 tenha se intensificado a sensação de se viver em uma época de transformações profundas e aceleradas, desde pelo menos a transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1808,¹²² e durante os anos de “exílio” na América, os impactos do desmantelamento do Antigo Regime se faziam presentes na vida dos homens e mulheres daquele século.¹²³ Tanto na península ibérica quanto no reino lusoamericano temia-se a eclosão de movimentos contestatórios que pudessem ser “contaminados” pelas experiências revolucionárias da França, Espanha e de suas colônias americanas.¹²⁴ Os homens de Estado e os publicistas mantinham-se em alerta, preocupados com a preservação e integridade da monarquia e da nação portuguesa.¹²⁵ De

¹²¹ Reinhart Koselleck. “Desplazamiento de los límites de la emancipación. Un esbozo histórico-conceptual”, *Historias de conceptos: Estudios sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social*, (Trad. Luis Fernández Torres), Madrid, Editorial Trota, 2012, p. 117.

¹²² A transferência da Corte situa-se como o marco fundamental da crise do Antigo Regime português, bem como da abertura de uma inédita aceleração histórica no mundo lusoamericano, afirmam: João Paulo G. Pimenta y Valdei Lopes de Araujo, *op cit.*, 2009, p. 597.

¹²³ Tanto a historiografia quanto os relatos da época indicam a vinculação entre a transferência da Corte em 1808 e a criação das condições de possibilidade para emancipação do reino lusoamericano. O que não significa dizer que o Brasil estava destinado à tornar-se independente, tal como veio a ocorrer, assim que D. João e sua Corte desembarcaram no Rio de Janeiro. Sobre o período joanino no Brasil: M. de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Toopbooks, (1ª ed. 1908), 3ª ed., 1996; Sérgio B. de Holanda, “A herança colonial, sua desagregação”, in: *História geral da civilização brasileira - O Brasil monárquico: o processo de emancipação*, Vol. II, São Paulo, Difel, 1964; Maria Odila L. da Silva, “A interiorização da Metrópole (1808-1853)”, in: Carlos G. Mota (org.) *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972; J. Malerba, *A Corte no exílio: Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*, São Paulo, Cia das Letras, 2000; A. Slemian, *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo, Hucitec, 2006; A. Slemian e João Paulo G. Pimenta, *A Corte e o mundo: Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*, São Paulo, Alameda, 2008.

¹²⁴ É importante mencionar os ensaios sediciosos na América portuguesa, especialmente os casos de Minas Gerais (1776) e Bahia (1798), que desde fins do século XVIII anunciavam a erosão de um modo de vida e esboços de politização de identidades coletivas. Sobre essas sedições ver: István Jancsó, “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”, in: Fernando A. Novais (dir.). *História da vida privada no Brasil v.I: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.388-437; István Jancsó, *Na Bahia contra o Império: História do ensaio de sedição de 1789*, São Paulo/ Salvador, Hucitec/ EdUFBA, 1996; Roberta G. Stumpf, *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792)*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2010.

¹²⁵ Além dos sujeitos diretamente ligados ao aparelho de poder, caso dos ministros e funcionários da Corte

modo geral, os distintos protagonistas do jogo imediato da política portuguesa buscavam propor providências concretas para a reforma do Estado, que garantissem a integridade e a manutenção da nação, bem como as prerrogativas da monarquia frente a crise política na qual se viam enredados.

Vejamos, agora, como dois desses protagonistas diretos da vida política da Corte no Rio de Janeiro expressavam-se diante das ameaças do processo revolucionário em dois momentos distintos: o primeiro em 1814, ano no qual se encerrou o domínio francês em Portugal, bem como ganhou força a questão da permanência da Corte no Brasil ou retorno para Portugal; o segundo em fins de 1820 e início de 1821, quando chegam ao Rio de Janeiro as notícias da Revolução do Porto.

Nesse cenário, chamam atenção as advertências de Silvestre Pinheiro Ferreira, funcionário e conselheiro da Corte de D. João, posteriormente ministro do Exterior e da Guerra, em 1821. Numa proposta de reforma política apresentada ao Príncipe regente em abril de 1814, *Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular...*,¹²⁶ afirmava a necessidade de estudar alternativas que afastassem, ou simplesmente atenuassem os efeitos da “vertigem revolucionária do Século”.¹²⁷ Pinheiro Ferreira, cabe ressaltar, herdava da linhagem de estadistas portugueses reformistas ilustrados, de desde meados do século XVIII, o empenho na elaboração de programas de reformas econômicas, políticas e sociais, que fossem capazes de reverter a posição desvantajosa ocupada por Portugal no cenário político internacional.¹²⁸ As *Memórias Políticas* partiam da constatação de que o sistema político da monarquia portuguesa havia se esgotado e, por isso, era urgente que o próprio Estado promovesse mudanças, antes que a sociedade as realizassem. Colocava-se a questão: como realizar o trânsito de um sistema político falido, para outro renovado? Seguindo o ritmo frenético e avassalador das revoluções, ou atenuando-o com reformas que

comprometidos com interesses da monarquia na administração estatal, desempenhava um importante papel a imprensa portuguesa de exílio, que erradicada em países como Inglaterra e França mantinha, com regularidade, a publicação de impressos voltados para o debate público dos problemas políticos do Império. Apesar da proibição oficial, periódicos como o *Correio Braziliense* (1808-1822), *O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literario, Politico, &c.* (1811-1819), ou *O Campeão Portuguez ou o amigo do Rei e do Povo* (1819-1821) circulavam pelo reino e pela América portuguesa, constituindo-se num núcleo de formação política liberal. Isabel Nobre Vargues, *op cit*, 1993, pp. 45-63.

¹²⁶ Silvestre Pinheiro Ferreira, “Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular Redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815” (22 de abril de 1814), *Ideias Políticas, Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro*, vol. VII, Rio de Janeiro, PUC-Rio, Conselho Federal de Cultura, 1976, pp. 20-31.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 20.

¹²⁸ Ana Rosa C. da Silva, *Inventando a nação: Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, 2006.

preservariam os ânimos populares? Os exemplos advindos de outras partes da Europa e da América mostravam que o ritmo das transformações da passagem da “velha” para a “nova” sociedade era intenso e trazia consigo grandes ameaças para a preservação da monarquia e a integridade da nação. Caberia ao governo se preparar para achar as melhores saídas diante daquela situação.

Tendo por motivação avaliar em qual lugar dos domínios do Império seria mais apropriado fixar a sede da monarquia, o conselheiro pintava o clima histórico e o panorama político em que tal decisão estava situada:

Trata-se de nada menos, que de suspender, e dissipar a torrente de males, com que a vertigem revolucionária do Século, o exemplo de Povos vizinhos, e a mal entendida Política que vai devastando a Europa, ameaçam de uma próxima dissolução e de total ruína os Estados de V. A. R., espalhados pelas cinco Partes do Mundo: quer seja pela emancipação das Colônias, no caso de V. A. R. regressar para a Europa; quer seja insurreição do Reino de Portugal, se aqueles Povos, perdida a esperança que ainda anima, de tornarem a ver o seu amado Príncipe, se julgarem reduzidos à humilhante qualidade de Colônia.

Em tempos ordinários, Senhor, bastam providências ordinárias; mas nas extraordinárias, e sobremaneira críticas circunstâncias em que se acha Portugal, a Europa, o Mundo inteiro, são precisas grandes e extraordinárias providências, para assegurar a integridade da Monarquia, sustentar a Dignidade do Trono, e manter o sossego e a felicidade dos Povos.¹²⁹

Como se pode verificar, Pinheiro Ferreira lê o presente como um momento de excepcionalidade, no qual as decisões de D. João poderiam resultar ou na *emancipação* das colônias ou na *insurreição* do reino de Portugal, “sem dúvida um dos maiores problemas políticos, que jamais Soberano algum teve de resolver”.¹³⁰ Seus prognósticos políticos carregavam-se de dramaticidade e as alternativas que se mostravam para o futuro resultavam de um diagnóstico sobre a sua própria experiência presente, cujos dados recolhidos de outros contextos revolucionários fundamentavam projeções catastróficas para a política lusitana. Além disso, a contraposição entre “tempos ordinários” e “circunstâncias extraordinárias” contribuía para a sensação de que as coisas se alteravam de maneira mais depressa e, por isso, novas formas de solucionar os problemas deveriam ser pensadas. Em outras palavras, mudava-se a natureza das coisas, e com isso, não haveria correspondência daquelas circunstâncias com outras anteriormente conhecidas.

¹²⁹ Silvestre Pinheiro Ferreira, “Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular Redigidas por Ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815” (22 de abril de 1814), *op cit.*, pp. 20-21.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 20

Sendo assim, atacar problemas novos com soluções antigas, jamais seria uma boa saída.

Por sua vez, o uso das metáforas “torrente de males” e “vertigem revolucionária”, bem como das sentenças complementares “vai devastando” e “próxima dissolução”, transmite uma ideia de afecção, na qual tanto o corpo físico do indivíduo quanto o do Estado sofrem com as perturbações de uma situação de crise política.¹³¹ As metáforas remetem a uma analogia entre fenômenos naturais e sociais em que se opera uma noção de movimento, ou seja: uma torrente designa um curso d'água rápido e irregular, geralmente provocado por chuvas fortes; já uma vertigem é provocada pela sensação de desequilíbrio no espaço, na qual um indivíduo percebe todos os objetos girando a sua volta, seja por tomar uma grande distância do chão ou por andar muito depressa e parar bruscamente; em ambos os casos, a ideia de variação na posição dos corpos físicos dada no âmbito da natureza transfere-se para o campo da linguagem política a fim de se ressaltar os aspectos negativos da revolução. Em outras palavras, as metáforas de movimento “torrente de males” e “vertigem revolucionária” buscavam traduzir a celeridade e a violência com que os acontecimentos políticos se sucediam. Há assim, uma íntima relação entre a sensação de intensidade da aceleração do tempo e a obtenção de resultados desastrosos. Sob essa lógica argumentativa, a intervenção proposta pelo estadista não significaria uma tentativa de oposição total às mudanças, mas sim uma forma de controle do ritmo de seu movimento.

O propósito das *Memórias Políticas* era apresentar saídas moderadas para o problema e encontrar formas de reinvenção das bases de sustentação da monarquia frente às incertezas da nova dinâmica política. Uma das recomendações do conselheiro versava sobre a instituição nobiliárquica. Crítico do imobilismo social identificava-o como um dos principais fatores geradores das revoluções populares.¹³² Julgava ser necessário fazer nascer “das cinzas da antiga Nobreza” outra nova, “cujas funções, honras, e vantagens” estivessem em consonância com “os usos e costumes” daquele Século, ou seja, combinando a habilitação pelo nascimento com o merecimento e não fazendo distinções

¹³¹ Numa consulta ao dicionário de António Moraes e Silva de 1831, nenhuma das duas palavras possuem um sentido político como o aqui encontrado; porém, é a noção de movimento acelerado que permite essa associação entre fatos naturais e fatos sociais. Vertigem: “s. m. Vagado, em que se figura ao paciente andar tudo à roda”; Torrente: “Água passageira, que cai, e corre teza, sem canal certo; v.g. Torrente de chuva grossa; enxurrada [...]”. *Dicionário da Língua Portuguesa composto por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro. Quarta Edição...*, Lisboa, Impressão Régia, 1831.

¹³² Vicente Barretto, “Prefácio - Introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira”, in: Silvestre Pinheiro Ferreira, *Ideias Políticas, Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro*, vol. VII, Rio de Janeiro, PUC-Rio, Conselho Federal de Cultura, 1976, p. 15

entre Portugal e o Ultramar.¹³³ Ora, esta proposta revela uma característica importantíssima desses novos tempos, ou seja, mesmo aqueles pensamentos e instituições mais tradicionais não poderiam permanecer imunes àquela “vertigem revolucionária”. De acordo com a visão de Pinheiro Ferreira, o lugar da nobreza (o antigo) na nova sociedade só seria preservado por meio de sua reinvenção.

O fato de suas propostas terem sido ou não colocadas em prática importa menos para a questão levantada em torno da temporalização dos discursos políticos. Naquele momento, conceber a mudança política implicava especular sobre a ocorrência de um tempo acelerado, um período marcado pela transitoriedade,¹³⁴ que motivava a inquietação dos Povos e era implacável com a imobilidade dos governos. Quanto ao último aspecto, convêm citar o *Aviso* manuscrito afixado nos lugares públicos da Corte na ocasião da recepção das notícias sobre a Revolução do Porto, quando se pressionava D. João a jurar a constituição a ser elaborada:

Pelo povo ao Rei, o poder é dado,
A[o] povo portanto legislar compete,
Se a este aviso o Rei não cede,
Às armas cederá o seu poder inerte.

Da nação o Rei não é mais Chefe,
Para executar a Lei por ela imposta.
Como é possível então que o Rei dite?
Não! não! Cidadãos! ex [eis] a resposta!!

Viva o Rei que jurar
A Sábia Constituição,
Que pelas Cortes for dada
Da Portuguesa Nação.¹³⁵

Quanto às performances discursivas de Pinheiro Ferreira é latente sua consciência de uma crise do tempo.¹³⁶ Em várias de suas correspondências a D. João VI, sobretudo

¹³³ Silvestre Pinheiro Ferreira, *op cit*, p. 24.

¹³⁴ Valdei Lopes de Araujo, “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”, *Almanack Braziliense*, nº 7, p. 53.

¹³⁵ “Aviso”, autor anônimo. Panfleto 28, transcrito em: José Murilo de Carvalho, Lúcia Neves, Marcello Basile. (org.) *op. cit.*, 2012, p. 195.

¹³⁶ Como salienta Javier Fernández Sebastián, os homens e mulheres que vivenciaram as experiências revolucionárias do início do século XIX perceberam-se em meio a uma *crise do tempo* e uma *crise da linguagem*: “O sentimento de estar vivenciando uma época de mudança acelerada seria inseparável da impressão não menos aguda, a qual se referem não poucos contemporâneos, de estar assistindo um momento de drástica transformação e transvaloração das mais importantes noções que estruturavam seu mundo político e social” (tradução minha). Esse panorama traçado para o mundo hispânico corresponde em grande medida com o que ocorre também no mundo lusoamericano Cf: “‘Cabalgando el corcel del diablo’: conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas”, en: J. Fernández Sebastián & G. Capellán (org.), *op cit*, 2013, p.429-430.

após as notícias da Revolução do Porto, retornaria ao que havia previsto no Parecer de seis anos atrás, segundo ele, “tendente a evitar” aquele “fatal desfecho”. Não obstante, reavivar a memória do monarca acerca das providências contidas no Parecer, não significava uma crença na eficácia de sua implementação naquelas novas circunstâncias. Tinha consciência de que a oportunidade havia passado: “Sim meu Am.º eu estou certo que o desenvolvimento dos artigos desse meu Plano seria hoje ainda mais inútil, se é possível, do que em 1814. Então não seriam lidos: hoje até seriam combatidos e caluniados.”¹³⁷

A avaliação pessimista do conselheiro de que tais soluções não surtiriam efeito naquele momento sinalizava para a percepção da inauguração de uma nova fase revolucionária, agora atingindo definitivamente Portugal e o Brasil. Pinheiro Ferreira observaria que as reformas do Estado, quando partidas do próprio Estado, poderiam promover mudanças sem grandes abalos; porém, quando adquiriam características populares, como julgava ser a Revolução do Porto, elas traziam consigo os germens da sua própria destruição e diante disso não haveria muito o que fazer.¹³⁸ Após a adesão da Bahia ao constitucionalismo em 10 de fevereiro de 1821, não demonstraria nenhuma dúvida quanto a concretização das “explosões” revolucionárias: “Decidiu-se enfim a sorte do Brasil; quebrou-se o nexa, que unia suas províncias a um centro comum; e com a dissolução do Brasil se consuma a dissolução da monarquia, que no preâmbulo do meu parecer de abril de 1814 vaticinei à Sua Majestade achar-se iminente.”¹³⁹

Como é sabido, outros estadistas também se ocupariam das questões aqui esboçadas a partir de Silvestre Pinheiro Ferreira. Vejamos um último exemplo. Pouco antes de estourar o movimento constitucionalista em Portugal, o ministro Thomaz Antonio Vila Nova Portugal, também em carta ao monarca, realizava algumas propostas de acomodação do Império à nova ordem de coisas. Apesar dos argumentos de Pinheiro Ferreira e Vila Nova Portugal chegarem a convergir na defesa da permanência do rei no Brasil no momento decisivo do jogo político da Corte, suas visões sobre o processo geral eram bem diversas.¹⁴⁰ Na carta enviada ao rei, fazia uso de uma metáfora arquitetônica para exemplificar como deveria ser a interferência do governo para se prevenir das inquietações que assombrariam as outras nações da Europa, sobretudo a Espanha. Após

¹³⁷ Silvestre Pinheiro Ferreira, “Cartas sobre a Revolução do Brasil – carta 2” (1821), *op cit*, 1976, p. 38

¹³⁸ *Ibidem*, p. 37.

¹³⁹ Silvestre Pinheiro Ferreira, “Cartas sobre a Revolução do Brasil – carta 4” (1821), *op cit*, 1976, p. 39

¹⁴⁰ Valentim Alexandre, *op. cit.*, 1993; Ana Rosa C. da Silva, *op cit*, 2006.

propor medidas pontuais para o conteúdo das classes mais populares e dos negociantes visando o aumento dos rendimentos do Estado, conclui: “Não me parece que se deva agora fazer mais: quaisquer outras mudanças, ainda que fossem muito bem feitas, iriam perturbar e nos tempos de crise, é acrescentar um mal a outro. Um velho edifício conserva-se, se o não [o] querem consertar demasiadamente.”¹⁴¹

Com esta frase, Vila Nova Portugal deixava claro o risco que a monarquia corria diante das demandas dos novos tempos. Ao referir-se aos “tempos de crise” punha em manifesto uma situação de instabilidade e de incertezas para encontrar a justa medida na intervenção sobre o “velho edifício”. Não negava a necessidade de consertá-lo, porém esta interferência não deveria ser muito grande, pois poderia colocar em xeque um *modus operandi*, que pela tradição, hábito e domínio se mantinha preservado. Em outras palavras, consertar demasiadamente era romper com as estruturas sociais e políticas da monarquia absoluta, que até então, havia sido capaz de absorver e se adaptar a situações novas, sem que com isso houvesse um abalo em sua posição. Em termos de experiência do tempo, passado e futuro não se manteriam mais idênticos. O mundo do Antigo Regime, com suas hierarquias e restrições era atingido pela “vertigem revolucionário do século” não deixando nada absolutamente intocável.

Neste primeiro capítulo procuramos analisar a configuração de formas discursivas em processo de temporalização nos debates públicos ocorridos na imprensa periódica e panfletária do Rio de Janeiro durante os anos de precipitação das lutas políticas que culminaram na independência do Brasil. Introduzimos apontamentos acerca do vocabulário político dos protagonistas do movimento constitucionalista português, iniciado no Porto em 1820, e, posteriormente, dos liberais lusoamericanos críticos da política das Cortes de Lisboa entre 1821 e 1822. Sob o pano de fundo desses dois momentos distintos no jogo político, foram analisados vocábulos, expressões e metáforas, que em conjunto denunciavam certas noções, concepções e representações do tempo histórico, afetadas pela sensação generalizada de aceleração do ritmo das mudanças políticas. Em outros termos, procurou-se compreender como as argumentações e projeções políticas de portugueses e lusoamericanos se nutriam de expectativas

¹⁴¹ “Revolução Liberal Portuguesa – Parecer de Tomás António de Vila Nova Portugal sobre os meios de tolher o seu desenvolvimento” (6 de junho de 1820), *Documentos para a História da Independência*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, p. 147.

produtoras de tensões entre passado, presente e futuro, reveladoras de um tempo histórico em mutação. Não obstante, buscamos salientar que esse período de inflexão de uma nova experiência temporal se enquadra em uma conjuntura política mais ampla e de forte impacto para as monarquias ibéricas em ambos os lados do Atlântico. Há que se remontar a pelo menos 1808, ano da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, bem como da eclosão dos movimentos políticos hispânicos de resistência à invasão napoleônica, cuja faceta americana no decorrer daquele processo ganharia contornos “revolucionários”. Essas experiências políticas, como vimos, não deixaram de preocupar os publicistas e os homens de Estado lusitanos, que especulavam sobre as consequências de um possível contágio revolucionário fosse na península ou na América portuguesa.

No próximo capítulo, estudaremos mais detidamente o momento de efervescência constitucionalista em Portugal e no Brasil tomando como ponto de referência a centralidade da ideia de “regeneração” como constructo de uma nova ordem política legítima. Não obstante, observando os limites do projeto constitucionalista formatado pelas Cortes de Lisboa e o surgimento de novos projetos nos espaços provinciais lusoamericanos, em especial no Rio de Janeiro. Espera-se demonstrar que esses conflitos de interesses emergiram em um cenário de crescente transformação da esfera pública, no qual o constitucionalismo enquanto ideário político construtor de novas expectativas impactava diretamente sobre os fundamentos históricos da união entre os hemisférios europeu e americano.

CAPÍTULO 2:

A REGENERAÇÃO POLÍTICA COMO TRIUNFO CONSTITUCIONAL

Ao longo dos movimentos constitucionalistas europeus e americanos de início do oitocentos, especificamente a Revolução do Porto e a Independência do Brasil, nota-se como os discursos políticos de seus protagonistas ensejaram percepções, noções e representações do tempo histórico. No primeiro capítulo, mostramos que determinados conceitos, metáforas e expressões linguísticas constituíram um *processo de temporalização* dos discursos políticos, que entre fins do século XVIII e início do século XIX, contribuiu para a formação de um *espaço de experiência revolucionário moderno*. Neste capítulo, analisaremos o significado desta *temporalização* a partir das tensões que se acumularam em torno da instalação das Cortes, das adesões provinciais, da difusão da imprensa e a formação de uma esfera pública moderna entre 1821 e 1822.

Para tanto, convém logo de início sublinhar alguns dos traços mais característicos da *temporalização dos discursos políticos*. Em primeiro lugar, tornaram-se comuns e operativas nos discursos de periodistas e panfletários da época, manifestações acerca da sensação de um tempo histórico em aceleração, que trazia consigo mudanças de monta na vida política, econômica e social dos habitantes da América portuguesa, desde pelo menos a transferência da Corte. Com a deflagração do movimento constitucionalista do Porto em 1820, a celeridade com que fatos importantes passaram a se suceder de uma parte a outra do Atlântico e seus impactos imediatos suscitaram, entre os escritores lusoamericanos, o estabelecimento sistemático de continuidades e rupturas com o passado português na América. Nesse sentido, a autoconsciência do tempo histórico interferiu diretamente na visão sobre os papéis assumidos até ali por ambos os reinos, fazendo com que passado e futuro se tornassem objetos de reflexão e disputa. Por conseguinte, a construção de periodizações dos fatos mais recentes, vivenciados desde a esfera particular de alguma província ou mais geral das experiências revolucionárias americanas e europeias, corroborou a criação de novas linhas de ação, afinidades e compromissos ideológicos entre indivíduos e grupos implicados no jogo político. Por fim, se mostrou entre os coevos uma tendência à legitimação das ações políticas sob uma ótica futura, ou seja, através da construção de uma autoimagem daquilo que a sociedade ainda não era efetivamente, mas que poderia vir a ser.

Sendo assim, embora o foco no aspecto conceitual e discursivo, objeto do primeiro capítulo, se mantenha é a trama política que, agora, passa ao primeiro plano da análise no

intuito de corroborar com a tese da emergência de um *espaço de experiência revolucionário moderno*.

2.1. A adesão ao constitucionalismo e a ampliação dos espaços públicos de opinião

Em 9 de novembro de 1820, por meio de edição extraordinária, a *Gazeta do Rio de Janeiro* trouxe à público as primeiras notícias sobre o movimento constitucionalista surgido na cidade do Porto em agosto daquele ano:

O Espírito de inquietação, e o desatinado desvario que tem atacado o meio dia da Europa, desgraçadamente soprou sobre uma das mais belas Cidades de Portugal, e corrompendo ânimos ambiciosos, e indiscretamente amigos da novidade, causou tumultos efêmeros, que a prudência do Governo se apressou a atalhar e a extinguir. Para darmos aos nossos Leitores uma ideia deste abominável acontecimento, basta copiarmos o seguinte: [na sequência, transcreve a Proclamação dos Governadores do Reino lusitano e extratos da *Gazeta Extraordinária de Lisboa* em reação ao movimento constitucionalista de 24 de agosto].¹

A *Gazeta do Rio de Janeiro*,² criada em 1808 como órgão oficioso da Corte portuguesa recém-chegada à América, manteve-se na condição de típica gazeta de monarquias absolutistas durante 13 anos, conforme sublinha Marco Morel.³ Foi, no entanto, a partir de 1821, por consequência das pressões da pregação liberal e do constitucionalismo adotado inicialmente no reino de Portugal e espreado pelas províncias lusoamericanas, que o periódico passou a expressar gradualmente essas novas tendências, ainda que mantendo seus vínculos com a Corte. Segundo Morel, as alterações pelas quais passaria o periódico entre 1821 e 1822 sugerem que folhas impressas como a *Gazeta do Rio de Janeiro* não se constituíram como meros reflexos daquelas mudanças pelas quais passou a sociedade lusoamericana, mas sim como espaços privilegiados dos embates e

¹ *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro Extraordinária* Nº 08 – 09 de novembro de 1820.

² A *Gazeta do Rio de Janeiro* passou pelas mãos de três editores. A primeira fase entre 1808 e 1812 foi conduzida pelo Secretário do Estado Estrangeiro e da Guerra, Frei Tibúrcio José da Rocha. Já o segundo editor, entre 1812 e 1821, foi Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, matemático nascido na Bahia em 1777, que ascendeu na carreira militar chegando ao posto de Sargento Mor efetivo em 1813, mesmo ano em que lançou a revista *O Patriota* (1813-1814). Após deixar a *Gazeta*, Guimarães fundou *O Espelho* (1821-1823), uma das vozes favoráveis à independência a partir de meados de 1822. O terceiro e último redator da *Gazeta*, entre 1821 e 1822, foi o cônego Francisco Vieira Goulart, bacharel formado em Coimbra e intelectual proeminente, que ocupou diversos cargos no governo, bem como redigiu o periódico *O Bem da Ordem* lançado em março de 1821. Cf.: Juliana Gesuelli Meirelles, *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2008.

³ Marco Morel, “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil” in: Lúcia M. B. P. das Neves. (Org.), *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*, Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009, p. 166.

alterações nas referências e identidades políticas vigentes naquele período.⁴

Não obstante, na ocasião da divulgação das primeiras informações sobre o movimento constitucionalista português, a *Gazeta* se manteve em franca oposição ao chamado “Espírito de Inquietação”, que tomava conta da Europa. Todavia, desde o começo de sua publicação, o periódico adotou a postura de uma Corte amedrontada, sobretudo por guardar reserva sobre os conflitos da América hispânica. Os imprevisíveis efeitos das convulsões políticas vizinhas ao reino do Brasil pareciam atingi-lo de alguma maneira.⁵ Ainda que reticente, a divulgação da Revolução do Porto – qualificada como corruptora de “ânimos ambiciosos, e indiscretamente amigos da novidade” – representava fissuras nessa política do silêncio a respeito de eventos, que de alguma forma ameaçavam a legitimidade da monarquia. Embora a notícia só tenha ganhado as páginas da *Gazeta* em novembro, a cúpula da Corte já havia recebido informações a respeito da eclosão do movimento em outubro.⁶ Esse relativo “atraso” na divulgação do evento talvez exponha a apreensão dos círculos cortesãos de verem essas notícias correrem por espaços sociais mais amplos, como de fato costumava ocorrer, a despeito das dificuldades impostas pela censura de impressos, bem como de quaisquer formas de expressão de opinião política.⁷ Manter reserva sobre o que ocorria em Portugal tornou-se praticamente impossível. O que se viu a partir daquele momento foi uma crescente pressão sobre D. João VI para que se

⁴ *Ibidem*, pp. 166-167.

⁵ João Paulo Pimenta analisou pormenorizadamente a proposital estratégia da *Gazeta do Rio de Janeiro* de se manter em silêncio sobre os acontecimentos hispano-americanos de 1810. Fora coisas favoráveis ao realismo espanhol, não publicou quase nada. Em contraste, a postura de Hipólito José da Costa no *Correio Brasiliense* era acompanhar os “sucessos da América Espanhola” por acreditar serem do maior interesse para Portugal, bem como ao Brasil. Segundo Pimenta, mesmo após a liberdade de imprensa, foi por meio do *Correio* que continuariam a adentrar no mundo luso as mais detalhadas informações e as mais incisivas análises acerca do que se passava com a América espanhola. João Paulo G. Pimenta. “La Política Hispanoamericana y la crisis del Imperio Português: vocabulario político y conyuntura”, *Brasil y las independencias de hispanoamérica*, Castelló, Publicacions Universitat Jaume I, 2007, pp. 53-74.

⁶ Segundo Oliveira Lima, a 17 de outubro de 1820 chegaram as primeiras e inequívocas notícias de Portugal através de um brigue de guerra português, cujas comunicações com a cidade foram imediatamente vedadas. Não obstante, as notícias se espalharam pela capital graças à correspondência trazida por um navio de guerra inglês chegado no dia seguinte. Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Toopbooks, (1ª ed. 1908), 3ª ed., 1996, p. 634.

⁷ Marco Morel, *op. cit.*, 2009, p. 163. Morel insiste que “o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissões já existentes, na qual a imprensa se inseriu.” Mesmo antes do surgimento da primeira geração de periódicos produzidos no Brasil, não se tratava de uma ausência de experiência no trato com as questões relacionadas ao mundo da imprensa. Tanto havia uma tradição de atividades impressas da nação portuguesa, à qual o Brasil pertencia, quanto muitos dos redatores da primeira geração, possivelmente, devem ter aprendido e convivido, ainda que informalmente, com a imprensa de outros países. Embora o círculo de letrados, também tocado por contradições e diferenças, detivesse o poder de produção e leitura direta da imprensa, de modo algum a circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – se restringiu a fronteiras sociais rígidas. Uma diversidade de espaços de sociabilidade – como a administração civil, militar e eclesiástica – serviu de base para essas transmissões.

decidisse sobre qual posição tomar diante do avanço do movimento constitucional. Definitivamente, as novidades trazidas de outras partes do Brasil e de Lisboa romperiam as precárias barreiras às discussões públicas.⁸ Por meio dos folhetos manuscritos e impressos que começariam a proliferar, ou mesmo através da *Gazeta do Rio de Janeiro* – até março de 1821, único periódico em atividade regularmente publicado pela Impressão Régia⁹ – os debates públicos abrangeriam outros atores sociais, como pequenos proprietários rurais e comerciantes, caixeiros, artesãos, soldados, a massa de livres, libertos e até mesmo escravos.¹⁰

Numa tentativa de passar a imagem de controle da situação, a *Gazeta* procurava convencer seus leitores que aquele “abominável acontecimento” era apenas fruto de “tumultos efêmeros” já debandados pelos governadores do reino. Porém, esta não passava de uma versão precária dos fatos, haja vista a incapacidade das autoridades reinóis de conterem os ânimos do movimento revolucionário, que colocava em xeque as estruturas do Antigo Regime. Como se sabe, as autoridades de Lisboa tentaram inutilmente convocar as “antigas Cortes”. Após a formação da Junta Suprema do Governo do Reino e da Junta Preparatória das Cortes, convocou-se uma Assembleia Extraordinária Constituinte e procederam-se as eleições dos deputados encarregados de preparar uma Constituição que subordinasse parcialmente o trono ao Poder Legislativo.

Entre outubro e novembro de 1820 foram discutidas as instruções para as eleições, chegando-se a um modelo inspirado na Constituição espanhola de Cádiz de 1812. Com as novas regras eleitorais, estendeu-se a base de representação nacional para além do continente europeu, abarcando desde o início a América portuguesa. O sufrágio indireto foi mantido, bem como criado um processo eleitoral a ser realizado em três níveis: freguesias, comarcas e províncias. Quando aplicadas no Brasil, tais regras interferiram diretamente na organização político-administrativa das tradicionais capitanias, pois tenderam a esvaziar o poder das Câmaras como instâncias primárias das eleições, e a elevar as antigas capitanias à condição de unidades provinciais com reconhecido grau de autonomia na escolha de seus representantes.¹¹

⁸ O desenrolar desse processo que mudou o rumo das expectativas e projetos de futuro na Corte fluminense, foi minuciosamente estudado por: Andréa Slemian, *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*, São Paulo, Hucitec, 2006.

⁹ Porém a *Gazeta do Rio de Janeiro* não tinha sido o único periódico publicado no Brasil até então, a Impressão Régia já havia produzido durante os anos de 1813 e 1814 *O Patriota* e na Bahia havia uma outra publicação regular em funcionamento desde 1811, a *Idade d'Ouro do Brasil*.

¹⁰ Lúcia M. B. P. das Neves, “Estado e política na independência”, in: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil Imperial, vol. I: 1808-1821*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 118.

¹¹ Márcia R. Berbel, *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*.

Os deputados portugueses foram escolhidos durante o mês de dezembro e iniciaram os trabalhos parlamentares em 26 de janeiro de 1821, tendo como uma das primeiras iniciativas a organização interna da casa e a formação de um novo executivo, que funcionou até o regresso do rei em julho daquele ano. Foram criadas, também, comissões específicas de trabalho como: a da Constituição, da Guerra, da Saúde Pública, do Comércio, das Artes e Manufaturas e dos Negócios Estrangeiros.¹² A mais importante decisão tomada nesse início foi, talvez, a definição das Bases da Constituição, apresentadas pela comissão correspondente e discutidas em plenário até 9 de março, quando foram assinadas.¹³ Dentre os princípios instituídos, destaca-se o significado atribuído ao termo *soberania*, referido a algo localizado “essencialmente na nação” e competindo somente a ela, “por meio de seus representantes eleitos”, fazer as leis constitucionais e garantir a defesa da liberdade, da segurança e da propriedade do cidadão.¹⁴ Ademais, instituía-se a divisão dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como decidiu-se por uma Câmara única, reforçando a tese da nação una e indivisível, cuja feição mais completa residia no Legislativo. Por fim, os habitantes do Brasil também seriam integrados à nação portuguesa, definida pelas Bases como “a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios”. Contudo, ficava em aberto aos que residiam “nas outras três partes do mundo” adotar aquelas Bases tão logo seus “legítimos Representantes” declarassem ser aquela “sua vontade”.¹⁵ Tal decisão caminhava em sentido oposto à proposta de Reino Unido, colocando-o em risco de desagregação por consentir às províncias saídas independentes umas das outras. Não obstante, os constitucionalistas peninsulares pareciam estar dispostos a correr o risco da fragmentação do Império.¹⁶

Os efeitos do movimento constitucionalista português não tardaram a envolver o espaço lusoamericano. O Grão-Pará foi o primeiro a aderir ao governo de Lisboa em 1º de janeiro de 1821, antes mesmo da instalação das Cortes. Uma Junta Governativa

São Paulo, Hucitec, 1999, p. 46-49; Iara Lis Carvalho Souza, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo, UNESP, 1999.

¹² Márcia R. Berbel, *op. cit.*, p. 51.

¹³ Segundo Márcia Berbel, o texto era quase cópia literal das Bases Constitucionais de Cádiz e foi bravamente defendido pelos deputados mais radicais. *Ibidem*, p. 52.

¹⁴ Respectivamente, artigos 20 e 21 das Bases Constitucionais, *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 09 de março de 1821.

¹⁵ Respectivamente, artigos 16 e 21 das Bases Constitucionais, *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 09 de março de 1821.

¹⁶ Márcia R. Berbel, *op. cit.*, p. 55; Cristiane Alves C. dos Santos, *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*, São Paulo, FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 2010, p. 60.

Provisória foi eleita em substituição ao então governador e capitão-general deposto, Conde de Vila-Flor. A Junta adotou provisoriamente a Constituição de Cádiz até que viessem novas ordens de Lisboa e, em fevereiro daquele ano, designou como seu representante nas Cortes o estudante de Direito em Coimbra Felipe Alberto Patroni, que veio a ter papel de destaque na difusão das ideias liberais na província.

Residindo em Portugal desde 1816, Patroni testemunhou a eclosão da Revolução de 1820. Logo em outubro daquele ano, retornou à Belém e em dezembro deu início ao movimento constitucional na província. Segundo o historiador André R. Machado, Patroni era um típico representante de famílias ricas da província que almejava ascender aos altos postos do Império através da educação universitária e dos contatos surgidos dessa experiência. Anos antes da eclosão da Revolução, ele já demonstrava, em trocas de cartas, sua inconformidade com as ideias vigentes e com a forma de administrar a economia e a política da província natal. Tal como outros homens que assumiriam um discurso liberal radical naquele período, Patroni desejava subverter a ordem social dentro de parâmetros bastante específicos, quais sejam: derrubar as práticas do Antigo Regime defendendo a liberdade de imprensa e expressão, assim como apoiar o sistema representativo e constitucional.¹⁷

Convém salientar que apesar de Felipe Patroni ter sido entusiasta da adesão ao constitucionalismo, suas investidas se deram em paralelo à formação da Junta Provisória. Como sinaliza a historiografia, as relações entre o estudante de Direito e a Junta paraense foi bastante tensa.¹⁸ Patroni iniciou sua oposição à Junta após viajar para Lisboa em 1821. Fez pronunciamentos no parlamento, escreveu artigos na imprensa lisboeta, bem como enviou para a província uma variedade de escritos peninsulares com objetivo de promover a propaganda constitucional. O cerne de suas críticas à Junta consistia na exigência do aprofundamento das mudanças e a rápida implementação dos direitos e garantias constitucionais previstos pelas Cortes de Lisboa, mas segundo ele desrespeitadas no Grão-Pará. Por sua vez, a Junta acusava seus opositores, dentre eles Patroni, de

¹⁷ André Roberto de A. Machado, “Bajo la sombra de la independencia: Gran Pará, La compleja red política en la crisis del Antiguo Régimen portugués”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 08 febrero 2013, consultado em 10 de agosto de 2014, URL: <http://nuevomundo.revues.org/64781>, pp. 8-9

¹⁸ Sobre o processo de independência no Grão-Pará, ver: André Roberto de A. Machado, *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*, São Paulo, Hucitec, FAPESP, 2010; Adilson Jr. I. Brito, “Viva a Liberte!”: cultura popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824, Recife, UFPE, Dissertação de mestrado, 2008; José Alves de Souza Jr, *Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1997.

pretenderem fomentar a separação do Brasil em relação a Portugal.

Durante o ano de 1821, mediante as dificuldades de se instituir uma imprensa regular na província (somente em maio de 1822, surgiria o periódico *O Paraense*¹⁹ com o intuito de superar parcialmente essa demanda) foi bastante usual a circulação de sátiras e libelos, manuscritos e anônimos, exigindo o aprofundamento das mudanças e o combate às práticas do Antigo Regime, como preconizava Patroni. A Junta provisória, por outro lado, criou mecanismos de censura à circulação de textos, bem como realizou prisões e enviou representações às Cortes com acusações aos seus opositores. Em síntese, essas divergências entre os grupos políticos provinciais, como adverte Cristiane dos Santos, diziam respeito ao modo como seriam construídos os laços com Portugal dentro de uma nova ordem política promovida pela Revolução.²⁰

A segunda capitania a aderir ao movimento constitucional foi a Bahia, em 10 de fevereiro de 1821, quando foi formada uma Junta Provisória composta pelos principais segmentos da sociedade local (clero, milícia, comerciantes, agricultores) em substituição ao governador Conde da Palma, d. Francisco de Assis Mascarenhas, que admitiu não reunir naquele momento condições favoráveis para resistir à ofensiva militar.²¹ O movimento baiano foi de iniciativa dos oficiais da tropa de linha comandada pelo tenente-coronel Manuel Pedro de Freitas Guimarães, logo encarregado do governo de armas da província pela Junta recém-formada. Apesar de o tenente-coronel ter sido um dos integrantes da comissão militar que condenou os envolvidos na Revolução de Pernambuco de 1817, ele participou presencialmente da soltura dos presos da fortaleza de São Pedro, onde estavam os outrora acusados de tramar contra a monarquia. Não obstante, o alinhamento da Junta à Revolução do Porto, incluindo aí o retorno dos partícipes do movimento de insatisfação regional de 1817 à cena política, não representou, naquele momento, uma ruptura definitiva da Bahia com o governo do Rio

¹⁹ *O Paraense* foi fundado por Felipe Patroni em 22 de maio de 1822 e durou até fevereiro de 1823, quando foi empastelado pelas forças militares da província. Em sua primeira fase o periódico se dedicou enfaticamente a fomentar as bases intelectuais da retórica vintista. Seguindo esta linha, em seus primeiros números cedeu espaço ao pensamento de Locke, Montesquieu, Filangieri e Bentham. Contudo, após ser acusado e preso por desacato a D. João VI, Patroni deixa a direção do periódico, passada às mãos do cônego Batista Campos. Nessa segunda fase, *O Paraense* se voltou para a própria realidade da província, identificando e apontando o corporativismo militar como a principal expressão local do despotismo e da tirania indo contra os preceitos do constitucionalismo. Sobre *O Paraense*, ver: Geraldo Mártires Coelho, *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*, Belém, CEJUP, 1993.

²⁰ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, pp. 94-95

²¹ Maria Aparecida Silva de Sousa, *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*, São Paulo, USP, Tese de doutorado, 2008, p. 216

de Janeiro. Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomada pelo novo governo foi expedir um manifesto a D. João VI expondo as razões do movimento e os objetivos que propunha, ressaltando que os habitantes da Bahia “desejavam há muito o estabelecimento de um governo liberal e justo, que cortasse a carreira de males e promovesse a sua felicidade”.²² De todo modo, como frisou Maria Aparecida Silva de Sousa, essas oscilações políticas foram uma forte característica de muitos dos protagonistas dos embates seguintes.²³

No caso da Bahia, a adesão ao constitucionalismo vintista tinha um peso bastante expressivo. Além de fundamental para a composição do reino do Brasil, em função de suas atividades econômicas e de sua importância político-administrativa, a capitania carregava consigo um acúmulo de experiências políticas desestabilizadoras da ordem civil, tanto em razão da conjuração baiana de 1789 quanto por compor a zona de influência do movimento de 1817. Ao que tudo indica, a vinda da Corte para o Brasil somente fez aprofundar o dinamismo político e comercial da capitania e fortalecer sua posição estratégica.²⁴ Seu governo local, em geral, procurou estreitar laços com a Corte fluminense, todavia não era insignificante a presença de indivíduos na capitania que compartilhavam anseios contrários à política centralizadora do Rio de Janeiro. Expressivo foi o fato das divergências internas da província terem se refletido também na eleição dos deputados. Apesar de o movimento baiano ter começado em fevereiro, somente em setembro do mesmo ano se encerrou o processo eleitoral, resultando daí escolhas de representantes que estavam longe de constituírem um grupo homogêneo.²⁵

Além disso, cabe ressaltar a importância de ter havido na Bahia uma tipografia instalada há aproximadamente uma década, com a circulação do periódico a *Idade d'Ouro do Brasil*, a partir de 1811. Importante instrumento de ampliação dos espaços públicos a despeito de seu caráter oficioso, tal como a *Gazeta do Rio de Janeiro* o primeiro periódico baiano acompanhou as transformações sobrevindas no contexto de avanço do constitucionalismo. Em 1821, em razão dos decretos de liberdade de imprensa surgiram

²² Manifesto, em 11 de fevereiro de 1821. *Apud*. Maria A. Silva de Sousa, *op. cit.*, p. 217.

²³ *Ibidem*, p. 217.

²⁴ A centralidade da Bahia no conjunto do Reino Unido e, por consequência no processo de independência do Brasil pode ser verificada em: Thomas Wisiak, *A “nação partida ao meio”: tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro*, São Paulo, FFLCH-USP (dissertação de mestrado), 2001; Argemiro Ribeiro de Souza Filho, “Projetos políticos na Revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822)”. *Almanack Braziliense*, n.07, maio, 2008; Maria A. Silva de Sousa, “A Bahia na crise política do Antigo Regime”. *Revista de História* n.159, 2º. Semestre, 2008, p.135-166; Hendrik Kraay, *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*, São Paulo, Hucitec, 2011.

²⁵ Maria A. Silva de Sousa, *op. cit.* p. 228.

novos periódicos na província, como *O Semanário Cívico* e *O Diário Constitucional*, que juntamente da *Idade d'Ouro* e de outros lançados em 1822 travariam importantes embates políticos em suas folhas.²⁶

Assim como ocorreu no Grão-Pará e na Bahia, as notícias sobre a Revolução do Porto não encontraram nas demais capitanias do Brasil uma sociedade inerte. Notável exemplo foi Pernambuco.²⁷ Embora o processo de adesão pernambucana se diferenciasse dos anteriores no que concerne à imediata deposição do governador em exercício, bem como a formação de uma Junta Provisória no modelo vintista, o apelo constitucionalista renovou o desejo de mudanças nutrido por parte da sociedade contra a monarquia absolutista. A condução do processo político se deu por intermédio do interventor real em 1817, o Capitão-Mor Luís do Rego Barreto, que obtendo as primeiras informações no final de outubro de 1820, ainda confusas, enviou comunicado ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal no Rio de Janeiro. Em dezembro, em nova correspondência, agora, ao visconde do Rio Seco, informou sobre as dificuldades de se conter a propagação das notícias que chegavam e o estado de ânimo incitado na população local: “Eu tenho adotado todos os meios de manter a segurança pública na minha província, porém vejo o espírito público exaltado e todo propenso para a parte de Portugal. Isto é geral, é quase sem exceções [...]”.²⁸ No mês anterior, Rego Barreto havia suprimido rapidamente uma tentativa de conspiração com o propósito de destituí-lo e proclamar a Constituição, o que lhe garantiu fôlego para se manter no poder e aos seus adversários maior cautela para

²⁶ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 98. Os periódicos da Bahia foram: *A Idade d'Ouro do Brasil* circulou entre 14 de maio de 1811 e 24 de junho de 1823 e obteve durante longo período a proteção do Conde dos Arcos. Seus redatores foram Diogo Soares da Silva de Bivar e Ignácio José de Macedo. *O Semanário Cívico* surgiu em março de 1821 durando até junho de 1823. Seu redator foi Joaquim José da Silva Maia, também redator da *Sentinela Bahiense* (entre junho a outubro de 1822). Em 4 de agosto de 1821, o *Diário Constitucional* nasceria como contrapondo aos outros dois periódicos citados buscando defender um alinhamento maior da província com o Rio de Janeiro. O jornal foi fundado por Francisco José Corte-Real, Eusébio Vanério e José Avelino Barbosa. Em setembro, se juntaria à redação Francisco Gomes Brandão. A publicação do periódico é suspensa em 15 de dezembro retornando à atividade em 8 fevereiro de 1822 apenas como *Constitucional*. Sob este título durou até 21 de agosto de 1822. A partir de 1822 seriam lançados: *O Analisador Constitucional*, *O Baluarte Constitucional*, *O Espreitor Constitucional*, *O Despertador dos Verdadeiros Constitucionais* e *A Abelha*. Sobre a imprensa baiana ver os seguintes trabalhos de Maria B. Nizza da Silva: *A primeira Gazeta da Bahia: A Idade d'Ouro do Brasil*, São Paulo, Cultrix, 1978; *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*, Salvador, Ed. UFBA, 2008; *Diário Constitucional: um periódico baiano defensor de D. Pedro I -1822*, Salvador, Ed. UFBA, 2011.

²⁷ Denis Bernardes, *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, Recife, Ed.UFPE, 2006, p. 355.

²⁸ Carta de Luís do Rego ao ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal, datada de Pernambuco, 22 de outubro de 1820, in: *Cartas Pernambucanas* de Luís do Rego Barreto, Apresentação de Evaldo Cabral de Mello, *Revista do Instituto Arqueológico Historiográfico e Geográfico Pernambucano*, vol. LII, Recife, 1979, p. 168 *Apud*: Denis Bernardes, *op. cit.*, p. 360.

ações políticas futuras. Frente a uma situação que poderia em algum momento fugir ao seu controle, o governador buscou estratégias para se colocar como uma voz em prol do constitucionalismo, mas dentro dos padrões de fidelidade à monarquia.

Convém salientar que a imagem de Rego Barreto estava totalmente associada à memória da experiência recente de luta contra o despotismo e, por consequência, da repressão brutal à Revolução de 1817. Muitos ou temiam a associação entre constitucionalismo e republicanismo ou receavam uma repressão sangrenta como a anteriormente conduzida pelo governador interventor. Segundo Denis Bernardes, isso explica, em parte, a não adesão imediata e explosiva ao constitucionalismo.²⁹ Além do mais, chama a atenção o fato das disputas políticas na província pernambucana no início da década de 1820 estarem intimamente articuladas às lutas autonomistas de 1817.³⁰

Somente em março de 1821, o governador nomeou uma Junta Governativa. Esta exerceu o poder até agosto, quando estourou os conflitos políticos e militares com a Junta rebelde da Vila de Goiana, que reivindicava a legitimidade constitucional e o efetivo alinhamento com as Cortes de Lisboa. Também em março havia chegado ao Recife a notícia do juramento prévio da Constituição por D. João VI; fato que favoreceu politicamente aqueles que vinham sendo intimidados por Rego Barreto, sob o pretexto de preservação da fidelidade à monarquia, bem como serviu para a superação dos entraves à liberdade de imprensa, às discussões públicas e expressões políticas.³¹ Em consonância com a nova conjuntura política, o antigo capitão-general mandou instalar uma tipografia. A atividade impressa na província seria inaugurada, então, pela *Aurora Pernambucana*, em 27 de março, sob a vigilância de Rego Barreto e dirigida por seu genro, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Ainda em 1821, após a queda do antigo governador e o encerramento da folha controlada por ele, outras vozes passariam a fomentar o debate público impresso na província, como a *Segarrega* e *O Relator Verdadeiro*.³²

²⁹ Denis Bernardes, *op. cit.*, p. 368.

³⁰ Sobre os vínculos entre a experiência da Revolução de 1817 e o contexto constitucionalista, ao longo da independência e na Confederação do Equador em 1824, ver: Evaldo Cabral de Mello, *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*, São Paulo, Ed. 34, 2004; Marcus J. M. de Carvalho, “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”, *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, 1998, p. 331-366; Luiz Geraldo Silva, “‘Pernambucanos, sois portugueses!’ Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”, *Almanack Braziliense*, vol. 1, 2005, p. 67-79; Luiz Geraldo Silva, “Pernambuco y la independencia: entre el federalismo y el unitarismo”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, puesto en línea el 03 febrero 2013, consultado em 10 de agosto de 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/64766>

³¹ *Ibidem*, pp. 373-374

³² Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 100. A *Segarrega* era redigida por Filipe Mena Calado da Fonseca e circulou entre 8 de dezembro de 1821 e 27 de outubro de 1823. O *Relator Verdadeiro* circulou entre 13 de dezembro de 1821 e 25 de maio de 1822. Seu redator era o Padre Francisco Ferreira Barreto.

Por último, cabe mencionar as questões que envolveram o processo eleitoral dos deputados pernambucanos para as Cortes de Lisboa, ocorrido entre março e junho de 1821. Dentre os eleitos, a maioria havia participado da Revolução de 1817. Longe de representar uma conciliação ou apaziguamento entre as forças em conflito, o retorno desses indivíduos à cena política esteve pautado pelas agitações internas da província. Quando tomaram assento no Congresso, em 29 de agosto, se concentraram nas denúncias ao despotismo de Rego Barreto, bem como na defesa da formação de uma Junta Provisória de Governo em acordo com os critérios das Cortes. Uma nova fase do movimento pernambucano se iniciaria, então, após a saída do antigo governador para Lisboa e a composição de uma nova Junta, presidida por Gervásio Pires Ferreira, que duraria até setembro de 1822.

Sem nos determos detalhadamente sobre os processos de adesões e as eleições dos deputados para as Cortes de Lisboa nas demais partes do Reino do Brasil, cabe salientar que, em geral, expressaram o sucesso do movimento constitucional. A transformação das capitanias em províncias teria feições variadas de região para região, algumas com a formação de juntas de governo conduzidas pelas autoridades locais já instituídas, ou através de governos conciliatórios entre representantes desses antigos grupos e novos ascendentes.³³ A partir de 1821, com exceção dos movimentos pioneiros no Grão-Pará (1º de janeiro) e na Bahia (10 de fevereiro), os demais, surgiram – evidentemente, entrelaçados a questões internas – na esteira da investida constitucionalista no âmbito da Corte, cujo resultado significativo foi o juramento prévio da Constituição por D. João VI e seu herdeiro, em 26 de fevereiro. Por sua vez, não há como negar que o processo político no Rio de Janeiro resultou, dentre outros fatores, do impacto da formação das primeiras juntas governativas ao norte do Reino. Segundo Denis Bernardes, o que se sucedeu em todas as províncias lusoamericanas, doravante impacto da Revolução do Porto, foi uma inevitável triangulação de poder envolvendo as Cortes de Lisboa, a Corte no Rio de Janeiro – com o rei e, a partir de abril de 1821, com o príncipe regente – e os embates das

Em 1822 entraram em circulação: *Gazeta Extraordinária do Governo* primeiro em 22 de junho de 1822, e em mais duas oportunidades (2º a 24 de julho e o 3º a 3 de agosto). *O Conciliador Nacional* entrou em circulação em 4 de julho de 1822 enfrentou interrupções e irregularidades até sua extinção em 25 de abril de 1825. *O Maribondo* foi publicado entre 25 de julho e 1 de outubro de 1822. A *Gazeta Pernambucana* foi lançada em 14 de setembro e circulou até 12 de abril de 1824. Durante o ano de 1823 outros dois importantes periódicos foram lançados: *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, redigido por Cipriano Barata entre 9 de abril e 19 de novembro de 1823 e *O Typhis Pernambucano* redigido por Frei Joaquim do Amor Divino Caneca foi lançado em 25 de dezembro de 1823 e durou até 5 de agosto de 1824.

³³ Márcia R. Berbel, *op. cit.* (capítulo 2).

forças políticas locais, imersos numa nova ordem inaugurada com o processo de constitucionalização dos reinos peninsular e americano. Em síntese, Bernardes afirma: “tratava-se de um processo político único e geral, que redefinia para toda a monarquia as prerrogativas do Estado, seu modo de funcionamento e, elemento essencial, quais seriam a partir daí, suas novas relações com a sociedade”.³⁴

As pressões geradas pelo avanço do movimento constitucional, como se pode notar pelo panorama exposto, interferiram diretamente nas estruturas do Antigo Regime, trazendo consigo uma ampliação da participação política. E com isso, muitos dos que se opunham ou receavam a difusão dos princípios constitucionais foram, inevitavelmente, arrastados para as discussões sobre os efeitos da Revolução do Porto. A formação das Cortes de Lisboa e as expectativas de promulgação de uma Constituição traziam a público questões referentes à aquisição de direitos individuais e políticos, que não passariam incólumes. Na imprensa, no parlamento, nas reuniões de eleitores, nas ruas, praças, igrejas, boticas ou qualquer outro espaço de sociabilidade em agitação, esses temas afloraram com bastante força.

Significativo foi a mudança de postura da *Gazeta do Rio de Janeiro* nesse contexto. Num primeiro momento, como vimos, recebeu com temeridade o “sopro” revolucionário sobre Portugal, classificando, assim, o movimento constitucionalista do Porto como um “abominável acontecimento”. Posteriormente, em função da adesão fluminense ao movimento constitucional, aquele discurso de cerca de quatro meses atrás se dissipava frente ao anúncio entusiasmado da comunhão de interesses entre Reinos.³⁵ O comunicado caracterizava-se por um tom genérico. Firmava a origem do movimento numa “multiplicidade de circunstâncias”, sem especificá-las propriamente. Além disso, destacava “a geral tranquilidade” com que ocorreu, diferenciando-o de outros “quase sempre rubricados com sangue”, e, por fim, enfatizava “a celeridade com que se

³⁴ Denis Bernardes, *op. cit.*, p. 358.

³⁵ Regozijo semelhante, estimulado pela aliança com os portugueses da península, inclusive mimetizada na expressão “Independência Nacional”, pode ser encontrado em um panfleto dedicado ao relato do episódio: “[...] todos os bons portugueses, tanto brasileiros como europeus, que haviam acordado do sono da sua paciência, deram demonstrações do mais vivo júbilo, e possuidor de um santo entusiasmo, que despertava em seus elevados ânimos o amor da sagrada causa da Independência Nacional, não se fartavam de bendizer aos imortais tutores da nossa Regeneração, e desejavam soltar desde logo as mesmas vozes que haviam ressoado em todo aquele Reino.” *Relação dos acontecimentos do dia 26 de fevereiro de 1821, nesta Cidade e Corte do Rio de Janeiro, e de algumas circunstâncias que o precederam, e produziram*. [escrita por um anônimo em junho de 1821] presente em: Iara Lis Schiavinatto (intr.) *A independência do Brasil. Modos de lembrar e esquecer*, Madrid, Fundación Mapfre, Ediciones Doce Calles, 2005, p. 95

sucederam quase instantaneamente, os vantajosos resultados que se colheram”.³⁶ A despeito dessa imprecisão na caracterização do movimento constitucionalista surgido na Corte, o que importa salientar é a mudança da visão do periódico sobre a Revolução do Porto. Lida anteriormente como ameaça, agora, ela se tornava ponto de partida para as transformações políticas no Rio de Janeiro:

São minimamente conhecidos em todo o Universo os heróicos feitos da briosa Nação Portuguesa, e sua enumeração ociosa não faria mais do que arrastar a desconfiança de sua evidência; cumpre-nos pois anunciar somente os tão rápidos, como prósperos sucessos do sempre memorável dia 26 de Fevereiro, que abrilhantaram a nossa História. Retumbou no Brasil a voz, que alçaram nossos Irmãos em Portugal, e o fogo do nobre Patriotismo, acendendo-se nos peitos generosos dos habitantes do Rio de Janeiro, rompeu as prisões que o[s] detinham, e se manifestou com o maior entusiasmo. O Povo instigado pelo desejo de ver melhorada a sua situação, ambicionando a glória de regenerar a Pátria, mas não podendo por si só ultimar tão grande obra, convidou a cooperação daqueles, que por mais de uma vez a têm salvado, e achou no brio, valor, e honra dos mesmos o auxílio, de que precisava.³⁷

Como se acentua, agora, uma “voz” retumbava de uma parte à outra do Atlântico. Mas esta “voz” não poderia se confundir com aquele “sopro” do “espírito de inquietação” do discurso anterior? Por que esta transformação repentina de um sopro indesejável numa voz que vinha romper prisões e colocar em curso um ambicioso plano de reforma política, identificado como regeneração da pátria? O que se passara em tão poucos meses? Como um acontecimento, noticiado com temeridade, se revelaria inspirador e memorável para outros indivíduos ao ponto de mobilizá-los para intervirem na cena pública assumindo semelhantes projetos e princípios políticos? A nosso ver, o que se passava com a *Gazeta* era apenas uma das tantas mutações discursivas ocorridas naquele período. À medida que novos fatos vinham à tona, bem como projetos políticos e visões sobre as formas de organização do Estado entravam em choque, também os acontecimentos do passado, tanto os mais antigos quanto os mais recentes, eram requalificados nos discursos de modo a tentar definir quais os melhores caminhos para o futuro. Sendo assim, a Revolução do Porto se tornaria marco fundamental do reordenamento dos discursos políticos no mundo ibérico, dando novas feições à conformação daquele *espaço de experiência revolucionário moderno*.

³⁶ *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 17 – 28 de fevereiro de 1821

³⁷ *Suplemento à Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 17 – 28 de fevereiro de 1821.

2.2. O apelo constitucional no Rio de Janeiro e os dilemas da Corte

Entre a chegada das primeiras informações sobre o movimento constitucionalista do Porto e a manifestação de caráter militar e civil ocorrida na madrugada de 26 de fevereiro de 1821 – na qual se reuniram as tropas portuguesas da cidade, comerciantes e pequenos proprietários no Largo do Rocio exigindo o imediato juramento da futura Constituição, a suspensão de decretos que desagradavam os amotinados e a composição de um novo ministério – ministros e conselheiros reais travaram nos bastidores da Corte, um delicado debate sobre quais estratégias e ações D. João VI deveria tomar frente ao avanço do espectro revolucionário.³⁸

Num primeiro momento, dentre o leque de opiniões oferecidas, muitas convergiam para a proposta de enviar D. Pedro a Lisboa na tentativa de apaziguar ânimos e se colocar como representante da autoridade monárquica. Contudo, pelo menos duas correntes se desenhavam. Uma delas encabeçada pelo Secretário de Estado, Silvestre Pinheiro Ferreira, que combatia o regresso de qualquer membro da família real e defendia a preocupação exclusiva em salvaguardar o Brasil das influências revolucionárias preservando, assim, a integridade da parte mais rica do Reino Unido. Enquanto que o Ministro Tomás António de Vila Nova Portugal acreditava no fracasso da revolução portuguesa, fosse por reação interna ou pelo apoio de uma intervenção militar da Santa Aliança. Em fins de outubro de 1820, sua opinião evoluiria em torno de algumas questões. Primeiro, que se declarasse a ilegalidade das Cortes convocadas pelos governadores do reino (já havia informações sobre a proposta de convocar as antigas Cortes). Porém, encontrando-se já convocadas, era preferível não dissolvê-las, mas atribuir-lhes funções meramente consultivas. Por fim, sugeria que se promettesse a partida de algum membro da família real para Lisboa, mas sem data precisa e, assim, ganhar tempo até que as coisas estivessem tranquilas.³⁹

No final de 1820, uma nova posição estratégica foi colocada ao rei. Em 20 de

³⁸ A questão acerca do impacto do vintismo no seio da elite política cortesã é um tema já bastante visitado pela historiografia da Independência do Brasil. A despeito disso, faz-se necessário traçarmos as linhas gerais desse importante momento do debate político da Corte, que em maiores detalhes foi discutido por: Francisco A. de Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, São Paulo, 3º ed., Edições Melhoramento, 1957; Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Toopbooks, 1996; Tobias Monteiro, *História do Império. A elaboração da Independência*, 2ª ed., Brasília, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1972; Valentim Alexandre, *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Afrontamento, 1993; Lúcia M. B. P. das Neves, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

³⁹ Valentim Alexandre, *op. cit.*, pp. 494-496.

dezembro, o Conde de Palmela chegou ao Rio de Janeiro munido de informações atualizadas e de uma leitura mais ampla e aprofundada acerca do movimento constitucionalista.⁴⁰ A seu ver o melhor caminho era buscar uma solução de compromisso com as autoridades rebeldes de Lisboa e viabilizar uma nova Constituição. Seu plano se inspirava no modelo institucional inglês, possivelmente influenciado pelo período em que foi embaixador em Londres, assim como sinalizava para a ineficácia de soluções repressivas que não condiziam com os novos tempos. Seus argumentos se chocavam com as ideias de Vila Nova Portugal, sobretudo por sustentar que o movimento constitucionalista português não era fruto de motivações circunstanciais e passageiras, mas sim excitadas pelo exemplo espanhol e por uma tendência geral das nações europeias de buscarem governos representativos. Além disso, concebia que através da solução imediata dos conflitos na península ibérica seria possível evitar o alastramento da revolução pelo Brasil.

Em 27 de janeiro de 1821, Palmela chegaria a apresentar ao rei um projeto de manifesto, no qual desenvolveria mais claramente sua proposta de solução do impasse vigente, tal como serviria de base para a Constituição da monarquia. Em termos gerais, o projeto incorporava algumas demandas liberais, como a garantia de direitos individuais, a segurança da propriedade, a liberdade moderada da imprensa e a igualdade de todos os portugueses no pagamento de impostos. O modelo de Cortes projetado, apesar de aquém da Constituição de Cádiz – conhecida no Brasil e tornada paradigma dos programas liberais da época –, diferia do modelo meramente consultivo proposto por Vila Nova Portugal. Sua preocupação principal era que a monarquia se antecipasse aos constitucionalistas, antes que esses viessem a forçar a monarquia a aceitar uma Constituição semelhante à da Espanha ou fizesse a coroa abandonar Portugal. Por razões táticas Palmela recomendaria a partida do príncipe real para Lisboa a fim de presidir as Cortes e sancionar, em nome do rei, a Constituição nos moldes agora propostos. Ademais, recomendaria a reunião, na Corte do Rio de Janeiro, de uma espécie de conselho de procuradores nomeados pelos poderes locais das capitanias a fim de estudar e viabilizar os melhoramentos e reformas administrativas e institucionais concernentes ao reino do

⁴⁰ Lúcia Neves lembra que a partir de 11 de novembro já se tinha informações mais pormenorizadas sobre a evolução do movimento constitucionalista, inclusive da adesão de Lisboa, em 15 de setembro. Não obstante, com a chegada do Conde de Palmela a avaliação sobre aquelas circunstâncias atingia outro patamar, já que Palmela havia sido testemunha ocular do movimento do Porto. Lúcia M. B. P. das Neves, *op cit.* pp.240-242.

Brasil.⁴¹

O desacordo entre Vila Nova Portugal e o Conde de Palmela se deu através de ofícios e pareceres ao rei ao longo do mês de janeiro. Embora consentissem na necessidade de conservação da unidade entre os reinos, as divergências manifestadas revelavam o peso relativo que cada um dos ministros dava a Portugal e Brasil no conjunto do Império. Palmela tendia a se orientar por uma lógica europeia, na qual Portugal, enquanto centro do sistema, seria capaz de mudar o curso revolucionário. Na prática, isso o levava a pensar em firmar estratégias com os constitucionalistas peninsulares, mas a negligenciar a potencialidade do impacto do vintismo no fomento das agitações eclodidas nas províncias lusoamericanas. Vila Nova Portugal insistia nos riscos de outorga de bases constitucionais nos termos propostos por Palmela, bem como considerava imprudente a imediata saída do príncipe para Lisboa, já que Portugal ocuparia, naquele momento, um lugar subalterno dentro do sistema.⁴² Argumentos estes, que viriam a ser reforçados pela publicação anônima do folheto *Le Roi et la Famille Royale de Bragançe doivent-ils dans les circonstances présentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil?*⁴³

Atribuído ao informante da intendência de polícia da cidade, o imigrado francês Cailhé de Geine, não se sabe ao certo se o texto foi encomendado ou não por Tomás António Vila Nova Portugal. De toda forma, o ponto de vista do panfletário, contrário ao retorno da família real à Europa naquele momento, coincidia em geral com a opinião desse ministro. Dentre as afirmações polêmicas do folheto estava a de que Portugal não reunia condições para viver sem o Brasil, mas, ao contrário, este poderia passar perfeitamente sem aquele, não tirando “a menor vantagem da sua União com Portugal”. Além disso, caso a família real partisse o resultado inevitável seria a independência do reino lusoamericano, pois “um Império como o Brasil” – “região tão vasta e, tão rica” que por 13 anos se considerava o centro daquele sistema – não ficaria por “muito tempo

⁴¹ Valentim Alexandre, *op. cit.*, pp. 499-501

⁴² *Ibidem*, pp. 502-504

⁴³ *Le Roi et la Famille Royale de Bragançe doivent-ils dans les circonstances présentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil?* [Devem o Rei e a Família Real de Bragança, nas circunstâncias presentes, retornar a Portugal ou permanecer no Brasil?] Rio de Janeiro, Imp. Royale, [janeiro de] 1821, in: Raymundo Faoro (intr. e org.), *O debate político no processo de Independência*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973. Nessa mesma reunião de texto, encontra-se o fac-símile de um dos folhetos surgidos naquele contexto com o propósito de rebater as teses apresentadas pelo folheto francês. Ver: *Exame analítico-crítico da solução da questão: o Rei e a Família Real de Bragança devem, nas circunstâncias presentes voltar a Portugal ou ficar no Brasil?* (Publicada na Corte do Rio de Janeiro por um anônimo em idioma Francês nos últimos dias do ano próximo passado). Bahia, Tipografia Viúva Serva & Carvalho.

Colônia” de uma “Província como Portugal”.⁴⁴

Depoimentos da época indicam que o folheto de Cailhé de Geine causou bastante discussão pelas ruas do Rio de Janeiro. Rumores sobre a assinatura de uma Constituição pelo rei circulavam pela cidade, assim como certos comportamentos da Corte foram interpretados como sinais de insegurança. O folheto levou alguns a endossarem o apelo constitucional vindo do Porto e a se posicionarem contra as atitudes conservadoras de Vila Nova Portugal. Inquietos e frustrados, os conselheiros de D. João VI relatariam as conversações incendiárias nos passeios públicos e a proliferação de folhetos manuscritos favoráveis aos princípios constitucionais e ao retorno do rei para Lisboa.⁴⁵

A incompatibilidade de posições entre os membros do ministério somente arrastou por mais tempo a paralisia do governo. Todavia, após a notícia, em 17 de fevereiro, da formação de uma junta provisória na Bahia, o risco iminente de se espalhar pelo Brasil uma sequência de governos autônomos alinhados às Cortes de Lisboa exigiu da cúpula do governo do reino a tomada de decisões mais efetivas.⁴⁶ Àquela altura, a fim de conter os ânimos e as expectativas da população, dois decretos foram assinados no dia seguinte.⁴⁷ De um lado, firmava a necessidade do embarque imediato do Príncipe D. Pedro para Lisboa, com o propósito de restabelecer a tranquilidade geral em Portugal. Pelo documento ficava decidido que D. João VI permaneceria no Brasil aguardando o encaminhamento das propostas de reformas da Constituição portuguesa, que deveriam ser conduzidas de perto pelo Príncipe, evidenciando a tentativa de esvaziamento do movimento liberal em curso na península. Por outro lado, numa clara tentativa de impor barreiras ao alinhamento das províncias lusoamericanas com as Cortes de Lisboa, convocava uma comissão de pessoas residentes na capital fluminense e nomeadas pelo rei para redigir uma Constituição para o Reino do Brasil. Em 23 de fevereiro, outro

⁴⁴ Utilizada a versão traduzida do folheto contida no *Exame analítico-crítico...* Trechos citados respectivamente, pp. 8, 20, 21. (grifos do original)

⁴⁵ Kirsten Schultz, *Versalhes Tropical: império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, pp. 336-337.

⁴⁶ Como já mencionado no capítulo anterior, Silvestre Pinheiro Ferreira foi um dos que melhor definiu esta imagem: “Decidiu-se enfim a sorte do Brasil; quebrou-se o nexo, que unia suas províncias a um centro comum; e com a dissolução do Brasil se consuma a dissolução da monarquia, que no preâmbulo do meu parecer de abril de 1814 vaticinei à Sua Majestade achar-se iminente. A Bahia acaba de desligar-se da obediência de Sua Majestade com o pretexto de aderir ao sistema das cortes de Lisboa. Provavelmente a estas horas têm feito outro tanto Pará, Maranhão e Pernambuco; as demais províncias segui-las-ão de perto.” “Cartas sobre a Revolução do Brasil – carta 4” (1821), Silvestre Pinheiro Ferreira, *Ideias Políticas, Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, vol. VII*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, Conselho Federal de Cultura, 1976, pp. 39-40

⁴⁷ Os decretos do dia 18 de fevereiro encontram-se publicados na *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* Nº 3 de 24 de fevereiro de 1822.

decreto tornava público quais seriam os membros da chamada “Junta de Cortes” do Reino do Brasil, entre os quais figuravam os ministros Tomás António Vila Nova Portugal, Conde dos Arcos e Conde de Palmela, tal como desembargadores e comandantes militares radicados no Rio de Janeiro desde 1808. Todos com passagens pela administração pública e possuidores de grandes fortunas decorrentes das benesses de que desfrutavam nos jogos de mercado da Corte.⁴⁸

Tais medidas revoltaram os militares portugueses, que discerniam os artifícios do governo para não ceder autoridade às Cortes de Lisboa, tal como uma parcela da população, composta de comerciantes e proprietários, que se encontrava alijada dos postos de poder ocupados pelos nobres emigrados e altos burocratas.⁴⁹ No dia 24, após receber informações sobre articulações desses grupos descontentes, D. João VI ainda tentaria reverter a situação solicitando ao Conde de Palmela a redação de um manifesto propondo as Bases da Constituição; contudo, não chegou a ser publicado, pois se considerou que esse devesse ser assunto da comissão nomeada no dia anterior. Àquela altura, qualquer esforço seria em vão. Na madrugada do dia 26 de fevereiro, a agitação militar e civil na Praça do Rocio se levantaria contra os decretos recém-expedidos, tal como exigiria a aprovação da Constituição, a nomeação de um novo ministério, o embarque da família real para Lisboa e a eleição dos deputados fluminenses para as Cortes portuguesas.⁵⁰

Diferente da versão divulgada pela *Gazeta do Rio de Janeiro* acerca do episódio do Largo do Rocio, este não se passou num clima de “incrível tranquilidade”. Ao contrário, tratou-se de uma negociação tensa entre as partes, na qual D. Pedro se colocou como intermediário. Comparecendo à Praça, o príncipe dirigiu-se às tropas portuguesas revoltosas e aceitou, em nome de seu pai, as exigências de demissão do ministério, a anulação dos decretos e o reconhecimento da constituição em elaboração nas Cortes. Evitava-se assim, conflitos mais sérios na capital com o juramento da Constituição feito pelo rei, príncipe e novos ministros. Do movimento constitucionalista fluminense, sobreveio no mês de março a decisão de dar providências para que na Mesa do Desembargo do Paço não houvesse demora na censura dos papéis que lhes foram apresentados, bem como se expediu decreto instituindo a liberdade de Imprensa no

⁴⁸ Cecília Helena S. Oliveira, *op. cit.*, pp. 115-116.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 108-114

⁵⁰ Andréa Slemian, *op. cit.*, pp.116-117.

Brasil.⁵¹ No dia 7, saíram mais dois decretos. Um tratando do regresso de D. João VI para Lisboa e encarregando o Príncipe do Governo Provisório do Brasil, embora sem definir funções específicas, e o outro mandando proceder as eleições dos deputados para as Cortes de Lisboa seguindo as instruções das mesmas. Em seguida, resolve pendências militares com o aumento do soldo das tropas de linha do Rio de Janeiro.⁵²

Contudo, a agilidade na assinatura dessas decisões não significou sua efetiva implementação, tampouco alterou as estruturas do sistema político ou contribuiu para solucionar os antagonismos entre os grupos políticos da Corte.⁵³ Enquanto os oficiais militares saíram fortalecidos do movimento, consolidando um papel de destaque naquele cenário político, no interior do alto escalão do novo governo duas tendências se desenharam e disputaram espaço entre março e abril. Uma parte dos negociantes, burocratas e membros da Câmara da cidade procurava convencer o rei a permanecer no Brasil e providenciar a fundação de um Império comercial na América; outra parte, aliada ao Conde dos Arcos, principal articulador da sustentação à Regência de D. Pedro, previa que o governo “provisório” do Príncipe não duraria muito, pois acreditava num premente rompimento com Portugal. Este grupo, formado por ricos proprietários – como Nogueira da Gama, Carneiro Leão e Sebastião Tinoco da Silva – acreditava reunir força e competência suficientes para promover mudanças institucionais que viabilizariam uma nova autoridade pública e um novo Império.⁵⁴

Não obstante, os mentores do movimento constitucionalista no Rio de Janeiro liderados por Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, atuavam em sentido contrário às duas tendências do alto escalão da Corte. Segundo a historiadora Cecília Helena Salles de Oliveira, esse agrupamento político era composto por donos de

⁵¹ A primeira decisão foi tomada no dia 1º e o decreto instituindo a liberdade de imprensa é do dia 2 de março, com divulgação pela *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 19 – 7 de março de 1821.

⁵² Na *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 21 (14 de março): publica-se o decreto de 7 de março sobre o retorno de D. João VI e a permanência de D. Pedro como Príncipe regente do Brasil, tal como o decreto do aumento do soldo de alguns militares, datado de 12 de março. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 22 (17 de março): publica-se o decreto de 7 de março ordenando a eleição de deputados, acompanhado das instruções.

⁵³ *A Memória sobre os acontecimentos dos dias 21 e 22 de abril de 1821 na Praça do Comércio do Rio de Janeiro* inicia o relato do referido evento tomando como ponto de partida a insatisfação dos cidadãos com a nova administração que demorava a executar as promessas que fazia: “Os homens, mesmo os menos expertos nas manhosas combinações da tirania, desenganaram-se que o dia 26 fora mais que uma farsa para entreter o espírito revolucionário; e bem como um medicamento soporífero que se dá ao enfermo para adormecer, esse dia era dia era destinado a paralisar a o andamento das ideias constitucionais, fixando-as em uma constituição que se ia fazer a duas mil léguas de distância, e na qual o gabinete tinha boas esperanças de influir por meio de seus agentes.” in: Iara Lis Schiavinatto (intr.) *op cit.*, p. 109.

⁵⁴ Cecília Helena S. Oliveira, *op. cit.*, p. 129.

engenhos e lavouras mercantis do Recôncavo da Guanabara e em Campos de Goitacazes, os quais se aliaram a negociantes atacadistas ligados ao comércio de abastecimento e de exportação. Além desses, participavam comerciantes varejistas, burocratas de escalões inferiores, bacharéis, oficiais militares e milicianos. Em sua maioria, esses agentes pertenciam à maçonaria, assim como estavam filiados às ordens terceiras de São Francisco e à Ordem de Misericórdia. Por estarem associados a essas instituições, desfrutavam de preciosos espaços de sociabilidade, que serviam para a realização de discussões políticas e de negócios. Sendo assim, fosse por vínculos mercantis e de parentesco, ou pela participação na maçonaria e irmandades, construíram estratégicas redes de contato, inclusive com articulações diretas com os constitucionalistas portugueses.⁵⁵

Apesar de se identificarem na cena pública como “constitucionais”, estavam longe de formarem um bloco coeso e homogêneo; por vezes divergiram em suas propostas e assim, ocuparam, em certas circunstâncias, campos antagônicos dentro do jogo político. Porém, naquele momento, o que os unia era a certeza da necessidade do retorno de D. João VI para Lisboa.⁵⁶ Enxergavam na permanência do rei a possibilidade de ruptura com Portugal e a não efetivação das reformas constitucionais que poderiam lhes garantir maior participação política. Esse grupo acusava os ministros e conselheiros reais de dificultarem a aplicação dos decretos assinados pelo rei, e com isso, impedir a liberdade de imprensa, retardar a viagem da família real, adiar a definição das atribuições da Regência e dificultar a realização das eleições. Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e seus companheiros, almejavam, na verdade, a formação de uma junta provisória, tal como a da Bahia, e assim, excluir o Conde dos Arcos e D. Pedro do comando da província.⁵⁷

O clima de indefinição tomou conta da capital fluminense entre março e abril. De fato, a postergação da saída de D. João VI para Lisboa, a não efetivação da Regência e a não formação de uma junta governativa na província traziam consigo insegurança para as pretensões do agrupamento constitucional, assim como geravam entre os membros do Governo receios de novos tumultos.⁵⁸ Acrescentava-se a este cenário a ampliação do debate público na cidade após o decreto de 2 de março, quando passaram a ser publicados

⁵⁵ Cecília Helena S. Oliveira, *op. cit.*, pp. 108-112.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 114.

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 129-130.

⁵⁸ Silvestre Pinheiro Ferreira em suas *Cartas sobre a Revolução do Brasil* procura advertir D. João VI dos riscos de tumultos na cidade. Conferir em especial as cartas 24, 25 e 26 a respeito do processo eleitoral de abril.

três novos periódicos: *O Amigo do Rei e da Nação*, cujo redator foi Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, *O Conciliador do Reino Unido*, de José da Silva Lisboa, e *O Bem da Ordem*, do cônego Francisco Vieira Goulart.⁵⁹ Todos, redigidos por pessoas que ocupavam cargos públicos ou estavam vinculados aos interesses da Corte, quiçá foram favorecidos nos despachos da Mesa de Desembargo do Paço na liberação de suas folhas. Embora desejosos da permanência da família real no Brasil e adeptos a uma liberdade de imprensa moderada – que lançasse mão dos mecanismos de censura prévia – se apresentavam como instrumentos das transformações sobrevindas ao juramento constitucional do rei. O primeiro advertia para os perigos de uma “mal entendida Liberdade” que vinha cavando “a ruína de muitos Povos”.⁶⁰ O segundo, se propunha a dirigir a “Opinião Pública, a fim de atalhar os desacertos populares, e as efervescências frenéticas, de alguns compatriotas, mais zelosos que discretos, e que antes prefer[iam] arder que luzir”.⁶¹ E o último, chamava a atenção para a demonstração de “generosidade” de D. João VI no ato de juramento prévio da Constituição, bem como aconselhava os “Povos do Brasil” a serem prudentes e aguardarem as reformas em seu devido tempo e lugar: “É pois da mais urgente, da mais atendível necessidade que, em vez de cada um sonhar reformas, e alterações intempestivas no estado das coisas, só espere com constante tranquilidade, e resignação que chegue aquele Monumento da Sabedoria dos Representantes das Províncias de Portugal”.⁶²

Em meio a tudo isso, iniciava-se o processo eleitoral dos deputados para as Cortes. Vencida a etapa de votação nas freguesias, em abril, as Juntas Eleitorais se preparavam para a segunda etapa, quando os eleitores de paróquia se reuniriam para escolher os de

⁵⁹ *O Amigo do Rei e da Nação*, publicado pela Tipografia Real (ou Impressão Régia) no Rio de Janeiro, circulou de março a junho de 1821, porém a Biblioteca Nacional possui apenas um exemplar, sem indicação de data e numeração. Segundo Carlos Rizzini, o redator Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, a quem o periódico é atribuído, nasceu no Piauí e se formou em Coimbra no período da invasão francesa, sobre a qual elaborou uma memória. Além disso, advogou e foi eleito deputado às Cortes de Lisboa. *O Conciliador do Reino Unido*, também saiu pela Impressão Régia e circulou entre 1º de março a 28 de abril de 1821, totalizando sete números. Silva Lisboa, proeminente intelectual e atuante panfletário à época da Independência, era membro da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens enquanto publicou esse periódico. *O Bem da Ordem*, dizem ter durado entre março e dezembro de 1821, totalizando 10 números, porém constata-se pelos debates travados com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que os números 5 a 8 foram publicados no mês de maio e o número 9, último da série que se tem conhecimento, provavelmente foi publicado ou no final de maio ou início de junho. Como se sabe o cônego Francisco Vieira Goulart assumiria a partir de setembro de 1821 a edição da *Gazeta*. Ver: Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, Ed. Fac-similar (1946), São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1988; Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; Isabel Lustosa, *Insultos Impressos. A guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*, São Paulo, Cia das Letras, 2000.

⁶⁰ *O Amigo do Rei e da Nação*, 1821 (c. março), p. 8

⁶¹ *O Conciliador do Reino Unido*, Nº 4, 31 de março de 1821, p. 29

⁶² *O Bem da Ordem*, Nº 1 (c. março), p. 4-5.

comarca. O último estágio de votação, por sua vez, ocorreria quando os eleitores de comarca formassem a Junta Eleitoral da Província, na qual por voto aberto e público seriam escolhidos os deputados para as Cortes. A segunda etapa do processo eleitoral estava prevista para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, no domingo de Páscoa, dia 22 de abril. Porém, visando assegurar maior controle sobre o processo de decisão, o grupo de Nogueira da Gama e os aliados do Conde dos Arcos atuaram no sentido de antecipar a reunião da Junta Eleitoral da Comarca para a tarde do dia 21. Nos dias 19 e 20 foram afixados editais nos lugares públicos da cidade, informando tal decisão. Argumentando que a partida do rei era irreversível, o grupo que articulou a mudança de data pretendia utilizar da reunião para avaliar a instauração da Regência e assumir a dianteira do novo governo. Com a antecipação, muitos eleitores de paróquias distantes, principalmente ligados aos interesses dos donos de engenho e proprietários da região do Recôncavo e de Goitacazes, possivelmente não chegariam a tempo. Sendo assim, estando em maioria os representantes das freguesias da cidade, provavelmente os grupos monopolistas da Corte garantiriam o controle da reunião.⁶³

No entanto, graças à atuação de Gonçalves Ledo e Clemente Pereira junto ao ouvidor da comarca, Joaquim José de Queiroz, conseguiu-se modificar o caráter da reunião. Antes planejada para acontecer no consistório de uma das igrejas da Corte, decidiu-se pela reunião em lugar amplo no edifício da Praça do Comércio, onde se construíram bancadas para abrigar o maior número de pessoas no evento. Como não seria possível contar com a presença de muitos dos eleitores aliados, uma saída foi transformar a reunião restrita em uma assembleia pública aberta à participação de comerciantes, mascates, artesãos, soldados, caixeiros, bacharéis, empregados públicos e homens pobres que pudessem pressionar os setores mais abastados da Corte. Com essa estratégia de mobilização de setores urbanos diversificados, os constitucionais fluminenses pretendiam dominar não só a lista de eleitores dos deputados, mas também influir na composição do governo provisório da província e do Reino do Brasil durante a futura regência de D. Pedro.

No dia 21 de abril, o que se assistiu foi a descaracterização da reunião eleitoral. Em meio a gritos e palavras de ordem puxadas pela multidão, se passou a discutir as atribuições da Regência e a formação de uma junta provisória. Além da exigência de partida imediata da família real, chegou-se à proposta de aclamação da Constituição de

⁶³ Cecília Helena S. Oliveira, *op. cit.*, pp. 138-139.

Cádiz, cujos dispositivos ofereciam condições para implementação de alguns dos planos do grupo de Ledo. O cerne de suas propostas consistia na ampliação da representação política, na garantia de direitos individuais e de expressão, incluindo aí a efetiva liberdade de imprensa e extinção da censura, tal como a criação de mecanismos de controle do poder público, sobretudo diminuindo a margem de manobra da Regência de D. Pedro por meio da formação de uma junta provincial. Não obstante, as reivindicações muitas vezes desencontradas de parte do “povo” e a desordem a que chegou a condução da reunião fez com que esta não terminasse bem. O grupo de Ledo acabou isolado, indispondo-se, de um lado, com as pretensões dos ricos negociantes e altos burocratas e, de outro, contra o próprio “povo” que mobilizou. Embora o rei tivesse chegado a assinar, acuado, um decreto mandando adotar a constituição espanhola, em decorrência dos conflitos de interesses e da aberta indisposição entre as partes, as autoridades reunidas no Palácio de São Cristóvão optaram pela repressão da assembleia. Entrada pela madrugada do dia 22, a assembleia só terminou à força das tropas, cuja violência na debandada, resultou em mortos e feridos. Por conseguinte, abriu-se devassa para apurar o caso,⁶⁴ resolveu-se pelo retorno de D. João VI para Portugal e a efetivação da Regência. Além disso, em suas últimas decisões, o rei anulou o decreto de adoção da constituição espanhola e equiparou os soldos e promoções entre as tropas de linha do Brasil e os regimentos portugueses.⁶⁵

Como vem destacando a historiografia, ao que parece o desfecho dessas tensões entre os grupos divergentes na Praça do Comércio se resumiu na celebração de um acordo, no qual a responsabilidade pelo ocorrido recaiu sobre a “população”, “plebe”, “turba” – termos usados pelas testemunhas nos interrogatórios da devassa – e, com isso, poupou de qualquer tipo de punição os líderes constitucionais.⁶⁶ Ao final, ambos os grupos mais poderosos colheram dividendos do movimento de abril. José Clemente Pereira passou a ser Presidente da Câmara do Rio de Janeiro – posto político importante, do qual soube tirar proveito nos meses seguintes – enquanto os demais comerciantes e proprietários de lavouras mercantis da região do Recôncavo e Goitacazes foram beneficiados por decretos

⁶⁴ *Documentos para a história da Independência*, “Processo da Revolta na Praça do Comércio do Rio de Janeiro. Inquirição de testemunhas”, pp.277-325.

⁶⁵ Na *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 33 (25 de abril) narra-se o acontecido entre 20 e 22 de abril de 1821. Na *Gazeta Extraordinária* Nº 8 (26 de abril) publica-se os decretos de 22 de abril, nos quais D. João VI nomeia a regência de D. Pedro e informa seu retorno imediato para Portugal, seguido de proclamações aos habitantes do Rio de Janeiro e instruções para o ministério e para o governo do príncipe, assim como para corporações militares. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 34 (28 de abril) noticia o retorno de D. João a Portugal no dia 26.

⁶⁶ Cecília Helena S. Oliveira, *op. cit.*, pp. 145-146; Márcia R. Berbel, *op. cit.*, p. 70; Andréa Slemian, *op. cit.*, p. 122.

referentes à produção e circulação de mercadorias assinados por D. Pedro. Por outro lado, o grupo de Nogueira da Gama e de portugueses imigrados continuou a ocupar os cargos da administração, bem como foram favorecidos por algumas mudanças legais promovidas pela Regência garantindo direitos de propriedade, liberdade e segurança. Quanto às eleições dos deputados para as Cortes, no final do mês de maio, por ordem do príncipe, um limitado número de eleitores, com representantes dos dois grupos rivais, se reuniu reservadamente e concluiu o processo eleitoral escolhendo sete deputados, dos quais, entre titulares e suplentes, cinco residiam em Portugal.⁶⁷

Não obstante, o governo herdado por D. Pedro prosseguiu ao ritmo da instabilidade e fluidez do jogo político, tão característica daquele período. Como Regente, cabia-lhe resolver os problemas administrativos, jurídicos, fazendários e econômicos do Reino Unido. Para além dos limites da Corte, tinha de contornar a falta de apoio político e de contribuição financeira de muitas províncias. Isso sem falar no desfalque de numerário deixado pela Família Real ao voltar para Lisboa. Outro problema era a criação da Província Cisplatina pelas autoridades portuguesas locais, pois agravava tensões e gerava insegurança nessa região fronteiriça. Internamente, o embate político na Corte continuava a produzir novos fatos. Em maio, chegavam à cidade as notícias da aprovação das Bases da Constituição.⁶⁸ O governo de D. Pedro vivia sob um clima de desconfiança, sobretudo por nesse início contar com a influência do Conde dos Arcos. Muitos o consideravam um elemento desestabilizador das relações entre portugueses de ambos os hemisférios, por supostamente pretender a separação do reino americano de Portugal. A fim de cobrar um posicionamento formal da Regência em relação às Bases constitucionais, os batalhões da Divisão Auxiliadora se reuniram no Largo do Rocio para exigir a aprovação imediata desse documento. Acompanhava, ainda, o bramido das tropas insurgentes, a cobrança de organização de um governo provisório na província e o pedido

⁶⁷ Quinze foram os eleitores de comarca que escolheram os deputados fluminenses. Uma das tendências era representada por Gonçalves Ledo, Cunha Barbosa, Souza França, Antônio José do Amaral e Fonseca de Sá, a outra, integrada por Nogueira da Gama, José de Oliveira Barbosa, Mariano José Pereira da Fonseca e Antônio Luís Pereira da Cunha. Márcia Berbel sublinha que a indefinição da situação no Rio de Janeiro levou esses eleitores a preferirem não se afastar da cidade, por isso a bancada fluminense foi a que contou com o maior número de residentes em Portugal, dentre os quais estavam: D. José Joaquim da Cunha Azevedo Coutinho, Custódio Gonçalves Ledo, D. Francisco Lemos, Francisco Vilela Barbosa, Luís Martins Basto. Dos residentes na cidade estavam João Soares de Lemos Brandão e Luís Nicolau Fagundes Varela. Ver: Márcia R. Berbel, *op. cit.*, pp. 70-71.

⁶⁸ A repercussão pela imprensa fluminense vinha desde o início de maio, quando a *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 36 (5 de maio de 1821) dá publicidade à Sessão 11ª das Cortes de 8 de fevereiro, quando se discute as Bases da Constituição. Por sua vez, *O Bem da Ordem* Nº 7, provavelmente na segunda quinzena do mês de maio, transcreve as Bases, publicadas no Nº 62 do *Diário da Regência de Portugal*, de 13 de março de 1821.

de demissão do Conde dos Arcos. Acuado e temendo por mais tumultos, D. Pedro cedeu às exigências das tropas e providenciou a substituição do ministro, realizou o juramento das Bases da Constituição, criou a Junta Provisória fluminense, bem como mandou que se prestasse o juramento às Bases nas demais províncias.⁶⁹

A despeito da instalação dessa nova instituição representar o alargamento do raio de atuação do grupo de Gonçalves Ledo e Clemente Pereira na província, o poder de decisão da Junta permanecia impreciso, não retirando efetivamente de D. Pedro e seus aliados o monopólio das decisões políticas. De toda forma, expandia-se o leque de possibilidades e de projetos políticos em disputa. Por um lado, a presença de D. Pedro deixava em aberto a possibilidade de manutenção da unidade do Reino Unido sob a dinastia de Bragança. Por outro, com a formação da Junta e o juramento das Bases, criava-se uma correlação de forças no Rio de Janeiro, que sinalizava positivamente à aliança com as Cortes de Lisboa. Não obstante, estes vínculos pareciam insuficientes, sobretudo do ponto de vista dos deputados peninsulares, para os quais a Regência continuava a representar uma ameaça à ordem constitucional, portanto carente de regulação ou mesmo de extinção.⁷⁰

Em todo caso, naquele momento, as tendências políticas esboçadas na Corte, independentemente das suas divergências, mostravam-se favoráveis à adoção de governos paralelos nos dois hemisférios, capazes de garantir igualdade de posição alcançada pelo Brasil a partir de 1815. Isto é, esses grupos se mostrariam contrários a qualquer tipo de subordinação ou perda de poder político e econômico conquistados desde a transferência da Corte em 1808 e a posterior criação do Reino Unido.⁷¹ Tais condicionantes, embora tenham se transformado em armas políticas contra as Cortes de Lisboa a partir de 1822, no momento inicial da adesão constitucionalista, definitivamente não significaram tramar para a separação política. Deve-se ressaltar que a ideia geral de pertencimento à identidade portuguesa, construída historicamente, era bastante intensa e partilhada por todos.⁷² Por isso, convém observar a precipitação da independência do

⁶⁹ Na *Gazeta do Rio de Janeiro* Nº 46 (9 de junho) se noticia os acontecimentos de 5 de junho. Curiosamente, em nenhum momento fala de desordem, mas sim que o povo achou conveniente que o príncipe jurasse as bases e este, prontamente, atendeu. Também noticia o pedido de demissão do Conde dos Arcos, mas pouco qualifica o ocorrido, como se tudo tivesse se passado em paz e tranquilidade. Já na *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro* Nº 15 (11 de junho) publica a íntegra das Bases da Constituição.

⁷⁰ Valentim Alexandre, *op. cit.*, (capítulo 3).

⁷¹ Andréa Slemian, *op. cit.*, p. 125.

⁷² István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”, in: Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*, São Paulo, SENAC São Paulo, 2000.

Brasil como fruto de um complexo jogo de situações, no qual consensos e dissensos criavam as condições de possibilidade para diferentes projetos de futuro se desenvolverem.

2.3. Os impressos e a luta contra o “despotismo”

Frente a esse cenário de aguda instabilidade política – no qual a adesão do Rio de Janeiro ao constitucionalismo reconduziu a Corte de D. João VI à Europa depois de 13 anos na América, deixando no Brasil seu filho D. Pedro encarregado de um governo provisório, que não se sabia ao certo qual rumo iria tomar – a imprensa desempenhou papel fundamental. Como é sabido, entre 1821 e 1822 houve um expressivo acréscimo no número de panfletos e periódicos políticos em circulação por diferentes espaços do Atlântico ibérico. No Rio de Janeiro, particularmente, os números são ainda mais surpreendentes.⁷³ Para Andréa Slemian, esses impressos “forneceram materialidade para um debate político, anteriormente incipiente, visivelmente incrementado pelas transformações vividas no período, em especial o crescente interesse pelas questões de governo”.⁷⁴ Em outros termos, tratava-se da consolidação da passagem de um espaço de discussão política pautado por formas de comunicação do Antigo Regime – pretensamente restritas aos espaços de privacidade e, muitas vezes, vistas como hostis à manutenção desse sistema – para um espaço público, no qual o protagonismo da palavra impressa, aliado a outras formas de comunicação, rompiam as barreiras à manifestação do juízo crítico sobre a política. Sob novos contornos, espaços de sociabilidade e a imprensa tornavam-se esferas próprias à formulação de juízos públicos sobre as questões referentes à organização do Estado. Mais precisamente, os protagonistas desses debates políticos projetaram e buscaram transformar suas opiniões particulares em opinião em

⁷³ As pesquisas sobre o tema apontam para uma proliferação no número de livros, periódicos e panfletos após o decreto que estabeleceu a liberdade de imprensa no Brasil. Quanto ao Rio de Janeiro, de apenas uma publicação periódica em 1820, no ano seguinte passou-se para 11, em 1822, 13 e em 1823, 7. Decréscimo este, no ano de 1823, que demonstra o quanto a questão do controle da atividade da imprensa estava sujeita recuos e expansões, a depender das pressões do jogo político. O aumento na quantidade de livros publicados pela Imprensa Nacional também é significativo. Enquanto giravam em torno de 40 por ano, nos fins da década de 1810, já em 1821, somaram 231 e chegaram a 280 em 1822. Por sua vez, os panfletos de caráter político saltam de apenas 8, entre 1819-20, para 143, em 1821 e 179 em 1822. Ver: Lúcia M. B. P. das Neves, *op. cit.*; Marco Morel, *As transformações nos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005, p. 205; Andréa Slemian & João Paulo Pimenta, *O nascimento político do Brasil: as origens do Estado e da nação (1808-1825)*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003, pp. 68-73

⁷⁴ Andréa Slemian, *op. cit.*, p. 138.

geral, ou seja, em “opinião pública” legítima.⁷⁵

Com a adesão forçada do governo de D. João VI à Constituição, a pregação liberal promovida por panfletários e periodistas invariavelmente se pôs a favor da monarquia constitucional e contrária às arbitrariedades do “despotismo”, cujas feições variaram ao longo do processo político. O cerne da questão se deslocava, assim, para o *modo* de organização do Estado e se dava por meio de um debate político transformador da esfera pública. Como salienta Slemian, a cultura política materializada nos debates impressos e inscrita no processo de dinamização dos espaços públicos do Rio de Janeiro foi engendrada nos quadros da crise do Império português. A autora explica que a contundente tomada da esfera pública a partir de 1821, com a eclosão do movimento constitucionalista na América foi, certamente, momento crucial dessa crise, cujos efeitos já eram sensíveis desde fins do século XVIII e se aprofundaram com a transferência da Corte em 1808, porém não se tratava de uma experiência linear. A construção de um novo sistema de valores passava pela destruição de outro, no qual boa parte dos indivíduos havia se formado, por isso, um dispositivo como a liberdade de imprensa foi alvo de avanços e recuos, ora sofreu pressões por maior controle ora por maior liberdade.⁷⁶ Associado a isso, encontrava-se a experiência de formação de um público, segundo observavam os escritores coevos, desprovido de “luzes” e de “instrução” política.

Diversos foram os meios mobilizados para instruir politicamente os “povos” e praticamente todos os publicistas se colocaram a serviço dessa tarefa. No primeiro semestre de 1821, os panfletos e folhetos políticos proliferavam pela cidade, embora ainda vigorasse a censura prévia no Brasil, por conseguinte, a demora nos despachos de pedidos de publicação, somente resolvidos em 28 de agosto daquele ano, quando se abole a censura.⁷⁷ Talvez não seja exagerado dizer que esses papéis avulsos tenham sido o principal suporte de transmissão de valores e ideias mais perspicazes contra o absolutismo e em defesa dos princípios liberais. Não que fosse desprezível a atuação dos periódicos criados a partir de março, ou mesmo da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que vinha passando

⁷⁵ Sobre o processo de construção da esfera pública burguesa no mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX conferir: Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003; Reinhart Koselleck, *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.

⁷⁶ Andréa Slemian, *op. cit.*, p. 139; Marco Morel, *As transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade Imperial (1820-1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005.

⁷⁷ “Decisão do Reino em 28 de agosto de 1821 – Sobre a liberdade da imprensa. Abole a Censura prévia no Brasil.” *Coleções Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. (Disponível em: www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio)

por transformações, mas convém sublinhar algumas diferenças entre a imprensa daqueles primeiros meses e a que sobreveio à abolição da censura prévia.

Apesar de *O Amigo do Rei e da Nação*, *O Conciliador do Reino Unido* e *O Bem da Ordem* terem professado princípios constitucionais, tal como se propusessem encaminhar a opinião pública, eram nítidos os seus vínculos com o poder constituído. Nesse sentido, os três se colocaram uníssono a favor da censura prévia como a melhor forma de evitar a instabilidade da ordem pública. Em sentido inverso, os periódicos surgidos nos fins de 1821 e inícios de 1822 preservaram um carácter mais independente do que os anteriores. A propósito, poderia destacar o *Revérbero Constitucional Fluminense* de Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, *A Malagueta* de Luís Augusto May, e o *Correio do Rio de Janeiro* de João Soares Lisboa.⁷⁸ Além do mais, tais periódicos representavam o avanço dos grupos políticos que almejavam maior participação no governo, defendiam a ampliação dos direitos políticos para os membros da sociedade civil e pretendiam estabelecer uma ordem constitucional capaz de controlar o poder real.

Voltando aos panfletos, chama a atenção a variedade de formatos em circulação no Rio de Janeiro no início do movimento constitucionalista. Eram cartas, diálogos, discursos, catecismos e orações constitucionais, manifestos, memórias, proclamações, relatos, entre outros. Muitos desses vinham de Portugal e foram reimpressos pela Régia Oficina Tipográfica (depois de setembro de 1821, Tipografia Nacional),⁷⁹ provavelmente por pressões dos grupos constitucionalistas ávidos por fazer correr pela cidade peças com aquele carácter essencialmente político-pedagógico. Abordavam os temas do liberalismo

⁷⁸ O *Revérbero* surgiu nos meses finais de 1821 como um dos mais importantes órgãos da imprensa no Rio de Janeiro sendo defensor da construção de um novo pacto político para a nação portuguesa fundado em princípios constitucionais. Sua circulação não se restringiu à Corte, acompanhando as vias de pessoas e mercadorias que passavam por São Paulo e Minas Gerais e por meio do comércio de cabotagem se difundiu pelas cidades de Salvador e Recife. Durou de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, passando pelas Tipografias Moreira e Garcez, Silva Porto e Nacional. *A Malagueta* teve quatro fases distintas entre 1821 até 1832. Na primeira delas a *Malagueta* era publicada na Tipografia de Moreira e Garcez entre 15 de dezembro a 5 de junho de 1822. Para Carlos Rizzini, Luís Augusto May foi “o mais destro e pertinaz polemista da Independência”. Segundo o historiador, “o *Malagueta*”, como era chamado à época, não apoiava nem a corrente de José Bonifácio, nem a de Ledo. Sua opinião às vezes coincidia com as tendências mais liberais outras com as mais conservadoras, sempre foi um ávido crítico do despotismo. Carlos Rizzini, *op. cit.*, pp. 388-389. Já o *Correio do Rio de Janeiro* era impresso na Tipografia de Silva Porto & Cia. e circulou diariamente entre 10 de abril a 21 de outubro de 1822. Revelou-se uma das folhas mais radicais do Rio de Janeiro. O estilo popular do jornalista também é sublinhado pela historiografia. Isabel Lustosa lembra o fato de ele ter procurado dar um sentido claramente democrático aos episódios do Fico, da convocação da Assembleia Constituinte, da Aclamação, dentre outros. Isabel Lustosa, *op. cit.*, p. 176.

⁷⁹ “Decisão do Governo da Fazenda em 7 de setembro de 1821 – Determina que a Régia Oficina Tipográfica se denomine Tipografia Nacional”, *Coleções Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. (Disponível em: www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio)

constitucional com o propósito de esclarecer conceitos e noções fundamentais da nova ordem política que se almejava implantar. Na maior parte das vezes, o autor era anônimo ou adotava algum pseudônimo, revelador de um sentimento patriótico. Para além das questões de eventuais perseguições políticas, essa prática funcionava como um recurso de autoridade, no qual a ausência de identidade permitia ao autor se colocar numa posição externa e acima dos embates, reforçando o tom professoral.⁸⁰ O conjunto de temas abordados abarcava a explicação da passagem do estado de natureza à sociedade; a discussão sobre a importância da representação, do voto, do deputado e da constituição na regulação do poder monárquico; a construção de uma imagem positiva da Revolução do Porto, singular em relação às demais; e a crítica aos malefícios da anarquia e do despotismo.⁸¹

Num *Diálogo instrutivo*, por exemplo, através de uma sequência de perguntas e respostas, mais próxima do modelo de catecismo, se explicava os fundamentos da Constituição especificando as atribuições da divisão dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Principiava com a pergunta: “Que coisa é Constituição?”, e respondia em seguida “É uma Lei fundamental, que regule a forma porque uma Nação deve ser governada, e estabelece Máximas gerais, a que todas as Leis devem satisfazer.”⁸² Em outros diálogos, uma arena política quase sempre imaginária e teatralizada punha de lados opostos figuras alegóricas tais como a “Constituição” e o “Despotismo”, o “Liberal” e o “Servilismo”, o “Corcunda” e o “Constitucional”. Assim, por meio dessas posições contrastantes se explorava as noções básicas e os termos-chave do vocabulário político.⁸³

Um desses encontros, por exemplo, é narrado desde a cidade de Constantinopla, identificada como o local de “refúgio” do despotismo. Ao chegar à cidade, “a Constituição” se surpreende com o que via e, na sequência, começa a estabelecer comparações entre os países europeus, adeptos ao seu sistema, e os países do oriente, dominados pelo poder arbitrário. O mote principal do diálogo é o contraste entre um governo fundado numa justa autoridade capaz de manter a ordem, a liberdade e a

⁸⁰ Iara Lis Carvalho Souza, *op. cit.*, p. 121.

⁸¹ *Ibidem*, p. 122-123; Ver também: Lúcia M. B. P. das Neves, *op. cit.*; Cecília H. L. de S. Oliveira, *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*, Bragança Paulista, EDUSF, Ícone, 1999.

⁸² *Diálogo instrutivo em que se explicam os fundamentos de uma constituição e a divisão das autoridades que a formam e executam*, (Por um patriota Amigo da Razão), Rio de Janeiro, Tipografia Real, 1821.

⁸³ O mesmo encontramos nos panfletos: *O triunfo dos liberais e o arrependimento do servilismo*, Reimpresso no Rio de Janeiro, Imp. Régia, [1821]; *Diálogo entre o Corcunda abatido e o Constitucional exaltado*. (Por um anônimo muito anônimo e muito constitucional), Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1821.

felicidade de seus cidadãos, enquanto o outro, fundado na base da força, do fanatismo e da obediência cega, feito servos e escravos. A peleja se encaminha para duas questões fundamentais: a primeira, a superação de uma ideia de domínio natural pela noção contratualista do poder; e a segunda, como desdobramento da anterior, a imputação de uma certeza nas transformações políticas em curso, cuja escala era mundial. Em resposta ao “Despotismo”, afirma a “Constituição”: “O meu espírito não se tem unicamente derramado pela ilustrada Europa: eu vejo já o novo Mundo, que ansioso me estende os braços. Tempo virá, em que o mesmo Oriente, a mesma África me patenteiem as suas vastas Províncias, e conheçam a doçura do meu suave mando. Então cairá em ruínas por todas as partes o teu injusto, e mal seguro Império.”⁸⁴

Outro aspecto a ser ressaltado, é o fato de a difusão dos princípios constitucionais ter conseguido transformar certos vocábulos em trunfos políticos contra os adversários. Era o caso de termos como “anarquia”, “tirania” e “despotismo”. Em virtude de seu caráter genérico, esses termos podiam ser manejados ao sabor dos acontecimentos e recobrir uma variedade de experiências políticas, a fim de suscitar no público-alvo vontades e emoções que potencializavam o acirramento dos embates com determinado inimigo.⁸⁵

No momento de irradiação dos princípios constitucionalistas pela imprensa, os termos “despotismo” e “tirania”, se direcionavam justamente aos indivíduos que, do ponto de vista liberal, vinham tirando proveito pessoal do absolutismo monárquico. Na maioria das vezes, se costumava preservar a figura do rei e atribuir as práticas despóticas aos ministros de Estado, conselheiros reais, capitães-generais de províncias ou qualquer outro representante do monarca que se valia dos cargos e da não regulação do poder do soberano.⁸⁶ Num *Discurso* acerca das *causas e efeitos* do *despotismo*, se afirmava que este era “um poder usurpado” fundado “na ideia absurda de que a vontade do soberano, qualquer que ela [fosse], deve[ria] constituir a lei da sociedade”. A tirania, por sua vez, representaria essa vontade injusta, sendo o tirano “um déspota que obriga[va] a sociedade a curvar-se debaixo das suas ordens por mais injustas que [fossem]”.⁸⁷ O mesmo *Discurso*

⁸⁴ *Diálogo entre a Constituição e o despotismo*, Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1821, pp. 6-7.

⁸⁵ Iara Lis Carvalho Souza, *op. cit.*, p. 122-123.

⁸⁶ Nesse sentido, o *Compilador Constitucional* alertava: “Os Governos despóticos aniquilam-se pela imprudência de um Monarca, pela adulação de um ignorante Ministério, ou pelos errados planos de um General feito por empenhos, ou pela nobreza de sua Hierarquia, e assim têm desaparecido muitos Impérios.” *Compilador Constitucional*, Nº 7 (16 de fevereiro de 1822).

⁸⁷ *O despotismo considerado nas suas causas e efeitos*, (Discurso oferecido à Nação Portuguesa, por XXX), Rio de Janeiro, Tipografia Régia, 1821, p. 5.

vaticinava que o governo de um soberano “absoluto e independente das leis” cairia pelas mãos do cidadão, que por si mesmo defenderia o seu país, tal como ocorrido em Portugal: “Por uma revolução de que não havia exemplo na história do mundo, os soldados que até aqui sustentavam o Despotismo, começaram a ser agora o mais firme apoio da liberdade; e a causa desta feliz revolução é só devida ao progresso das luzes transmitidas pela imprensa. Idólatras do Despotismo, inimigos da Humanidade, tremem, e tremem!”.⁸⁸

As acusações de despotismo não paravam por aí e não teria um único alvo. No seio do próprio movimento constitucional, em determinadas situações, lançava-se mão do termo para tecer acusações mútuas entre os adversários políticos. Quando da publicação dos decretos das Cortes de Lisboa em setembro e outubro de 1821 – os quais regulavam a distribuição do poder político e administrativo na América e determinava a retirada imediata do Príncipe D. Pedro para o continente europeu – sentindo-se prejudicados por tais medidas os setores interessados na permanência do regente se organizaram politicamente e povoaram os jornais e panfletos da época com acusações às supostas pretensões “recolonizadoras” das Cortes contra o Brasil, como já visto no primeiro capítulo.

Em janeiro de 1822, próximo ao dia do Fico – quando D. Pedro decide por sua permanência ao receber o apoio de amplos setores da sociedade fluminense e das províncias limítrofes, sobretudo São Paulo e Minas Gerais – a recém-criada *Malagueta*, tomando por base argumentos do *Correio Brasiliense*, de setembro do ano anterior, alertaria o príncipe para os riscos de uma guerra civil tomar de assalto o Reino, caso o abandonasse. O receio da *Malagueta* era que sem uma autoridade central como a Regência, a sustentação de um governo constitucional no Brasil seria praticamente inviabilizada. Luís Augusto May, redator do jornal, era um dos críticos dos decretos das Cortes, porém não poupava o Ministério pelas desconfianças suscitadas quanto às intenções do governo. A *Malagueta* argumenta que havia faltado empenho do Ministério (não cita nominalmente o Conde dos Arcos) para reunir as demais partes do Brasil em torno de um mesmo nexo constitucional convocando, logo em maio, as eleições das províncias. Caso tivesse feito, livraria a figura de “S. A. R. de imputação de males, cujo autor era o competente Ministro”, bem como evitaria os subsequentes males que foram a Bernarda de 5 de junho e o aumento da “já grande desconfiança”, que se fazia correr “com os nossos Deputados para Lisboa”.⁸⁹ A fim de fortalecer seus argumentos, cita artigo do

⁸⁸ *O despotismo considerado nas suas causas e efeitos ...*, p. 11

⁸⁹ *A Malagueta*, Nº 3, 1822, p.10

'Nada lhe pode ser mais conveniente [se refere ao Reino do Brasil] do que ir de acordo, e em união com Portugal, até que ambos tenham conseguido estabelecer suas formas Constitucionais de Governo; por que se antes disso se desunir seja por que pretexto for o partido despótico achará fácil meio nessa desunião de vencer a ambos separadamente e calcar aos pés a liberdade nascente.' diz mais o Redator: 'A grande extensão de território faz mui difícil que as diversas Províncias possam obrar de concerto umas com as outras, e portanto uma tentativa para a independência seria o sinal para uma guerra civil.' Grandes e importantes lições estas meus Leitores! [Conclui a *Malagueta*].⁹⁰

A preocupação quanto ao “partido despótico” e a desunião das províncias era corrente entre os defensores do constitucionalismo no Rio de Janeiro. Apesar da imprecisão do uso da expressão, pode-se supor que havia o receio de um recrudescimento da influência absolutista sobre o governo de D. Pedro, por conseguinte a falta de acordo entre a Regência e as recém-formadas juntas provinciais na manutenção de um sistema constitucional integrado. Esse era o argumento do autor do panfleto *Carta ao sacristão de Tambi, sobre a necessidade da reunião de Cortes no Brasil*, também saído pouco antes do dia do Fico. Dizia ele: “A sombra do Despotismo no Rio de Janeiro ainda amedronta as Províncias do Norte; ainda as alonga e faz divergir de seu centro, e ponto de apoio natural.”⁹¹ Sem atacar brutalmente as Cortes de Lisboa, como fizeram alguns escritores, mas mostrando-se preocupado com as agressões aos “inalienáveis direitos” do Reino Unido, tal qual a possibilidade de D. Pedro deixar o Brasil, propõe a criação de um braço do poder legislativo no Rio de Janeiro a fim de evitar a fragmentação do Reino:

Ah! Meu bom Amigo; se desejamos sinceramente ser regidos por um Governo Constitucional; se queremos evitar os horríveis males da Guerra Civil; se é do nosso mais caro interesse que toda esta imensa região, a quem abraçam os dois maiores rios do Universo se reúna em um centro de unidade; proclamemos sem tardança o grande princípio da infalível Convocação de um Corpo Legislativo no Brasil. Se assim o não fizermos, quanto é de recear que as Províncias, perdida num momento a cega confiança, que haviam depositado nas Cortes de Lisboa; suspeitando sempre de sinistros intentos o Ministério do Rio de Janeiro, aonde tinha o Despotismo antigamente o seu foco; arvorem o estandarte da Independência, e com ele o da anarquia? E nesse caso que será de nós? Que triste papel representaremos divididos em diminutas parcelas, e retalhos? E é contudo o que nos ameaça, se franca, e lealmente não pugnamos pela pronta junção dos Procuradores de todas as Províncias Brasileiras, como medida interina, e tendente a tratar da reunião do nosso

⁹⁰ *A Malagueta*, Nº 3, 1822, p.12

⁹¹ *Carta ao sacristão de Tambi, sobre a necessidade da reunião de Cortes no Brasil*, Rio de Janeiro: Impressão de Silva Porto, 1822, p. 2

Nesse contexto, as críticas às Cortes de Lisboa seriam tão intensificadas, que sua imagem passaria por uma enorme degradação ao ponto dela mesma encarnar um espírito anacrônico de despotismo e de fomentação da discórdia. Ou seja, um espírito incompatível com o momento de expectativas constitucionais, de união e fraternidade entre os dois reinos que, a despeito das suas particularidades, eram encarados até ali como complementares. A maioria dos publicistas fluminenses sustentaria a hipótese do desejo das Cortes fazer o Brasil retroceder de sua marcha constitucional tornando-o novamente colônia de Portugal. Contraditoriamente, os discursos indicavam que do mesmo lugar de onde haviam emanado as esperanças de uma Constituição, agora germinava o espectro da guerra civil e anarquia. Em meio a toda essa discussão, mais do que nunca o “despotismo” carregava o peso de um passado tido como já superado, mas que ameaçava o futuro do Brasil.

Uma das vozes mais raivosas contra o Congresso foi José da Silva Lisboa na sua *Reclamação do Brasil*. Logo na publicação da Parte I dessa folha, afirmaria que com os malfadados decretos a “Constituição” tornava-se “Letra Morta, e Ignomínia da Honra Brasileira”. Chamava os deputados lisboetas de “Arquitetos de Ruínas”, e acusava-os de trair a confiança do Brasil, que já não estava “em tempo de Engana-Meninos”, mas ao contrário, conhecia os seus “inauferíveis Direitos”. Ademais, afirmava que o Reino lusoamericano não havia exterminado “do seu grêmio o Despotismo, para colher o Maquiavelismo”, aproximando, a ideia de despotismo à divisão de interesses políticos, mimetizada na expressão de Maquiavel “dividir para reinar”.⁹³ Nesse sentido, afirmava que os “reorganizadores de Monopólios, implacáveis inimigos do Brasil” usavam “da trivial arte de *dividir para despotizar!*”.⁹⁴ Em outra *Reclamação*, Silva Lisboa lança o alerta: “*Brasileiros! Que dizeis a isto? Liberalismo para Portugal, Despotismo para o Brasil! Onde iremos cair com tão vertiginoso impulso, e movimento retrógrado de nossa Dignidade!*”⁹⁵

Por sua vez, o *Papagaio* rebateria os argumentos do deputado português Trigoso, o qual teria afirmado, segundo o periódico, que os “Povos do Brasil” desejavam e precisavam se ligar a Portugal tal como em sua origem. Ironicamente o *Papagaio*

⁹² *Carta ao sacristão de Tambi...*, p. 6.

⁹³ *Reclamação do Brasil* Parte I, 1822 [p. 4]

⁹⁴ *Reclamação do Brasil* Parte XIII, 1822 [p.51]

⁹⁵ *Reclamação do Brasil* Parte VI, 1822 [p. 22]

questiona de onde derivava aquela ideia da “necessidade de sermos ligados com Portugal” já que o Brasil “desde 1808 se acha[va] independente e se governa[va] a si mesmo”.⁹⁶ O jornal desafiava o deputado a apontar quais seriam as desgraças que poderiam resultar ao Brasil, senão as de um estado colonial, estado este, “em que só parece fazem consistir a nossa união com Portugal”.⁹⁷ O *Papagaio* continuaria a pontuar todos os aspectos que julgava ser o Brasil superior a Portugal ou em vias de superação: agricultura, indústria, população, exércitos. Ao final, recordaria a “solidez” dos argumentos dos deputados defensores da “causa do Brasil” no Congresso, tal como Antônio Carlos Andrada, para em seguida salientar: “foi decidida a discussão contra o Brasil ficando nós em tempos de liberdade mais sujeitos ao despotismo do que antes”.⁹⁸

A maioria dos publicistas fluminenses desejava atribuir os riscos de anarquia, fragmentação e despotismos às medidas das Cortes, no entanto, apesar de hegemônica, esta não era a única perspectiva adotada. O clima de antipatia criado no Rio de Janeiro contra o Soberano Congresso incomodava o periódico *Compilador Constitucional*.⁹⁹ A seu ver os escritos mais patrióticos “pelos negócios do Brasil” vinham “recheados de grossos corcundismos”, fazendo com que “muitos sinceros Constitucionais” desconfiassem “desses patriotas”.¹⁰⁰ Ao contrário do que propugnava a *Reclamação do Brasil* e o *Papagaio*, não considerava os decretos das Cortes de Lisboa uma traição, ou que a submissão a eles acarretaria no retorno a uma situação colonial. O risco de despotismo resultaria em sua opinião da desobediência aos decretos. Dizia que os negócios do Brasil nada lucravam com os insultos às Cortes, muito menos a cizânia espalhada entre o Povo, que acabaria refém do despotismo:

Ora insultar primeiro aos melhores Deputados campeões da Constituição, e depois às Cortes em massa, é desobedecer-lhe: desobedecendo a elas, ou nos entregamos só ao Rei e *Áulicos* (o Despotismo) ou cada qual a quem quiser (Anarquia) ou fazemos a separação sem dúvida: pelo que,

⁹⁶ No Nº 2, de 10 de maio de 1822, o *Papagaio* afirma que a independência pretendida era administrativa, não significando a separação política da nação portuguesa.

⁹⁷ O *Papagaio*, Nº 4, (25 de maio de 1822), p. 13

⁹⁸ *Ibidem*, p. 14

⁹⁹ José Joaquim Gaspar do Nascimento dirigiu sozinho o semanário *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense* entre 5 de janeiro e princípios de maio de 1822. Do sexto número em diante passou a contar com o auxílio de João Baptista de Queirós, “sujeito dismantelado e atrevido”, segundo Carlos Rizzini. Correram 15 números, primeiro pela Tipografia Nacional, depois pelo prelo de Moreira e Garcez, onde lançaram os dois últimos. O periódico foi um dos mais críticos ao governo de D. Pedro e por isso sofreu perseguição política. Segundo Isabel Lustosa, “a falta de solidariedade dos jornalistas com os redatores do *Compilador* se devia ao caráter mais radical daquele periódico.” Lustosa afirma que: “Ninguém no Rio tivera, até então, a coragem de se manifestar daquela maneira. O *Compilador* rompera assim o pacto silencioso que unia toda a imprensa do Rio em torno de D. Pedro, ao qual ninguém atacaria.” Isabel Lustosa, *op. cit.*, pp. 199-200; Carlos Rizzini, *op. cit.*, p. 367.

¹⁰⁰ *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*, Nº 9 (2 de março de 1822).

para conter os partidos, há de primeiro haver por muito tempo Despotismo de ferro, ou Anarquia. Que pretendemos pois? A separação não porque só compete a todo o Brasil, e aqui o Povo, e autoridades, pugnam pelo contrário: quando porém assim não fosse, torna-se a questão em um político problema, que não decide com exaltações, com mentiras, e com improvisos, mas com prudência, etc.¹⁰¹

No momento da recepção dos decretos das Cortes de Lisboa, as discussões sobre os rumos do movimento constitucional se concentraram, entre outras coisas, em torno do conceito de “despotismo”. Nesse debate, estava embutida uma série de prognósticos acerca do sentido do movimento histórico, e de qual posição a ser assumida no presente. A depender do alinhamento político assumido, atribuía-se aos adversários, intenções obscuras, tais como a recolonização ou a separação política motivada por um desvio em relação aos preceitos constitucionais do vintismo. Em ambos os casos, eram reais as ameaças à união entre os dois Reinos. Concomitante a isso, ensejava-se novas perspectivas sobre o passado português na América, deslocando uma visão de comunhão de compromissos e reciprocidade de interesses para o esgarçamento das relações entre membros da “mesma família” portuguesa. À medida que se esgotavam as soluções conciliatórias, as interpretações sobre as tendências da época para a liberdade e a emancipação ganhavam impulso entre os publicistas fluminenses, redefinindo os próprios rumos do que se entendia por regeneração política.

2.4. Os fundamentos históricos para a união da “família portuguesa”

Escritores do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves, se Vós quereis ser Beneméritos da Pátria, e que o vosso nome seja transmitido à mais remota posteridade, e que a imortalidade coroe os vossos trabalhos, e fadigas, escrevei com franqueza, e liberdade, sobre os meios de aumentar, a prosperidade, e felicidade da vossa Pátria, e de a fazer cada vez mais poderosa, mais rica, e mais opulenta. [...] Considerai os Portugueses, tanto do Brasil, como da Europa, como uma só Nação, como um só Povo, e como uma só família, não obstante o mar imenso que os separa. Lembrai-vos, que todos, que todos sois Irmãos; que todos sois ramos da mesma árvore, e vergonteias do mesmo tronco. Lembrai-vos, que na vossa união é que consiste a vossa força, a vossa vida política, e a vossa representação Nacional.¹⁰²

¹⁰¹ *Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*, Nº 9 (2 de março de 1822).

¹⁰² *Memória constitucional e política sobre o estado presente de Portugal e do Brasil; dirigida a el-rei nosso senhor e oferecida a sua alteza o príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e regente do Brasil*, (Por José Antonio Miranda), Rio de Janeiro, Tipografia Régia, 1821, p. 84-85.

José Antonio de Miranda, autor da *Memória constitucional e política sobre o estado presente de Portugal e do Brasil*, lançada no início de 1821 após o movimento fluminense de 26 de fevereiro, assentava nesse texto as bases do que deveria ser a conduta dos escritores públicos do Reino-Unido. Dirigia-se a D. João VI oferecendo-lhe um quadro das circunstâncias críticas da península desde a transferência da Corte justificando o empenho dos portugueses na causa constitucional, da qual os lusoamericanos também passavam a fazer parte. Defendia a conservação da união entre os dois reinos orientada pelos princípios constitucionais, única possibilidade de renovar a aliança entre o rei e a nação, há muito tempo destruída pela “ferrugem dos tempos, o egoísmo, e imoralidade dos homens”. Aos portugueses de ambos os mundos, afirmava que o movimento constitucionalista havia feito raiar “finalmente o tempo da vossa Regeneração política; o tempo de excitar o sentimento da honra Nacional, e de tornareis a aparecer, no teatro do Mundo, Grandes, Poderosos, como já fostes”.¹⁰³ Com esses argumentos, a *Memória* procurava integrar todos os súditos do rei ao mesmo processo político que é, necessariamente, de elaboração histórica. No mesmo sentido, Manuel Joaquim da Silva Porto fez circular pelo Rio de Janeiro um *discurso* em comemoração ao dia 26 de fevereiro, no qual os constitucionalistas da Europa e da América se encontravam em torno de uma mesma causa: “Desde que a Aurora Política raiou no berço da Monarquia Portuguesa o sempre memorável 24 de Agosto de 1820, e depois refletiu em todo o Portugal, e na Bahia, alegraram-se os corações de todos os habitantes desta Capital, e anelavam coadjuvar os seus Irmãos na Gloriosa luta da sua regeneração, e liberdade Constitucional”.¹⁰⁴

Naquele momento, sob a ótica de alguns publicistas fluminenses, o juramento da Constituição por D. João VI representava o desfecho glorioso de um processo histórico, no qual se atribuía à colonização portuguesa da América um caráter civilizatório.¹⁰⁵ Talvez, o *Amigo do Rei e da Nação* tenha sido uma das folhas da época que melhor expressaram tal ideia. Vejamos sua síntese do movimento histórico:

Se o Brasil enriquecido em seu princípio com os dons da Natureza, juntou a eles os bens da Sociedade, quando em 1500 fez parte da Lusa Monarquia; se em 1808, a salvo da tormenta, que ameaçava Portugal, e quase a Europa inteira, acolheu dentro em seu seio o Atual Imperante, e o viu nas praias do Janeiro empunhar o Cetro, que a Nação impaciente de sofrer estranho jugo, valorosa arrancou a destra do Monarca Espanhol,

¹⁰³ *Memória constitucional e política sobre o estado presente de Portugal e do Brasil ...*, p. 88-89.

¹⁰⁴ *Desde que a Aurora Política raiou no berço da Monarquia Portuguesa...* [de Manoel Joaquim da Silva Porto], Rio de Janeiro, Tipografia Régia, 1821. 2 p.

¹⁰⁵ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 71.

que lhe extorquir e dele fez espontânea entrega à Casa Augusta de Bragança em 1640; se o Brasil levantado à Dignidade de Reino, tinha por longa série de sucessos um nome respeitável, agora mais que nunca o verá eternizado. O portentoso Dia 26 de Fevereiro de 1821 abrilhantou seus Fastos, e neles marcou a Época de sua maior Glória.¹⁰⁶

Neste discurso, o Brasil é apresentado como uma unidade territorial de intocáveis qualidades naturais, praticamente à espera da sua incorporação aos ramos da monarquia portuguesa, o que marca a passagem de seu estágio primário para o social. Sem explorar qualquer contradição acerca dos meios pelos quais se fundaram esses laços sociais, do primeiro ao último sucesso civilizatório, a trajetória do Brasil se destaca pelo papel de linha auxiliar da monarquia portuguesa nos momentos mais críticos de sua história. Destino da Corte em 1808, a porção americana do Império, por essa narrativa, era tanto a salvaguarda da monarquia, quanto a beneficiária da política de D. João VI, tanto pela elevação à condição de Reino Unido em 1815, quanto pelo juramento constitucional no início de 1821. Mais do que uma conquista política resultante de pressões e ameaças, tal juramento era pintado como fruto da benevolência do monarca, o qual procuraria manter-se no controle da situação. Cabe lembrar que essa versão do processo político interessava aos setores mais abastados da Corte fluminense, cujos cargos no governo e importantes fatias do mercado mantinham-se preservados, a despeito das mudanças de Ministério.

O periódico procurava abrandar as queixas e a indignação pública que dominavam a cidade, indicando nesse evento a inauguração de uma nova época, na qual a “verdade” já não seria crime, mas sim, passaria a “avizinhar-se ao Trono”. Uma alusão à formação do novo Ministério e a promulgação de alguns decretos que procuravam responder às demandas dos constitucionalistas. Por um lado, o jornal admitia que “se o destino dos Portugueses fosse venturoso não lidariam por mudá-lo”, por outro atribuía ao monarca um grande protagonismo na promoção dos “novos melhoramentos” de que necessitava o reino lusoamericano.¹⁰⁷ Com isso, *O Amigo do Rei e da Nação* fazia do dia 26 de fevereiro marco da soberania real e abertura de uma nova fase de prosperidade ao Brasil. Estratégia, que segundo Cristiane dos Santos, contribuía para um discurso legitimador dos vínculos históricos entre a integridade da monarquia, em específico da dinastia de Bragança, e as expectativas de manutenção dos progressos do reino advindos depois da transferência da Corte.¹⁰⁸

¹⁰⁶ *Amigo do Rei e da Nação*, 1821, s/d [c. março]

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, pp. 72-73.

O *Conciliador do Reino Unido* era outro que procurava ressaltar o papel da monarquia na promoção dos sucessos constitucionais. Afirmava que o dia 26 de fevereiro seria memorável, pois tornava “exemplar e gloriosa Época nos Anais do Brasil, e nos Fastos do Império Lusitano”. O juramento constitucional de D. João VI era alçado à categoria de uma “*Resolução*” de singular virtude entre governantes. Primeiro, porque se fundamentava na “*Opinião*”, a qual se dizia a “Rainha do Mundo”, e, por conseguinte, não contrariava os “sinais dos tempos”, que somente “cegos voluntários” não os viam.¹⁰⁹ Não foram poucas às vezes que Silva Lisboa, redator do *Conciliador do Reino Unido*, alertaria sobre o processo de mudança em curso e os perigos da revolução. A seu ver, essa se espalhava rapidamente por toda a parte subvertendo a ordem política e social das nações. Não obstante, seria possível controlar o ímpeto revolucionário desde que as imprescindíveis reformas do Estado não fugissem a órbita dos governos. Nesse sentido, elogiava o movimento fluminense dizendo que os habitantes do Rio de Janeiro haviam feito “*Obra Completa*, sem excessos, nem defeitos, sem espírito de vertigem, nem vingança”.¹¹⁰

Para Silva Lisboa o movimento constitucionalista do Porto era causado por uma *crise* geral calcada no próprio decurso dos séculos, progresso de conhecimentos e exemplos das nações mais cultas que apontavam para a necessidade de alterações nas leis fundamentais das sociedades.¹¹¹ Ele julgava difícil conter o “incoercível impulso e curso elétrico” da “explosão de Portugal”, que atingia as extremidades do Reino, bem como produzia entre os povos do Brasil a “Espontânea Declaração de Conformidade à Nova Constituição”.¹¹² Contudo, Silva Lisboa explica que haveria em tais crises um clamor por mudanças e reformas que poderiam descambar para desordens populares. No meio das

¹⁰⁹ *Conciliador do Reino Unido*, Nº 1 (1º de março de 1821), p. 5 (grifos do original).

¹¹⁰ *Ibidem* (grifos do original).

¹¹¹ “Desde que a Órbita Política torneou com tão vertiginoso movimento, depois que rebentou no fim do Século passado o Vulcão Revolucionário da França (cuja hórrida catástrofe foi acelerada por senão ter feito em oportunas épocas serena revisão das Leis antiquadas, e prudente mudança das Instituições incompatíveis com as luzes das ciências sobre a melhora do Regimento Civil) tendo quase todas as Nações Marítimas e Comerciantes, depois da Paz Geral adotada (em mais ou menos aproximação) a Liberal Constituição da Grã-Bretanha, que deu ao Governo do País tão reconhecida Preponderância na Linha das Potencias da Primeira ordem; era um Impossível Moral, que a Biosa Nação Portuguesa, com ela unida em antiga Aliança Política e Mercantil, estando situada na *Cabeça da Europa*, tendo sido a Inventora do Astrolábio, e a Mestra da Navegação, que Abriu a Correspondência da Humanidade; somente permanecesse estacionária, (ou retrógrada), com estranha indiferença e apatia sendo passiva espectadora das Novas Organizações Constitucionais dos outros Estados, e não se animasse a um Esforço Político, para se elevar na Escala da Consideração do Mundo, tomando o Posto que lhe compete por Decreto da Providência.” *Conciliador do Reino Unido*, Nº 4 (31 de março de 1821), p. 30 (grifos do original)

¹¹² *Conciliador do Reino Unido*, Nº 4 (31 de março de 1821), p. 32 (grifos do original).

“classes inferiores”, sobretudo, insurgia “um indômito desejo de melhora de condição”, que pelo “ímpeto dos tempos em breve derriba todos os diques das autoridades estabelecidas”. Essas desordens sim, deveriam ser controladas, pois: “A História mostra, que a *pior de todas as rebeliões é a do ventre*”.¹¹³

Silva Lisboa buscava os vínculos entre os fatos mais recentes e a trajetória histórica da colonização portuguesa da América. Pelo discurso do *Conciliador do Reino Unido*, parecia ser necessário entender as reformas constitucionais como o próximo passo de um processo de mudanças já em curso desde, pelo menos, a transferência da Corte em 1808. Através de uma linguagem providencialista conciliavam-se os progressos do Império Português a uma noção de experiência do tempo nova vivida a partir da época da mudança da sede da monarquia.¹¹⁴ Aliado a isso, traçavam-se os contornos de uma identidade territorial específica, constituída por Deus, ou seja, anterior ao processo de colonização, embora o desenvolvimento dessa região estivesse intimamente ligado à obra de seus colonizadores.¹¹⁵ Começemos por esse último aspecto:

O Brasil foi (por assim dizer) mostrado pelo *Dedo de Deus* aos Portugueses, quando o Almirante Cabral indo em demanda da Índia, *por fugir das calmarias de Guiné, se empregou no Oceano* (como diz Barros) e, pela força dos ventos da estação correndo ao rumo oposto, avistou a Terra, e Enseada, a que deu o nome de *Santa Cruz*, e de *Porto Seguro*. Esta vastíssima região, sendo constituída pelo autor da Natureza de uma PEÇA INTEIRIÇA, foi defendida por uma muralha de rochedos de mais de mil léguas de longitude [...] Isto só mostra os desígnios da Providência para a dilatação e estabilidade da Monarquia Lusitana.¹¹⁶

O discurso providencialista era responsável por organizar os fatos históricos e estabelecer os laços entre Portugal e Brasil desde o descobrimento. Silva Lisboa afirma que a “Providência” era responsável pela “dilatação e estabilidade da Monarquia Lusitana”. Mais do que qualquer sintoma de resistência a um conceito moderno de história, o providencialismo servia plenamente à decifração do movimento da história num sentido progressista. Por essa narrativa, o mesmo “*Dedo de Deus*” que havia mostrado o caminho à Cabral, também fazia de D. João VI o seu agente ao trazer benefícios ao Brasil. O objetivo do periódico por um lado era ressaltar a dívida desse reino para com o monarca e, ao mesmo tempo, demonstrar a lealdade dos lusoamericanos

¹¹³ *Ibidem*, p. 31. (grifos do original)

¹¹⁴ Giorgio de Lacerda Rosa, *A suprema causa motora: o providencialismo e a escrita da História no Brasil (1808-1825)*, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto (dissertação de mestrado), 2011.

¹¹⁵ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 71.

¹¹⁶ *Conciliador do Reino Unido*, N° 2 (12 de março de 1821), p. 10. (grifos do original)

para com ele. Quando D. João VI, por sua “Liberal Resolução, de Espontânea Magnanimidade” declarou o Brasil “Corpo de Reino Unido com o primordial Patrimônio da Monarquia Lusitana” havia posto em manifesto à humanidade o fim do “Sistema Colonial” mostrando-o incompatível “com a estabelecida ordem das coisas”.¹¹⁷ Por sua vez, no momento em que a nação se levantava pedindo reformas constitucionais não seria admissível que entrasse “jamais no espírito de Português o estulto, não menos que infernal, projeto, seja de desunião do Estado-Pai, seja de desmembração, ainda só de um palmo, deste Corpo Imperial.”¹¹⁸

Monarquista convicto, José da Silva Lisboa, enxergava os riscos da desagregação do Reino Unido e da própria autoridade monárquica naquela nova conjuntura. Nesse sentido, dispunha sempre da memória dos erros cometidos durante a Revolução Francesa como forma de instruir a opinião pública sobre quais rumos o movimento político deveria evitar, tal como recorria à autoridade de uma série de autores antigos e modernos que pudessem lançar luz sobre o presente.¹¹⁹ Entre suas referências prediletas estava Robert Southey, autor da primeira *História do Brasil* (1810-1819).¹²⁰ Silva Lisboa encontrava em Southey os elementos necessários para desenvolver uma narrativa ilustrada que priorizava o caráter civilizatório do empreendimento colonial. Por essa narrativa era possível apreender um movimento gradual e autônomo do desenvolvimento do Reino lusoamericano vislumbrando-lhe um futuro promissor:

Roberto Southey, célebre Poeta Laureado de Sua Majestade Britânica, e excelente Escritor da História do Brasil, dada à luz proximamente, assim diz:

No Brasil o Comércio, Agricultura, e População, estão rapidamente crescendo, e são suscetíveis de quaisquer melhoramentos, que o benévolo Soberano, e um Ministério sábio, possa introduzir. Todas as coisas aí tendem ao adiantamento do povo; ele é desejado pelo seu Governo; e se promove pelo teor das Leis, e é favorecido pelo espírito do século.

[...]

Deus na GRAÇA preparou aos Brasileiros esta feliz mudança: Conceda-lhe também ciências, e verdadeira piedade; e que possam florescer por

¹¹⁷ *Conciliador do Reino Unido*, Nº 2 (12 de março de 1821), pp. 11-12.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 16.

¹¹⁹ Bruno Silva investiga os principais contextos discursivos e linguagens político-historiográficas presentes nos escritos historiográficos de José da Silva Lisboa. Bruno Diniz Silva, *Da restauração à regeneração: linguagens políticas em José da Silva Lisboa*, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto (dissertação de mestrado), 2010.

¹²⁰ Valdeir Araujo e João Paulo Pimenta salientam que Southey foi o primeiro autor a empregar as teorias civilizatórias da ilustração europeia na escrita de uma história do Brasil enquanto unidade autônoma à história de Portugal. João Paulo G. Pimenta y Valdeir L. de Araujo, “História – Brasil”, en: J. Fernández Sebastián (dir.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol. I, Madrid, Fundación Carolina/SECC-CEPC, 2009, pp. 593-604.

todas as gerações, tendo por sua herança uma das mais belas porções do Globo.¹²¹

Retomando argumento de Cristiane dos Santos, pode-se afirmar que em torno dessas leituras do passado, nas quais se reconhecia especificidades do Reino lusoamericano, foram sendo criadas as condições discursivas de instrumentalização política radical do sentido do desenvolvimento da história do Brasil, ou seja, a incompatibilidade de seus interesses em relação a Portugal.¹²² Num primeiro momento, estas especificidades do Reino e o esboço de uma identidade vinculada a esta entidade política, pautada entre outros fatores, por argumentos históricos, não implicou em um projeto de independência, mesmo que essa possibilidade fosse cogitada.¹²³ Em geral valorizava-se o novo olhar do Império para as questões americanas no intuito de se ressaltar a importância do Brasil para o futuro de Portugal. No entanto, o acirramento do jogo político, ensejou a reorientação da leitura do passado português na América, sendo dessa forma, as especificidades do Reino, sublinhadas no contraste com Portugal.

Um dos momentos-chave do debate político se deu por volta dos meses de setembro e dezembro de 1821, quando começaram a ser publicadas respostas de escritores fluminenses aos panfletos e periódicos vindos de Portugal, em que se tematizava a questão do melhor lugar para a sede do poder político do Império. Como é sabido, criou-se um impasse em torno da volta ou não de D. João VI para Portugal, somente resolvido no final de abril. Em parte, este foi um dos motivos para o surgimento de alguns desses escritos. Para os peninsulares em geral, o reordenamento do Império implicava na reconfiguração das relações políticas, administrativas e econômicas com suas demais partes, de modo que Lisboa voltasse a ser o centro nacional. Noutro sentido, os publicistas fluminenses insistiriam na necessidade de preservação da categoria de Reino do Brasil e do Rio de Janeiro como sua capital, a fim de manter em terras americanas um braço do poder executivo, bem como repartições administrativas surgidas após a transferência da Corte. Embora a maioria deles nutrisse o anseio de união entre Portugal e Brasil, as desconfianças e animosidades criadas ao redor dessa questão, somente tornaram mais complicado o encontro de saídas conciliatórias para a crise política.

O panfleto que talvez tenha gerado maior indignação no Rio de Janeiro foi a *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém ou juízo crítico sobre*

¹²¹ *Conciliador do Reino Unido*, N° 3 (24 de março de 1821), p. 26.

¹²² Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 73.

¹²³ *Ibidem*, p. 85.

a opinião pública, dirigida pelo *Astro da Lusitânia*.¹²⁴ Seu autor tratava com desprezo a população do Brasil, segundo ele, “reduzido a pouca hordas de Negrinhos, pescados nas Costas da África”, e afirmava que o Reino lusoamericano era “nada comparado a Portugal”, não passando de “um Gigante em verdade; mas sem braços, nem pernas”.¹²⁵ Considerava a antiga sede, em Lisboa, o único e verdadeiro centro de forças mantenedor da independência do Império. Por isso, caso esse centro não fosse restituído permanecendo D. João VI no Rio de Janeiro, Portugal se manteria dependente como “Colônia do Brasil”:

Qualquer que seja, Senhor Compadre, esse sistema federativo, essa sonhada Santa Aliança, que se pretende estabelecer entre os três Reinos; sempre ela há de ser para Portugal ruinosa, e opressiva, uma vez que S. Majestade não venha assentar a sua Corte em Lisboa; será sempre Portugal o Pigmeu nas mãos do Gigante, o pombo nas unhas da Águia.¹²⁶

Essa tese de que Portugal havia se tornado “colônia” do Brasil nos últimos 13 anos era recorrente em outros escritos peninsulares, incluindo os próprios *Manifestos* oficiais do movimento vintista. O significado desse período de governo na América havia revelado contradições inerentes ao sistema colonial suscitando percepções descompassadas entre portugueses peninsulares e lusoamericanos. Para os primeiros, a transferência da Corte significou a perda de poder político e econômico, enquanto para os outros a abertura de uma nova fase de prosperidade com ganhos jamais experimentados antes de 1808.

Uma das respostas mais contundentes e conhecidas no período – chegou a ter uma segunda edição – foi proferida por Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca, na sua *Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo aos brasileiros*.¹²⁷ Nesse panfleto, o conceito de colônia é central, pois o intuito de Gonçalves dos Santos era demonstrar as diferenças entre o caráter nefasto e exploratório do empreendimento colonial português na América em contraponto ao período de decadência da península. A seu ver, era injusto comparar “os três séculos” do velho sistema com o período mais recente das relações entre os Reinos. Segundo o panfletário fluminense, a despeito da

¹²⁴ *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia*, Reimpresso no Rio de Janeiro, Tip. Real, 1821.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 14

¹²⁶ *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém...*, p. 13

¹²⁷ *Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros ofendidos por várias asserções, que escreveu na sua carta em resposta ao Compadre de Belém. Pelo filho do Compadre do Rio de Janeiro que a oferece e dedica aos seus patrícios*. Segunda Edição Correta e aumentada, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1822. Versão encontrada na ontologia: *O debate Político no processo da Independência*, 1973.

ausência da Corte, Portugal manteve durante aquele período suas leis próprias, forais e prerrogativas; tinha uma Regência, Tribunais superiores e Erário, bem como formava naquele instante uma representação Nacional, ou seja:

[...] coisas, que nunca houveram no Brasil antes da vinda de S. Majestade, e infelizmente nem era contemplado nos Títulos inerentes à Coroa, não tinha Escudo de Armas, não podia comprar nem vender senão aos negociantes do Porto e de Lisboa; os seus Portos estavam cerrados à todos os Estrangeiros; não lhe eram permitidas fábricas, nem indústria de qualidade alguma; nunca teve, nem ainda tem, uma Universidade, que não seja exclusivamente a de Coimbra; os Vice-Reis e Governadores eram mandados de Portugal, e os mesmos Bispos quase todos eram Europeus; o antecessor do nosso atual Bispo foi o primeiro, e único Profeta na sua Pátria; nunca foi permitido ao Brasil cultivar outras produções, que não fossem as propriamente chamadas *coloniais*, para ter extração e consumo às Europeias, e as da Índia; em fim o sal, tão abundante em Cabo Frio, e outros lugares, da costa do Brasil, era defeso para unicamente comprarmos o de Portugal. Diga-me agora, Senhor Compadre; com a estada de Sua Majestade no Brasil Portugal chegou, ou recearia chegar a esses apertos, a esta degradação, que constitui o verdadeiro estado de Colônia, de que v.m. tanto se horroriza? Não certamente. [...] Logo estes gritos de *Colônia* que v.m. e outros da sua catadura levantavam, não tinha fundamento real: os motivos, porque eram levantados, v.m. lá os sabe. Nós os Brasileiros, a pesar de sermos colonistas, ou perto de três Séculos, sofremos com paciência a nossa sorte; fomos sempre submissos, e fiéis ao nosso Soberano, nunca levantamos a voz &c.¹²⁸

Nota-se pelo discurso de Gonçalves dos Santos a transformação da noção genérica de opressão e dependência atrelada ao conceito de colônia, na qual se fundamentava a denúncia do compadre de Lisboa contra o Brasil. No discurso do publicista fluminense, “colônia” tornava-se a expressão qualificada de uma experiência histórica vivenciada, até então, somente pelos habitantes da América portuguesa. Ao mesmo tempo, essa feição opressiva e exploratória do conceito interferia na leitura do passado português na América instrumentalizada nos discursos anteriores no intuito de reforçar a unidade da monarquia e a prosperidade do Brasil.¹²⁹ Na sequência do panfleto, Gonçalves dos Santos procurava rebater os argumentos depreciativos do compadre de Lisboa em relação ao Brasil valorizando seus aspectos naturais e potencialidades que passavam a ser mais bem apreciadas depois de sua elevação à condição de Reino Unido em 1815, momento no qual “princiava a engatinhar”.¹³⁰ Defende que a grandeza do Império e da monarquia invariavelmente passaria pelo desenvolvimento das potencialidades do Brasil, algo

¹²⁸ *Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros...*, pp. 8-9

¹²⁹ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 86

¹³⁰ *Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros...*, p. 11.

destacado também por estrangeiros, como Alphonse de Beauchamp citado pelo padre Perereca:

Quando é rico, forte e inabalável este Império do Hemisfério Austral! Quanto o seu destino é nobre, o independente! Frotas imensas jamais o poderão investir, em vão o ameaçarão formidáveis exércitos! Tudo lhe afiança uma prosperidade crescente, e uma longa duração. Com prudência e energia o Soberano do Brasil poderá armar-se a si, e os seus Descendentes, sobre um Trono menos precário, e muito mais brilhante, que o de Lisboa.¹³¹

Nesse sentido, Gonçalves dos Santos julgava necessário confiar nos indícios de que o futuro da monarquia e do Império seria mais próspero no Brasil:

O tempo é que há de mostrar se será mais fácil levantar-se um grande Império no Brasil inculto, e despovoado, em uma zona ardente, tostada, e insalubre, como diz o Senhor Compadre; ou em Portugal povoado, ridente, e delicioso; em uma zona risonha, temperada, e benéfica. O tempo em fim patenteará ao Mundo inteiro, se Sua Majestade era mais amado, respeitado, e adorado no País, que lhe deu o berço, e era solar dos seus Augustos Antepassados, ou naquele, que nunca o viu, e só por fé antes da invasão Francesa.¹³²

Outros panfletos, também procuravam responder às ofensas do compadre de Lisboa e tentar distinguir a opinião daquele indivíduo da maioria dos portugueses, lembrando que desde o início do movimento constitucionalista os lusoamericanos eram convocados a participar da mesma obra. No panfleto *Discurso que, em desagravo aos Brasileiros ofendidos pelo compadre de Lisboa na sua carta impolítica dirigida ao compadre de Belém*, escrito por José Joaquim Lopes de Lima, os fluminenses são conclamados a não desconfiarem das intenções dos constitucionalistas peninsulares: “Uni-vos, a vossos verdadeiros Compatriotas metropolitanos! Elevai com esforços comuns o grande edifício da Independência legislada; e mostrai a todo o Mundo que o amor da Pátria é fruto que brota em todos os climas do coração dos Portugueses!”¹³³ Por sua vez, na *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do compadre do Rio de Janeiro* sublinha-se a importância adquirida pelo Brasil no momento da invasão francesa, traçando uma visão retrospectiva sobre o acanhado papel desempenhado pelo Império Português na Europa

¹³¹ *Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros...*, p. 28; Sobre A. Beauchamp, ver: Bruno Franco Medeiros, *Plagário, à maneira de todos os historiadores*, Judiaí, Paco Editorial, 2012.

¹³² *Justa Retribuição dada ao Compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros...*, p. 29

¹³³ *Discurso que, em desagravo aos Brasileiros ofendidos pelo compadre de Lisboa na sua carta impolítica dirigida ao compadre de Belém*, escreveu José Joaquim Lopes de Lima. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1821, p. 4.

antes da mudança de sede:

Foi então o Brasil a tábua de refúgio, aonde se salvaram os foragidos restos do Luso Estado. Nessa época toda a Europa assombrada viu levantar-se no Novo Mundo um novo Reino, que por sua riqueza natural, por sua imensa vastidão, e magníficas circunstancias locais seria um dia o objeto da sua inveja, e do seu ciúme. O Gabinete de Lisboa nada mais tinha sido que o brinco da política das vizinhas Potências Europeias: o novo Reino apresentou (mesmo por sua localidade) um aspecto sobranceiro, e independente, que o tornou respeitável. O Brasil em fim mereceu de toda a Europa muito maior consideração política, do que Portugal jamais tivera.¹³⁴

Tal como nessa *Carta* o peso político do ano de 1808 voltaria a ser tema de um novo panfleto de Gonçalves dos Santos, agora, contra o autor de um artigo publicado no *Português Constitucional*, de 15 de dezembro de 1820. Nesse artigo, o autor identificado como “Senhor Lisboaeta”, preconizava o retorno do monopólio comercial entre Brasil e Portugal como medida benéfica para ambos os hemisférios. Na *Resposta analítica a um artigo do Português Constitucional em defesa dos direitos do Reino do Brasil*, Gonçalves dos Santos interrogava o “Senhor Lisboaeta”:

Como assim? Pondo tudo como estava em 1807. Isto em bom português quer dizer volte o Brasil a ser colônia nossa. Já é tarde, meu Amigo, já não há forças, que façam girar a roda em movimento contrário, tenha paciência, ela há de continuar o seu moto na mesma direção, que recebeu da Poderosa Mão de Sua Majestade, quando sendo Príncipe Regente aportou à Cidade da Bahia, e nela assinou no dia 29 de Janeiro de 1808 o imortal Diploma da abertura dos Portos do Brasil, e da franqueza do comércio com as Nações Estrangeiras, que estivessem em paz com a sua coroa, cujo Diploma foi de novo confirmado, e ampliado no Rio de Janeiro pelo Decreto de 18 de Junho de 1815 depois da Paz Geral. O Brasil, Senhor Lisboaeta, tendo a felicidade de passar de morcego a papagaio não volta mais a transformar-se em morcego, ou em coisa pior ainda do que morcego.¹³⁵

Como se pode notar, a transferência da Corte para o Brasil era o principal ponto de divergência na história recente dos reinos. O que para uns era sinônimo de decadência, para outros representava um salto de prosperidade, a superação de um passado identificado como “colonial”. Gonçalves dos Santos apelava à manutenção do curso de um processo de transformação política e econômica iniciados no Brasil a partir de 1808. Para tanto, estabelecia uma analogia entre a pretensão de retomada do exclusivo

¹³⁴ *Carta que em defesa dos brasileiros insultados escreve ao sacristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do compadre do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1821, p.7

¹³⁵ *Resposta analítica a um artigo do Português Constitucional em defesa dos direitos do Reino do Brasil. Por um fluminense*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1821, pp. 5-6.

comercial com o giro de uma roda em certa direção e a tentativa frustrada de obstá-lo. E mais, realizava um curioso contraste entre épocas distintas, operando a ideia fantasiosa de uma mutação envolvendo um morcego – animal de hábitos notívagos, hematófago e de visão reduzida – e um papagaio – ave de hábitos diurnos, de plumagem colorida e que, quando ensinada, arremeda a fala humana. Ora, se na opinião do panfletário o Brasil era feliz por “passar de morcego a papagaio”, talvez estivesse usando esta metáfora para representar a superação de uma época de privações, também identificada como “colonial”, para um novo regime de liberdade e de comércio franco. De todo modo, para Gonçalves dos Santos a constitucionalização do reino do Brasil não deveria contrariar os progressos já conquistados devendo-se conciliar os anseios de ambos os lados do Atlântico.

Esta também era a perspectiva do *Revérbero Constitucional Fluminense*, antes de se converter em um dos principais portavozes da independência política do Brasil. Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, seus redatores, defenderiam a manutenção dos vínculos dos lusoamericanos com os “irmãos de Portugal” apelando para a construção de argumentos históricos que mostrassem a comunhão de interesses entre europeus e americanos. No *Discurso* em que se comemoraram os acontecimentos do dia 15 de setembro de 1820 na cidade de Lisboa (data da adesão desta cidade ao constitucionalismo), seus redatores trazem à lembrança os acontecimentos do ano de 1640, quando se pôs fim à União Ibérica. Segundo o periódico tratava-se de “duas épocas” que se eternizavam nos “Anais da Monarquia”. Na primeira, havia sido “um só o grito de toda a Nação acordando do letargo de 60 anos de cativeiro, para responderem às aclamações da Capital, quando se proclamava libertada do estrangeiro jugo”. Já na segunda época, também era um só o brado de todos, pois “a eletricidade do Liberalismo” havia se propagado “nos corações dos Portugueses de ambos os mundos, porque a todos chegara a opressão” e “todos sentiam a mesma desgraça”.¹³⁶ E por isso, na visão do *Revérbero*, se o curso dos acontecimentos tinham conduzido os “irmãos” portugueses a dividirem igualmente os momentos de dificuldades, não seria no presente dispensada a oportunidade de compartilharem os bens de um sistema constitucional:

Nesta época brilhante, em que somos libertos, podendo deixar aos nossos filhos uma herança mais rica, do que a que havíamos recebido de nossos Pais, qual será o Português Constitucional, que não veja um Europeu, como seu verdadeiro Amigo, como seu Irmão, que o ajuda no adiantamento da sua felicidade e que rompera os diques da sua, por tantos

¹³⁶ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo I, nº I – 15 de setembro de 1821, pp. 9-10.

Não obstante, perspectivas como a do *Revérbero* que procuravam acomodar os diferentes anseios de Portugal e Brasil em torno de um mesmo projeto constitucional não seriam duradouras. A conjuntura política sofreria grande reviravolta após a promulgação dos decretos das Cortes de Lisboa no segundo semestre de 1821. A partir desse momento, se intensificariam as críticas à política das Cortes e suas supostas intenções recolonizadoras. Alguns resultados práticos desta oposição seriam colhidos ao longo dos primeiros meses de 1822. Primeiro, com o movimento do Fico e a expulsão das tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora, em janeiro e fevereiro respectivamente; em seguida a criação de um Conselho de Procuradores das Províncias, também em fevereiro; e por fim a convocação, em junho, de uma Assembleia Constituinte e Legislativa no Brasil, o que efetivamente deixava o caminho aberto para a projeção de um país independente.

No próximo capítulo, trataremos, portanto, da fase decisiva do processo de independência, na qual o discurso emancipacionista ganha força se nutrindo de outras experiências históricas coevas, bem como reorientando a leitura do passado português na América.

¹³⁷ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo I, nº I – 15 de setembro de 1821, p. 35.

CAPÍTULO 3:

A EMANCIPAÇÃO COMO A “VERDADEIRA CAUSA DA NAÇÃO”

De palavras não gosto, sou rapaz ainda, ao ancião reverente deixo o prazer de falar imenso, o que pretendo, e quero em pouco o digo:

Moço, e Robusto Coroa eu quero: Farto, e Rico, Ordem pretendo: Governo seguro com meta marcada terei tranquilo: Da Europa enrugada da doce amizade os laços estimo: De suas férreas lanças com pau ferro embotarei as pontas: Da paz beatifica os mimos louvo: Da crua guerra medo não tenho.

Disse e de Orellana ao Prata o corpo estirando, o galhardo Mancebo adormeceu tranquilo, e ao eco do resson, que primeiro soltou, o Orbe tremeu; ficou em paz o Mundo.¹

O *Brasil*, jornal que circulou no Rio de Janeiro em meados de 1822, por meio de uma linguagem alegórica comparava a postura autonomista do Reino lusoamericano à de um índio gigante que despertava para o Mundo. Embora transparecesse simplicidade, um “gentil mancebo, no rosto alegre, na presença amável”, esse personagem tinha o corpo feito das riquezas do país, o tornando mais forte e capaz: seus cabelos “eram de ouro fino”, os olhos “de brilhantes”, o peito “de Platina”, os braços “de duro ferro”, as pernas “de metais ignotos, e tudo ornado de Rubis, Esmeraldas e outras gemas”. A imagem do herói destemido se completava, ainda pelos ícones guerreiros, como o “carcaz” cheio de “flechas” que se achava aos seus pés.² Sob tal descrição, o herói indígena, que representava o Brasil, se mostrava bem diferente do Gigante “sem braços, nem pernas”, incapaz e dependente de Portugal como supunha o compadre de Lisboa, autor do panfleto que insultava os habitantes do reino lusoamericano, conforme visto no capítulo anterior.³

Aqui, pelo menos três aspectos chamam atenção: o primeiro está relacionado à dimensão temporal da metáfora do despertar do gigante. Há uma nítida diferença geracional em torno da figura de um Brasil jovial, rico, forte e propenso a se desenvolver cada vez mais, frente a uma velha Europa, representativa, mais especificamente, de um Portugal decadente, rancoroso e disposto a guerrear para manter seu antigo domínio. Em segundo lugar, salienta-se o apreço pela manutenção dos laços de amizade entre os Reinos, desde que a reivindicada autonomia fosse garantida. Ou seja, não se tratava, ainda, de um antagonismo em termos da criação de uma nova nação, mas sim de justificar

¹ *O Brasil*, s/d [1822], p. 2.

² *Ibidem*, p. 1.

³ *Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia*, Reimpresso no Rio de Janeiro, Tip. Real, 1821.

o novo papel que o Brasil deveria ocupar dali pra frente, com a reunião de um governo próprio.⁴ Por último, a caracterização de suas fronteiras naturais, de um “corpo” que se estendia de “Orellana ao Prata” – referência às regiões limítrofes Norte e Sul – servia para legitimar os contornos territoriais sob os quais se sustentaria a soberania do Reino. Argumentos esses, semelhantes aos encontrados no *Manifesto* de D. Pedro aos Povos do Reino, lançado em 1º de agosto de 1822, cuja escrita é atribuída a Joaquim Gonçalves Ledo:

Não se ouça pois entre vós outro grito que não seja – UNIÃO – do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco, que não seja – INDEPENDÊNCIA – Formem todas as nossas Províncias o feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar. Desapareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer Província, ou de qualquer Cidade. Deixai, ó Brasileiros, que escuros blasfemadores soltem contra vós, contra Mim, e contra nosso Liberal Sistema injurias, calúnias, e baldões: lembrai-vos, que se eles vos louvassem – o Brasil estava perdido. – Deixai que digam que atentamos contra Portugal, contra a Mãe Pátria, contra os nossos benfeitores; nós, salvando os nossos direitos, punindo pela nossa justiça, e consolidando a nossa Liberdade, queremos salvar a Portugal de uma nova classe de tiranos.⁵

Ambos os discursos derivavam do amadurecimento das repetidas manifestações vocalizadas pelos panfletos e periódicos fluminenses contrários às decisões do Congresso de Lisboa sobre o Brasil. Até a abertura das polêmicas em torno dos decretos das Cortes – vale lembrar, responsáveis pela organização dos governos provinciais, tal como pela exigência de retirada do príncipe –, durante boa parte de 1821, o que se pode notar é um esforço dos constitucionalistas do Rio de Janeiro para se alinharem ao processo que era entendido como de regeneração política da nação portuguesa. Conforme abordado no segundo capítulo, as disputas políticas no espaço lusoamericano foram impulsionadas pelas adesões provinciais, a formação das juntas de governo provisórias, os processos eleitorais para representantes nas Cortes e as lutas em favor da efetivação da liberdade de imprensa. Em meio a esse processo de aproximação de Portugal e Brasil em torno de uma mesma causa constitucional procurou-se salientar nos discursos políticos os fundamentos

⁴ Chiaramonte chama atenção para o fato dos líderes dos movimentos independentistas do início do oitocentos ignorarem o conceito de nacionalidade no momento de organização das novas nações, na verdade encararam a questão em termos contratualistas, próprios aos fundamentos jusnaturalistas da política do período. José Carlos Chiaramonte, “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”, in István Jancsó, *Brasil: Formação do Estado e da nação*, São Paulo: Hucitec, 2003, p. 90.

⁵ Manifesto de Sua Alteza Real O Príncipe Regente Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil aos Povos do Reino, 1º de agosto de 1822, saído no *Correio do Rio de Janeiro*, Nº 96 (8 de agosto de 1822), p. 413. (grifos do original)

históricos da comunhão de interesses entre portugueses europeus e americanos. No entanto, as leituras do passado da colonização portuguesa da América propiciaram a atribuição de feições específicas ao Brasil, potencializando as futuras reivindicações de direitos recíprocos entre duas partes da nação.⁶ Nesse sentido, o surgimento de visões antagônicas sobre as formas de organização constitucional levariam ao esgarçamento das relações entre os membros da “mesma família” portuguesa. À medida que se esgotavam as soluções conciliatórias, as interpretações sobre as tendências da época para a “liberdade” e a “emancipação” das colônias ganhavam impulso entre os publicistas fluminenses, redefinindo o próprio eixo propulsor da regeneração política.

Neste capítulo, propomos analisar como esse processo de crítica ao modelo de reforma constitucional das Cortes de Lisboa, entendido por alguns lusoamericanos como prejudicial aos interesses do Brasil e favoráveis aos de Portugal, ensejou uma reconfiguração do campo discursivo, aprofundando as alterações das estruturas temporais da experiência da história verificadas anteriormente. Foi fundamentalmente no momento de precipitação da Independência que as posições entre colonos e metropolitanos foram mais claramente criadas, chegando-se ao ponto das contradições ensejadas pela politização dessas identidades apontarem para o caminho da separação política entre os reinos.⁷ Não obstante, esta não foi a única saída para a crise, tampouco estimulada de pronto. Como temos visto, a defesa da manutenção da integridade da monarquia preservando-se os interesses de duas partes da nação portuguesa foi reiteradamente tema abordado na imprensa da época. Todavia, na medida em que as particularidades do reino lusoamericano eram sublinhadas, seu caráter autônomo passava a ser visto como inevitável.

No cerne dessa reconfiguração discursiva encontramos usos de certos conceitos de movimento (tais como: regeneração, revolução, emancipação, retrogradação e recolonização) que estruturaram justificativas históricas fosse da garantia de direitos recíprocos entre as partes da nação portuguesa, ou da separação política de uma dessas

⁶ Cristiane Alves C. dos Santos, *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*, São Paulo, FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 2010. (capítulo 2)

⁷ Parte da historiografia tende a enxergar no momento da Independência o acirramento e politização das relações entre colonos e metropolitanos já em gestação desde meados do século XVIII, contudo essa perspectiva enseja certa visão teleológica do processo histórico, bem como carece de respaldo documental. Sobre as diferentes abordagens historiográficas acerca da questão das identidades políticas à época da independência do Brasil, conferir: Fernando Novais, “Condições da privacidade na colônia”, in: Laura de Mello e Souza (org.), *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*, São Paulo, Cia das Letras, 1997, pp. 13-39; Em outro sentido: João Paulo G. Pimenta, “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”, *Almanack Braziliense* n.03, São Paulo, maio, 2006.

partes. Cabe mencionar, que esse processo de reconfiguração discursiva ancorou-se em fatos concretos, senão definitivos, inegavelmente de uma importância vital. A permanência de D. Pedro no Rio de Janeiro após a volta de seu pai para Portugal tornou-se fator essencial da defesa de um reino com capacidade de manter as províncias unidas em torno de um centro comum de poder executivo, apoiado por representação legislativa oriunda dessas províncias. Nesse sentido, convém recuperar a ponderação feita por João Paulo Pimenta acerca da “perspicaz observação de Sérgio Buarque de Holanda de que, no Brasil, as aspirações de independência e unidade não nasceram juntas e, por longo tempo, não caminham de mãos dadas”; segundo Pimenta, embora seja válida em linhas gerais, esta observação não deve ser tomada como regra, “pois as aspirações de independência e de unidade são construídas em um mesmo processo histórico que traz em si várias alternativas atreladas a fatores que não eram inexoráveis”.⁸ Ao mesmo tempo, essa dimensão particular à desestruturação do Império português na América articulava-se a uma dinâmica mais geral conformadora de um *espaço de experiência revolucionário moderno*, no qual os partícipes do processo político lusoamericano poderiam se inspirar e remodelar novos horizontes de expectativas; dentre os quais, a manutenção da integridade de um reino encabeçada pelo herdeiro da coroa portuguesa, embora estivesse envolvida de uma aura de singularidade histórica, alimentava-se de um “passado-presente positivo” no qual os Estados Unidos e a América espanhola vinham demonstrando uma suposta inevitabilidade da ruptura política com a Europa.⁹

3.1. Os decretos das Cortes de Lisboa e a reconfiguração do campo discursivo

As notícias, que há pouco nos chegaram de Lisboa tem produzido uma fermentação tão grande, e tão geral nos ânimos dos habitantes desta Cidade, que é muito para requear ocasionem desordens de não pequena monta. Estavam eles convencidos de que abraçando a causa de Portugal nada perderiam da sua representação política, nem das vantagens que lhes trouxera o estabelecimento da Monarquia no seu seio; antes ganhariam muito, não só pela reforma dos males, que são inerentes a um Governo Despótico, e absoluto, como também pela aquisição de novos direitos civis, e políticos, e sobretudo pela faculdade inapreciável de serem governados por Leis, que eles mesmos houvessem de fazer por via de

⁸ João Paulo G. Pimenta, *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*, 2ª Ed. São Paulo, Editora Hucitec, 2006, pp. 191-192. A observação de Sérgio Buarque de Holanda aqui referida se encontra em: “A herança colonial – sua desagregação”, Sérgio B. de Holanda (dir.), *História geral da civilização brasileira* t.II v.1: O processo de emancipação, São Paulo, Difel, 1962, p.09-39.

⁹ João Paulo G. Pimenta, *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*, São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de Livre Docência), 2012. pp. 30-31

seus Representantes.¹⁰

As notícias de que falava o *Despertador Brasiliense*, manifesto atribuído ao desembargador Francisco de França Miranda, diziam respeito aos decretos das Cortes de Lisboa aprovados na sessão parlamentar de 29 de setembro e promulgados em 1º de outubro de 1821. Um dos decretos tratava basicamente da regulamentação das juntas provinciais estabelecendo suas atribuições e determinando a eleição dos membros do governo civil, tal como instituindo o posto de Governador de Armas a ser nomeado diretamente pelas Cortes. Sob esse novo arranjo institucional, os governos provinciais civis e militares ficariam sujeitos ao reino peninsular, o que na prática esvaziava a autoridade da Regência no Rio de Janeiro. O outro decreto exigia o retorno imediato do príncipe D. Pedro para Portugal e recomendava que ele passasse a viajar por Espanha, França e Inglaterra acompanhado de pessoas de “luzes, virtudes e adesão ao sistema constitucional”. Esses decretos ganharam publicidade na Corte através da *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, no dia 11 de dezembro de 1821.¹¹

O propósito do *Despertador* era incentivar a pronta resistência aos decretos, sobretudo convencer D. Pedro que a opinião pública era contrária à sua retirada do Rio de Janeiro. Além de testemunhar o estado de agitação dos habitantes da capital enfatizava a frustração das expectativas deles, que consistiam principalmente na garantia da representatividade política do reino lusoamericano, tal como na manutenção das vantagens políticas adquiridas após o estabelecimento da nova sede da monarquia em 1808. A seu ver, a realização das reformas constitucionais deveria caminhar em comum acordo com as instituições criadas no Brasil. Para tanto, advogaria a ideia de uma monarquia dual, tornando-se de extrema necessidade a permanência do príncipe em terras lusoamericanas.¹² Naquela nova conjuntura, o passado e o futuro do Brasil ganhavam novos contornos:

Eu sei que todos estes males se não hão de verificar de súbito, e neste momento já. Eu sei que o Soberano Congresso não pode desconhecer a

¹⁰ *O Despertador Brasiliense*, [dezembro], 1821.

¹¹ *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, Nº 23, (11 de dezembro de 1821).

¹² Ana Cristina da Silva aborda os fundamentos da proposta de duplicidade das assembleias legislativas e da vigência de dois centros de poder executivos simultâneos e correspondentes, como vieram a defender os deputados eleitos na América, sobretudo após o ingresso dos deputados de São Paulo. Ana Cristina Fonseca Nogueira da Silva, “Nação federal ou Nação bi-hemisférica? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o ‘modelo’ colonial português do século XIX”, *Almanack Braziliense*, nº 9, maio de 2009, pp. 68-83. Ver também: Ana Cristina Araújo, “Um Império, Um Reino e uma Monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”, in: István Jancsó (org.), *Independência: História e Historiografia*, São Paulo, Ed. Hucitec, 2005, p. 235-270; Márcia R. Berbel, *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822)*, São Paulo, Hucitec, 1999.

mínima circunspecção, e cautela, como que se deve tratar um Povo grande e brioso, que teve a fortuna de sair do cativeiro para o estado de emancipação, que provou os benefícios dela, e que não consentirá, por quanto haja, em retroceder jamais na sua carreira política. Eu sei em fim que o há de assustar o exemplo da América Espanhola. Entretanto não posso deixar de confessar que os passos, que se vão dando a nosso respeito, não parecem tender a outro fim senão ao que receamos.¹³

Para o *Despertador*, o Brasil já havia tido “a fortuna de sair do cativeiro para o estado de emancipação”. Uma referência à carta de lei do príncipe regente D. João, de 16 de dezembro de 1815, a qual elevava a colônia lusoamericana à condição de Reino. Nesse sentido, afirmava que o Príncipe era “o único apoio que restava às nossas esperanças, a única sombra do que fomos, e o único centro que era ou podia ser do Poder Executivo neste vasto Continente”.¹⁴ Seguindo esse raciocínio tornavam-se nítidas duas épocas distintas para os lusoamericanos: uma que recebia a pecha de “cativeiro” e se estendia por todo o período de colonização portuguesa da América e outra, decorrente da “emancipação” do Reino, ou seja, do período em que o Brasil havia conquistado certo grau de autonomia em relação a Portugal. Insistamos um pouco mais nessa diferenciação. A afirmação do *Despertador* de que o Príncipe era a “única sombra do que fomos” remete a esse período mais recente da história do Brasil, momento no qual uma parcela dos lusoamericanos viam abrir-se um novo caminho político, mas que, por ocasião dos decretos das Cortes, temiam “retroceder”. Em outras palavras, enxergavam naqueles procedimentos a intenção de os reduzirem “ao seu antigo jugo, e ao odioso estado de Colônia”.¹⁵ Sendo assim, a imagem do retrocesso se construía em torno da negação desse passado, tido por superado, mas cujo movimento ameaçador vinha a se sobrepor às expectativas positivas de futuro. Simultaneamente, os exemplos das experiências recentes da desagregação da América Espanhola são evocados a fim de dar concretude ao cenário político vindouro, caso não fossem tomadas providências contra os decretos.

As noções de “emancipação” e “retrocesso” também foram os eixos centrais da argumentação de “um filopátrio”, autor do panfleto *O Brasil indignado contra o projeto anticonstitucional sobre a privação de suas atribuições*, publicado provavelmente próximo ao dia do Fico.¹⁶ O panfletário argumentava que o Brasil, assim como qualquer colônia, seguia um curso natural de desenvolvimento das “Nações” que, à semelhança do

¹³ *O Despertador Brasiliense*, [dezembro], 1821, p. 1.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Ibidem*, p. 3.

¹⁶ Lúcia M. B. P. das Neves, *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência*, Rio de Janeiro, Revan/ Faperj, 2003, p. 293.

homem considerado individualmente, passava por transformações em suas leis, formas de pensar e relações sociais correspondentes a cada um dos estágios da vida: “infância”, “mocidade completa”, e “velhice”. Nesse sentido, seria impossível conter, ou fazer retroagir as transformações produzidas com o tempo: “é preciso que as Leis atendam a esta mudança, porque sem uma igual contemplação perdem o seu respeito, e bem longe de desempenharem o seu objeto fazendo ilesa a prosperidade dos povos, farão a sua desgraça, ou os obrigarão a que eles por si mesmos organizem o plano de seu regulamento.”¹⁷ Tal como o *Despertador Brasiliense*, enxergava no momento de passagem da Corte para a América, a época de amadurecimento do Brasil. Para o “filopátrio”, “era impossível que a emancipação do Brasil não despertasse um grande ciúme nessa parte da Nação, que viu mudar-se o Trono, e a residência do Soberano para o nosso Hemisfério.”¹⁸

O autor do panfleto se inspirava claramente nas teorias que prognosticavam a possibilidade de antagonismos entre colônias e metrópoles levarem à independência política da América. Suas principais referências, nesse sentido, eram os autores franceses abades Raynal e De Pradt, cujas interpretações vinham ganhando força no cenário político lusoamericano naquele momento.¹⁹ Convém destacar que a própria posse do conhecimento desses autores era reivindicada como prova de um avanço no estágio civilizacional dos lusoamericanos. O “filopátrio” testemunhava a circulação dos escritos de Raynal e De Pradt, bem como de outros autores europeus, desde antes do período de efervescência da imprensa. Afirmava que os escritos filosóficos dos “Mablys, dos Raynaes, dos Rousseux, dos Volneys, dos Dupradts, dos Simonides” eram “introduzidos pelas brechas feitas nas barreiras coloniais, [e] circulavam pelas mãos dos Brasileiros”. Queixava-se que apesar do contato “com os Parnys, com os Humboldt, com os Dreys, [...] seus Irmãos do antigo Hemisfério ainda os consideravam como uma Tribo estúpida,

¹⁷ *Brasil indignado contra o projeto anticonstitucional sobre a privação das suas atribuições, por um Filopátrio*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1822, p. 3.

¹⁸ *Ibidem*, p. 4.

¹⁹ Cristiane dos Santos faz um levantamento dos jornais que evocaram a autoridade do abade De Pradt por citações diretas e indiretas, entre 1821 e 1822. Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p.133. Sobre a importância das leituras desses autores franceses à época da independência ver: Marco Morel, “Independência no papel: a imprensa periódica.”, in: István Jancsó (org.), *op cit*, 2005, pp. 617-646; João Paulo G. Pimenta, “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”, *Almanack Brasiliense*, São Paulo, nº 11, maio de 2010 pp. 90-91. Cabe destacar ainda, o prefácio de Luciano Figueiredo, que acompanha a tradução de: Guillaume-Thomas François Raynal, *A Revolução da América*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993; e o prefácio de Berenice Cavalcante que acompanha a tradução de: *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Brasília, Universidade de Brasília, 1998.

inteiramente privada das primeiras espécies da Literatura, e com a mais decidida negação para as ciências”. Nesse sentido, seria um equívoco dos portugueses europeus classificarem “os Brasileiros na hierarquia dos macacos”, pois há tempos já se viam as obras daqueles autores “nos gabinetes da mocidade, nos dos homens do campo, e do Comércio bibliotecas escolhidas”.²⁰

Em mais de uma passagem de *O Brasil indignado contra o projeto anticonstitucional*, o uso do conceito de “emancipação” parecia associar-se a certa perspectiva de progresso, nesse sentido, assumindo um caráter de guia do movimento histórico. Em parte, a leitura do processo histórico realizada nesse panfleto, tal como em outros escritos da época, pautava-se no universo de ideias associadas às teorias da independência dos autores franceses Raynal e De Pradt; não obstante, ancorava-se num conjunto de narrativas históricas nas quais o espaço lusoamericano vinha adquirindo maior centralidade desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Uma nova geração de intelectuais vinha se debruçando sobre o passado português a fim de compreender e dar sentido às grandes transformações políticas do Império, das quais, as mais recentes, ocorridas após 1808, suspeitavam ser das mais importantes. Ao que tudo indica, se mostrava urgente enredar os últimos acontecimentos ao conjunto mais amplo de narrativas históricas portuguesas, levando em consideração o novo patamar alcançado pelo espaço lusoamericano; talvez por isso propalava-se com tanto entusiasmo suspensão do “Antigo Sistema Colonial” com a abertura dos Portos e a elevação do Brasil a Reino, em 1815, tal como se destacava as transformações urbanas da capital fluminense e a abertura de novas rotas de comunicações e comércio entre regiões naquele período.²¹

O “filopátrio” advogava a ideia de que quando o Brasil recebeu de D. João a “carta de sua emancipação” ao atravessar o Atlântico em direção à América, o país já possuía as condições necessárias para gozar de uma nova posição política, pois “há muito tempo” já havia saído “do estado de infância” e “tinha por consequência entrado na época de sua maturidade”. Nesse sentido, alertava os portugueses europeus da necessidade de não irem contra aquela nova situação, porque obedecia a uma ordem natural das coisas; mas mais do que isso tinha suas vistas voltadas ao futuro:

Povos da Europa, se vós quereis conservar vossas colônias do novo mundo, não espereis que elas quebrem pela força os laços da infância, em

²⁰ *Brasil indignado contra o projeto anticonstitucional sobre a privação das suas atribuições...* p. 5.

²¹ Giorgio de Lacerda Rosa, *A suprema causa motora: o providencialismo e a escrita da História no Brasil (1808-1825)*, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto (dissertação de mestrado), 2011, p. 52. Ver também: Bruno Diniz Silva, *Da restauração à regeneração: linguagens políticas em José da Silva Lisboa*, Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto (dissertação de mestrado), 2010.

que vós as retendes; fazei cair de suas mãos estas cadeias odiosas, e uni-vos com elas por uma mútua felicidade: nenhum [dos Povos da Europa] se lembrou em fim de considerar esta emancipação como um golpe desta política [sistema colonial], que se levanta acima do seu tempo, e vai ver no seio das idades futuras a marcha dos Impérios.²²

Nesse discurso, conceber “emancipação” como um golpe na antiga política colonial sugere uma representação do fim de uma era e abertura de uma nova. Essa imagem é reforçada, ainda, pelo uso da expressão “se levanta acima do seu tempo”, para assim, “ver no seio das idades futuras a marcha dos Impérios”. Ora, aqui se pode observar como é do futuro que se obtém as respostas sobre o curso do movimento histórico, e não do passado, que perde força explicativa ao se revelar desgastado por um sistema que se pretende superar. Ademais, havia um segundo elemento explicativo a tecer o fio condutor do movimento histórico: o uso de um discurso providencialista.²³ Para o panfletário, a mudança da Corte para o Brasil era mais do que a resolução das circunstâncias ameaçadoras vivenciadas por Portugal, refém do jugo francês, consistia na interferência divina para transformar as relações coloniais:

[...] a Providência suprema reguladora dos destinos das Monarquias não quis que se mostrasse a causa principal, quero dizer, a necessidade de se mudar, ou de se destruir o sistema colonial estabelecido no Brasil, sistema mui impróprio de suas forças físicas, e morais, mui contrário à opinião geralmente concebida, e vulgarizada pelas diversas classes do povo, e já tão insuportável, que se continuasse a existir seria motivo de grandes males. O Brasil via com indignação, bramindo de raiva, os imensos recursos, que a Natureza lhe havia dado para o elevar à altura das Potências mais respeitáveis; via a balança de suas transações mercantis já toda propensa para a sua parte [...]; e diante dos seus passos via barreiras erguidas por aqueles mesmos, que deviam mostrar o maior interesse pelo progresso de sua prosperidade; via leis de Comércio exclusivas, bastões de ferro, planos de morte para a indústria, e para o entorpecimento das artes; em uma palavra sentia o peso de uma mão opressora que o violentava estar como um menino em seu berço, ou debaixo das carrancudas vistas de um tutor devorado de ciúme pelas riquezas, e pelos talentos, que descobria no seu pupilo.²⁴

Em geral, a evocação da providência divina, funcionava como um artifício

²² *Brasil indignado contra o projeto anticonstitucional sobre a privação das suas atribuições...* p. 4.

²³ Guillermo Zermeno sublinha que a história Universal ou filosofia da história do início do século XIX fundamentadas nas noções de civilização e progresso, coexistiram, tal como foram compatíveis com uma linguagem providencialista. G. Zermeno Padilla, “Historia, Experiencia y Modernidad en Iberoamérica, 1750-1850”, en: J. Fernández Sebastián (dir.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol. I, Madrid, Fundación Carolina/SECC-CEPC, (doravante: *DPSMI*) 2009, p. 562. Ver também: Giorgio de Lacerda Rosa, *op. cit.*; Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*

²⁴ *Brasil indignado contra o projeto anticonstitucional sobre a privação das suas atribuições...* p. 5.

retórico de persuasão do público de que fatos eram resolvidos em favor do Brasil. Nesse caso particular, ainda que a realidade imediata da passagem do rei para a América não indicasse a destruição do sistema colonial e sim a preservação da integridade da monarquia, era a visão de fundo na qual se situava aquele evento que permitia identificar a convergência de fatos para a superação da condição colonial. A interpretação fundada na ideia de um plano superior que conhecia e organizava o sentido da história, sugere que a transferência da Corte não era fruto do acaso. Ao contrário, o tempo presente era indício de uma transição para um novo tempo que seguia inescapavelmente para a superação de um fenômeno histórico de longo prazo, o sistema colonial. Ademais, a ação da providência não excluía a agência humana, esta era compreendida numa chave de co-responsabilidade com a visão global da ação superior. Ou seja, na medida em que Portugal impunha barreiras à prosperidade do Brasil, era necessário que os lusoamericanos as rompessem. Nesse sentido, o “peso de uma mão opressora” não poderia durar por muito mais tempo.²⁵

Definitivamente os partícipes do processo político eram unânimes em identificar a transferência da Corte (1807-1808) como um impactante marco nas relações entre Portugal e Brasil, em que este assumia uma nova dignidade histórica.²⁶ Tal evento proporcionava a abertura para uma inédita aceleração da experiência da história no mundo lusoamericano. Assim, os publicistas fluminenses insistiriam em demonstrar que o “Brasil [estava] em marcha” e que “não [poderia] retroceder”.²⁷ Em uma *Carta histórico-política-militar dirigida a certo redator refutando completamente a doutrina do nº 49 do Semanário Cívico da Bahia*, Raimundo José da Cunha Matos, atacaria a concepção “ultra-Constitucional Lisboense” do redator do *Semanário Cívico*, em que dizia ser o Brasil pouca coisa sem Portugal. Cunha Matos defenderia a possibilidade de convivência de dois centros de poder executivo e legislativo no seio da nação portuguesa tentando provar

²⁵ Em estudo sobre o pensamento político de Alexis de Tocqueville, Marcelo Gantus Jasmin afirma que o recurso à Providência, viabilizava, pelo menos do ponto de vista teórico, a compatibilidade entre a ação política livre e responsável no presente e os resultados de longo curso apreendidos *a posteriori* pela análise historiográfica. Tomando por base essa observação, percebemos que a linguagem providencialista compartilhada pelos protagonistas da independência do Brasil também reservava espaço fundamental à intervenção humana na construção do futuro, nesse sentido o providencialismo não era incompatível com o desenvolvimento de um conceito de história no qual a ação do indivíduo tornava-se preponderante na narrativa. Marcelo G. Jasmin, *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência política*, 2ª ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, IUPERJ, 2005, pp. 151-176. (capítulo 8 – Providência e História).

²⁶ João Paulo G. Pimenta y Valdei L. de Araujo, “História – Brasil”, en: J. Fernández Sebastián (dir.), *DPSMI*, 2009, p. 598.

²⁷ *Brasil indignado contra o projeto anticonstitucional sobre a privação das suas atribuições...* p. 16.

que o Brasil, desde 1807, encontrava-se em um estágio de desenvolvimento histórico e material suficiente para “representar dignamente no meio das Nações livres do Universo”. Nesse sentido, passa a descrever a recepção feita ao monarca lusitano pelos pernambucanos, baianos e fluminenses, sempre guarnecidos de tropas “brasileiras”. A autonomia militar e financeira do Brasil são os eixos principais da narrativa de Cunha Matos. Cita auxílios do reino americano a Portugal depois da Restauração e a falta do mesmo apoio ao Brasil, quando precisou “esmagar a hidra revolucionária” que tomara conta de Pernambuco em 1817. Ademais, sugere que a sustentação da ocupação de Montevidéu com despesas próprias faziam do Brasil um reino autônomo na defesa dos seus interesses. Sendo assim, conclui:

Parece-me que fica demonstrado que se o Brasil no ano de 1807 se achava nas circunstâncias de figurar mui dignamente entre as Nações do Mundo como Estado Livre Independente, capaz de se defender, de conquistar, e de ter no seu Seio o Soberano, e uma numerosa Família Real, também agora por muito mais fortes razões do aumento da sua população, e agricultura, estabelecimentos literários, força física, e moral das suas Tropas poderá representar dignamente como Nação livre, Soberana, absoluta, e independente entre as mais ilustres potências do Universo, muito principalmente achando-se ligado ao Reino de Portugal também livre, Soberano, absoluto, e independente, e vivendo sujeito ao mesmo excelso Monarca, e na sua ausência a seu Augusto filho primogênito e herdeiro Regente deste Reino do Brasil, e nele Lugar Tenente imediato à Sua Pessoa.²⁸

Aqui, a autonomia do Brasil ainda é pensada no seio da nação portuguesa. A acentuação das capacidades do reino lusoamericano figurar como “Nação livre, Soberana, absoluta e Independente” não são, ainda, incompatíveis com a identidade portuguesa; porém assinalam um nível de especificidade histórica, da qual emergiriam antagonismos políticos crescentes, em que o temor de perda da autonomia do reino, seria o ponto de convergência entre os grupos situados na Corte. Conforme Gladys Sabina Ribeiro, a julgar pelas razões de todos os envolvidos no processo político que levaria à independência, não podemos considerar nem uns nem outros como absolutistas. Sem dúvida, sublinha Ribeiro, “todos os grupos que pugnaram pela emancipação eram liberais, embora os negociantes pudessem praticar um liberalismo com conotação mais econômica que política e os grupos vinculados ao abastecimento pudessem defender um liberalismo

²⁸ *Carta histórico-política-militar dirigida a certo redator refutando completamente a doutrina do nº 49 do Semanário Cívico da Bahia*, (Por R. J. C. M.). Rio de Janeiro, Tipografia de Santos e Sousa, [datada de 01 de março de] 1822, p. 15.

com viés mais político porque desejavam espaços de poder”.²⁹ Segundo a autora, grosso modo, a aproximação ocorrida por ocasião do Fico, entre o grupo liderado por José Bonifácio e seus adversários mais radicais, liderados por Joaquim Gonçalves Ledo, se romperia a partir da convocação do Conselho de Procuradores e se aprofundaria a partir da discussão sobre aclamação do Imperador com o compromisso prévio com a Constituição.³⁰

Como se sabe a articulação do Fico foi o resultado de um esforço conjugado de protagonistas políticos das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Ainda que no interior desse arranjo político coexistissem diferenças, a perspectiva de resistência aos decretos das Cortes, tal como a possibilidade de construção de soluções políticas em torno da figura do príncipe animavam os envolvidos. Em outras palavras, a despeito das lideranças que vieram a participar diretamente do movimento, como Frei Francisco Sampaio e José Joaquim da Rocha, membros do Clube da Resistência, e outras que guardaram maiores reservas, como Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, convém ressaltar que a permanência do príncipe seria defendida nos meses seguintes pela maioria dos envolvidos no jogo político da Corte; simultaneamente, a busca por influência sobre a pessoa real na tomada de decisões seria bastante disputada.³¹

²⁹ Gladys Sabina Ribeiro, “Nação e cidadania no jornal *O Tamoio*. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823”, in G. S. Ribeiro, *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*, São Paulo, Alameda, 2008, p.37-63.

³⁰ Há uma determinada vertente historiográfica que identifica dois principais grupos em disputa na cena pública do Rio de Janeiro. Sob o ponto de vista dessa vertente, alguns pertenceriam a uma “elite coimbrã” composta por indivíduos com formação acadêmica em Coimbra e geralmente articulados à administração do Estado. Por isso, esses indivíduos se mostrariam mais comprometidos com a concepção reformista da ilustração portuguesa, que havia projetado a ideia de um Império Luso-brasileiro. Em contraposição aos membros dessa “elite coimbrã”, de acordo com essa vertente historiográfica, estariam os membros de uma “elite brasiliense” composta de indivíduos nascidos no Brasil, geralmente sem formação universitária, vinculados ao comércio de abastecimento ou possuidores de cargos inferiores na administração; ademais, essa “elite brasiliense” se utilizaria dos veículos impressos para defender reformas constitucionais mais radicais e o separatismo como forma de ascender politicamente. Essa polaridade, pensada nesses termos, tem origem direta na obra do historiador José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem: elite política imperial*, Brasília, Ed. UNB, 1981; tal como no artigo de K. Maxwell, “A geração de 1790 e a ideia de um império luso-brasileiro”, in *Chocolates, piratas e outros malandros. Ensaios Tropicais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, p. 158-207; Tese incorporada entre muitos autores, por Lúcia M. B. P. das Neves, *op. cit.* e Roderick J. Barman, *Brazil. The Forging of a Nation, 1798-1852*, California, Stanford University Press, 1988. Embora essa taxonomia seja, ainda, bastante recorrente na historiografia da independência uma das principais críticas a esta perspectiva é o fato de desconsiderar a provisoriedade das posições políticas características daquele processo. Uma boa avaliação crítica dessa tendência historiográfica pode ser encontrada em: Gladys S. Ribeiro, *op. cit.*; Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 65-68.

³¹ Alexandre Mansur Barata demonstra como no interior da loja maçônica liderada por Gonçalves Ledo, não havia consenso quanto à permanência ou não do príncipe D. Pedro. Nesse sentido, o autor afirma que de fato a maçonaria constituiu-se num espaço privilegiado de discussão e de articulação política, mas também num espaço de confronto entre diferentes projetos políticos. Definitivamente, nem a maçonaria ou o chamado “grupo liberal” formavam um corpo homogêneo de posições. Alexandre Mansur Barata, *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil 1790-1822*, Juiz de Fora,

Se do lado dos membros da sociedade política da Corte, o Fico significou um passo importante na preservação de interesses, do lado das tropas da Divisão Auxiliadora comandadas pelo general Jorge de Avilez não se pode dizer o mesmo. As tropas portuguesas viam naquela atitude do príncipe um desafio à autoridade do Congresso de Lisboa. No dia 11 de janeiro, se insurgiram contra D. Pedro e exigiram que retornasse para Portugal. No entanto, o príncipe recebeu apoio das tropas lusoamericanas e de cidadãos armados que fizeram a Divisão Auxiliadora recuar e passar para o outro lado da baía alojando-se na Praia Grande; de onde embarcaria no dia 15 de fevereiro em direção à Europa por ordem do Regente. A partir daquele momento, ficava proibido o desembarque de quaisquer tropas portuguesas nos portos da capital. Ademais, após o Fico sobreveio uma série de medidas com o fim de reorganizar a autoridade pública no Rio de Janeiro e com isso fortalecer a figura de D. Pedro em oposição à política das Cortes. Ainda em janeiro, um novo ministério encabeçado por José Bonifácio foi empossado e em maio, proibiu-se a execução de qualquer decreto das Cortes sem a aprovação do príncipe. Antes, porém, em 16 de fevereiro, decidiu-se pela convocação de um Conselho de Procuradores-Gerais das províncias com a função de atestar a aplicabilidade, no Brasil, das leis aprovadas em Portugal; órgão este, muito aquém dos anseios de participação política nutridos por alguns membros dos agrupamentos políticos do Rio de Janeiro, por isso alvo de críticas de uma parcela da imprensa da época.³²

Nos meses seguintes, a oposição às Cortes de Lisboa acirrou-se ainda mais, com os publicistas fluminenses desconstruindo as falas dos deputados portugueses nas sessões parlamentares na tentativa de provar as suas supostas intenções recolonizadoras deles.³³

Ed. UFJF, São Paulo, Annablume, 2006, pp. 212-213. As nuances entre os grupos políticos do Rio de Janeiro também são discutidas, numa perspectiva diferente, por Renato Lopes Leite. Para esse autor, o Fico implicou na redefinição de estratégias de uma parcela dos liberais que anteriormente lutaram por estreitar os laços com as Cortes de Lisboa. Com a permanência do príncipe no Brasil figuras como Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e João Soares Lisboa, enxergavam na construção de uma Constituinte própria no Brasil a única forma de zelar pela igualdade e autonomia entre Brasil e Portugal. Renato Lopes Leite, *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 95.

³² Entre críticas ao formato do Conselho de Procuradores e a necessidade de fazê-lo ao menos funcionar, podemos citar *A Malagueta*, N°s 8 (fevereiro), 16 e 17 (13 e 16 de abril) de 1822.

³³ Vários periódicos transcreviam as sessões das Cortes ou mesmo trechos de discursos de algum deputado com o objetivo de realizar comentários críticos. Dentre os que reservaram espaço para os debates parlamentares com relativa regularidade, estão: *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Espelho*, *A Malagueta*, *O Correio do Rio de Janeiro*, *O Papagaio* e o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Este último, por exemplo, após transcrever um discurso do deputado Manoel Fernandes Tomás, se propõe a “mostrar como [aquele] aproveita a maioria de votos de Portugal que nesta e nas outras Províncias de propósito se favoreceu porque era antigo o plano da nossa recolonização, e tinha e tem grandes Patronos, até mesmo entre os nossos Patrícios, procuraremos fazer evidente se é em Portugal, ou se é no indispensável Congresso Brasileiro que devemos buscar o remédio dos nossos males, e se a Constituição, que há de reger os Povos do Brasil, deve ser feita lá, ou cá”. *Revérbero Constitucional*

Ao mesmo tempo, o constitucionalismo mantinha-se como perspectiva dominante na imprensa, mas deslocava-se progressivamente das queixas e elaboração de representações enviadas ao Congresso para a necessidade de assentar entre os membros da “família brasiliense” uma nova aliança política.³⁴ Entre abril e junho de 1822, foi realizada uma intensa campanha em periódicos e panfletos a favor da reunião de representantes provinciais do reino lusoamericano numa Assembleia Constituinte própria capaz de, juntamente do Príncipe, representante legítimo do poder executivo, sustentar a integridade territorial do Brasil e renovar as bases da regeneração da nação portuguesa.

Enquanto isso, no Congresso de Lisboa a chegada das bancadas dos deputados baianos, em dezembro de 1821, e paulistas, em fevereiro de 1822, movimentaria os trabalhos parlamentares, fomentando debates e polêmicas em torno de novas propostas sobre as relações entre Portugal e as províncias do Brasil. Mais especificamente, a proposta do deputado baiano Cipriano Barata de suspensão da discussão sobre a Constituição até que as demais bancadas lusoamericanas ingressassem no Congresso e, a partir disso, a rediscussão de tudo o que havia sido aprovado sem a presença dos parlamentares ausentes, trazia subjacente a ideia de uma nação fundada nos princípios de pacto político negociado entre as diferentes partes do Império; portanto, contrariava a noção abstrata de nação una e indivisível como defendiam alguns deputados. A despeito do isolamento da proposta de Barata, que não foi posta em discussão – talvez por receio da maioria dos deputados adeptos dos princípios de indivisibilidade da nação de que se reabrisse desgastante debate em torno de questões aparentemente já resolvidas – cabe destacar que tal proposta orientou a atuação da maioria da bancada baiana no sentido de defesa da autonomia provincial e de reivindicação das Bases da Constituição no que se referia ao respeito às opções das províncias para a composição do pacto nacional.

Fluminense, Tomo I, Nº XXVI, 7 de maio de 1822, p. 310.

³⁴ Quando em 23 de maio o Senado da Câmara do Rio de Janeiro apresentou a Representação ao príncipe pedindo uma Assembleia Constituinte no Brasil, José da Silva Lisboa na parte XIV de sua *Reclamação do Brasil* voltou-se contra a proposta dizendo que seria um plano contrário ao procedimento de *Petição* e reivindicação de direitos junto às Cortes de Lisboa. Em torno desse tema foi criada uma polêmica em que Silva Lisboa colocou-se em campo oposto a uma parcela da imprensa fluminense que defendia a convocação da Assembleia no Brasil; dentre os quais, o *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro* foram alguns dos antagonistas mais ferrenhos à opinião da *Reclamação do Brasil*. Sobre a insistência de Silva Lisboa em continuar a Representar às Cortes de Lisboa a reivindicação de direitos do reino e não tomar uma decisão como a convocação de um Assembleia própria, *O Papagaio* afirmava o seguinte: “Ou Portugal concorda ou não com o nosso procedimento: no primeiro caso temos adiantado os nossos negócios; mas no segundo não teríamos perdido o tempo em Representações inúteis, que haviam sempre de acabar pelo mesmo que temos feito?”. Ver: *O Papagaio*, Nº 5, 7 de junho de 1822, p. 18. Quanto à expressão “família brasiliense” encontra-se no: *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo I, Nº XI, 22 de janeiro de 1822, p. 133.

Segundo Márcia Berbel, os baianos então conseguiram transformar a defesa regional que marcava a atuação dos deputados pernambucanos em projeto político de caráter federalista.³⁵

Já com o ingresso da bancada paulista, em fevereiro de 1822, o conteúdo das discussões do Congresso alterou-se significativamente. Até ali, a tônica das intervenções de boa parte dos representantes provinciais lusoamericanos tocava na necessidade de manutenção da autonomia provincial, dispensando-se de um centro de decisão no reino do Brasil; em outros termos, não se comprometiam com a defesa da Regência de D. Pedro, como passaria a ocorrer a partir de 1822 na imprensa fluminense. Munidos do documento *Lembranças e Apontamentos do Governo da Província de São Paulo para os seus deputados*, de autoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, os representantes de São Paulo, liderados pelo irmão mais novo de Bonifácio, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sustentariam a construção de um sistema constitucional de governo que abarcava os anseios de autonomia provincial, mas associado à manutenção do Reino do Brasil sob a Regência de D. Pedro; portanto, defenderiam a delegação do poder real sem ameaçar a unidade nacional. Esse projeto permitiu o alinhamento de deputados pernambucanos, baianos e paulistas, em torno de um programa comum sobre as questões do Brasil, o que efetivamente não havia ocorrido até aquele momento.³⁶

No Rio de Janeiro, o tom das reclamações contra os decretos das Cortes de Lisboa subia cada vez mais, difundindo-se as supostas ideias de pretensões recolonizadoras e de uma política despótica contra o Brasil. O clima de tensão era agravado ainda, pela posição dúbia da junta provincial mineira em relação à Regência; por vezes, o governo provisório de Minas Gerais dava mostras de um autonomismo radical, no qual o descontentamento com as Cortes não necessariamente resultava em alinhamento com os articuladores da base de sustentação da autoridade de D. Pedro junto às principais províncias do centro-sul. A “relativa indiferença” da junta mineira quanto à partida do príncipe para a Europa, bem como as críticas ao papel a ser desempenhado pelo Conselho de Procuradores naquele novo contexto, fizeram com que D. Pedro tomasse o caminho em direção à Vila Rica, em 25 de março.³⁷ O impasse em Minas Gerais seria resolvido com a deposição da

³⁵ Márcia R. Berbel, *op. cit.*, p. 124.

³⁶ *Ibidem*, pp. 128-129.

³⁷ Wlamir Silva, “Entre un diestro nauta y ciertos espíritus traviesos: la Independencia en la provincia de Minas Gerais (1821-1824)”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 09 abril 2013, consultado em 10 de agosto de 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/65297>; Ver também: Iara Lis Carvalho Souza, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. São Paulo, UNESP, 1999, pp. 237-256.

antiga junta e a ordem para eleições de uma nova, com isso a autoridade de D. Pedro era reconhecida, tal como esta experiência política passava a servir como base para o projeto de unidade em torno da sua figura. O êxito da viagem a Minas, concluída em 27 de abril, como sublinhou Lúcia Neves, “representou um novo alento” para os grupos políticos residentes na capital do Reino, pois com a adesão dos mineiros ampliava-se a base de sustentação da autoridade do príncipe, bem como resultaria no aumento das pressões para a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil.³⁸

Proposta esta que, desde o dia 22 de abril ganhava impulso nas páginas de um dos mais radicais periódicos fluminenses, o recém-criado *Correio do Rio de Janeiro* de João Soares Lisboa. Em seu número 11, após realizar um relato em memória do massacre da Praça do Comércio do ano anterior, e dizendo-se preocupado em preservar o governo dos males do despotismo, lança o famoso grito de “já, já, já, Cortes, Cortes, Cortes”, comentado em outros jornais e transformado em marco da campanha pela Assembleia Constituinte no Brasil:

Concidadãos, a nossa Liberdade está em perigo, nosso risco é iminente, o remédio deve ser pronto e legal; temos o mais Legítimo de todos os Legítimos Poderes Executivos, na pessoa de Nosso Regente; não podemos dispensar-nos de ter o Legislativo; só gozando os mesmos Direitos e Liberdades que gozam nossos Irmãos de Portugal, podemos conservar com eles união; só assim seremos como eles felizes; seja uma a voz de todos e representemos ao Nosso Regente que queremos por que precisamos já, já, já, Cortes, Cortes, Cortes.³⁹

Aqui, João Soares Lisboa deixa claro que o poder Legislativo próprio seria a única forma de igualar os habitantes do Brasil em termos de direitos e liberdades com os portugueses peninsulares. Em publicação posterior, em 10 de maio, o *Correio do Rio de Janeiro* acusaria os representantes do “Soberano Povo Português” de, por uma “ilusão indesculpável”, destruírem a Soberania Nacional “na intuição de consolidá-la”; pois atentavam contra a “Soberania do Brasil” e solapavam os alicerces da representação, arruinando “o edifício que com tanto risco levantaram”, podendo ficar “sepultados debaixo do mesmo templo da Liberdade”. As atitudes do Congresso em relação ao Brasil eram lidas como atos de hostilidade que punham em risco a própria Constituição. Por isso, na visão do periodista era imprescindível formar um Congresso que representasse a “Soberania do Brasil” e pugnassem por seus “naturais e imprescritíveis direitos”. Sob esta proposta de um novo arranjo institucional, o “Soberano Congresso Brasiliense” entraria

³⁸ Lúcia Maria B. P. das Neves, *op. cit.*, pp. 339-340.

³⁹ *Correio do Rio de Janeiro*, Nº 11, 22 de abril de 1822, p. 44.

em negociação com o “Soberano Congresso Luso, e longe de pretender domínio, ou superioridade sobre Portugal, lhe oferece[ria] aquilo mesmo, que este agora lhe denega[va]”. Para o *Correio do Rio de Janeiro*, a convocação de Cortes no Brasil era o instrumento necessário para “salvar-se a Nação”.⁴⁰

À época, uma sequência de fatores contribuiu para aumentar as pressões pró-constituente. Circulava na capital do reino um artigo do *Correio Brasiliense* de fevereiro de 1822 de grande repercussão, inclusive, com transcrições no *Revérbero* e no *Correio do Rio de Janeiro*.⁴¹ Nesse artigo, Hipólito da Costa, que gozava de grande prestígio entre os demais escritores fluminenses, acusava as Cortes de pretenderem reduzir o Brasil ao “seu antigo estado de dependência de Portugal” retroagindo-o “de sua dignidade de Reino”.⁴² Outro importante documento a movimentar a cena pública fluminense era o *Parecer da Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil* apresentado em sessão parlamentar de 18 de março, cujo conhecimento na Corte se deu logo no início de maio. Nesse *Parecer* uma série de medidas paliativas eram sugeridas com o objetivo de apaziguar os ânimos e queixas advindas das várias regiões do Brasil. Propunha que as juntas de fazendas, bem como os comandantes de Armas ficassem subordinados às respectivas juntas provinciais. Ademais, assumia a dívida passada do Brasil como responsabilidade de toda a Nação portuguesa, ao mesmo tempo sugeria que se discutisse e remetesse para o Rio de Janeiro, de imediato, o decreto com o esboço das relações comerciais com o Brasil. No campo político, a comissão cogitava conceber ao Reino lusoamericano um ou mais centros de delegação do poder executivo, porém insistia na abolição dos tribunais superiores. Não obstante o esforço e as “boas intenções” da Comissão, a forma como se referia aos escritores do Rio de Janeiro, chamando-os de “venais e desorganizadores” e a falta de compromisso com a manutenção da Regência, apenas cancelando provisoriamente o embarque do príncipe de volta a Portugal, gerariam grande desconforto, fazendo com que o debate político na Corte se agitasse.

Em maio, *A Malagueta* lançou editorial em que analisava ponto por ponto do parecer, assim como ofereceu um estado da arte da questão entre os periódicos do Rio de Janeiro. Criticava particularmente a *Gazeta do Rio de Janeiro* e o *Espelho* pela boa recepção dada ao Parecer, bem como avaliava positivamente a opinião do *Correio do Rio*

⁴⁰ *Correio do Rio de Janeiro*, Nº 27, 10 de maio de 1822, pp. 111-112.

⁴¹ A transcrição do artigo do *Correio Brasiliense* de fevereiro de 1822, ocupou as páginas do *Correio do Rio de Janeiro* Nºs 29, 30, 31 e 32 (respectivamente: 13, 14, 15 e 17 de maio de 1822) e no *Revérbero Constitucional Fluminense*, Nº 1 Extraordinário, 12 de maio de 1822.

⁴² Lúcia M. B. P. das Neves, *op. cit.*, p. 340.

de Janeiro, *Revérbero e Reclamação do Brasil*.⁴³ Nesse momento, corria paralela à campanha na imprensa a favor de uma Assembleia Constituinte no Brasil, uma movimentação junto ao Senado da Câmara da cidade para a concessão do título de *Defensor Perpétuo do Brasil* à D. Pedro, com o qual sua autoridade revestiu-se não exclusivamente do poder hereditário, mas da vontade dos habitantes do reino. Dias depois, em 23 de maio, o presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, entregou ao Regente uma *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, com data de 20 de maio, pedindo a convocação de uma assembleia geral das províncias. Nesse documento, acompanhado de mais de duas mil assinaturas, afirmava-se a necessidade da eleição de novos eleitores de paroquiais responsáveis por escolher os deputados, com poderes legislativos e constitucionais para adaptar ao Brasil a Constituição portuguesa. Essa *Representação* chamava atenção, entre outras coisas, pelos sinais ambíguos de defesa da unidade entre os reinos e de afirmação da tendência geral das colônias para a ruptura:⁴⁴

A independência, Senhor, no sentir dos mais abalizados Políticos é inata nas Colônias, como a separação das famílias o é na Humanidade; e a Independência assim modificada é de honra ao Brasil, é de utilidade a Portugal, e é de eterno vínculo para a Monarquia em geral. A Natureza não formou Satélites maiores que os seus Planetas. A América deve pertencer à América, a Europa à Europa; porque não debalde o Grande Arquiteto do Universo meteu entre elas o espaço imenso que as separa. O momento para estabelecer-se um perdurável sistema e ligar todas as partes do nosso grande Todo é este; desprezá-lo é insultar a Divindade, em cujos Decretos ele foi marcado e por cuja Lei ele apareceu na Cadeia do presente. O Brasil no meio de Nações independentes e que lhe falam com o exemplo da Felicidade, exemplo irresistível porque tem por si o brado da Natureza, não pode conservar-se colonialmente sujeito a uma Nação remota e pequena, sem forças para defendê-lo, e ainda menos para conquistá-lo. As Nações do Universo tem sobre nós, e sobre Ti os olhos; ou cumpre aparecer entre elas como rebeldes, ou como Homens livres e dignos de o ser. 'Tu já conheces os Bens e os Males, que Te esperam e a Tua Posteridade... Queres? ou não Queres? = Resolve, Senhor!'⁴⁵

A lógica argumentativa da *Representação* era muito próxima da operada pelos redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* naquele mesmo contexto. As alegadas intenções recolonizadoras dos portugueses estimulavam um rearranjo da interpretação do passado português na América. Como dito anteriormente, o Brasil vinha adquirindo feições históricas específicas, que se num primeiro momento haviam servido para

⁴³ *A Malagueta*, Nº 24, 11 de maio de 1822, pp. 97-103.

⁴⁴ Alexandre M. Barata, *op. cit.*, p. 216.

⁴⁵ *Representação que a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Constitucional, e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, dirige o Povo do Rio de Janeiro, pelo Senado da Câmara desta Corte*, Rio de Janeiro, Impressão de Silva Porto e Cia, 1822.

reafirmar os laços de união com Portugal, agora tornavam-se instrumentos essenciais para a politização de uma identidade brasileira em oposição à portuguesa. Nesse sentido, o *Revérbero* denunciava, com base na história das relações entre Portugal e Brasil, a falta de igualdade e justiça com que os dois reinos vinham negociando sua união até o presente momento:

Nós tínhamos abertas profundas chagas, gemíamos debaixo de uma dívida horrorosa, sofriamos todos os males provindos da escravidão de 300 anos, e da ruínosa administração que se lhe seguiu nos quatorze últimos, e nós não vimos uma só providência, uma só lei que nos respeitasse diretamente e nos produzisse o menor gênero de alívio, ou esperança. [...] Querem-nos unidos a eles; mas desunidos entre nós, mas perdida a nossa força moral, mas aniquilada a nossa representação política, mas envenenados os germens da nossa prosperidade; querem nos unidos, mas com aquela qualidade de união que há entre o Amo, e o Criado. São Liberais conosco, porque em quanto temeram a preponderância que nos davam as circunstâncias estabeleceram a Base 21, e quando se julgaram de cima, faltaram, perjuraram essa Base, decidindo da nossa sorte e da nossa prosperidade a seu bel prazer? [...] homens injustos para com os outros homens, Liberais que ocultam um desejo de conquista, e um sentimento de ciúme; Regeneração que conservam antipatias com cidadãos da mesma família, não tem verdadeiras idéias de liberdade.⁴⁶

A despeito do tom agressivo desse discurso, a perspectiva dos redatores era, ainda, a de tentar salvar a Nação, tal como havia afirmado o *Correio do Rio de Janeiro* em um de seus números. No que diz respeito à leitura do passado, sem dúvida a mobilização do *topos* “trezentos anos de opressão” ou “escravidão”, como aparece aqui, era um recurso discursivo essencial na denúncia das arbitrariedades cometidas ao longo do Antigo Regime, conferindo peso extremamente negativo ao processo colonizador.⁴⁷ Interessante notar é que mesmo os “quatorze últimos” não eram, por assim dizer, tão bem avaliados. Ao que parece a força do momento atual parecia ser chave para a construção de um novo pacto, que tinha pouco a ver com o peso do passado colonial, assim como com o último período, também carente da regularidade de um pacto político constitucional. Segundo Guillermo Zermeño Padilla, o tema dos 300 anos de opressão difundiu-se de muitas maneiras por todo o continente nas primeiras décadas do século XIX e se tornaria o slogan dos insurgentes americanos e “frase inscrita nas atas de independência”. Para Zermeño, a máxima desse “passado tri-secular” significou a “perda do seu caráter de exemplaridade, mostrando um estreitamento do espaço de experiência ao lado de um alargamento do

⁴⁶ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo I, Nº XXVI, 7 de maio de 1822, pp. 311-312.

⁴⁷ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 107.

horizonte de expectativas, em termos políticos e sociais”.⁴⁸ Cristiane Alves dos Santos, acrescenta que a mobilização desse *topos* associando-o ao discurso da recolonização, possibilitaria justificar uma alternativa de separação política dos reinos, apoiando-se entre outros fatores, numa leitura processual dos acontecimentos históricos.⁴⁹

Em outro número do *Revérbero*, no qual se examina o Parecer da Comissão Especial das Cortes, de 18 de março, as diferenças entre Brasil e Portugal se dilatavam. Uma narrativa fundamentada na crença das potencialidades do “novo” articulava um deslocamento espaço-temporal. Nesse sentido, a máxima do Abade De Pradt: “Pertença a América à América, e a Europa à Europa”, que apareceria também na *Representação do Povo do Rio de Janeiro*, tornava-se operativa para incriminar qualquer sistema de comércio que pudesse inferir algum tipo de retorno ao antigo monopólico comercial estabelecido pelas nações europeias com suas colônias americanas; como queria fazer crer o *Revérbero*, seria o objetivo das Cortes de Lisboa. Mas, além disso, a sentença do Abade De Pradt serviria para indicar que a América não estava destinada a ser apêndice das disputas entre as nações europeias e sim composta por nações livres, cujo olhar estava voltado para a paz e o comércio:

“Pertença a América à América, e a Europa à Europa” Esta sentença sublime e judiciosa do Apostolo da América, bebida sem dúvida na lição do imortal Penn, e de uma ortodoxia indisputável aos olhos de todos os Publicistas, que têm refletido sobre as Colônias, é heterodoxa, criminosa e venal aos olhos da Comissão especial; por isso dizem os seus membros que “o Príncipe deve voltar para um País, que faz parte do Sistema Europeu” aqui também se descobre a origem das futuras desgraças do Brasil, contra a vontade da Natureza, o enredará sempre nas guerras, que ali se sustentarem. [...] Não, o Brasil não tem interesse algum na partilha do Sistema Europeu; o seu interesse é indisputavelmente a Paz com todo o Mundo; não lhe convém inspirar desconfianças ao resto do Globo; o seu único fito deve ser o seu Comércio; o grande interesse das Nações à seu respeito, e o seu mesmo grande e verdadeiro interesse, é que os seus Portos sejam francos à todo o Mundo. Não precisamos de liga exclusiva com nenhuma das Potências, para com nenhuma nos enredarmos em disputas.⁵⁰

É latente nesse trecho a noção de pertencimento ao mesmo movimento histórico desdobrado no continente americano que havia levado à independência das Treze Colônias na América setentrional, mas, sobretudo aos conflitos separatistas na América hispânica. Cabe observar que as experiências políticas recentes de ruptura entre a América

⁴⁸ Guillermo Zerméño Padilla, “História, experiência e modernidade na América ibérica, 1750-1850”, *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº 7, maio de 2008, p.16.

⁴⁹ Cristiane Alves C. dos Santos, *op. cit.*, p. 110.

⁵⁰ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo I, Nº XXVII, 14 de maio de 1822, pp. 326-327.

e a Europa tinham entrada nos espaços públicos de discussão do reino lusoamericano através de escritos doutrinários e programáticos acerca dos destinos do Novo Mundo.⁵¹ As alternativas de futuro contidas nesses escritos adquiriram grande ressonância entre os publicistas que defendiam a autonomia política do Brasil, sobretudo quando os esforços pela manutenção da união entre os reinos mostravam-se cada vez mais desgastados naquela conjuntura.

Em performances discursivas que a atualização de projetos de futuro era nítida, em certa medida, manteve-se o uso do conceito de *regeneração* como expectativa de reformas constitucionais, ainda que não subordinadas às Cortes de Lisboa. O sentido positivo da mudança deslocava-se para o reino lusoamericano para a manutenção do príncipe D. Pedro como chefe do poder executivo aliado à integração das províncias, de onde viriam seus representantes regular o governo no exercício do poder legislativo. No entanto, quase sempre, operava-se com maior força o conceito de *emancipação*, que dava o tom de um processo mais geral de desenvolvimento das nações, do qual o Brasil fazia parte, embora, vale lembrar, a perspectiva de independência política não se processasse em termos de princípios de nacionalidade. Com o advento do decreto de 3 de junho, no qual D. Pedro aceitava o pedido dos procuradores gerais das províncias do Rio de Janeiro e da Cisplatina para a convocação de uma Assembleia Constituinte no Brasil, uma série de escritos saídos na imprensa da época revelariam o adensamento da sensação de mudanças políticas profundas, concomitante ao surgimento de um tempo novo.

3.2. A independência do Brasil e o espaço de experiência revolucionário

O Século presente, reassumindo todos os feitos da antiga historia, nos amplifica um vivo quadro, onde mostra retratadas recentes ações, talvez mais estupendas, e de caminho se lê a Política das Nações, sem dependência da fadiga, com que dantes para alcançarmos este conhecimento revolvíamos antigos escritores, cujas truncadas páginas mal nos ministravam confusas ideias, umas vezes pela sua desmarcada exageração, outras por menos exatas, e quase sempre pela redundância de períodos pouco enérgicos. Agora sim, já não carecemos admirar desconhecidos heróis, nem acontecimentos remotos, tendo a par de nós

⁵¹ João Paulo G. Pimenta. “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”, *Almanack Brasiliense*, São Paulo, nº 11, maio de 2010, p. 91. Neste artigo o autor recupera de maneira sintética textos que possibilitam abordar os processos de desestruturação dos impérios ibéricos na América de modo integrado. Trata-se, sobretudo, dos aspectos programáticos e doutrinários das teorias da independência de Raynal e De Pradt produzidos basicamente para a América hispânica, mas que justamente por seu caráter intrínseco à condição do sistema envolvendo Metrópole e Colônia foram incorporados às análises do mundo luso-americano na construção das alternativas de ação política nestes espaços.

contemporâneos, que excedem a meta do brio, e do valor, e immortalizam outros fatos mais gloriosos, que fazem êmulos para a imitação; mas se algum Povo sabe conceber essa louvável ambição, e com tudo se deixa sucumbir à dor de lhe não serem transmitidas as façanhas, que ensinam o Patriotismo; certamente é digno de lastima, porque não pode aperfeiçoar Cidadãos civilizados para bem fazer sua Nação.⁵²

Essa interessante avaliação sobre as características do “Século presente” realizada por Manoel Antonio Pacheco – habitante da vila de Sabará e autor da correspondência transcrita no *Espelho* – corrobora com a hipótese levantada acerca da ocorrência de uma *temporalização dos discursos políticos* em um *espaço de experiência revolucionário moderno*. Como temos procurado demonstrar, nos discursos dos partícipes do processo político em que se precipitou a independência do Brasil, o tempo histórico atuava simultaneamente como fator e indicador de mudanças políticas. Um dos sintomas da nova experiência do tempo se dava justamente pela percepção dos coevos da vivência de uma sucessão rápida de acontecimentos políticos em diferentes partes do mundo (mais especificamente, as revoluções constitucionalistas na Europa e a dissolução dos Impérios coloniais na América), cujo ineditismo e incertezas ensejadas no presente, interferiam diretamente nas formas de concepção do passado e do futuro. Ao afirmar que “o Século presente” reassumia “os feitos da antiga história” o correspondente do *Espelho* sugeria um ajuste de foco em relação às fontes de ensinamento da história. Do passado mais remoto, encontravam-se dificuldades em discernir exemplos que fossem úteis para o deciframento das circunstâncias atuais. Essa ideia era reforçada pelo contraste entre o vão esforço em revolver páginas truncadas de antigos escritores “tendo a par” de si os feitos de heróis contemporâneos, dignos dos “êmulos para a imitação” e de cujas façanhas ensinavam o “Patriotismo”, necessário para se lograr o bem estar da “Nação”. Ora, o “vivo quadro” do qual toma parte Antonio Pacheco corresponde indubitavelmente a uma visão contemporânea acerca do que concebemos como um *espaço de experiência revolucionário moderno*.

Não foram poucas as vezes que os protagonistas da independência do Brasil se inspiraram, ou simplesmente utilizaram como elemento comparativo os exemplos históricos mais próximos e disponíveis a eles. As notícias sobre as lutas de emancipação política advindas, sobretudo, do espaço hispanoamericano circularam pelos periódicos e panfletos da época e mesmo os documentos oficiais produzidos nas circunstâncias

⁵² O *Espelho*, Nº 41, 8 de abril de 1822.

decisivas do processo político fizeram referência ao processo histórico comum de superação da condição colonial da América. João Paulo Pimenta explica que, embora houvesse uma tendência em valorizar a experiência angloamericana como mais moderada, por ser capaz de resultar em ordem e estabilidade política, e transformar os eventos hispanoamericanos em paradigmas negativos num Brasil afeito à defesa dos princípios políticos tradicionais ameaçados na Europa e também na América (de certa forma, enxergando nesses eventos o prosseguimento dos passos da França, à época, vista como verdadeira fonte de crimes e monstrosidades), “a vizinhança do Brasil se converteria em uma referência ambígua, porque capaz de fornecer igualmente exemplos desejáveis de ruptura bem sucedida entre colônias e metrópoles”.⁵³ Pimenta afirma que, a partir de 1821 surgiram no curso da política lusoamericana os primeiros projetos verdadeiramente consistente e viáveis de ruptura entre Brasil e Portugal. Acrescentaríamos que entre o processo de críticas às Cortes de Lisboa e a campanha promovida na imprensa para a convocação da Assembleia Constituinte no Brasil; ao longo de 1822, esses projetos de ruptura ganhavam impulso ainda que os protagonistas do processo político insistissem em dizer que a “Causa do Brasil” não era contrária à nação portuguesa.

Para Pimenta, naquela conjuntura os Estados Unidos e a América espanhola se uniam, fornecendo um “passado-presente positivo”, no qual os lusoamericanos poderiam se inspirar. Nesse sentido, observa que termos como “*liberdade, América e revolução*”, devidamente politizados, matizados e alocados em outras referências identitárias mais especificamente brasileiras, revelam a dimensão discursiva do encadeamento de eventos iniciados décadas antes, e que agora compunha efetivamente uma unidade: *uma experiência revolucionária moderna*”.⁵⁴ Vejamos de passagem, alguns testemunhos coevos que ajudam a firmar essa tese. *O Papagaio* afirmava que: “O Brasil rodeado de Estados Independentes, que acaba[vam] de sacudir o jugo que há séculos os oprimia não pod[eria] deixar de ser arrastado no turbilhão”.⁵⁵ O mesmo periódico, em outra oportunidade observava: “Feliz mil vezes a nossa cara Pátria, que sendo a última a levantar o Estandarte da sua bem entendida Liberdade, tem por isso mesmo menos perigos a correr, e mais exemplos em que se instruir!”⁵⁶ Por sua vez, o *Correio do Rio de Janeiro*

⁵³ João Paulo G. Pimenta, *op. cit.*, 2012, p. 30.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 31. (grifos do autor)

⁵⁵ *O Papagaio*, Nº 2, 10 de maio de 1822, p. 8.

⁵⁶ *O Papagaio*, Nº 8, 6 de julho de 1822, p. 29.

afirmava que não seria necessário grandes conhecimentos políticos para “conhecer a tendência da América a uma confederação republicana”. A seu ver, davam conta disso os documentos de reconhecimento por parte dos Estados Unidos da América às independências da Colômbia, México, Chile e Buenos Aires. A este respeito acrescenta: “deste vastíssimo Continente só resta o Brasil com diferente Governo, e os Portugueses tanto senão mais amantes da liberdade como os Outros Povos só trocaram a ventura de serem Republicanos por outra maior, a de Constitucionais”.⁵⁷ Já em setembro, depois de declarada a independência, o autor de uma *Memória para perpetuar a gratidão dos Brasileiros e Portugueses compatriotados no Brasil*, referindo-se aos deputados das Cortes de Lisboa como adeptos de um “despotismo constitucional”, que supostamente trabalhava para a “Recolonização”, lança o seguinte questionamento: “Receberia o Brasil a Lei daquela mãe rigorosa, que dos seus *grandes* e dos seus *nobres* lhe destinava tão odiosos presentes, e isto enquanto o exemplo dos nossos vizinhos nos instigavam a que sacudíssemos o jugo?”⁵⁸

Esses testemunhos corroboram com a observação de João Paulo Pimenta, de que em meio à *experiência revolucionária moderna* “a experiência hispanoamericana se destacava, por ser mais recente do que outras a ela semelhantes (resultado da sensação de aceleração do tempo), e também por irradiar-se de zonas geograficamente mais próximas ao Brasil do que quaisquer outras.” Em síntese, a proximidade “no tempo e no espaço” entre a América espanhola e o Brasil, entre outras coisas, os tornavam espaços politicamente convulsos e partes de um mesmo processo histórico.⁵⁹ Vejamos, agora, como a convocação da Assembleia Constituinte foi recebida em alguns jornais da época. É interessante notar que a convocação da Constituinte engendrou mudanças discursivas no sentido de tornar ainda mais concreto a alternativa da emancipação política sob a perspectiva de alinhamento a um processo histórico mais geral de desenvolvimento das colônias americanas.

Em junho, Pedro da Silva Porto e Manuel Ignácio Ramos Zuzarte lançam um novo periódico intitulado *O Macaco Brasileiro*. Logo em seu primeiro número, traçam uma comparação entre a relação de subordinação de um filho ao pai, tal como do Brasil a Portugal. Na visão do periódico, este último deveria “concorrer para aumentar a Glória

⁵⁷ *Correio do Rio de Janeiro*, Nº 54, 17 de junho de 1822, p. 222.

⁵⁸ *Memória para perpetuar a gratidão dos Brasileiros e Portugueses compatriotados no Brasil*, (Por A. de A. B), Rio de Janeiro, Tipografia do Diário, 1822, p. 10.

⁵⁹ João Paulo G. Pimenta, *op. cit.*, 2012, p. 31.

do Brasil e ser como o Pai, que se revê no adiantamento de seu filho”. Já estaria provado que o reino lusoamericano tinha “assaz os recursos em si mesmo, sem, rigorosamente falando, depender a sua felicidade do Velho Tejo”. Não obstante, haveria um “desgraçado símile” entre o que ocorria no âmbito das relações entre países, com “o capricho dos Pais” que impediam os filhos de se emancipar.⁶⁰ Nesse sentido, afirma:

As leis, vendo até que ponto se levavam estes escandalosos Processos de pilhas de impedimentos dos Pais aos Filhos, [...] tem aligeirado a marcha das tais emancipações, e os estorvos de mal entendido respeito, Senhoril mais: que Paternal. Porém os Ditames ou Leis da Natureza, pruindo no Coração dos Homens pelos seus Direitos, os tem feito reclamados, sacudindo a opressão; porém com remédios violentos físicos, ou morais mais, ou menos; e bem como quando, para se tirar das garras de uma mão fechada, e avara a coisa agarrada, se vai abrindo, dedo, a dedo, com custo, ou jeito; forçosos, mas necessários.⁶¹

A imagem transmitida nesse trecho do discurso era a de uma resistência avarenta por parte de Portugal à emancipação do Brasil, entendida como uma situação natural, própria de seu desenvolvimento material e histórico, não sendo possível conter-lhe o ânimo; na verdade, o *Macaco Brasileiro* defende que Portugal poderia até mesmo desfrutar daquela nova situação concorrendo para a autonomia política do Brasil. O uso das expressões “se revê no adiantamento de seu filho”, bem como “tem aligeirado a marcha das tais emancipações” compõem o quadro de um movimento temporal transformador; não obstante que poderia levar a um desgastante esforço para ambos os lados.

Um traço novo em relação ao uso do conceito de *emancipação* no contexto de convocação da Assembleia Constituinte refere-se à condição de autodeterminação do reino lusoamericano; ou seja, da proeminência na tomada de suas próprias decisões em relação ao futuro. Como vimos em outros discursos, os anos de 1808 e 1815 eram apropriados como marcos de um tipo de emancipação concedida por D. João VI, ou mesmo, resultante de uma ação providencial que fazia coincidir a transferência da Corte com o momento histórico de superação do antigo sistema colonial. Esse aspecto renovador das performances discursivas que, agora, sublinhamos, pode ser notado no número seguinte do *Macaco Brasileiro*, quando o periódico manifesta satisfação pela convocação de Cortes: “Vai, ó Brasil ter a tua Constituição de ti mesmo; és independente;

⁶⁰ *O Macaco Brasileiro*, N° 1, 1822, p. 3

⁶¹ *Ibidem*, pp. 3-4

os Povos quiseram, e o nosso Príncipe não tem outrem mais Constitucional!”⁶² Ora, sublinhar essa posição ativa do reino em relação ao seu futuro era fundamental na definição de uma igualdade de posições para a construção de um novo pacto social, fosse ele a regeneração política da nação portuguesa, fosse a criação de um novo Império. Sob esse ponto de vista, se fazia necessário a atualização da cronologia dos fatos políticos marcantes do processo histórico de autodeterminação:

O Dia 3 deste mês de Junho é o maior Dia, para o Brasil, e deve ser Magno Aniversário; é o dia Natalício da sua Regeneração-Política; foi quando estalou o elo da corrente da dependência servil e colonial; foi quando o Cancro se desarraigou do Corpo do Gigante; foi o Dia, em que se selou o Dia 13 de Maio [dia em que D. Pedro aceitou o título de Defensor Perpétuo do Brasil]. De que serviriam todos os nossos esforços, para conseguir o nosso bem ser, se não fosse o nosso Reino do Brasil livre, e independente, como o de Portugal? De que servia renascer, se o livravam as fachas opressoras, e as mantilhas renovadas?⁶³

Aqui, uma série de termos, expressões e metáforas conformavam a construção de uma perspectiva de futuro renovadora. Além de considerar o dia 3 de junho como “o dia Natalício da Sua Regeneração-Política” destaca-se a imagem da quebra de correntes como superação de uma situação de “dependência servil e colonial”. Outra representação que chama atenção é a do “cancro” (um mal que afeta todo um organismo, sinônimo de câncer) se desarraigando do “Corpo do Gigante”, referência à larga extensão do reino lusoamericano. Ao que parece, essa era mais uma forma de se referir à superação do sistema colonial. Grosso modo, todas essas imagens conformavam a ideia de um esforço particular do Brasil para se igualar a Portugal e gozar dos mesmos direitos, tal como os filhos em determinado momento da vida, por si próprios emancipavam-se dos pais. O significado dessa emancipação, contudo, insistiriam os redatores, poderia resultar no bem de Portugal. Nesse sentido, recorriam-se mais uma vez às diferenças de gerações:

Grande, e rica Família Brasileira, o dia chega para serdes o que a Natureza demonstra: um Império; O Brasil é como o Filho, que tocando à idade de tomar Estado, separasse do Pátrio lar, casa-se e forma um casal: embora leve a mal o interesse de seu Pai esta deliberação, e este fato; o tempo cura estes arrufos, e os congratula: a caduquez se avizinha, e o arrimo filial socorrerá a desfalência Paternal.⁶⁴

O Papagaio, por sua vez, no número 6, de 12 de junho, afirmaria que a convocação da “Assembleia Luso-Brasiliense” era a melhor forma de garantir a parcela de Soberania

⁶² *O Macaco Brasileiro*, N° 2, 1822, [p. 8]

⁶³ *Ibidem*, p. 7

⁶⁴ *O Macaco Brasileiro*, N° 6, 1822, [p. 23]

que o reino do Brasil tinha direito, bem como a base sobre a qual erigiria a sua “Independência”, que a “Natureza marcara, e que já estava de posse”; a convocação da Assembleia poderia representar um passo decisivo para a união com Portugal: “assegurar a felicidade deste Reino, manter uma justa igualdade de direitos entre ele, e o de Portugal, sem perturbar a Paz, que tanto convém a ambos, e tão própria é de Povos Irmãos”.⁶⁵ O propósito do *Papagaio* era demonstrar que aquele ato não significava, ainda, inimizade ou dissidência com Portugal. Nesse sentido, no mesmo número, publicaria seus comentários sobre o *Tratado de Cordova, firmado entre o Vice Rei D. João O Donojú e Iturbide, chefe do Exército Imperial Mexicano*; documento que havia sido publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro* e transcrito no *Papagaio* antecedente.⁶⁶ O periódico chamava a atenção do público para a importância daquele Tratado, tal como para as notícias posteriores sobre o processo político mexicano, por considerar instrutiva a comparação entre o “sistema político da América” e a situação do Brasil.

Segundo o *Papagaio* a América Espanhola dava mostras em toda a sua extensão da “dificuldade que havia em receber da Metrópole o necessário impulso para o andamento de seus negócios”. Afirmava que a renúncia de sua independência (cujo sentido era dúbio no discurso, às vezes entendida como a livre capacidade para administrar seus próprios bens, outras como simplesmente separação política), representava ao mesmo tempo a renúncia à sua felicidade. Explicava que a “Metrópole” criava obstáculos à independência de suas colônias e inventava “mal fundados ou injustos direitos”.⁶⁷ Nesse sentido, haveria uma tendência da Espanha promover dissensões internas na América hispânica. Porém, o México, através do Tratado que se apresentava, conseguia contornar aqueles obstáculos. A fórmula encontrada pelos mexicanos era a instalação de uma Regência e a reunião de Cortes. Frente esse quadro, o *Papagaio* propunha a comparação:

Voltemos porém as vistas para o Brasil, comparemos os quadros de ambas as Nações: e que descobrimos? Os mesmos motivos que produziram a independência da América Espanhola, e a necessidade do mesmo recurso. [...] será a reunião desta Assembleia coerente ou oposta a felicidade de toda a Monarquia Portuguesa? [...] Que será do Brasil retalhado em tantas pequenas Repúblicas, quantas as suas Províncias, e encravado em Potência independente, em uma Potência que pode obrar com rapidez porque tem em si a mola real da ação e do movimento, em uma Potência já respeitável quando escrava, e formidável agora vitoriosa

⁶⁵ *O Papagaio*, N° 6, 12 de junho de 1822, p. 23

⁶⁶ *O Papagaio*, N° 5, 7 de junho de 1822, pp. 19-20

⁶⁷ *O Papagaio*, N° 6, 12 de junho de 1822, p. 23

e livre?⁶⁸

A comparação encaminhada pelo *Papagaio* aproximava realidades que, a despeito de suas particularidades revelavam uma condição histórica comum de opressão colonial como sublinharam os defensores das independências. Nesse sentido, o empenho dos hispanoamericanos em superar sua condição colonial era um exemplo positivo dos processos de independências na América Espanhola. O aspecto negativo, geralmente vinculado a estas comparações dizia respeito aos riscos de dissidências internas acarretarem guerras civis. Porém, no discurso do *Papagaio* a perspectiva de reunião de Cortes no Brasil afastava a ameaça de seu “retalhamento” em pequenas repúblicas, assim como garantia o impulso necessário para provar que a “causa” pela qual os lusoamericanos lutavam seria “a verdadeira causa da Nação”:

As vantagens, e ao mesmo tempo a justiça deste sistema [constitucional próprio], estão autenticadas pela opinião geral Americana, e pelo consenso não só da antiga Espanha, porém da Mestra das Nações, da Inglaterra a respeito dos Estados Unidos: caminhemos pois firmes e direitos na estrada que em 9 de Janeiro nós abrimos; concorram todas as Províncias para o complemento de tão grande edifício Político; seja por todas elas imitado o nosso procedimento do dia 23 do corrente; funde-se no Brasil o novo Império Constitucional Lusitano; que Portugal rasgando um dia a espessa névoa em que o interesse, a ignorância, ou a teima de alguns o tem envolvido, conhecerá a nossa justiça, conhecerá que a nossa causa é a verdadeira causa da Nação; ele virá ter conosco, virá agradecer o nosso Patriotismo, será recebido em nossos braços, e terá em demonstração da nossa fraternal estima o sacrifício de nossas vidas e fazendas para o ajudarmos e defendermos.⁶⁹

Com a criação de uma Assembleia Constituinte no Brasil a aplicação de um discursivo emancipacionista, voltado para a justificativa da autodeterminação política do reino, encontraria caminho fértil para se desenvolver. Numa das *Reflexões* de exaltação do decreto de 3 de junho o *Revérbero* declara:

Não faltarão sem dúvida quem nos taxe de visionários e exagerados, lobrigando tantos bens por este Decreto, que as presentes e futuras gerações respeitarão como instrumento de verdadeira grandeza deste vasto e abençoado Continente; não faltarão inimigo da nossa Causa, ou inimigo da verdade, da razão e da justiça, que nos cubra de impropérios e de maldições, vendo baralharem-se todos os planos de antigo cedido monopólio Colonial; [...] o Brasil se remontará pelo sistema Constitucional, com tanto afínco abraçado, já o põe a salvo dos tiros que lhe assesta a desesperação; e a nobreza, com que agora se ergue à face das Nações, promovendo por si mesmo a sua necessária emancipação, que o Congresso pretendia fazer retrogradar contra todas as leis da

⁶⁸ *O Papagaio*, N° 6, 12 de junho de 1822, p. 24

⁶⁹ *Idem*.

*Natureza e da Política é um solene desmentido às inventivas com que os Escritores de Portugal nos pretendem apoucar [...]*⁷⁰

Tal como o *Macaco Brasileiro* e o *Papagaio*, também o *Revérbero* enxergava na Assembleia Constituinte particular do Brasil, a melhor forma de assegurar a soberania do reino. A partir dos meses seguintes, a imagem de um novo Império ganharia força efetivamente, apesar da perspectiva de união com Portugal não se extinguir por completo. Entre agosto e outubro, quando se declararia oficial a separação política, por ocasião do grito de “Independência ou Morte”, do dia 7 de setembro e a Aclamação do Imperador em 12 de outubro, as disputas por influência sobre D. Pedro movimentariam os bastidores da Corte.⁷¹ Embora houvesse projetos diferentes em disputa, tal como a formalização da independência não representasse garantias da união de suas partes, à final de contas, muitas províncias enfrentariam sangrentos conflitos armados; ainda assim, a projeção da independência, tornava-se palpável para alguns daqueles protagonistas, na medida em que se respaldavam em mecanismos institucionais (como a manutenção da dinastia de Bragança e a instalação de uma Assembleia Constituinte), que poderiam assegurar, ainda que precariamente, a condição de um Estado de proporções continentais. Na visão do *Revérbero*, era imprescindível que o novo pacto constitucional fosse construído conjuntamente com as demais províncias lusoamericanas. Em torno desse pacto, reforçava-se uma ideia de Pátria, abarcando todo o reino, ao mesmo tempo transformando a emancipação política do Brasil, não só, num fato irreversível, mas num direito incontestável:

[...] é nossa *verdadeira Pátria* o lugar, em que vivemos estabelecidos e honrados; são nossos *verdadeiros Irmãos* os que concorrem para o bem ser da Sociedade a que pertencemos: o que se faz em benefício da Pátria, e por uma razão tão nobre, nem pode deixar de merecer a aprovação do mundo, nem obscurece a nossa glória como Portugueses. [...] Reunamo-nos para bem sustentarmos esta obra dos nossos desejos, este padrão de Amor, da Liberalidade e da Prudência do Nosso Augusto Regente e Perpétuo Defensor. Tempo virá, que Portugal mesmo receba desta nossa determinação o seu maior respeito à face das Nações, porque o Brasil Emancipado e Constituído deve oferecer-lhe todas as vantagens de uma bem entendida Federação.⁷²

Ao longo das semanas em que se formalizou a separação política entre os reinos,

⁷⁰ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo II, Nº 5, 25 de junho de 1822, p. 56.

⁷¹ Para uma análise da memória que se criou em torno da data do grito de “Independência ou Morte”, conferir: Hendrik Kraay, “A invenção do Sete de Setembro, 1821-1831”, *Almanack Brasiliense*, São Paulo, nº 11, maio de 2010, pp. 52-61.

⁷² *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo II, Nº 5, 25 de junho de 1822, p. 59. (grifos do original)

o *Revérbero* publicou a tradução comentada (em notas de rodapé) da *Solução da Questão de Direito sobre a emancipação da América por Joaquim Infante, natural de Cuba*. De fato o *Revérbero* criou naquele momento um “documento formidável”, como salientou João Paulo Pimenta,⁷³ pois a *Solução* de Joaquim Infante, juntamente das notas explicativas elaboradas pelos redatores do *Revérbero*, sintetizavam uma série de questões diluídas ao longo das edições do periódico fluminense, como por exemplo: o direito à autonomia dos povos, a instabilidade política e social gerada por instituições tutelares, a insuficiência dos monopólios comerciais e de modo mais geral, a percepção da aceleração dos ritmos temporais da experiência, bem como a inserção dos espaços americanos numa mesma dinâmica histórica. Especialmente na composição deste texto, a apreensão dos exemplos da América hispânica na consecução do projeto de independência do Brasil passava do campo das possibilidades para o da efetividade histórica, representando assim um paradigma positivo de ação política na América portuguesa.

O propósito de Joaquim Infante era justificar a necessidade de se quebrarem os laços de dependência que ligavam América e Europa. O texto era organizado em “Razões Filosóficas” e “Razões Políticas”. Decorria daí dois argumentos bastante comuns à época, como salientou João Paulo Pimenta: o primeiro que “o continente americano estaria destinado a ser 'livre' da Europa por uma atribuição da própria natureza, que o fez distinto e afastado do Velho Mundo”; o segundo, que “a definitiva separação de destinos [era] promovida por metrópoles que buscariam, por meio da força, uma restauração da unidade entre Europa e América supostamente perdida”.⁷⁴ Como já apontado acima, a cada argumento do autor cubano, os redatores do *Revérbero* complementavam as afirmações em notas contrastando as realidades das antigas províncias da América Espanhola com a situação do Brasil.

A nosso ver, os pontos de maior destaque do documento residem nas operações discursivas de transposição das realidades hispanoamericanas à lusoamericana. Nessas performances discursivas, os redatores do *Revérbero* identificavam na *Independência da América*, por consequência, *na do Brasil*, um movimento de *revolução*. Acenava-se assim, para o fato da Independência do Brasil pertencer a um processo histórico global, em que igualmente o conceito de revolução vinha sendo operado de um modo ativo,

⁷³ João Paulo G. Pimenta, “De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil”, *Almanack Brasiliense*, São Paulo, nº 11, p. 97.

⁷⁴ *Ibidem*, pp. 97-98.

dinâmico e, fortemente politizado.⁷⁵ Em termos mais específicos, evidenciava a interconexão entre os processos de independência em todo o continente americano, bem como a capacidade dos agentes históricos mobilizarem argumentos, conceitos e expressões linguísticas em circulação em espaços públicos de discussão política egressos de outros países, mas cujos significados vinham a ser apreensíveis em outros contextos de enunciação, nesse caso, no Brasil.

Vejamos o trecho em que Joaquim Infante considera a América preparada para sua emancipação:

[...] na guerra da Sucessão a América foi simples espectadora da contenda e sujeitou-se ao vencedor por que [...] não tinha todo o vigor, ilustração, e peso necessário para a sua Emancipação; porém, ao invadirem os Franceses a Península, quase todas as Províncias da América, sem poderem pôr-se de acordo, em razão das distâncias, deram um mesmo e simultâneo grito, por já haverem saído da infância, ou o que vale o mesmo, por terem já luzes, madureza e consistência, que produzem inevitavelmente a emancipação.⁷⁶

O *Revérbero* acrescenta:

O Brasil também suportou o jugo do domínio Espanhol, e as vicissitudes da guerra, que à Espanha fazia a Holanda (tendo arvorado o estandarte da sua Liberdade), porque o seu estado de luzes e de vigor, que andava na proporção do ciúme das Metrôpoles para com as Colônias, não lhe franqueava a precisa energia para então soltar o grito da *Independência*; e se não soltou quando a América Espanhola declarou, que era chegada a hora da sua virilidade, foi porque então viu o Mundo um espetáculo novo; isto é a passagem do Rei para o Brasil, passagem que mudou inteiramente o regime Colonial, que quebrou os ferros da opressão de três séculos, e fez partir do Trono aquela obra [a emancipação], que sem isso partiria da Revolução. Mas para evidenciar-se que a Independência da América é um efeito necessário da atual Civilização, bem que ainda inferior à da Europa, atendam-se à situação do Brasil. O Rei que saindo de Portugal sustou a Revolução do Brasil com a sua chegada à ele, voltando à Portugal, apressou a Revolução do Brasil, apesar das promessas lisonjeiras dos Deputados Europeus no Congresso de Lisboa. Este sucesso, favorecido grandemente pelo partido de certos homens, que se fizeram Oráculos naquele Congresso, nasce da irresistível tendência de todas as Colônias para a sua Liberdade.⁷⁷

Considerando-se que a emancipação da América era uma tendência natural, a oposição à marcha desse movimento só estimulava a ação política que acelerava esse processo histórico. A obra de *emancipação do Brasil* também se situava no mesmo

⁷⁵ João Paulo G. Pimenta, “A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”, *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 3, setembro de 2009, p. 60.

⁷⁶ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo II, Nº 17, 17 de setembro de 1822, p. 214.

⁷⁷ *Ibidem*, pp. 214-215.

movimento de revolução, pois Portugal, assim como a Espanha, se opunha à ordem natural das coisas. Para tanto, o vocábulo *revolução* era empregado no sentido de ação política construtiva de uma nova ordem de coisas. Mesmo pressupondo conflito armado (violência), a revolução era justificada pelas agressões cometidas pela Europa, tal como pelo o que se vislumbrava no futuro da América emancipada. Havia ainda um elemento de positividade adquirido pelo conceito de *revolução* no caso do Brasil, que residia principalmente na escolha de sua forma de governo. Primeiro as considerações de Joaquim Infante:

Não se oponha que todos os Países da América não tem ainda mostrado sintomas de revolução, porque afinal ela se há de generalizar pela lei imperiosa do exemplo e imitação, e porque este acontecimento está na ordem necessária dos acontecimentos humanos. Tão pouco se oponha, que entre os mesmos dissidentes há partidos; por quanto em todo o País em revolução, eles aparecerão, primeiro do que se consolide a nova ordem de coisas. Sabe-se quanto é espinhosa a passagem de escravidão para a Liberdade, a mudança de um para outro Governo.⁷⁸

E complementa o *Revérbero*:

Eis aqui uma grande vantagem da Monarquia Constitucional no Brasil, e é que este sistema há de consolidar-se mais facilmente por isso que a passagem para ele é menos violenta, do que para a Liberdade absoluta, e principalmente deixando-nos a Providência em nossos braços o Herdeiro do trono Português, o Príncipe, que tão digno se tem mostrado do nosso amor e dos nossos sacrifícios. [...] Dado um centro no Brasil, é de absoluta necessidade que as suas partes gravitem para ele. Que importa que os Monstros raivem na Bahia, e que imorais, mentirosos, estúpidos Redatores, com discursos de *Cabo de esquadra*, e com argumentos de *Taberna*, ali os achem a derramar sangue Brasileiro? Cada tiro que disparam, é um cravo de diamante com que mais seguram em nossos corações a Liberdade, a Independência, e o Amor ao Grande Pedro.⁷⁹

Como se pode notar, a última sequência de artigos publicados no *Revérbero* demonstra como o jornal dispôs, de forma instigante, argumentos pró-separação política do Brasil que se encontravam disseminados na imprensa fluminense, revelando relações mútuas entre o movimento de independência ocorrido na América portuguesa e os demais processos revolucionários sucedidos no continente americano. Simultaneamente, uma sensação crescente da existência de uma aceleração do tempo tornava-se indício da existência de forças imanentes à História que tendiam a transformá-la em uma unidade de sentido cada vez mais processualizada. Assim, o campo de visão do sujeito empírico

⁷⁸ *Revérbero Constitucional Fluminense*, Tomo II, Nº 17, 17 de setembro de 1822, pp. 215-216.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 216.

voltava-se para um futuro temporalmente aberto, mas que se acreditava poder moldá-lo. Nesse processo, as experiências do passado eram reinterpretadas, perdiam sua força sobre o presente transformando-se num quadro de séculos de opressão colonial, em contrapartida, as expectativas futuras ganhavam ares de liberdade política a ser experimentada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final desse trabalho esperamos ter contribuído com uma visão da Independência do Brasil enredada em um panorama político mais amplo, num sistema conjuntural histórico, que dentre outras coisas, passava também por uma alteração nas suas formas de experiência do tempo. Procurou-se demonstrar que as performances discursivas de periodistas e panfletários fluminenses ensejavam alterações fundamentais nas estruturas temporais da experiência da história, bem como se ancoravam em uma visão de conjunto sobre os demais processos revolucionários ocorridos no continente Americano, perfazendo assim, de fato, uma mesma experiência histórica.

Iniciamos a análise indicando os aspectos gerais e teóricos da questão levantada em torno da configuração de formas discursivas *em processo de temporalização* nos debates públicos ocorridos na imprensa do Rio de Janeiro. Perscrutamos alguns termos do vocabulário político, que a nosso entender constituíram o cerne de uma nova terminologia política articulada às ideias de continuidade e descontinuidade, manutenção e mudança, oposição e imposição de uma nova ordem política. Foram eles *reforma*, *regeneração* e *revolução*. Apresentamos esses conceitos à luz do momento de nascimento do movimento vintista e a penetração no ambiente da Corte no Rio de Janeiro dos discursos legitimadores de uma nova Constituição entendida como regeneradora da nação. Em uma reviravolta da conjuntura política, vimos ganhar força nos discursos da imprensa fluminense outros três conceitos de movimento, embora os anteriores, também, tenham se mantido operativos. Foram eles: *recolonização*, *retrogradação* e *emancipação*. Sob o pano de fundo desses dois momentos distintos no jogo político, buscou-se averiguar para além dos conceitos, expressões e metáforas, que em conjunto ensejavam certas noções, concepções e representações do tempo histórico, afetadas pela sensação generalizada de aceleração do ritmo das mudanças políticas.

Um dos pontos centrais dessa discussão refere-se aos usos retóricos em torno do neologismo “recolonização”, forjado por panfletários e periodistas fluminenses em reação à política das Cortes de Lisboa. Argumentou-se que o apelo à ideia de *recolonização* pode ser visto como um aspecto da persistência do modelo de história *magistra vitae* em um contexto revolucionário, na medida em que a noção de repetição/imitação contida no conceito “recolonização” tornava-se bastante instrutiva na demonstração da tese de um retrocesso iminente, mimetizado no projeto constitucional das Cortes de Lisboa. A “recolonização” não se configuraria exatamente como um prognóstico, mas sim como a

reedição do passado no futuro, nesse sentido julgava-se que aquele projeto deveria ser combatido pelos lusoamericanos que projetavam perspectivas de futuro inteiramente novas.

A análise voltou-se para o período de adesão do Rio de Janeiro ao constitucionalismo português. Chamou-se atenção para o fato da luta em defesa dos princípios constitucionais, concomitante à instalação das Cortes de Lisboa, a formação dos espaços públicos de opinião nas províncias lusoamericanas, com a formação das juntas provisórias de governo, as reuniões para eleição e o surgimento da imprensa ter se construído sobre um conjunto de novas práticas políticas que fizeram aprofundar a sensação de experiência de um novo tempo. Frente a esse cenário de profundas transformações demonstramos como os panfletários e periodistas fluminenses se esforçaram por aproximar Portugal e Brasil em torno de uma mesma causa constitucional salientando-se nos discursos políticos os fundamentos históricos da comunhão de interesses entre portugueses europeus e americanos. No entanto, observamos que as leituras do passado da colonização portuguesa da América propiciaram a atribuição de feições específicas ao Brasil, que potencializaram as futuras reivindicações de direitos recíprocos entre duas partes da nação. Nesse sentido, o surgimento de visões antagônicas sobre as formas de organização constitucional levou ao esgarçamento das relações entre os membros da “mesma família” portuguesa.

O fechamento desse estudo se concentrou na análise do processo de crítica ao modelo de reforma constitucional das Cortes de Lisboa, entendido por alguns lusoamericanos como prejudicial aos interesses do Brasil e favoráveis aos de Portugal. Nota-se que essas críticas ao modelo constitucional de Lisboa ensejou uma reconfiguração do campo discursivo, aprofundando as alterações das estruturas temporais da experiência da história. Observou-se que em torno da campanha pela instalação de uma Assembleia Constituinte no Brasil foi lançado efetivamente um projeto político alternativo ao das Cortes de Lisboa, no qual o conceito de *emancipação* passava a ser operado com maior intensidade e assumindo uma perspectiva de autodeterminação do reino perante Portugal, tal como fundamentando discursos pró-separação política. Além disso, destacou-se uma das mais instigantes formas de legitimação da “emancipação” política do Brasil, operada pelos redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*. Tratava-se da demonstração da interconexão entre os processos de independência no continente americano e o movimento político no Brasil. Com base na tradução de um documento do revolucionário cubano Joaquim Infante, *Solução da Questão de Direito*

sobre a emancipação da América, acompanhada de comentário (em notas de rodapé) os redatores do *Revérbero* identificaram a “emancipação” do Brasil como um movimento de revolução, com semelhanças e especificidades na comparação com os movimentos revolucionários desdobrados no resto do continente. Essa leitura sugere a percepção por parte daqueles sujeitos da ocorrência de um cenário histórico de transição, no qual o desenvolvimento da América seria impossível de ser contido pela força das antigas metrópoles coloniais.

Concluído esse trabalho, algumas questões permanecem em aberto, das quais sublinho a seguinte: a necessidade de se aprofundar essa análise na direção de outros espaços provinciais de modo a confrontar as leituras históricas legitimadoras da manutenção da união do reino do Brasil ao longo da Independência com as demandas locais/regionais específicas, não necessariamente compromissadas com os objetivos dos grupos políticos situados no Rio de Janeiro. Somente através desse esforço constante em estabelecer os vínculos entre realidades particulares e gerais poderemos problematizar o consagrado enfoque da singularidade do caso brasileiro perante as demais experiências de separação política entre colônias e metrópoles no espaço iberoamericano do início do século XIX.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES:

Acervos consultados:

Arquivo Edgard Leuenroth – AEL
Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados – BDCD
Biblioteca Digital do Senado Federal – BDSF
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP – BBM
Biblioteca Nacional – Acervo de Obras Raras – BN
Biblioteca Nacional Digital – Periódicos (On-line) – BND
Biblioteca Nacional de Portugal – BNP
Debates Parlamentares de Portugal (On-line) – DP
Instituto de Estudos Brasileiros da USP – IEB

1. Dicionários

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário portuguez & latino*. Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, (1712-1783), 8v.

SILVA, António de Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa composto poelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, (1789), 2v.

SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocábulos impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado*, por Antonio de Moraes Silva, Lisboa, Typographia Lacerdina, (1813), 2v.

SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza recopilado de todos os impressos até o presente*, por Antonio de Moraes Silva, Lisboa, Typographia Lacerdina, (1823), 2v.

SILVA, António de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza composto por...* Lisboa, na Impressão Régia, (1831), 2v.

SILVA PINTO, Luiz Maria da, *Diccionario da Lingua Brasileira*, Ouro Preto: Typographia de Silva, (1832).

2. Periódicos

Rio de Janeiro:

A Malagueta, 1821-1822.

A Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum, 1821-1822.

A Verdade Constitucional, 1822.

Anais Fluminense de ciências, Artes e Literatura, 1822.
Correio do Rio de Janeiro, 1822.
Gazeta do Rio de Janeiro, 1821-1822.
O Amigo do Rei e da Nação, 1821.
O Bem da Ordem, 1821.
O Brasil, 1822.
O Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense, 1822.
O Conciliador do Reino Unido, 1821.
O Constitucional, 1822.
O Despertador Brasiliense, 1821.
O Espelho, 1821-1822.
O Macaco Brasileiro, 1822.
O Papagaio, 1822.
O Regulador Brasílico-Luso/ O Regulador Brasileiro, 1822.
O Revérbero Constitucional Fluminense, 1821-1822.
Reclamação do Brasil, 1822.

3. Panfletos impressos (cartas, diálogos, discursos, manifestos, memórias, orações constitucionais, proclamações, relatos e representações)

a) 1821:

Carta do compadre de Belém ao redator do Astro da Lusitânia dada à luz pelo compadre de Lisboa. Reimpresso no Rio de Janeiro: Tip. Real, 1821. 19p.

Carta do compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém ou juízo crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia. Reimpresso no Rio de Janeiro, Tip. Real, 1821. 22 p.

Carta do compadre do rio de São Francisco do norte ao filho do compadre do Rio de Janeiro, na qual se lhe queixa do paralelo que se faz dos índios com os cavalos, de não conceder aos homens pretos maior dignidade, que a de reis do Rosário, e de asseverar, que o Brasil ainda agora está engatinhando. E crê provar o contrário de tudo isso. Por J.J. do C. M. Rio de Janeiro. Na impressão nacional. 1821. 10p.

Carta que, em defesa dos brasileiros insultados, escreve ao sacristão de Carahi o Estudante Constitucional, amigo do compadre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Na Imprensa Nacional. 1821. 22 p.

Carta segunda do Compadre de Belém ao redator do Astro da Lusitânia dada à luz pelo

- Compadre de Lisboa*. Reimpresso no Rio de Janeiro: Tip. Real, 1821. 22 p.
- Desde que a Aurora Política raiou no berço da Monarquia Portuguesa...* Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. 2 p.
- O despotismo considerado nas suas causas e efeitos. (Discurso oferecido à Nação Portuguesa, por XXX)*. Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. 18p.
- Diálogo entre a Constituição e o despotismo*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821. 7 p.
- Diálogo entre o Corcunda abatido e o Constitucional exaltado. (Por um anônimo muito anônimo e muito constitucional)*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821. 8 p.
- Diálogo instrutivo em que se explica os fundamentos de uma constituição e a divisão das autoridades que a formam e executam. (Por um patriota Amigo da Razão)*. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821. 8 p.
- Diálogo político e instrutivo entre dois homens da roça, André Raposo, e seu compadre Bolonio Simplício, acerca da Bernarda do Rio de Janeiro e novidades da mesma*. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1821. 16 p.
- Dicionário corcundativo ou Explicação das frases dos Corcundas. (Por José Joaquim Lopes de Lima)*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821. 12 p.
- Discurso que, em desagravo aos Brasileiros ofendidos pelo compadre de Lisboa na sua carta impolítica dirigida ao compadre de Belém, escreveu José Joaquim Lopes de Lima*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821. 4 p.
- Discurso sobre a necessidade de uma bem entendida Constituição nos Governos monárquicos, extraído dos números 5, 6, 7, 8 e 9 do Gênio Constitucional*. Reimpresso no Rio de Janeiro: Reg. Oficina Tipográfica, 1821. 4 f.
- Discurso extraídos dos números 10, 11, 12, 25 e 26 do Gênio Constitucional. 1º Sobre a importância de um Governo Constitucional. 2º Sobre a absoluta necessidade de ser a totalidade da nação verdadeiramente representada em Cortes por legítimos representantes, que sejam da escolha dos povos e eleitos por todos os cidadãos. 3º Sobre a necessidade de ser adotado para a convocação da atuais Cortes (extraordinariamente convocadas el Lisboa) um sistema diferente do que antigamente fora adotado*. Rio de Janeiro: Reg. Oficina Tipográfica, 1821. 2 f.
- A impostura desmascarada; ou, resposta, que o filho do compadre do Rio de Janeiro dá ao compadre do Rio de São Francisco do Norte*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821, 18p.
- Lembranças e apontamentos do Governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1821. 11 p.
- Manifesto da Junta provisional do Governo supremo do Reino aos Portugueses*. Reimpresso no Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1821. 2 p.
- Manifesto da nação portuguesa aos soberanos e povos da Europa*. Reimpresso no Rio de

Janeiro: Real Tipografia, 1821. 8 p.

Memória constitucional e política sobre o estado presente de Portugal e do Brasil; dirigida a el-rei nosso senhor e oferecida a sua alteza o príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e regente do Brasil. (Por José Antonio Miranda). Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. 91 p.

Reflexões filosóficas sobre a liberdade e igualdade. Reimpresso no Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821. 4 p.

A Regeneração constitucional ou guerra e disputa entre os carcundas e os constitucionais: origem destes nomes e capitulação dos carcundas escrita pelo constitucional europeu ao constitucional brasileiro e oferecida a todos os verdadeiros constitucionais. [Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1821]. 23 p.

Resposta analítica a um artigo do Português Constitucional em defesa dos direitos do Reino do Brasil. Por hum fluminense. Rio de Janeiro. Na Typographia Nacional. 1821.

Das Sociedades e das convenções ou constituições. Reimpresso no Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821. 8 p.

Sermão de Ação de Graças que em Memória dos dias 24 de agosto e 15 de setembro de 1820, o senado e os cidadãos do Rio de Janeiro solenizaram no dia 15 de setembro, na Igreja de S. Francisco de Paula. (Recitado por Fr. Francisco de Sampaio). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1821. 39 p.

Suplemento ao Dicionário Carcundatico com observações acerca de muitos termos, que andam hoje na boca de todos, e outros que é preciso que andem. (Pelo autor do mesmo Dicionário). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821, 8p.

O triunfo dos liberais e o arrependimento do servilismo. Reimpresso no Rio de Janeiro: Imp. Régia, [1821]. 3 p.

A verdade exposta a Sua Majestade o senhor D. João VI. (Por José Daniel R. Costa). Rio de Janeiro: Imp. Real, 1821. 24 p.

b) 1822:

O Amigo da razão, ou carta aos redatores do Revérbero, em que se mostram os direitos, que tem o Brasil a formar a sua Câmara especial de Cortes no próprio território, conservando a união com Portugal, em ordem a salvar-se dos horrores da anarquia, evitando de um golpe o retrocesso do despotismo e as pretensões das Cortes de Portugal contrariadas aos seus interesses. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 16 p.

Segunda parte do amigo da razão ou a continuação da correspondência com os Redatores do Revérbero, em que se responde a vários Argumentos, que se tem feito contra a medida apontada primeiramente pelo Autor, de se instalar uma Representação, ou

- Assembleia Legislativa no Brasil.* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 30 p.
- Brasil indignado contra o projeto anti-constitucional sobre a privação das suas atribuições. (Por um Philopatrio).* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822. 16p.
- Carta ao sacristão de Tambi, sobre a necessidade da reunião de Cortes no Brasil.* Rio de Janeiro: Impressão de Silva Porto, 1822. 8 p.
- Carta histórico-política-militar dirigida a certo redator refutando completamente a doutrina do nº 49 do Semanário Cívico da Bahia. (Por R. J. C. M.).* Rio de Janeiro: Tipografia de Santos e Sousa, 1822. 22 p.
- Considerações sobre as Cortes do Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1822. 24p.
- Defesa da reclamação do Brasil. (Por Fiel à Nação).* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822. 4p.
- O despertador brasiliense refutado: em favor dos povos. (Por Philodemo, José Pinto da Costa e Macedo).* Rio de Janeiro: Tipografia de Santos & Sousa, 1822. 28 p.
- Ensaio histórico político sobre a origem, progressos e merecimentos da antipatia e reciproca aversão de alguns portugueses europeus e brasileiros, ou Elucidação do Governo da Bahia datada de 18 de Fevereiro do ano corrente. (Escrito por R. J. C. M. Raimundo José da Cunha Mattos).* Rio de Janeiro: Tipografia Moreira & Garcez, 1822. 37 p.
- Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros ofendidos por várias asserções, que escreveu na sua carta em resposta ao compadre de Belém, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a oferece e dedica aos seus patrícios.* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 30 p.
- Manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro. (Por Jorge d'Avillez Jusarte de Souza Tavares).* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 3 p.
- Manifesto de S. A. R. o príncipe regente constitucional e defensor perpétuo do Reino do Brasil aos povos deste Reino. [Rio de Janeiro]: Imp. Nacional, [1822]. 4 p.*
- Manifesto do povo do Rio de Janeiro sobre a residência de sua alteza real no Brasil dirigido ao Senado da Câmara.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, [1822]. 4 f.
- Manifesto do príncipe regente do Brasil aos governos e nações amigas.* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, [1822]. 8 p.
- Memória para perpetuar a gratidão dos Brasileiros e Portugueses compatriotados no Brasil. (Por A. de A. B.).* Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1822. 16 p.
- Memória sobre as principais causas, por que deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas províncias, oferecidas ao príncipe real. (Por B. J. G. Bernardo José da Gama).* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822. 48 p.

Memória sobre o Brasil, para servir de guia àqueles que nele desejam estabelecer. (Por G. De Langsdorff). Rio de Janeiro: Oficina Silva Porto & Cia., 1822. 18 p.

Memorial apologético das Reclamações do Brasil. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1822. 16 p.

Nova questão política. Que vantagens resultarão aos reinos do Brasil e de Portugal se conservarem uma união sincera, pacífica e leal? Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1822. 15 p.

Oração de ação de graças, que recitou na Real Capela, no dia 26 de Fevereiro, solenizando-se por ordem de sua alteza real o primeiro aniversário do juramento d'el rei e o povo desta corte a Constituição lusitana, e oferece ao mesmo augusto e constitucional regente do Brasil o seu autor Januário da Cunha Barbosa. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822. 19 p.

Proclamação: amigos baianos. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 1 f.

Proclamação anônima aos Brasileiros, contra os carbonários e republicanos. [Rio de Janeiro]: Imp. Nacional, 1822. 1 f.

Proclamação aos habitantes de Pernambuco. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 2 f.

Representação que ao soberano Congresso das Cortes gerais, extraordinárias e constituintes dirigiram do acantonamento da Praia Grande o tenente general Jorge de Avilez e oficiais comandantes dos diferentes corpos da Divisão Auxiliadora de Portugal. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 16 p.

Representação que o Senado da Câmara desta cidade dirigiu ao Soberano Congresso, requerendo a derrogação dos primeiros dois decretos de 29 de Setembro de 1821. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1822. 3 p.

4. Documentos publicados (decretos, leis, portarias, correspondências oficiais), coleções e obras reunidas e de referência

BARATA, Cipriano, *Sentinella da Liberdade e outros estudos*. Organização e edição: Marco Morel, São Paulo: Edusp, 2008.

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª Edição, Brasília, Senado Federal, 2002, v.1 (Formação Nacional).

_____. (orgs.). *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª Edição, Brasília, Senado Federal, 2002, v.8 (Constitucionalismo).

CARVALHO, J. M.; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello (Orgs.). *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo/ Belo Horizonte: Companhia das Letras/ Editora UFMG, 2012.

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa. Lisboa, 1821-1822.
(disponível em: www.debates.parlamento.pt/).

Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
(Disponível em: www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio)

Documentos para a História da Independência. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1923.

FAORO, Raymundo (org.). *O Debate político no processo da Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ideias Políticas, Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, vol. VII*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, Conselho Federal de Cultura, 1976.

Bibliografia:

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ANNINO, Antonio & GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación*. Iberoamérica, siglo XIX. México: FCE, 2003.

ARAÚJO, Ana Cristina B. de. “Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil”. JANCÓS, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p.235-270.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. “A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização”. *Revista de História* n.159, 2º. Semestre, 2008, p.107-134.

_____. “Formas de ler e aprender com a história no Brasil Joanino”. *Acervo*, v. 22, nº 1, jan/jun 2009, pp. 85-98.

_____. “História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica”. *Almanack Braziliense*, nº07, maio, 2008, pp.47-55.

AYMES, Jean-René. *La Guerra de La Independencia (1808-1814): calas y ensaios*, CSIC y Ediciones Doce Calles, S. L., 2009.

BARATA, Alexandre Mansur. “Sociabilidade maçônica e Independência do Brasil (1820-1822)”. In JANCÓS, István. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p.677-706.

_____. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.

- BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberais constitucionalistas entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa. *Tempo*, n.24, janeiro, 2008.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil. The Forging of a Nation, 1798-1852*. California: Stanford University Press, 1988.
- BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. “A retórica da recolonização”. JANCÓS, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p.791-808.
- _____. “A constituição espanhola no mundo Luso-Americano (1820-1823)”, *Revista de Índias*, vol. LXVIII, nº 242, 2008, pp. 225-254.
- BERBEL, Márcia Regina & OLIVEIRA, Cecília H. de S. (org.), *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*, São Paulo, Alameda, 2012.
- BERNARDES, Denis. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*, São Paulo, Hucitec, Fapesp, Recife, Ed.UFPE, 2006.
- BÖDEKER, Hans Erich. “História de los conceptos como historia de la teoría. Histotia de la teoria como historia de los conceptos. Una aproximación tentativa”, en: J. Fernández Sebastián y G. Capellán de Miguel (eds.), *Conceptos Políticos, Tiempo e Historia: nuevos enfoques en historia conceptual*, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, Madrid, McGraw-Hill Interamericana de España, 2013.
- BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”, in: *Escritos sobre história*, São Paulo, Perspectiva, 2º edição, 1992, p.41-78.
- BREÑA, Roberto. *El imperio de las circunstancias. Las independencias hispanoamericanas y la revolución liberal española*, México, Madrid, ECM, Marcial Pons, 2013.
- BRITO, Adilson Jr. I. “Viva a Liberte!”: *cultura popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*, Recife, UFPE, Dissertação de mestrado, 2008.
- CALDERÓN, María Teresa & THIBAUD, Clément (coord.). *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá: Taurus/Universidad Externado de Colombia, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7º edição, 2012.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”, *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, 1998, pp. 331-366.
- CHIARAMONTE, José Carlos. “Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII”. In JANCÓS, István. (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*.

São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003, p.61-91.

_____. *Nación y estado en Iberoamérica: el lenguaje político em tiempos de las independencias*. 1º Edição. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

CHIGNOLA, Sandro. “Temporalizar la historia. Sobre la Historik de Reinhart Koselleck”, *Isegoria Revista de Filosofía Moral y Política*, N.º 37, julio-diciembre, 2007, pp. 11-33.

CHUST, Manuel. *Doceañismos, constituciones e independencias. La Constitución de 1812 y América*, Madrid, Fundación Mapfre, 2006.

_____. (ed), *1808. La eclosión juntera en el mundo hispano*, México, FCE-ECM, 2007.

COSTA, Fernando M. da/DOMINGUES, Francisco C./MONTEIRO, Nuno G. (orgs.) *Do Antigo Regime ao liberalismo*. Lisboa: Colibri, s.d.

COSTA, Wilma Peres. “A independência na historiografia brasileira”. JANCSÓ, I. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 53-118.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, Demagogos e Dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*, Belém, CEJUP, 1993.

DIAS, Maria Odila da Silva. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In MOTA, Carlos G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp.160-184.

ESCUDIER, Alexandre. “Temporalización (*Verzeitlichung*) y modernidad política: ensayo de sistematización a partir de R. Koselleck”, en: J. Fernández Sebastián y G. Capellán de Miguel (eds.). *Conceptos Políticos, Tiempo e Historia: nuevos enfoques en historia conceptual*, Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, Madrid, McGraw-Hill Interamericana de España, 2013, pp. 303-348.

FALCON, Francisco e MATTOS, Ilmar R. “O processo de Independência no Rio de Janeiro”. In MOTA, Carlos G. *1822: Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 292-339.

FERES JÚNIOR, João. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. “La crisis de 1808 y el advenimiento de un nuevo lenguaje político. ¿Una revolución conceptual?”, in: Alfredo Ávila y Pedro Pérez Herrero (eds.), *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica*. México: UNAM-Universidad de Alcalá, 2008.

_____. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*. Iberconceptos I. Madrid. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

_____. “Conceptos y metáforas en la política moderna. Algunas propuestas para una

nueva historia político-intelectual”. In Jordi Canal y Javier Moreno Luzón (eds.). *Historia cultural de la política contemporánea*. Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 11-30.

_____. “Las revoluciones hispánicas. Conceptos, metáforas y mitos”, *La Revolución francesa: ¿matriz de las revoluciones?*, Roger Chartier, Robert Darnton, J. Fernández Sebastián y Eric van Young, México, Universidad Iberoamericana, 2010, pp. 131-223.

_____. “Guerra de palabras. Lengua y política en la revolución de España”, in: Pedro Rújula y Jordi Canal (eds.), *Guerra de ideas. Política y cultura en la España de la Guerra de la Independencia*. Institución Fernando el Católico, Marcial Pons Historia, 2011, pp. 237-280.

_____. (coord.) *La aurora de la libertad. Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

_____. “Cabalgando el corcel del diablo': conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas”, en: J. Fernández Sebastián & G. Capellán (eds.), *Conceptos Políticos, Tiempo e Historia: nuevos enfoques en historia conceptual*. Santander, Editorial de la Universidad de Cantabria, Madrid, McGraw-Hill Interamericana de España, 2013.

FERREIRA, Paula Botafogo. *Redatores no Rio de Janeiro e deputados nas Cortes de Lisboa pela Construção da Monarquia Constitucional Portuguesa (1821-1822)*, São Paulo, USP, Dissertação, 2011.

FRASQUET, Ivana (coord.). *Bastillas, cetros y blasones: la independencia en Iberoamérica*. Madrid: Mapfre, 2006.

GODECHOT, Jacques. “Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente”. MOTA, C. G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 27-37.

GRAHAM, Richard. *Independence in Latin America: a Comparative Approach*, 2a.ed. McGraw-Hill, 1994 (a primeira edição é de 1972).

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. 3ªed. México, FCE, 2000.

GUERRA, François-Xavier. & LEMPÉRIÈRE, Annick (et.al.). *Los espacios públicos em Iberoamerica: ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México D.F.: FCE, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850*. Madrid: Alianza, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. HOLANDA,

S. B. de (dir.). *História geral da civilização brasileira* t.II v.1: o processo de emancipação. São Paulo: Difel, 1962, p.09-39.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, pp.127-175.

JANCSÓ, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. NOVAIS, Fernando A. (dir.). *História da vida privada no Brasil* v.I: cotidiano e vida privada na América portuguesa (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 388-437.

_____. *Na Bahia contra o Império: História do ensaio de sedição de 1789*, São Paulo/ Salvador, Hucitec/ EdUFBA, 1996.

_____. (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

_____. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

JASMIN, Marcelo G. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência política*, 2ª ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, IUPERJ, 2005.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. “Burke, Cairu e o Império do Brasil”. In JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

_____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Paidós, 2001.

_____. [et. al.], *O conceito de História*, (Trad. René E. Gertz), Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.

_____. “Desplazamiento de los límites de la emancipación. Un esbozo histórico-conceptual”, *Historias de conceptos: Estudios sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social*, (Trad. Luis Fernández Torres), Madrid, Editorial Trota, 2012.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. (Versión española de Luis Fernádes Torres: “Un texto fundacional de Reinhart Koselleck. Introducción al Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana”), *Anthropos*, nº 223, 2009, pp. 92-105.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da independência:*

Bahia, 1790-1850, São Paulo, Hucitec, 2011.

LANGLEY, Lester D. *The Americas in the Age of Revolution 1750-1850*. New Haven/London, Yale University Press, 1996.

LEITE, Renato Lopes. *Republicanos e libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. “O Macaco Brasileiro: um jornal popular na Independência”. *Revista USP*, n. 58, junho agosto, 2003, p. 92-103.

_____. “Cairu panfletário: contra a facção gálica e em defesa do Trono e do Altar”. In Lúcia M. B. P. Neves, Marco Morel e Tânia M. B. da C. Ferreira (Orgs.) *História e Imprensa*, Rio de Janeiro, DP&A/Faperj, 2006.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

McFARLANE, Anthony. “Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações”, in: Jurandir Malerba (org.), *A Independência brasileira: novas dimensões*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, pp. 387-417.

MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25)*, São Paulo, Hucitec, FAPESP, 2010.

_____. “Bajo la sombra de la independencia: Gran Pará, La compleja red política en la crisis del Antiguo Régimen portugués”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 08 febrero 2013, consultado em 10 de agosto de 2014, URL: <http://nuevomundo.revues.org/64781>.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar R. de. “Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política”. In JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005, pp. 271-300.

MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a ideia de um império luso-brasileiro”, in *Chocolates, piratas e outros malandros. Ensaios Tropicais*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, pp. 158-207.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plaginário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2012.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de idéias no Império luso-brasileiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império. A elaboração da Independência*, 2ª ed., Brasília, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1972.
- MOREL, Marco. “La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Río de Janeiro, 1820-1840)”. GUERRA, F.X. & LEMPÉRIÈRE, A. (et.al.). *Los espacios públicos em Iberoamerica: ambigüedades y problemas*. Siglos XVIII-XIX. México D.F.: FCE, 1998, p.300-320.
- _____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. “Independência no papel: a imprensa periódica”. JANCSÓ, István. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, pp. 617-636.
- MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREL, Marco. “Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil”. In Lúcia M. B. P. das Neves. (Org.), *Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos*, Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2009.
- MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.
- _____. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NEVES, Guilherme Pereira das. “Del Império lusobrasileño al Império del Brasil (1789-1822)”. ANNINO, A. & GUERRA, F. (coord.). *Inventando la nación*. Iberoamérica, siglo XIX. México, FCE, 2003, pp. 221-252.
- NEVES, Lúcia P. das. “A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil”. *Tempo*, v. 4, n. 8, 1999, p. 41-65.
- _____. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.
- _____. “Os panfletos políticos e a cultura política da independência do Brasil”, in: JANCSÓ, István (org.). (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005, pp. 637-675.
- _____. “Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822)”. FERES Jr., João & JASMIN, Marcelo (Org.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio/ Loyola/IUPERJ, 2007, p. 129-140.

- _____. “Estado e política na independência”, in: Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil Imperial, vol. I: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- NOGUEIRA DA SILVA, Ana Cristina Fonseca. “Nação federal ou Nação bi-hemisférica? O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e o ‘modelo’ colonial português do século XIX”, *Almanack Braziliense*, nº 9, maio de 2009, pp. 68-83.
- NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na colônia”. In NOVAIS, F. (dir.). *História da vida privada no Brasil* v.I: cotidiano e vida privada na América portuguesa (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 13-39.
- NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos G. *A independência política do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1986.
- NUNES, Maria de Fátima. *O liberalismo português: ideário e ciências*. Lisboa: Inic, 1988.
- OLIVEIRA, Cecília Helena. *O disfarce do anonimato: o debate político através dos folhetos (1820-1822)*, São Paulo, USP, Mestrado, 1979.
- _____. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820- 1824)*. Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. *O movimento da Independência 1821-1822*, 5ª ed., São Paulo, Melhoramentos, Conselho Estadual de Cultura, 1972.
- _____. *D. João VI no Brasil*, Rio de Janeiro, Toopbooks, (1ª ed. 1908), 3ª ed., 1996.
- ORTEGA, Francisco. “Ni nación ni parte integral: 'Colonia', de vocablo a concepto en el siglo XVIII iberoamericano”. *Prismas* [online]. 2011, vol.15, n.1, pp. 11-29.
- PALTÍ, Elias J. “Koselleck y la idea de *Sattelzeit*. Un debate sobre modernidad y temporalidad”. *Ayer* 53, 2004 (1), pp. 63-74.
- PAMPLONA, Marco Antonio. “Nación – Brasil”, en: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos I. Madrid. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- PEREIRA, Luisa R. Pereira, “Pueblo – Brasil”, en: *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850. Iberconceptos I. Madrid. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- PEREIRA, Miriam Halpern & outros (orgs.). *O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa, 2 v, 1982.
- PIMENTA, João Paulo G.. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- _____. “A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário

- político e conjuntura”. JANCÓS, I. (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, 2003, p.123-139.
- _____. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. São Paulo: FFLCH-USP (tese de doutorado), 2003.
- _____. “Brasil y las revoluciones de Hispanoamérica (1808-1822).” CALDERÓN, M. T. & THIBAUD, C. (coord.). *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá: Taurus/Universidad Externado de Colombia, 2006, pp. 347-364.
- _____. “Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano”. *Almanack Braziliense* n.03, maio, 2006.
- _____. *Brasil y las independencias de hispanoamérica*, Universitat Jaume I, 2007.
- PIMENTA, João Paulo G. & ARAUJO, Valdei Lopes de. “História”. In: FERES JÚNIOR, João. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- PIMENTA, João Paulo G. "De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil", *Almanack Brasiliense*, nº 11, maio de 2010, pp. 90-91.
- _____. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*, São Paulo, FFLCH-USP, Tese de Livre Docência, 2012.
- PORTILLO VALDÉS, José M. *Crisis Atlántica: autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana*. Madrid: Fundación Carolina. Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, Marcial Pons, 2006.
- PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1933.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- RAYNAL, Guillaume-Thomas François. *A Revolução da América*, (prefácio de Luciano Figueiredo) Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1993.
- _____. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*, Rio de Janeiro, (prefácio Berenice Cavalcante) Arquivo Nacional, Brasília, Universidade de Brasília, 1998.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. “Nação e cidadania no jornal Tamoio. Algumas considerações sobre José Bonifácio, sobre a Independência e a Constituinte de 1823”. RIBEIRO, G.S. (org.). *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008, pp. 37-63.
- RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*, Ed. Fac-similar, (1º Ed. 1946), São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes: história de uma*

invenção historiográfica, São Paulo, Editora Unesp, 2009.

RODRÍGUEZ, Jaime E. *La independencia de La América española*, México, FCE, Colmex, FHA, 2005.

ROSA, Giorgio de Lacerda. *A suprema causa motora: o providencialismo e a escrita da História no Brasil (1808-1825)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto (dissertação de mestrado), 2011.

SAGREDO BAEZA, Rafael. *De la colonia a la república: los catecismos políticos americanos, 1811- 1827*, Madrid, Fundación MAPFRE / Ediciones DOCE CALLES, S.L., 2009.

SANTOS, Cristiane C. dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo, FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 2010.

SCHIAVINATTO, Iara Lis (org.). *La independencia de Brasil: formas de recordar y olvidar*. Madrid: Mapfre/Tavera, 2005.

SCHULTZ, Kirsten. “A era das revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821)”. MALERBA, J. (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.125-151.

_____. *Versalhes Tropical: Império, Monarquia e a Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Ana Rosa C. da. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.

SILVA, Bruno Diniz. *Da restauração à regeneração: linguagens políticas em José da Silva Lisboa*. Mariana, Universidade Federal de Ouro Preto (dissertação de mestrado), 2010.

SILVA, Luiz Geraldo. “‘Pernambucanos, sois portugueses!’ Natureza e modelos políticos das revoluções de 1817 e 1824”, *Almanack Braziliense*, vol. 1 , 2005, p. 67-79;

_____. “Pernambuco y la independencia: entre el federalismo y el unitarismo”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, puesto en línea el 03 febrero 2013, Consultado em 10 de agosto de 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/64766>.

SILVA, Maria B. Nizza da. *A primeira Gazeta da Bahia: A Idade d’Ouro do Brasil*, São Paulo, Cultrix, 1978;

_____. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*, Salvador, Ed. UFBA, 2008.

_____. *Diário Constitucional: um periódico baiano defensor de D. Pedro I -1822*, Salvador, Ed. UFBA, 2011.

- SILVA, Virgínia Rodrigues da. “Modernidade política na imprensa da Independência: uma investigação a partir do Revérbero Constitucional Fluminense”. RIBEIRO, G.S. (org.) – *Brasileiros e cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2008, p.365-378.
- SILVA, Wlamir. “Entre un diestro nauta y ciertos espíritus traviesos: la Independencia en la provincia de Minas Gerais (1821-1824)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 09 abril 2013, consultado em 10 de agosto de 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/65297>
- SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. “En la Corte, más allá de la Corte: la construcción de un proyecto de Independencia para Brasil”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Debates, Puesto en línea el 11 abril 2013, consultado el 10 agosto 2014, p.5 URL : <http://nuevomundo.revues.org/65319>
- SLEMIAN, Andréa & PIMENTA, João Paulo G. *O “nascimento político” do Brasil: origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *A Corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SKINNER, Quentin. “Retrospectiva: Estudar a retórica e a mudança conceitual”, *Visões da Política, Questões Metodológicas*, Algés, Difel, 2005, pp. 245-262.
- SOUSA, Maria A. Silva de. “A Bahia na crise política do Antigo Regime”. *Revista de História* n.159, 2º. Semestre, 2008, pp.135-166.
- _____. *Bahia: de capitania a província, 1808-1823*, São Paulo, USP, Tese de doutorado, 2008.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo, EdUnesp, 1998.
- _____. (intr). *A independência do Brasil. Modos de lembrar e esquecer*, Madrid, Fundación Mapfre, Ediciones Doce Calles, 2005, p. 95
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. “Projetos políticos na Revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822)”. *Almanack Braziliense*, n.07, maio, 2008.
- SOUZA Jr., José Alves de. *Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e atuação política de Filipe Patroni (1820-23)*, Campinas, UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1997.
- STUMPF, Roberta G. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: identidades coletivas*

na capitania das Minas Gerais (1763-1792). São Paulo: Hucitec, 2010.

VARGUES, Isabel Nobre. "O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820". In José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. V, pp. 45-63.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. São Paulo, Editora Melhoramentos, 3ª Edição, 1957.

VERDELHO, Telmo dos Santos. *As Palavras e as idéias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. "História, experiência e modernidade na América ibérica". *Almanack Braziliense* n.07, maio, 2008.

_____. "Historia, Experiencia y Modernidad en Iberoamérica, 1750-1850", in: J. Fernández Sebastián (dir.) *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol. I, Madrid, Fundación Carolina/SECC-CEPC, 2009.

WISIAK, Thomas. *A "nação partida ao meio": tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro*. São Paulo: FFLCH-USP (dissertação de mestrado), 2001.